



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**AS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO,  
PATRIMÔNIO-TERRITORIAL LATINOAMERICANO,  
EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA ESPACIAL NEGRA**

**VITOR JOÃO RAMOS ALVES**

**BRASÍLIA / DF**

**- 2019 -**

**VITOR JOÃO RAMOS ALVES**

**AS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO,  
PATRIMÔNIO-TERRITORIAL LATINOAMERICANO,  
EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA ESPACIAL NEGRA**

Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia, na área de Gestão Ambiental e Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ilia Alvarado-Sizzo

BRASÍLIA / DF

- 2019 -

AAL474r Alves, Vitor João Ramos  
As Rodas de Samba do Distrito Federal brasileiro, patrimônio-territorial latinoamericano, expressão de resistência espacial negra / Vitor João Ramos Alves; orientador Everaldo Batista da Costa; co-orientador Ilia Alvarado-Sizzo. -- Brasília, 2019.  
242 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Geografia) --  
Universidade de Brasília, 2019.

1. Rodas de Samba do Distrito Federal brasileiro. 2. Território. 3. Formação socioespacial brasileira. 4. Territorialidades. 5. Patrimônio-territorial latinoamericano. I. Costa, Everaldo Batista da, orient. II. Alvarado-Sizzo, Ilia, co-orient. III. Título.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

Brasília, 12 de dezembro de 2019.

Vitor João Ramos Alves

## **BANCA EXAMINADORA**

Defesa de tese de doutorado de Vitor João Ramos Alves, realizada em 12 de dezembro de 2019, com a participação dos seguintes membros:

### **Dr. Everaldo Batista da Costa**

Programa de Pós-graduação em Geografia (PÓSGEA)

Universidade de Brasília (UnB)

Orientador

### **Dr<sup>a</sup>. Iliá Alvarado-Sizzo**

Programa de Posgrado en Geografía (PG/IG)

Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

Co-orientadora

### **Dr. Alessandro Dozena**

Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

### **Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida**

Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGe)

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

### **Dr<sup>a</sup>. Luana Nunes Martins de Lima**

Programa de Pós-graduação

Universidade Federal de Goiás (UFG)

### **Dr<sup>a</sup>. Marutschka Martini Moesch**

Programa de Mestrado do Centro de Excelência em Turismo (PM/CET)

Universidade de Brasília (UnB)

## DEDICATÓRIA



Ao meu avô materno,  
**Dulpe Alves Ramos**  
[ 1914 / 1995 ]

Ao meu pai,  
**Aloísio Teixeira Alves**  
[ 1948 / 2017 ]



Deixe-me ir, preciso andar  
Vou por aí a procurar  
Rir pra não chorar  
Quero assistir ao sol nascer  
Ver as águas dos rios correr  
Ouvir os pássaros cantar  
Eu quero nascer e quero viver  
Deixe-me ir, preciso andar  
Vou por aí a procurar  
Rir pra não chorar  
Se alguém por mim perguntar  
Diga que eu só vou voltar  
Depois que eu me encontrar

*Música: Preciso me encontrar*  
*Compositores: Angenor de Oliveira "Cartola",*  
*Antonio Pinto Candeia, Jaques Morelenbaum*  
*LP: Cartola / Gravadora: Polyson / Ano: 1976*

## AGRADECIMENTOS

*Agradecer não será tão-somente problema de palavras brilhantes; é sentir a grandeza dos gestos, a luz dos benefícios, a generosidade da confiança e corresponder, espontaneamente, estendendo aos outros os tesouros da vida.*

*Emmanuel*

Abraçar e agradecer a todos que contribuíram para a efetivação desse trabalho é uma atitude que venho exercitando diariamente desde o início do doutorado. Muito tenho a agradecer!

Entretanto, reservo esse espaço para agradecer aqueles que diretamente contribuíram para a concretização dessa etapa tão significativa de aperfeiçoamento.

Ao meu orientador, *Professor Dr. Everaldo Batista da Costa* (PÓSGEA/UnB), e co-orientadora, *Professora Dr<sup>a</sup>. Ilia Alvarado-Sizzo* (IG/UNAM), muito obrigado pela parceria, incentivo e paciência, sempre presentes durante o percurso de construção dessa tese, dissipando minhas dúvidas e apaziguando minhas inquietações.

Aos amigos do *Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe* (GECIPA/UnB), obrigado por compartilhar suas experiências e me oportunizar o autoconhecimento, por meio dos encontros realizados. Em especial, muito obrigado a *Larissa Alves de Sousa* e *Évellin Lima de Mesquista*, pelos momentos de incentivo e troca de referências bibliográficas. A oportunidade de fazer parte do GECIPA agrega muito em minha formação.

Aos *sambistas, compositores e músicos* do Distrito Federal brasileiro, muito obrigado por me acolher nas rodas de samba democráticas e contribuir com suas vivências pessoais em cada entrevista. Sem a participação de vocês o desbravar da natureza das rodas de samba não seria possível.

Aos mestres do samba, *Cartola, Clementina de Jesus, Dona Ivone Lara, Nelson Cavaquinho, Bezerra da Silva, Paulinho da Viola, Pixinguinha, entre outros*, muito obrigado pelas canções e inspirações que também contribuíram para a construção do trabalho.

À *Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal* (FAP/DF), muito obrigado por possibilitar a concretização da visita técnica de natureza científica na Cidade do México, realizada no ano de 2018.

A todos os amigos da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), *Professor Dr. José Omar Moncada, Professor Dr. J. Jesús María Serna Moreno* e *Sra.*

*Amparo Rincón Pérez*, muito obrigado por me acolher, orientar e apoiar durante a visita técnica e pesquisa de campo na Cidade do México.

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, muito obrigado pela Bolsa de Demanda Social CAPES/CNPq, recebida no período final do curso, sem a qual teria sido muito mais difícil minha dedicação aos estudos, às pesquisas de campo e às participações em eventos.

Aos professores *Dr. Alessandro Dozena*, *Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campo*, *Dra. Marutschka Martini Moesch*, *Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida* e *Dra. Luana Nunes Martins de Lima*, muito obrigado por participar das bancas de qualificação e defesa, lendo cuidadosamente o trabalho e contribuindo para a sua melhoria.

Aos professores do *Departamento de Pós-graduação em Geografia (POSGEA)*, do *Centro de Excelência em Turismo (CET)* e do *Departamento de Estudos Latinoamericanos (ELA)*, da Universidade de Brasília, muito obrigado pelos ensinamentos transmitidos, que também contribuíram para direcionar caminhos rumo ao refinamento do trabalho.

A todos os *servidores e terceirizados* da Universidade de Brasília, muito obrigado pelo empenho e atuação no suporte administrativo e na manutenção e limpeza dos espaços de convivência da universidade, por todos nós usados.

Aos meus familiares, a minha mãe *Neuza Amélia Ramos Alves*, a minha irmã *Lívia Ramos Alves*, ao meu irmão *Vitor Hugo Ramos Alves*, a minha avó paterna *Izaura Teixeira Alves* e a minha tia de coração *Leila Almeida de Paula*, muito obrigado pelos incentivos, afetos e votos de sucesso.

À *Maurício Yukio Hirata*, muito obrigado pelo suporte afetivo e se fazer sempre presente nos momentos de alegrias e angústias.

A todos os colaboradores e amigos da *Federação Espírita Brasileira (FEB)*, muito obrigado pela convivência e pela sustentação espiritual sempre recebida. Sem esquecer de todos os *parentes, amigos, conhecidos e desconhecidos desencarnados* que estiveram próximos a mim, me inspirando e contribuindo para a concretização dessa tese, muito obrigado.

Que a saúde, a esperança e uma boa roda de samba nunca nos faltem!

## RESUMO

As rodas de samba se territorializam no cotidiano do Distrito Federal brasileiro de forma bastante expressiva: por meio de associações ou grêmios recreativos de escolas de samba, instituições educacionais relacionadas à música popular brasileira, em bares, restaurantes e por coletivos de rodas de samba, criados por sambistas das Regiões Administrativas da Capital Federal. Por esse contexto, a proposta da tese se faz em compreender a natureza e definir as territorialidades das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, a fim de reconhecê-las e ativá-las popularmente como patrimônio-territorial latinoamericano. Para atingir o objetivo proposto, a tese propõe uma análise geográfica globalizante, a partir de quatro conceitos, são eles: território, formação socioespacial brasileira, territorialidades e patrimônio-territorial. Assim, ela parte da análise da formação territorial na América Latina, seguindo para uma interpretação dos principais eventos ocorridos no território brasileiro até a constituição do Distrito Federal, os quais imprimem um caráter singular à formação socioespacial brasileira. Para a obtenção dos dados necessários à construção dialética da tese, foram utilizados três procedimentos metodológicos: (i) a pesquisa de gabinete; (ii) a pesquisa de reconstrução histórica; e (iii) a pesquisa de campo; todos executados concomitantemente, contribuindo para uma melhor catalogação, sistematização e análise dos dados. Também foi utilizado o recurso da periodização para abarcar, de forma escalar, o movimento do samba no território do Distrito Federal brasileiro e adotou-se a metodologia de ativação popular do patrimônio-territorial latinoamericano na identificação das rodas de samba a serem ativadas. A investigação efetuada confirma a tese de que parte das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro pode ser reconhecida e ativada popularmente como resistência espacial negra. Elas carregam em sua natureza a mesma força e significância das rodas de samba que eram efetivadas em senzalas, terreiros, morros, favelas e espaços periferizados, num movimento contra o poder hegemônico, imposto pelas colonialidades do poder e do saber, a partir do próprio Estado.

**Palavras-chave:** Rodas de Samba do Distrito Federal brasileiro; Território; Formação socioespacial brasileira; Territorialidades; Patrimônio-territorial latinoamericano.



## RESUMEN

Las ruedas de samba están territorializadas en la vida cotidiana del Distrito Federal de Brasil de una manera muy expresiva: a través de asociaciones o asociaciones recreativas de escuelas de samba, instituciones educativas relacionadas con la música popular brasileña, en bares, restaurantes y colectivos de ruedas de samba, creado por “sambistas” de las Regiones Administrativas de la Capital Federal. En este contexto, el propósito de la tesis es comprender la naturaleza y definir las territorialidades de las ruedas de samba del Distrito Federal de Brasil, para reconocerlas y activarlas popularmente como patrimonio territorial latinoamericano. Para lograr el objetivo propuesto, la tesis propone un análisis geográfico globalizador, basado en cuatro conceptos, a saber: territorio, formación socioespacial brasileña, territorialidades y patrimonio-territorial. Así, parte del análisis de la formación territorial en América Latina, siguiendo una interpretación de los principales eventos ocurridos en el territorio brasileño hasta la constitución del Distrito Federal, que le da un carácter único a la formación socioespacial brasileña. Para obtener los datos necesarios para la construcción dialéctica de la tesis, se utilizaron tres procedimientos metodológicos: (i) la investigación del gabinete; (ii) investigación de reconstrucción histórica; y (iii) investigación de campo; todos ejecutados simultáneamente, contribuyendo a una mejor catalogación, sistematización y análisis de datos. La característica de periodización también se utilizó para ampliar el movimiento de samba en el territorio del Distrito Federal de Brasil y se adoptó la metodología de activación popular del patrimonio territorial latinoamericano para identificar las ruedas de samba que se activarán. La investigación confirma la tesis de que parte de las ruedas de samba del Distrito Federal de Brasil se puede reconocer y activar popularmente como resistencia al espacio negro. Llevan en su naturaleza la misma fuerza y significado de las ruedas de samba que se efectuaron en “senzalas”, “terreiros”, colinas, barrios marginales y espacios periféricos, en un movimiento contra el poder hegemónico, impuesto por las colonias de poder y conocimiento, desde el propio Estado.

**Palabras clave:** Ruedas de Samba del Distrito Federal brasileño; Territorio; Formación socioespacial brasileña; Territorialidades; Patrimonio territorial latinoamericano.

## ABSTRACT

The samba wheels territorialize in the daily life of the Brazilian Federal District in a very expressive way: through associations or recreational associations of samba schools, educational institutions related to Brazilian popular music, in bars, restaurants and samba-wheel collectives, created by “sambistas” from the Administrative Regions of the Federal Capital. In this context, the purpose of the thesis is to understand the nature and define the territorialities of the samba wheels of the Brazilian Federal District, in order to recognize and activate them popularly as Latin American territorial heritage. To achieve the proposed objective, the thesis proposes a globalizing geographical analysis, based on four concepts: territory, Brazilian socio-spatial formation, territorialities and territorial heritage. Thus, it starts from the analysis of territorial formation in Latin America, following an interpretation of the main events that occurred in the Brazilian territory until the constitution of the Federal District, which give a unique character to the Brazilian socio-spatial formation. To obtain the necessary data for the dialectic construction of the thesis, three methodological procedures used: (i) the cabinet research; (ii) historical reconstruction research; and (iii) field research; all executed concurrently, contributing to better cataloging, systematization and data analysis. The periodization feature also used to scale up the samba movement in the territory of the Brazilian Federal District and the methodology of popular activation of the Latin American territorial heritage adopted to identify the samba wheels to be activated. The investigation confirms the thesis that part of the samba wheels of the Brazilian Federal District can be popularly recognized and activated as black space resistance. They carry in their nature the same strength and significance of the samba wheels effected in “senzalas”, “terreiros”, hills, slums and periphery spaces, in a movement against hegemonic power, imposed by the colonialities of power and knowledge, from the State itself.

**Keywords:** Brazilian Federal District Samba Wheels; Territory; Brazillian socio-spatial formation; Territorialities; Latin American territorial heritage.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Prováveis rotas utilizadas pelos povos antigos para chegar na América.....	28
Figura 2: Algumas das principais civilizações pré-colombianas presentes na formação territorial latinoamericana.....	29
Figura 3: Principais pontos de contato do comércio europeu com os comerciantes africanos a partir do século XVI.....	37
Figura 4: Fazenda de plantação de café no Vale do Paraíba, Rio de Janeiro (RJ), 1885.....	41
Figura 5: Sistema de Capitanias Hereditárias e os períodos de expansão do território brasileiro.....	57
Figura 6: Trabalhadores que vieram para a construção de Brasília .....	88
Figura 7: Trabalhadores que vieram para a construção de Brasília .....	89
Figura 8: O Distrito Federal brasileiro e suas Regiões Administrativas. ....	97
Figura 9: Situação territorial vulnerável do Distrito Federal brasileiro.....	103
Figura 10: Percentual de negros na população, por Região Administrativa do Distrito Federal, Censo Demográfico 2010. ....	105
Figura 11: Festividade carnavalesca do Distrito Federal, promovida em fevereiro de 1966. ....	119
Figura 12: Registros fotográficos dos primeiros carnavais do Distrito Federal brasileiro ....	120
Figura 13: Sede da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC).....	124
Figura 14: Agentes do samba ainda atuantes no Distrito Federal brasileiro.....	129
Figura 15: Mídias criadas para divulgação das “Terreiradas” do grupo Filhos de Dona Maria .....	134
Figura 16: Movimento de ocupação e uso do território e movimento do samba no Distrito Federal brasileiro, em relação aos conceitos e escalas adotados para a tese .....	140
Figura 17: Os principais sujeitos-patrimônio identificados no movimento do samba do Distrito Federal pela técnica bola de neve .....	145
Figura 18: As redes territoriais de sociabilidade no samba do Distrito Federal brasileiro. ..	146
Figura 19: Alguns dos agentes do movimento do samba mapeados no Distrito Federal brasileiro.....	147
Figura 20: Rodas de Samba mapeadas durante pesquisa de campo no Distrito Federal brasileiro.....	163
Figura 21: Propagandas das rodas de samba democráticas do Distrito Federal.....	166
Figura 22: Instrumentos utilizados pelas rodas de samba democráticas do Distrito Federal .....	167
Figura 23: Estrutura física das rodas “Samba da Liberdade” e “Samba na Comunidade” ..	168
Figura 24: Práticas solidárias das rodas de samba democráticas do Distrito Federal .....	170
Figura 25: Roda de Samba: Café com Samba.....	175
Figura 26: Roda de Samba: Clube do Compositor.....	176
Figura 27: Roda de Samba: Samba da Liberdade .....	177

Figura 28: Roda de Samba: Samba na Comunidade .....	179
Figura 29: Roda de Samba: Samba da Guariba .....	180
Figura 30: Roda de Samba: Pode Chegar .....	183
Figura 31: Roda de Samba: Samba do Banquinho .....	185
Figura 32: Rodas de samba democráticas identificadas como patrimônio-territorial .....	188
Figura 33: Modelo do Caderno temático das Rodas de Samba do Distrito Federal brasileiro que será elaborado após a defesa da tese .....	193
Figura 34: QR Code de acesso ao “mapa falante” das Rodas de Samba como patrimônio-territorial.....	194

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação dos desfiles oficiais de escolas de samba do Distrito Federal (1962 – 2019). .....	127
Quadro 2: Periodização do movimento do samba no Distrito Federal brasileiro.....	139
Quadro 3: Categorias de instrumentalização construídas para análise dos agentes identificados em campo. ....	143
Quadro 4: Rodas de samba identificadas durante pesquisa de campo no Distrito Federal brasileiro. ....	160
Quadro 5: Categorização das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro. ....	174

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Números de embarque e desembarque de escravos da África para América Latina e Europa. ....	38
Tabela 2: Números estimados de africanos embarcados por períodos e regiões (1501 – 1866) .....	39
Tabela 3: Crescimento da população integrada no empreendimento colonial e diminuição dos contingentes aborígenes autônomos. ....	61

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C.	Antes de Cristo
AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
ARUC	Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro
CIALC	Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
d.C.	Depois de Cristo
FAP/DF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GECIPA	Grupo de Extensão e Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LP	Disco de vinil
Novacap	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
UNAM	Universidad Nacional Autónoma do México
UnB	Universidade de Brasília
RA	Região Administrativa
SEGETH	Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
“EU VIM DE LÁ, EU VIM DE LÁ PEQUENININHO”.....	2
“ALGUÉM ME AVISOU PRA PISAR NESSE CHÃO DEVAGARINHO” .....	10
“FOI NUMA RODA DE SAMBA QUE EU JUNTEI-ME AOS BAMBAS PRA ME DISTRAIR” .....	16
PARTE 1: FORMAÇÃO, COLONIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO .....	20
CAPÍTULO 1.....	21
A FORMAÇÃO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA: PARTINDO DAS CIVILIZAÇÕES PRÉ- COLOMBIANAS .....	21
1.1. Os eventos sociais oriundos da ocupação territorial pelas civilizações pré-colombianas na América Latina .....	24
1.2. Os eventos sociais da colonização europeia na América Latina.....	31
CAPÍTULO 2.....	45
A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL PARA INTERPRETAR AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO .....	45
2.1. O território brasileiro como uma construção militar/bélica.....	48
2.2. O território brasileiro como uma construção jurídica .....	51
2.2.1. A divisão do território brasileiro em Capitânicas Hereditárias e Sesmarias .....	52
2.2.2. O Governo-geral como sistema político-administrativo do território brasileiro .....	54
2.2.3. A divisão do território brasileiro em Governo do Norte e Governo do Sul.....	55
2.2.4. A divisão do território brasileiro em Estado do Maranhão e Estado do Brasil.....	56
2.2.5. A Independência do território brasileiro e a instauração do sistema monárquico	60
2.2.6. O surgimento da República Federativa Presidencialista no território brasileiro ...	65
2.3. O território brasileiro como uma construção ideológica do Estado.....	67
2.3.1. As ideologias geográficas do período colonial à independência brasileira .....	71
2.3.2. As ideologias geográficas que constituíram a Era Vargas.....	75
2.3.3. As ideologias geográficas presentes no governo de Juscelino Kubitschek .....	78
CAPÍTULO 3.....	84
O DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO: UM PROJETO GEOPOLÍTICO NACIONAL .....	84
3.1. A exploração da força de trabalho e as más condições de vida durante o período de construção da nova Capital Federal .....	87
3.2. A segregação social e o controle territorial no Distrito Federal brasileiro .....	93
3.3. A <i>situação territorial vulnerável</i> das Regiões Administrativas do Distrito Federal brasileiro .....	99
PARTE 2: SAMBA, PERTENCIMENTO E SOCIABILIDADE COMUNITÁRIA.....	108
CAPÍTULO 4.....	109

O SAMBA NO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO E SUAS TERRITORIALIDADES.....	109
4.1. O samba como estilo musical, prática socioespacial e estilo de vida de uma população marginalizada.....	110
4.2. As manifestações do samba no território do Distrito Federal brasileiro.....	115
4.2.1. As primeiras manifestações do samba no Distrito Federal brasileiro.....	116
4.2.1.1. A atuação da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC) e dos demais grêmios recreativos no movimento do samba do Distrito Federal.....	123
4.2.2. O movimento de migração do samba no território do Distrito Federal.....	131
4.2.3. Periodização do movimento do samba no território do Distrito Federal.....	138
4.3. As redes territoriais de sociabilidade no samba do Distrito Federal brasileiro.....	141
PARTE 3: RODAS DE SAMBA, RESISTÊNCIA ESPACIAL NEGRA, PATRIMÔNIO-TERRITORIAL.....	149
CAPÍTULO 5.....	150
AS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL LATINOAMERICANO.....	150
5.1. O Patrimônio-territorial: expressão espacial de resistência.....	153
5.2. A natureza das Rodas de Samba do Distrito Federal brasileiro.....	158
5.2.1. Rodas de Samba Comerciais e Rodas de Samba Abertas ou Democráticas do Distrito Federal brasileiro.....	160
5.3. As Rodas de Samba Democráticas como patrimônio-territorial latinoamericano: uma resistência espacial.....	172
5.4. Para uma devolutiva social da tese.....	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
“EM CADA CANTO UMA ESPERANÇA”.....	196
REFERÊNCIAS.....	201
ANEXO I: LINHA DO TEMPO COM ALGUNS DOS EVENTOS OCORRIDOS ENTRE 1500 ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	208
APÊNDICE I: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “CAFÉ COM SAMBA”.....	210
APÊNDICE II: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “CLUBE DO COMPOSITOR”.....	215
APÊNDICE III: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “PODE CHEGAR”.....	218
APÊNDICE IV: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “SAMBA NA COMUNIDADE”....	221
APÊNDICE V: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “SAMBA DA GUARIBA”.....	224
APÊNDICE VI: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “SAMBA DO BANQUINHO”.....	228
APÊNDICE VII: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARTICIPATIVA.....	232
APÊNDICE VIII: TERMOS DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	233

*A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação, nos dará forças, amanhã, para conter os processos e criar aqui uma sociedade solidária*  
(D. RIBEIRO, 2015, p. 91).



# INTRODUÇÃO

Vou viajar  
Nas asas da canção  
Até encontrar inspiração  
Pra compor um sublime  
Poema de amor  
Quero reunir  
As mais lindas notas musicais  
Pra fazer feliz meu coração  
Que já sofreu demais  
Pra fazer feliz meu coração  
Que já sofreu demais  
Oh musa  
Me ajude como outrora  
Não me abandone agora  
No acaso da vida  
Sei que a minha mente está cansada  
Foram tantas madrugadas  
Quantas ilusões perdidas  
Quero versos com muito lirismo  
Para tirar do abismo  
Meu pobre coração  
Lindas melodias, emoldurando as fantasias, da minha imaginação  
Lindas melodias, emoldurando as fantasias, da minha imaginação  
Vou viajar

*Música: Nas asas da canção*

*Compositores: D. Ivone Lara e Nelson Sargento*

*LP: Nasci para sonhar e cantar*

*Gravadora: Lusafrika / Ano: 2001*

## **“EU VIM DE LÁ, EU VIM DE LÁ PEQUENINHO”**

Considerado uma das maiores expressões da cultura popular do Brasil e de alguns países da América Latina e Caribe, não separado do cotidiano de suas populações mais pobres, o samba (e suas inúmeras versões) é um saber de alto valor, uma cultura pulsante do e no território. Nas formas como é encontrado no Brasil, desde os grandes desfiles carnavalescos até as animadas rodas de samba, simplesmente não se iguala a qualquer outro lugar do mundo. Sua origem histórica, remete-nos às violentas ondas migratórias do período colonial escravocrata e seus registros se fazem presentes, em sua maioria, nos territórios hoje conhecidos como Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, entre outros.

No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a partir da decadência da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba e da promulgação da Lei Aurea em 1888, deu-se uma grande migração de negros livres para diferentes partes do território fluminense, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Esses negros e mestiços misturavam-se aos pobres já existentes nas cidades que acabavam incorporando, naturalmente, suas tradições, costumes, religiosidade, arte e discurso, originando assim o “samba urbano carioca”. Durante todo o seu processo de enraizamento no território brasileiro, o samba se manteve, em sua maior parte, restrito aos morros (áreas de segregação), favelas, cortiços e templos religiosos relacionados à cultura africana.

Na minha cidade natal, Barra Mansa, localizada no interior do estado do Rio de Janeiro, região conhecida como Vale do Paraíba Fluminense<sup>1</sup>, não foi diferente. Lá, tanto os descendentes de negros escravos, o contexto histórico colonial das fazendas cafeeiras do Império e o samba se mesclam, na memória da população e na história de formação da cidade, até os dias de hoje.

Minha relação com o samba, assim, acontece tendo como referência musical meu avô materno, Dulphe Alves Ramos (1914-1995). As lembranças afetivas de infância que ainda carrego são de meu Vô Dulphe, durante nossas visitas de fins de semana em sua casa, colocar para ouvir os grandes LPs de samba “partido alto”. Compositores como Cartola (um de seus favoritos), Nelson Cavaquinho, Bezerra da

---

<sup>1</sup> Essa região é correspondente aos municípios de Resende, São João Marcos, Barra Mansa, Vassouras, Valença, Pirai e Paraíba do Sul, reconhecidos historicamente por terem sido um dos grandes centros produtores de café do país que importava para o Império, no período colonial.

Silva, Paulinho da Viola, Clementina de Jesus, Dona Ivone Lara, entre outros, participavam conosco das tardes calorosas em família. Ou quando em viagens para a casa de Muriqui (RJ), lugar onde minha Vó Neusa gostava tanto de passar as férias com os netos pequenos. Vô Dulphe nos levava em seu grande Santana branco, colocando no “toca fitas cassete” do carro, seus sambistas favoritos. A viagem se dava, por duas horas, com muito samba e apreciação da paisagem da Serra da Mantiqueira.

Hoje, o samba ainda se faz presente em meu cotidiano, só que em outro contexto. Morando longe da família desde 2007, no Distrito Federal brasileiro, continuo apreciando o samba “partido alto”, tal como meu falecido avô, e frequento algumas das principais rodas de samba que se efetivam no território de Brasília. Durante essas rodas, ainda me emociono lembrando dos velhos tempos junto com os meus, quando escuto sambas como “O sol nascerá”, de Cartola e Elton Medeiros, ou “Alguém me avisou”, de Dona Ivone Lara.

Desencarnados, tanto meu Vô Dulphe como minha “Vó Neusa”, tenho a certeza de que acompanham minhas conquistas e desilusões de outro plano. E temos o samba como um dos muitos símbolos que nos unem. Ouvindo os sambas em canção, fazemos permanecer em nós (encarnado e desencarnados) os vínculos afetivos e familiares que construímos nessa vida.

Por esse contexto, o samba e, em particular, as rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, viram objeto de pesquisa nessa tese de doutorado. Oportunidade essa que nem imaginava alcançar na vida, pois, geralmente, um menino de cidade do interior não costuma ter incentivos ou cultiva sonhos de alcançar tão alto nível de titulação acadêmica. Muitos saem da graduação, precisando trabalhar e desistem de dar continuidade aos estudos. Essa é a realidade do Brasil e que o atual momento político insiste em manter.

Entretanto, aqui estou, com meus 43 anos de idade defendendo uma tese de doutorado em Geografia. Trazendo para mais perto de mim, por meio da construção dessa pesquisa, a sonhada oportunidade de uma vida melhor e as memórias afetivas e familiares de meus avós maternos, a partir de um desvendar da natureza e das territorialidades das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro.

O desafio foi grande. Fazer um doutorado em Geografia sem ser geógrafo, foi pôr à prova minha força de vontade, minha disciplina nos estudos e minha proatividade

em atuar em todos os eventos e práticas do Grupo de Extensão e Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe (GECIPA), oportunizados pela orientação do Professor Dr. Everaldo Batista da Costa.

Apesar de toda a experiência acadêmica que tive com a primeira graduação (1995-1997) em “Tecnologia em Processamento de Dados” e com a segunda graduação (2012-2014) e o mestrado (2015-2016) em “Turismo”, me apropriar dos conceitos da “Geografia”, em um doutorado (2017-2019), foi muito desafiador e instigante, ao mesmo tempo. Instigante, pois, conforme Santos (2012, pp. 17-18), “tudo está sujeito à lei do movimento e da renovação, inclusive as ciências”, o que me forçou a renovar teorias já apreendidas e me movimentar, com esforço diário, à efetivação dessa renovação. Desafiador, pois sendo a Geografia uma “ciência que estuda a ação humana como processo de criação do espaço geográfico” (SANTOS, 2008, p. 97), convida-nos a examinar, dialeticamente, as consequências diretas e diversas das atividades humanas, no passado e no presente, de forma a dar sentido ao movimento histórico do objeto pesquisado, além de desafiar em pensar e propor mudanças na realidade.

Deste modo, a presente tese é estruturada como uma proposta que se deseja original na Geografia e nas Ciências Humanas, por considerar como **objeto de pesquisa** as *rodas de samba do Distrito Federal brasileiro* e fundamentar-se nos **conceitos geográficos** de *território, formação socioespacial brasileira, territorialidades e patrimônio-territorial*.

Assim, toma-se como *território*, o conceito trabalhado por Santos (2012b) como o recorte do espaço pelo processo de formação de um Estado-Nação, delimitado e regulado, tal como o território brasileiro. Para o autor, o *território* ainda é o palco da proliferação do capital, espaço apropriado pelos agentes do capital através da divisão social do trabalho.

O conceito de *formação socioespacial brasileira* é tomado aqui como estruturante para a pesquisa. Formulado por M. Santos (2012b; 2014a) na década de 1970 (no contexto da chamada renovação crítica da Geografia brasileira), ele contribui para a produção de uma interpretação “da unidade e da totalidade das diversas esferas – econômica, social, política, cultural – da vida de uma sociedade” (SANTOS, 2014a, p. 24). O autor ainda considera o conceito como uma “teoria das mediações” entre a abordagem social do espaço e o estudo teórico-empírico sobre o Brasil e suas

diferenciações espaciais. Tem por base o conceito marxista de *formação social*, ou *formação econômica e social*, e integra a dimensão *espacial* ao discurso da “formação”. Conforme o autor, o interesse existente sobre o conceito está em “permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 2014c, p. 24). Ambos os conceitos de M. Santos (2012, 2014b, 2014c) vêm em uma perspectiva da Geografia Crítica e do método dialético.

As *territorialidades*, por sua vez, referem-se ao “conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social” (CORRÊA, 1994, pp. 251-252). Essas definições evidenciam uma abrangência territorial para além do simbólico, manifestando-se, também, material e concretamente no território.

E por fim, o conceito de *patrimônio-territorial* apresentado por Costa (2016, 2017, 2018) e definido com base no diálogo entre os métodos dialético e existencialista, na dimensão da Geografia Humanista. Para o autor o patrimônio-territorial seria “representativo dos elementos singulares da história registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder: arte, religião, saberes, fazeres, modos de vida, assentamentos de grupos subalternizados urbano-rurais” (COSTA, 2016, p. 2). Esse conceito dialoga com outro conceito do autor, pois fazem-se interdependentes, que é o *território de exceção*. Neste momento, E. Costa finaliza o ciclo de sua investigação sobre patrimônio-territorial na América Latina, dando maior precisão à ambos os conceitos, decorrida de cinco anos de trabalhos de campo no continente, os quais compartilhou com o GECIPA<sup>2</sup>.

O *patrimônio-territorial*<sup>3</sup> é tratado pelo autor como representativo dos elementos que possuem valor simbólico derivado da memória, dos usos e dos significados dados a estes pela população residente, em sua vida cotidiana, nas periferias dos campos e das cidades, notadamente, na América Latina e no Caribe. O segundo conceito, o *território de exceção*<sup>4</sup>, refere-se ao *locus* de vida ao mesmo tempo

---

<sup>2</sup> Segundo o autor, esse trabalho de síntese foi submetido à *Revista Geográfica Venezolana*.

<sup>3</sup> O hífen não é simples elemento de junção. Ele significa a força do território na guarda dos valores sociais históricos. O patrimônio, nesse sentido, extrapola a dimensão usual adotada pela Geografia, História, Antropologia e Arquitetura. Para Costa, o patrimônio começa na história do sujeito situado, como ele propõe, o sujeito em *situação espacial duradoura*.

<sup>4</sup> A exceção entendida pelo autor está na esfera da resistência social situada. É exceção não pela miséria, mas pela força de duração dos grupos subalternizados no próprio território.

segmentada e pujante, dos subalternizados no processo de formação territorial continental.

A escolha de se trabalhar com o *patrimônio-territorial*, relacionando-o às rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, se deu por representar uma “alternativa real de valoração dos subalternizados da história continental, identificando-os com os bens culturais instituídos e não instituídos” (COSTA, 2017, p. 3). Enaltece o que resiste, do ponto de vista cultural e popular, e carrega a utopia de beneficiar, em termos simbólicos, afetivos e materiais, a população empobrecida, maioria indígenas, mestiços e negros, no continente. Assim, o conceito é revisto pela ótica da *formação socioespacial brasileira*, no contexto do movimento histórico pela dominação ibérica da América Latina. Talvez este seja o diferencial desta tese em relação ao conceito, discutí-lo na dimensão da *formação socioespacial*, proposta por M. Santos (2012b; 2014a).

O conceito de *patrimônio-territorial* ainda é apresentado pelo autor como um “utopismo”, ou seja, faz-se de um exercício intelectual ou fundamento para transformar as situações espaciais presentes, lançando-se ao futuro. Segundo Costa (2016, p. 2), “as utopias são ambíguas”, partem de um “diagnóstico da realidade” dos fatos, a fim de lançarem-se à “ação”. Propõe um pensar de propostas e projetos para o futuro, que objetivem o minimizar dos danos (ambientais, econômicos e políticos) produzidos à humanidade.

A partir da definição desse utopismo (em diálogo com outros autores), Costa (2016, p. 2) categoriza três utopismos patrimoniais conexos, que favorecem novas proposições preservacionistas em face de particularidades da urbanização e da construção político-social de riscos na América Latina. São eles: o (i) utopismo patrimônio-territorial, constituído na formação histórico-social latinoamericana; o (ii) utopismo patrimonial singularista, ante a urbanização na América Latina; e o (iii) utopismo patrimonial existencialista, frente aos riscos sociopolíticos na América Latina.

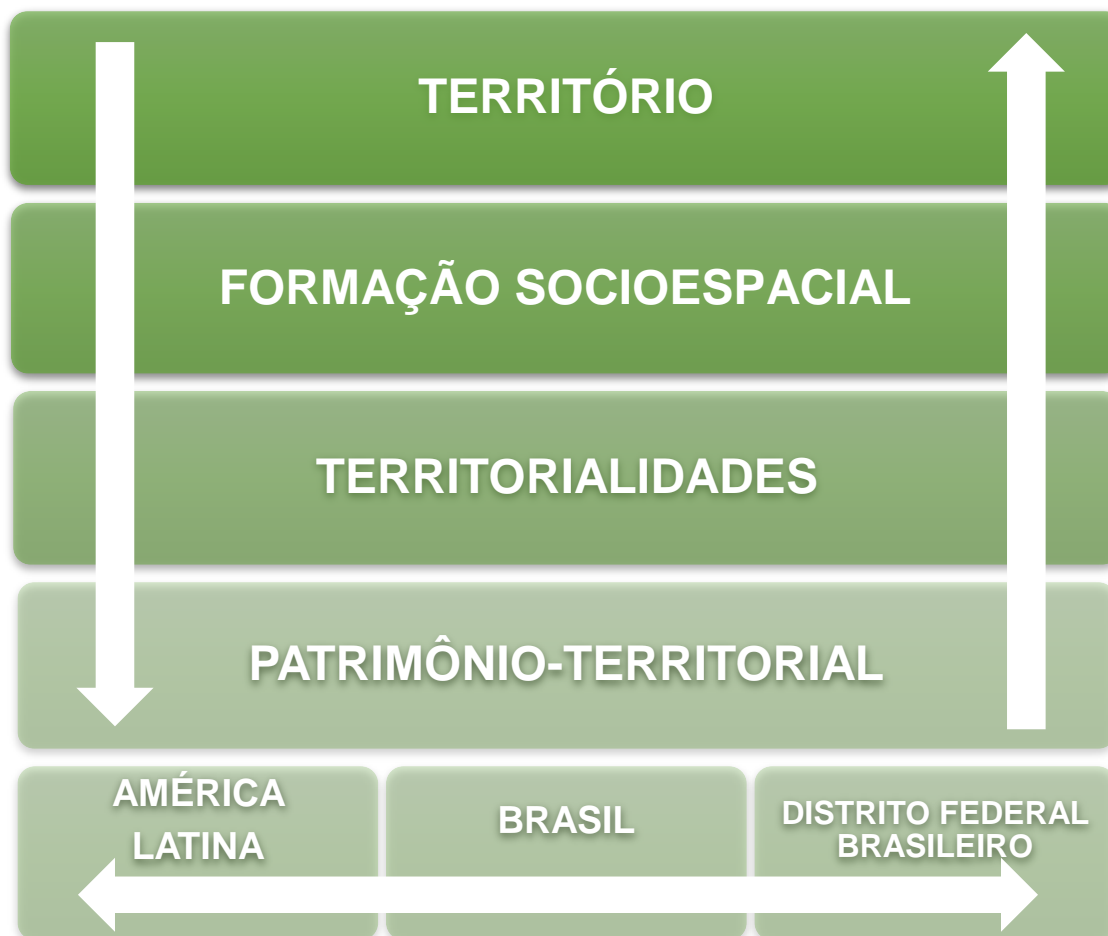
O primeiro utopismo, apresentado por Costa (2016, p. 10), é base para os demais, pois “a localização e a situação dos subalternizados, no continente, decorre dos escombros da colonialidade mimetizada no discurso de universalidades ideologicamente impostas”, revelando, assim, a gênese e a duração de um

*patrimônio-territorial latinoamericano*, conceito esse escolhido para ser trabalhado pela tese.

Tal patrimônio integra *territórios de exceção*, que surgem de uma recíproca determinação entre ausência (do Estado, do mercado, das instituições, das organizações etc.) e presenças (do sujeito localizado com seus bens culturais), guardam em si os desejos e necessidades dos sujeitos situados nesses territórios.

Em síntese, a tese totaliza e revisita os conceitos geográficos de *território*, *formação socioespacial*, *territorialidades* e *patrimônio-territorial*, o que se fundamenta no alinhamento metódico dos autores referentes a tais discussões. Inseridas no cotidiano da população do Distrito Federal e no contexto da formação socioespacial brasileira, as *rodas de samba* tornam-se **tema de pesquisa** para essa tese, observadas como síntese dialética entre a condição universal e particular dos sujeitos sambistas, que se encontram, a maioria, em situação vulnerável, historicamente, nas Regiões Administrativas da Capital Federal brasileira.

Conceitos adotados para a análise da natureza e das territorialidades das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Nesse aspecto, a abordagem proposta está calcada em um incessante processo dialético, para subsidiar a discussão sobre a natureza e as territorialidades das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro para, então, entendê-las como *patrimônio-territorial latinoamericano*.

Ao propor examinar as rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, e as relações dialéticas que as influenciam, desde o universal (contexto latinoamericano) ao particular (os lugares onde as rodas de samba se efetivam), equivale resgatar os embasamentos construídos por Santos (2009, p. 115), que nos convidam a “revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando sob esse ângulo, o papel dos eventos ocorrentes como mediação indispensável”, apropriando-se das rodas de samba como objeto de pesquisa da tese.

A América Latina é escolhida como primeira totalidade, empiricizada por intermédio da análise de seu processo de formação territorial. A segunda totalidade pontuada é o território brasileiro, pela interpretação do conceito de *formação socioespacial brasileira* (SANTOS, 2012b; 2014a). O Distrito Federal brasileiro, composto pelas suas trinta e uma (31) respectivas Regiões Administrativas, representa, então, a terceira totalidade, onde a escala local de análise (os espaços públicos apropriados pelas rodas de samba) ganha uma dimensão única e socialmente concreta, pela ocorrência de fenômenos sociais agregados, fruto da diversidade e da solidariedade presente na vida cotidiana dos sujeitos. É na organicidade dessas três totalidades que se busca apreender a realidade do todo, considerando as rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como *patrimônio-territorial latinoamericano*.

Ao valorizar o *patrimônio-territorial*, conceito representativo dos “elementos singulares da história registradas em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder” (COSTA, 2016, p.2), propõe-se para essa tese a **problemática** de que parte das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro podem ser reconhecidas e ativadas popularmente como *patrimônio-territorial latinoamericano*, por representarem uma concreta expressão de resistência espacial negra contra as colonialidades do poder e do saber impostas à América Latina no largo processo histórico. Para tal, busca-se responder o seguinte **problema de pesquisa**: *qual a natureza e como se territorializam as rodas de samba do Distrito Federal brasileiro?*



A partir da problemática apresentada, construiu-se o viés geográfico da pesquisa alinhado à ideia de herança ou história territorial, para uma estratégia de compreensão do real como representação do presente. Perpassa pelas abordagens teóricas da formação territorial na América Latina até a constituição do Distrito Federal brasileiro, adentrando na contribuição de uma interpretação da formação socioespacial brasileira.

O **objetivo geral** da tese, portanto, é compreender a natureza e definir as territorialidades das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, a fim de reconhecê-las e ativá-las popularmente como patrimônio-territorial latinoamericano.

Para tanto, toma-se como **objetivos específicos**: (i) elucidar o contexto histórico da formação territorial, desde a escala da América Latina até o Distrito Federal brasileiro, permeando a análise a partir do conceito de *formação socioespacial brasileira*; (ii) promover uma periodização do movimento do samba no território do Distrito Federal brasileiro; (iii) analisar as territorialidades e a natureza das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro; (iv) identificar e mapear quais rodas de samba do Distrito Federal brasileiro podem ser consideradas e ativadas popularmente como patrimônio-territorial latinoamericano; e por fim (v) estruturar um caderno temático que ressalte a importância das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como resistência espacial negra, tal como uma proposta de devolutiva social para a comunidade do samba partícipe da pesquisa.

A proposta então, acredita-se, vem pautar um debate que não apresente um viés colonizado e colonizador de fala, vinculado a uma lógica avaliativa externa eurocêntrica e produtivista. Mas sim, um vínculo entre teoria, prática e criatividade. Objetiva-se, assim, o modo decolonial de pensar, combatendo o discurso hegemônico, por meio de uma proposta de práxis transformadora relacionada às rodas de samba da Capital Federal, através do empenho por uma mudança pessoal, começando pela minha própria mudança íntima. Assim, um dos desafios apresentados pela construção dessa tese foi (e continua sendo) o de promover um exercício de reconstrução de empatia e de um pensar que considere o outro como semelhante.

## “ALGUÉM ME AVISOU PRA PISAR NESSE CHÃO DEVAGARINHO”

Para a obtenção dos dados, necessários à construção dialética da tese, foram utilizados três procedimentos metodológicos: (i) a *pesquisa de gabinete*; (ii) a *pesquisa de reconstrução histórica*; e (iii) a *pesquisa de campo*. Tais procedimentos foram executados concomitantemente, contribuindo para uma melhor catalogação, sistematização e análise dos dados.

A **pesquisa de gabinete** englobou a utilização de: pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; e pesquisa iconográfica e fotográfica. A pesquisa documental, de cunho oficial e de produção acadêmica, possibilitou a obtenção de dados atuais e relevantes sobre o tema que, embasados pelos objetivos específicos, facilitaram a construção teórica da pesquisa. A pesquisa bibliográfica, por meio de apanhado geral das principais referências, ajudou a evitar certos equívocos epistemológicos, orientando, da mesma forma, nas indagações levantadas como questões de pesquisa. E, por fim, a pesquisa iconográfica e fotográfica, que abrangeu principalmente registros fotográficos da construção da Capital Federal e da gênese do movimento do samba no Distrito Federal brasileiro, obtidos por meio de visitas técnicas agendadas e efetivadas ao Arquivo Público do Distrito Federal.

A fim de também contribuir para a construção dessa etapa de pesquisa de gabinete, foi realizada uma **visita técnica de natureza científica** no Instituto de Geografia da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), entre os dias 02 a 16 de setembro de 2018, com financiamento da Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP/DF).

A escolha do México para a realização dessa visita técnica se deu pelo significativo contexto histórico, no período escravista, em que se depararam os negros trazidos para o território latinoamericano. Da mesma forma, a escolha da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), juntamente com o seu Instituto de Geografia, se deu por serem reconhecidos como unidades de excelência em pesquisa pelo mundo acadêmico, o que possibilitaria ao pesquisador o acesso livre a mais de 35.000 títulos. A universidade citada também é conhecida por possuir a coleção mais completa e importante do país, no âmbito da Geografia, assim como ter uma das melhores mapotecas latinoamericanas, formada por mais de 20.000 documentos.

Além dos pontos apresentados, pode-se destacar que a viagem ao México permitiu o amadurecimento teórico da pesquisa e promoveu uma aproximação ao Instituto de Geografia da Universidade escolhida, onde o professor orientador, Dr. Everaldo Batista da Costa, possui relações de pesquisa com diferentes docentes e a professora co-orientadora, Dra. Iliá Alvarado-Sizzo, faz parte do quadro destes pesquisadores.

A **pesquisa de reconstrução histórica** teve como intuito promover uma coleta de dados sobre a história do samba no Distrito Federal brasileiro, recontando a origem das rodas de samba e seus precursores, identificando os fenômenos ocorridos no passado (remoto ou próximo) de todo o movimento do samba na Capital Federal.

Por meio do materialismo histórico e dialético, método escolhido para a realização dessa tese, exige-se um pensamento crítico a fim de captar o presente e o passado, refletidos na “coisa em si” e em seu movimento no mundo (KOSÍK, 1976). Assim, foi utilizado o recurso da **periodização** para abarcar, de forma escalar, o movimento do samba no território do Distrito Federal brasileiro. O recurso também auxiliou na interpretação da totalidade da formação socioespacial brasileira, permitindo, assim, uma aproximação da natureza das rodas de samba aqui analisadas.

A realização de uma periodização, conforme Santos (2008, pp. 122-123), torna-se indispensável para que, no trabalho de empiricização dos conceitos adotados e das categorias de instrumentalização construídas, não escape o problema da mudança de valor de cada variável, seguindo os momentos ocorridos. A noção de *periodização* é fundamentada, segundo Santos (2008, p. 90), com base na noção de *regime* e de *ruptura*. Noção de regime, por tratar de um conjunto de variáveis organizadas entre si, que funcionam harmonicamente, ao lado de um pedaço considerável de tempo, mas cuja evolução não é homogênea. Noção de ruptura, pois, a partir dessa não homogeneidade, essa organização se torna ineficaz com o passar do tempo, dando início a um sinal de crise e de passagem a um outro período. O que permite definir e redefinir os conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empiricização do tempo e do espaço, em conjunto.

Para a estruturação da **pesquisa de campo** foram consideradas duas técnicas metodológicas de investigação: (i) *entrevista participativa*, com roteiro semiestruturado e utilização de registros fotográficos; e (ii) *visita técnica de*

*observação participante* nas rodas de samba identificadas como mais relevantes para atender aos objetivos propostos pela tese.

Durante toda a execução da pesquisa de campo, adotou-se a metodologia proposta por Costa (2017), construída para uma ativação popular do patrimônio-territorial latinoamericano, a qual sendo aqui adaptada, reconhece os sujeitos partícipes das rodas de samba e dos grupos envolvidos na efetivação das mesmas como “sujeitos-patrimônio”<sup>5</sup> (COSTA, 2017), em permanente “situação espacial”. Assim, o campo contribuiu para a identificação dos principais sujeitos-patrimônios partícipes das rodas de samba que se efetivam na Capital Federal e dos agentes integrados ao movimento do samba do Distrito Federal brasileiro.

A identificação e escolha dos sujeitos-patrimônio foram efetivadas a partir da notoriedade de saberes, fazeres, práticas, vivências e experiências relacionadas às rodas de samba, ou seja, os sujeitos deveriam ter uma participação ativa nos processos de formação do fenômeno (rodas de samba) no território. Para tal, utilizou-se a “técnica bola de neve”, a qual preconiza que, a partir das primeiras entrevistas realizadas, é possível construir uma lista das futuras possíveis indicações, com nome e relevância para a pesquisa, identificando, assim, os próximos sujeitos-patrimônio que poderão ser entrevistados, e assim seguir sucessivamente.

Dessa lista construída, foi possível identificar os principais sujeitos-patrimônio partícipes no movimento do samba do Distrito e os agentes ativos no movimento do samba no Distrito Federal brasileiro (ver figura 17, figura 18 e figura 19, capítulo 4).

Os critérios levados em consideração para a escolha dos sujeitos-patrimônio foram: (i) ser residente no Distrito Federal brasileiro; e (ii) fazer parte de algum movimento do samba do Distrito Federal brasileiro.

Para a efetivação das entrevistas, foi feito um agendamento prévio com os sujeitos-patrimônio, por contato telefônico formal, a fim de convidá-los e escolhermos juntos o melhor local, data e horário de realização. Da mesma forma, teve-se o cuidado de formular alguns objetivos a serem atingidos na efetivação das entrevistas,

---

<sup>5</sup> Homens, mulheres e descendentes diretos dos sambistas que carregam a memória histórica da formação do território pesquisado e que participaram ou participam da perpetuação prática das rodas de samba e da constituição do Distrito Federal brasileiro. A ideia de sujeito-patrimônio, segundo Costa (2017), remete a todos os viventes do lugar, pois são os responsáveis diretos pela manutenção do sítio e da vida cotidiana. Representam a possibilidade mais real da preservação, da luta ou da resistência no sítio de pertencimento. É todo aquele que se move pelo bem comum da preservação incontestemente, antes de tudo, da vida e de relações duradouras entre si e com o território (COSTA, 2017, p. 37).

são eles: (i) identificar e entrevistar músicos, compositores e sambistas da Capital Federal, em um primeiro momento; a partir das informações coletadas por esses artistas, buscou-se (ii) identificar e entrevistar representantes das importantes associações ou grêmios recreativos de escolas de samba do Distrito Federal; e, por fim, com base nas informações coletadas em ambas as fases iniciais, buscou-se (iii) selecionar, identificar e entrevistar os responsáveis pelas principais rodas de samba que estivessem contempladas pelas categorias de instrumentalização da pesquisa, elencadas a partir do conceito de *patrimônio-territorial*.

Assim, as entrevistas foram estruturadas em três blocos, com as seguintes abordagens: a primeira, identificar o contexto histórico das rodas de samba do Distrito Federal; a segunda, identificar as territorialidades das rodas de samba do Distrito Federal; e a terceira, revelar a natureza dessas rodas de samba territorializadas. O roteiro completo estruturado para as entrevistas encontra-se no Apêndice VII dessa tese.

Assim, foram realizadas doze (12) entrevistas que contribuíram para a identificação dos principais sujeitos-patrimônio e agentes existentes no movimento do samba do Distrito Federal brasileiro. Da mesma forma, elas contribuíram para a identificação de algumas importantes rodas de samba que se efetivam na Capital Federal brasileira (ver figura 20, capítulo 4, e quadro 4, capítulo 5). Pôde-se observar, também, que os movimentos do samba do Distrito Federal brasileiro não se territorializam apenas nas associações ou grêmios recreativos de escolas de samba, ainda ativos no território Federal. Eles também se fazem em bares, restaurantes, instituições educacionais (relacionadas à música) e a partir de coletivos de rodas de samba, espalhados pelas Regiões Administrativas da Capital Federal.

A partir das doze (12) entrevistas realizadas, foi possível identificar vinte e duas (22) rodas de samba que se efetivam frequentemente na Capital Federal (ver quadro 4, capítulo 5). Dessas vinte e duas (22), treze (13) foram classificadas como rodas de samba comerciais (na relação trabalho e produção) e nove (9) como rodas de samba abertas ou democráticas (que valorizam os sujeitos partícipes).

A partir dessa classificação, fez-se a segunda técnica escolhida para a execução da pesquisa de campo, ou seja, as visitas técnicas de observação participante nas rodas de samba identificadas como “rodas de samba abertas ou democráticas”. Das nove (9) rodas de samba identificadas, foram feitas oito (8) visitas

técnicas nas seguintes rodas de samba: (i) “Café com Samba”; (ii) “Clube do Compositor”; (iii) “Samba na Comunidade”; (iv) “Samba da Guariba”; (v) “Pode Chegar”; (vi) “Samba do Banquinho”; (vii) “Do Trabalho para o Samba”; e, por fim, (viii) “Samba do Pardim”. Não foi possível realizar a visita técnica na roda de samba “Samba da Liberdade”, pois a mesma se encontra parada temporariamente, mas foi realizada entrevista com um de seus responsáveis, sendo possível incluí-la na análise.

A etapa de realização dessas entrevistas durou sete (7) meses, entre dezembro de 2018 a junho de 2019, conforme estipulado pelo projeto de qualificação da tese aprovado. Durante essas visitas, realizou-se registros fotográficos do acontecer das rodas de samba, gravou-se em áudio (mp3) as entrevistas realizadas e coletou-se informações com os sujeitos que participavam das rodas de samba, para também contribuir na análise e na categorização das mesmas como patrimônio-territorial latinoamericano.

A partir da teorização construída por Costa (2016; 2017; 2018), sobre o conceito de *patrimônio-territorial*, também foram levantadas outras categorias de instrumentalização da pesquisa que permitiram a identificação dessas rodas, são elas: (i) elemento de arte e cultura; (ii) situada no cotidiano da periferia; (iii) recupera e enaltece o que resiste da cultura original; (iv) valoriza, popularmente, o território; (v) faz emergir e valoriza o indivíduo; (vi) atua como resistência; (vii) denuncia as colonialidades do poder e do saber; (viii) se apresenta como utopia de transformação da realidade social; (ix) opera como *devoir* do trabalho.

A partir dessa categorização, concluiu-se que das nove (9) rodas de samba identificadas como rodas abertas ou democráticas, sete (7) delas contemplam todas as categorias de instrumentalização da pesquisa, pontuadas e referentes ao conceito de *patrimônio-territorial*, o que contribui para uma possível ativação popular dessas rodas de samba, a partir dos próprios sambistas.

Importante destacar que a não escolha das demais quinze (15) rodas de samba também identificadas (ver quadro 4, item 5.2.1, capítulo 5), não representa uma banalização das mesmas enquanto rodas de samba comerciais. Elas também carregam em sua natureza a sociabilidade, o resgate de suas origens culturais afrodescendentes e a capacidade identitária de reconectar os sujeitos com seu território e ao próprio território do samba produzido.

Por conseguinte, ao adotar os conceitos de *território* (SANTOS, 1994; 2012b), de *formação socioespacial brasileira* (SANTOS, 2012b; 2014a), *territorialidades* (CORRÊA, 1994) e *patrimônio-territorial* (COSTA, 2016; 2017; 2018) na busca de uma aproximação da natureza das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, a tese totaliza esses conceitos geográficos, fundamentando-se no alinhamento metódico dos autores referentes a tais discussões. Durante essa construção, foi possível identificar, então, que todos os violentos processos de colonização, formação territorial, industrialização, modernização e desenvolvimento do território totalizam as rodas de samba do Distrito Federal brasileiro (do universal para o particular). Da mesma forma que a territorialização dessas rodas em cada Região Administrativa, imprime um caráter particular à formação socioespacial brasileira (do particular para o universal), por se fazer resistência espacial negra na apropriação dos espaços públicos das Regiões Administrativas da Capital Federal, ressignificando-os a partir dos sujeitos.

Ao levar em consideração a postura ética na pesquisa, decidiu-se elencar alguns procedimentos de segurança. O primeiro deles foi o de encaminhar o projeto de pesquisa construído para o Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, da Universidade de Brasília. Considerada uma base nacional e unificada de registros de pesquisas que envolvem seres humanos, a Plataforma Brasil permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus estágios de submissão até aprovação final.

O segundo passo foi o da construção e utilização de um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE), que garante a legitimidade de utilização das informações e documentos coletados nas entrevistas e visitas técnicas, tanto em formato de imagem, áudio e vídeo (ver APÊNDICE VIII).

O TCLE é um documento que informa e esclarece o sujeito que participa da pesquisa de maneira que ele possa tomar sua decisão, de forma justa e sem constrangimentos, sobre a sua participação na pesquisa. Torna-se então uma proteção legal e moral tanto para o pesquisador como para o sujeito partícipe, visto que ambos estarão assumindo responsabilidades durante todas as etapas da pesquisa. Com esse documento, o pesquisador se compromete em manter em sua posse todo o material adquirido em todas as etapas da pesquisa e só descartar após 5 (cinco) anos depois da defesa da tese de doutorado.

## **“FOI NUMA RODA DE SAMBA QUE EU JUNTEI-ME AOS BAMBAS PRA ME DISTRAIR”**

A partir de Kosik (1976, p. 9), entende-se que “a dialética trata da coisa em si”, ou seja, do próprio homem e o seu lugar no universo. Assim, a “totalidade mundo”, apresenta o autor, se revela pelo próprio “homem na história” e no “homem que existe na totalidade mundo” (KOSIK, 1976, p. 230). Essa “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Faz-se necessário, então, percorrer “desvios” para poder alcançá-la. Entretanto, antes de se traçar e de percorrer esses desvios, o homem deve ter a consciência de que os fenômenos sociais são consequências do “modo de ser dos homens no mundo”, das suas “ações efetivas”, e que, por trás de cada fenômeno, as leis encontradas nesse percurso são explicações racionais do “por quê” e do “como” de cada fenômeno.

Nesse entendimento, ao propor um desvendar da natureza das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, em sua totalidade, fez-se necessário percorrer os desvios apontados por Kosik (1976) que contribuíssem para um entendimento do “modo de ser do homem no mundo” (e no samba). Assim, os desvios adotados por essa tese partiram de uma escala universal, analisando a formação territorial na América Latina e seus efeitos para a formação do território brasileiro. Na sequência, fez-se a interpretação da totalidade da formação socioespacial brasileira até atingir os eventos de constituição da nova Capital Federal brasileira. A partir desse contexto, passaram a ser desbravados o movimento do samba no território Federal e identificado suas territorialidades. Por fim, efetivou-se a aproximação das particularidades das rodas de samba que se territorializam nos espaços públicos das Regiões Administrativas do Distrito Federal brasileiro.

Portanto, para que se efetivasse o desvendar da natureza das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, como já citado, a fim de compreendê-la como patrimônio territorial latinoamericano, engendrou-se de conceitos geográficos que auxiliassem no conhecimento da realidade dos processos sociais que envolvem as rodas de samba, são eles: *território, formação socioespacial brasileira, territorialidades e patrimônio territorial*. Nesse sentido, o todo da tese constituiu-se de três partes que se dialogam.

A primeira parte, intitulada “Formação, Colonização e Modernização”, divide-se em três grandes capítulos e carrega, como conceitos estruturantes de análise, o



*território e a formação socioespacial brasileira* (esta última entendida como expressão universal dos condicionantes que contribuem para a interpretação do Brasil enquanto Estado-Nação).

No capítulo 1, que trata da formação territorial na América Latina, parte das civilizações pré-colombianas a fim de identificar alguns dos principais eventos sociais oriundos da ocupação territorial por essas civilizações até a chegada da colonização europeia na América Latina. Sendo as rodas de samba expressões culturais e populares originárias dos povos africanos, trazidos como escravos durante o período colonial, pode-se também pensar em possíveis influências das tradições indígenas já existentes no território, a fim de valorizar a importância e a presença desses povos (tanto dos africanos quanto dos indígenas que também foram escravizados), para, então, efetivar uma interpretação da realidade dos processos sociais que envolvem a gênese das rodas de samba aqui analisadas. Tanto os tambores quanto as manifestações culturais em círculo (roda) estão presentes historicamente em ambas as culturas.

No capítulo 2, que trata da *formação socioespacial brasileira* como conceito interpretativo das transformações no território, pode-se encontrar três divisões, a partir de Santos (2014a) e Moraes (2005), que contribuem para uma interpretação da totalidade brasileira, que são elas: o *território* como uma construção militar/bélica; o *território* como uma construção jurídica; e o *território* como uma construção ideológica do Estado. A partir dessas análises, é possível pontuar os efeitos espaciais, sociais e econômicos dos processos de colonização, industrialização, modernização (Era Vargas) e desenvolvimento (Governo Juscelino Kubitschek), totalizados com a construção do Distrito Federal / Brasília, que se tornou síntese do poder e controle hegemônico do território brasileiro pelo Estado.

No capítulo 3, intitulado “O Distrito Federal brasileiro: um projeto geopolítico nacional”, pode-se identificar como se deu o processo de construção da Nova Capital (Brasília) na região centro-oeste do país, uma das principais metas estipuladas pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, durante seu mandato político enquanto Presidente da República. Consequentemente, aponta os efeitos dessa concretização, tanto para o território em sua totalidade como para a população que se prontificou a trabalhar na grande obra de erguimento da Cidade Nova. A partir das análises pôde-se observar que Brasília se revela como um violento e segregador produto conjuntural

ideológico nacional-desenvolvimentista e de internacionalização da economia brasileira, sendo caracterizada por Visentini (1986, pp. 22-23) como: “símbolo e síntese da negação do subdesenvolvimento e afirmação de um ‘novo Brasil’, desenvolvido e independente”, a partir do avanço industrial, incentivado pelas potências internacionais.

Esse resgate histórico (totalizante de espaço-tempo-economia-sociedade) promovido pelos três capítulos possibilita a identificação de alguns dos principais eventos sociais que explicam a formação socioespacial brasileira e contribuem para uma interpretação da gênese das rodas de samba no Distrito Federal brasileiro, tais como “formas fenomênicas da realidade” (KOSIK, 1976) que fazem parte da natureza das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro.

A segunda parte da tese, intitulada “Samba, Pertencimento e Sociabilidade Comunitária”, é formada pelo capítulo 4, o qual apresenta um registro histórico do movimento do samba no Distrito Federal brasileiro e suas redes territoriais de sociabilidade, permitindo, dessa forma, uma identificação de suas territorialidades.

Conforme abordado no capítulo, o movimento do samba no Distrito Federal brasileiro se origina de forma modesta e espontânea; sofrendo mudanças em sua forma de expressão à medida que o território também vai sendo ordenado e dominado pelo poder do Estado. Assim, pensar as rodas de samba em sua totalidade (e como uma totalidade), inseridas nesse movimento de transformações territoriais, contribui para um entendimento de que cada roda de samba analisada pela pesquisa guarda em sua natureza especificidades dinâmicas e particulares que se dialogam e se totalizam; e que a partir de cada totalidade “roda de samba”, que não são isoladas entre si, também se tornam fragmentos que interagem no movimento histórico da formação social, econômica e espacial do Brasil, em um movimento dialético entre o “particular” e o “universal”, e vice-versa.

A terceira parte, intitulada “Rodas de Samba, Resistência Espacial Negra, Patrimônio-territorial”, é composta pelo capítulo 5 da tese e trata especificamente das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como patrimônio-territorial latinoamericano.

O capítulo 5 recupera a formação ou o movimento do samba no território e identifica algumas das principais rodas de samba que se efetivam nas Regiões Administrativas da Capital Federal, classificando-as em rodas de samba comerciais

ou abertas. A partir de então, foi possível desbravar a natureza dessas rodas, identificando que, em sua maioria, essas carregam, como elementos constitutivos de sua natureza, a solidariedade, a igualdade, a sociabilidade e o respeito para com os sujeitos e o lugar onde são territorializadas. Elas totalizam, em sua natureza, todos os violentos processos já pontuados nos capítulos anteriores, representando, assim, um movimento de resistência. Portanto, com base no entendimento do conceito de *patrimônio-territorial*, pôde-se pensar em uma possível identificação e ativação popular dessas rodas de samba abertas ou democráticas, que se formam a partir de resistências espaciais da população em situação vulnerável (que em sua maioria é composta pela população negra), tal como um patrimônio-territorial latinoamericano.

Consciente do papel transformador que uma tese de doutorado possui em sua natureza e, da mesma forma, das mazelas pelas quais tem padecido o continente latinoamericano, haja visto os vários conflitos recentes ocorridos na Bolívia e no Chile, o final do capítulo ainda apresenta subsídios para a efetivação de uma devolutiva social para a comunidade do samba visitada, a partir dos conteúdos aqui trabalhados. Assim, propõe-se a elaboração de um material didático de valorização das rodas de samba, aqui consideradas como patrimônio-territorial latinoamericano, correspondente ao último item dos objetivos específicos adotados para a pesquisa.

Essa proposta é a tônica do Grupo de Extensão e Pesquisa Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe (GECIPA), vinculado ao CNPq, do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), o qual faço parte. Coordenado pelo Professor Everaldo Costa e alunos, o grupo foi fundado em 2011, com a chegada do Professor na UnB e desde 2015 tem se voltado para estudos latinoamericanos, de forma que Costa, no ano de 2016, publica o trabalho “Utopismos patrimoniais para a América Latina”, trabalho este que nos abre essa perspectiva analítica, incentivando mestrados e doutorados defendidos desde então<sup>6</sup>.

Num cenário em que as referências de negros, indígenas, mulheres e pobres urbanos são mal interpretadas ou sequer lembradas, devido uma imposição hegemônica de interesses que atendem as colonialidades do poder e do saber, assumir as rodas de samba como patrimônio-territorial e propor sua ativação popular, a partir dos próprios sujeitos sambistas, faz-se essencial.

---

<sup>6</sup> Alguns trabalhos de teses e mestrados alinhados com tal proposta ou defendidos no grupo são: RÚBIO (2015), FELIPPE (2017), HOSTENSKY (2017), LIMA (2017), MALULY (2017), OLIVEIRA (2017), MESQUITA (2018), entre outros.

## **PARTE 1: FORMAÇÃO, COLONIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

Ninguém ouviu  
Um soluçar de dor  
No canto do Brasil  
Um lamento triste  
Sempre ecoou  
Desde que o índio guerreiro  
Foi pro cativeiro  
E de lá cantou  
Negro entoou  
Um canto de revolta pelos ares  
No Quilombo dos Palmares  
Onde se refugiou  
Fora a luta dos Inconfidentes  
Pela quebra das correntes  
Nada adiantou  
E de guerra em paz  
De paz em guerra  
Todo o povo dessa terra  
Quando pode cantar  
Canta de dor  
E ecoa noite e dia  
É ensurdecador  
Ai, mas que agonia  
O canto do trabalhador  
Esse canto que devia  
Ser um canto de alegria  
Soa apenas  
Como um soluçar de dor

*Música: Canto das três raças*

*Compositores: Mauro Duarte / Paulo César Pinheiro*

*LP: Clara Nunes: O canto das três raças*

*Gravadora: UMG, em nome da EMI, LatinAutor / Ano: 1976*

## **CAPÍTULO 1**

### **A FORMAÇÃO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA: PARTINDO DAS CIVILIZAÇÕES PRÉ-COLOMBIANAS**

*Cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico [...] através do percurso da história, uma mesma coisa deixa de ser o que antes ela era, à medida que muda o seu conteúdo histórico (SANTOS, 2008, pp. 64-93).*

Ao considerar o mundo como um conjunto de possibilidades existentes numa formação social (num país, numa região ou em um lugar) e os eventos como veículo e vetor dessas possibilidades, conforme Santos (2009, p. 147), torna-se possível para essa tese a identificação de alguns dos principais eventos partícipes da formação territorial na América Latina, que influenciaram toda a formação do território brasileiro e a constituição do Distrito Federal brasileiro, que por fim totalizam a formação socioespacial brasileira (SANTOS, 2012b; 2014a). Esse resgate histórico espaço-temporal possibilita a identificação de eventos sociais que fizeram parte da gênese das rodas de samba<sup>7</sup> do Distrito Federal brasileiro, a fim de uma aproximação de sua natureza. A partir dessa aproximação, então, é possível promover uma caracterização dessas rodas de samba enquanto patrimônio-territorial latinoamericano, como propõe Costa (2016, 2017, 2018).

Conforme os estudos de Santos (2009, p. 145), esses eventos são caracterizados como “a matriz do tempo e do espaço”. São a combinação de uma ordem temporal e de uma ordem espacial. Criam o tempo, criam a continuidade do mundo vivente, como portadores da ação humana no presente. É assim que as situações geográficas se criam e recriam.

Onde ele (o evento) se instala, há mudança, pois, o evento é uma brutalidade eficaz [...]. A cada novo acontecer as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e também mudam sua significação [...]. Mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características (SANTOS, 2009, p. 146).

Didaticamente, Santos (2009, p. 147) os classificam em “eventos naturais” e “eventos sociais ou históricos”. Os primeiros, resultados do próprio movimento da natureza, mudam pela sua própria dinâmica (a queda de um raio, o começo de uma

---

<sup>7</sup> Formas de expressão artística e cultural oriundas da miscigenação cultural entre as etnias, principalmente da africana, valorizadas e territorializadas no território do Distrito Federal brasileiro.

chuva, por exemplo). Já os segundos, supõem a ação humana (a interação entre os homens, os efeitos sobre os dados naturais). E são exatamente nesses últimos que o presente capítulo se pauta: nos eventos sociais ou históricos ocorridos durante o processo de formação territorial na América Latina, para, assim, contribuir para a interpretação do território brasileiro a partir de sua formação socioespacial.

O resgate desses eventos se faz, em um primeiro momento, como um convite para que o leitor releia o passado, de forma distinta do discurso europeu colonizador ainda vigente. Um passado desprezado e/ou distorcido por interesses escusos das colonialidades do poder e do saber que imperam atualmente no “sistema-mundo moderno/colonial<sup>8</sup>” (MIGNOLO, 2005).

No mesmo sentido, segundo Moraes (2014, p. 36):

O estudo da constituição de um território pode ser um rico caminho para a análise da particularidade histórica de uma formação social, pois a qualidade de sua inércia e continuidade torna-o depósito não apenas de valores econômicos, mas também dos projetos políticos (e culturais) que se hegemonizam em cada sociedade em foco.

Assim, adotou-se como proposta metodológica para a identificação desses eventos o movimento escalar espaço-temporal, que retoma a formação territorial na América Latina a partir do modo de produção colonizadora/escravocrata implantado no território (capítulo 1), a fim de facilitar a interpretação da *formação socioespacial brasileira*, conceito construído por M. Santos (2014a), nos anos de 1970<sup>9</sup> (capítulo 2) e a constituição do Distrito Federal brasileiro (capítulo 3).

Trabalhado por Santos (2014a), o conceito de *território* é tratado como recorte do espaço pelo processo de formação de um Estado-Nação, delimitado e regulado. Entretanto, o autor também o apresenta como “palco da proliferação do capital”, espaço apropriado pelos seus agentes através da divisão social do trabalho e revelador da realidade concreta da história (SANTOS, 2008, p. 96). Assim, a formação territorial na América Latina (tratada nos itens 1.1 e 1.2), é observada como um

---

<sup>8</sup> Walter D. Mignolo (2005) em seus estudos sobre a colonialidade no hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade, defende que a emergência da ideia de “hemisfério ocidental” deu lugar a uma mudança radical no imaginário e nas estruturas de poder do mundo moderno/colonial. Essa mudança não apenas produziu um enorme impacto em sua reestruturação, mas teve e tem importantes repercussões nas relações Sul-Norte nas Américas, para a configuração atual da “Latinidade” nos Estados Unidos, como também para a diversidade afro-americana no Norte, no Sul e no Caribe.

<sup>9</sup> A construção teórica do conceito de Formação Socioespacial foi apresentada por Milton Santos em seu artigo “Society and Space: Social Formation as Theory and Method”, *Antípode*, 9/1, pp. 3-13, Jan.-Feb. de 1977, traduzido e inserido na Obra “Da Totalidade ao Lugar” (SANTOS, 2014a).

resultado do exercício do controle e do poder, cujo modo de atuação pode ser interpretado pela territorialização dos objetos geográficos produzidos pela ação humana.

Não resta dúvidas quanto ao papel desempenhado pelo quadro natural e humano encontrado na formação territorial na América Latina e na constituição do Distrito Federal brasileiro, que contribuem para a totalização da formação socioespacial brasileira. A partir dos imigrantes que povoaram o território e da chegada dos conquistadores europeus, que os exploraram, pode-se entender a internacionalização do modo de produção capitalista em todo território, institucionalizado pelo poder colonizador. Bem como pelas intervenções que esses mesmos eventos históricos, de forma direta, provocaram na formação territorial do país, totalizando, assim, sua formação socioespacial, cujas conjunturas (histórica, social, econômica e espacial) possibilitam uma interpretação geográfica da realidade brasileira.

A partir de tais posicionamentos, acredita-se que a efetivação da análise da formação territorial na América Latina, seja capaz de trazer elementos importantes para a construção das concepções sobre a formação socioespacial brasileira, além de promover embasamentos para as próximas análises sobre a constituição do território do Distrito Federal e as territorialidades de suas rodas de samba. Consideradas como foco singular desta tese, as rodas de samba do Distrito Federal brasileiro resistem, espacialmente, no movimento histórico de domínio e controle do território, tal como se define o patrimônio-territorial. O patrimônio-territorial, então, é uma totalização de todo esse processo de massacre e violências ocorrido durante a colonização e o processo de formação territorial do Brasil, registrado pelos sujeitos no decorrer da história.

Em síntese, o movimento da tese envolve a formação territorial latinoamericana (enquanto totalidade) e alcança o patrimônio-territorial (como singularidade), tudo mediado pela singular formação socioespacial brasileira.

Pensar a formação territorial na América Latina é um exercício complexo e desafiador, pois entende-se que os territórios latinoamericanos são múltiplos em suas particularidades e processos de formação. Dessa forma, a presente análise da formação territorial na América Latina foi estruturada em duas partes. A primeira (item 1.1) se faz por meio da retomada histórica da ocupação e apropriação do território

pelas primeiras civilizações, caracterizadas como pré-colombianas, que podem também ser consideradas como os primeiros agentes de produção dos territórios latinoamericanos. E a segunda parte (item 1.2), pelos eventos históricos a partir do fenômeno de colonização europeia, os quais revelam os impactos provocados pelo domínio e posse do território.

Portanto, acredita-se que: pela história da produção territorial na América Latina se pode explicar parte dos conflitos vividos no território brasileiro, os quais também totalizam sua formação socioespacial (SANTOS, 2014a). Tais conflitos, da mesma forma, se replicam atualmente em todo o país e, por assim dizer, se concretizam na construção do Novo Distrito Federal brasileiro, território denominado por Costa e Steinke (2014) como meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional (ver capítulo 3). Entretanto, as resistências se firmam no território, ressignificam suas ações e se territorializam, tanto no Distrito Federal brasileiro como em toda a América Latina.

### **1.1. Os eventos sociais oriundos da ocupação territorial pelas civilizações pré-colombianas na América Latina**

Antes da chegada dos colonizadores europeus nos territórios latinoamericanos, estes já eram habitados por inúmeros povos tradicionais, cuja descendência se fazia a partir de civilizações que migravam e se dispersavam em busca de alimento e abrigo. Segundo Lima (2006), o continente foi o último espaço de terra a ser ocupado pela espécie humana, até então dispersa apenas pelo Velho Mundo. Esse fenômeno teve sua origem no continente africano e se consumou na América, o que ocasionou, a partir de então, a ocupação efetiva de todo o globo.

A procedência dessas populações, conforme Lima (2006, p. 78), era asiática e que, muito provavelmente, teriam penetrado no território pela região do Estreito de Bering<sup>10</sup>. Entretanto, outros pesquisadores ainda debatem se essas chegadas não teriam sido feitas por vias marítimas, ou seja, pelas vias transpacíficas ou transatlânticas, mas esses debates ainda não foram efetivamente comprovados.

---

<sup>10</sup> O estreito de Bering liga os oceanos Pacífico e Ártico, entre a Rússia e os Estados Unidos. Permite a ligação entre o mar de Chukchi (parte do Oceano Ártico), ao norte, com o mar de Bering (parte do Oceano Pacífico), ao sul. Tem seu nome dado por Vitus Jonassen Bering, um explorador dinamarquês de nacionalidade russa, que atravessou o estreito em 1728 e descobriu o Alasca (MICHAELIS, 2018).



A respeito do período exato desses eventos de ocupação territorial, Lima (2006) apresenta que há duas correntes opostas de pensamento. A primeira, conservadora, ortodoxa e bastante coesa, admite a presença humana na América apenas em torno de 12.000 anos. A segunda, heterodoxa e heterogênea, defende que a colonização ocorreu antes disso. Contudo, ainda nessa segunda corrente há divergências, desde aqueles que admitem que há sítios potencialmente mais antigos que 12.000 anos, até alguns poucos que defendem a presença do homem no continente há mais de 100.000 anos<sup>11</sup>.

Ao considerar os estudos de Lima (2006), acredita-se que esses grupos humanos, dispersando-se pelo continente asiático, avançaram em direção ao leste siberiano, alcançando a região do atual Estreito de Bering. Por meio de múltiplas migrações, essas populações penetraram no território por longos intervalos de tempo.

Quando em territórios latinoamericanos, esses primeiros migrantes utilizaram três possíveis rotas de dispersão, retrata a autora. A primeira, a partir do Alaska, pelo litoral setentrional, alcançando o rio Mackenzie e daí seguindo em direção ao sul. A segunda, pelo litoral meridional do Estreito de Bering, beirando a costa sudeste do Alaska, e descendo pela costa do Pacífico. E por fim, pela região central do Alasca, através dos vales, tomando o rumo ao sul, conforme ilustra a figura 1.

O Estreito de Bering parece, então, ter servido de rota e refúgio para os povos que ali migravam. O que, da mesma forma, serviria para as diversas espécies de animais que ali sobreviviam. Tais suposições são comprovadas pelos registros encontrados posteriormente na região, conforme Lima (2006). Tais evidências arqueológicas, assim, podem ser interpretadas como as primeiras manifestações do uso das técnicas nos territórios latinoamericanos. Revelam técnicas de sobrevivência e sustento dessas populações, caracterizadas como “populações caçadoras”, equipadas com tecnologia para caçar, suportar o frio e tirar proveito da enorme diversidade e abundância faunística da região.

A falta de árvores e, conseqüentemente, de madeira como combustível para fogueiras (território ártico) pode ter sido suprida com gorduras, ossos e excrementos de animais (mamutes, bisontes, cavalos, antílopes, alces, renas, caribus, bois almiscarados, ursos, lobos, entre outros). Ossos dos grandes mamíferos podem ter servido como esteios para cabanas cobertas

---

<sup>11</sup> Conforme Henri Lehmann (1965, pp. 14-15), a antiguidade atribuída ao homem americano é de 10 a 15.000, no máximo 20.000 anos. É pouco em relação aos 100.000 ou 125.000 anos durante os quais diferentes tipos de homens teriam existido no Velho Mundo.

de peles, assegurando condições mínimas de sobrevivência nesse ambiente inóspito (LIMA, 2006, p. 82).

De tais registros, pode-se também observar que, em sua maioria, eram referentes às técnicas voltadas à agricultura e às estruturas arquitetônicas. Estas últimas, mais valorizadas através dos tempos pelas grandes e complexas construções piramidais produzidas por importantes civilizações como Asteca, Inca, Maia, Olmeca e Zapoteca, por exemplo. Entretanto, dos primeiros habitantes conhecidos como caçadores até estes que construíram as grandes construções arquitetônicas, sucederam-se inumeráveis outras gerações.

Conforme López Austin e López Luján (2001), supõe-se que entre o período de 33.000 e 5.000 (a.C.), essas primeiras civilizações se agrupavam em bandos, que raramente excediam 100 membros. As relações internas se efetivavam entre os de mesmo grau de parentescos ou por reconhecimento de um ancestral comum. As aldeias eram isoladas na vastidão territorial e as poucas relações que tinham entre si não eram voluntárias, mas sim, resultado da ação governamental específica de cada aldeia, em busca do controle de água, alimento e do território. Autossuficientes na produção, necessária à sobrevivência, eram sociedades igualitárias, embora existissem diferenças por sexo e idade, principalmente relacionadas às atividades produtivas. Os homens eram responsáveis pelas práticas de caça e as mulheres se ocupavam de práticas mais constantes e sossegadas referentes ao trabalho de coleta e cuidado dos demais integrantes da aldeia (LÓPEZ AUSTIN & LÓPEZ LUJÁN, 2001).

Milhares de anos de estabelecimento no território foram necessários para que se desenvolvessem os diferentes estilos da vida, relações socioeconômicas, políticas, culturais, religiosas e etc., referentes a cada uma dessas sociedades, cujos vestígios ainda hoje são admirados e estudados geograficamente e historicamente. Por meio das técnicas produzidas, essas grandes civilizações foram transformando os territórios habitados e se formando. As características físicas do meio geográfico que as acolheu também contribuíram para a constituição de um conjunto diverso de agrupamentos humanos formados por complexas redes de relações sociais (ver figura 2).

As áreas ocupadas, portanto, eram relativamente limitadas. Entretanto, elas eram tão numerosas e variadas que foi possível delimitar sua evolução

conjuntamente. Dessa delimitação foram estabelecidas “superáreas culturais”<sup>12</sup> aparentadas por particularidades e semelhantes interações, de cada uma dessas populações, conforme observado nas obras de Lehmann (1965), López Austin e López Luján (2001), e Bernardes (2008).

López Austin e López Luján (2001) apresentam que essas superáreas culturais seriam habitadas por tribos com características etnológicas comuns: origem migratória, idioma, tipos de produtos agrícolas coletados e/ou cultivados, técnicas de cestaria e/ou cerâmica, materiais construtivos, etc., além de interesses políticos e de elites, e de ações de guerra e/ou conflitos, etc. O panorama cultural obtido, então, era um reflexo da interação dessas civilizações, de características múltiplas e distintas entre si.

Essas superáreas culturais foram instituídas para melhor determinar parâmetros comuns e sistematização do conhecimento a respeito desses povos, sendo definidas em: Superárea Cultural Mesoamericana, Intermédia, Caribenha, Andina, Patagônica e Amazonense (ver figura 2). O método utilizado foi o de caracterização por semelhanças e diferenças, tendo como referência a superárea cultural mesoamérica, por ser considerada a mais relevante, pela presença das grandes civilizações Asteca, Maia e Zapoteca. Assim, a partir da Superárea Cultural Mesoamérica, foi identificado a existência de elementos comuns em todas as demais superáreas, outros exclusivos e outros inexistentes.

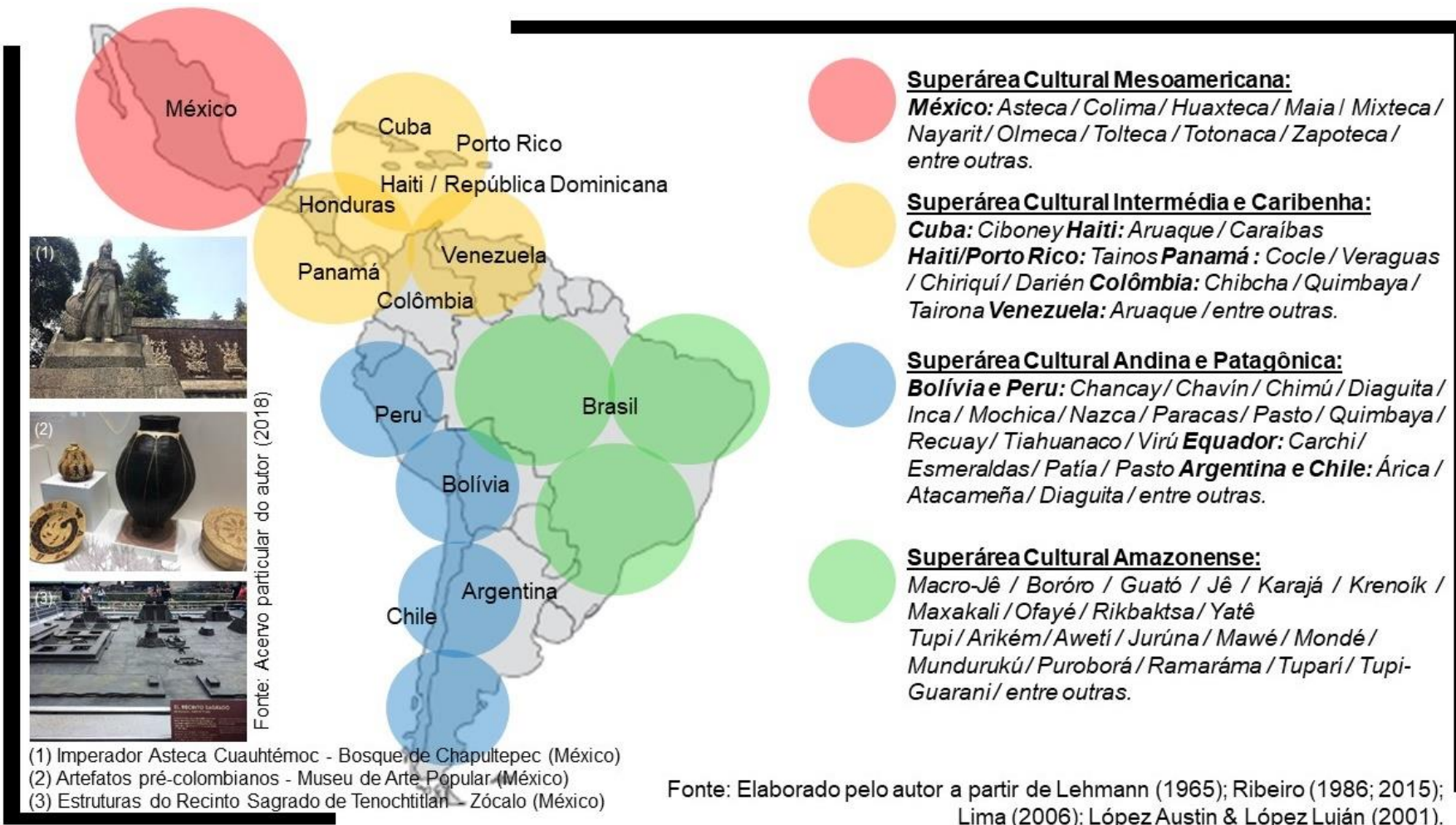
---

<sup>12</sup> Una superárea cultural supone la existencia de grupos humanos ligados por un conjunto complejo y heterogéneo de relaciones. A lo largo de los milenios, éstas se establecen entre sociedades que viven en áreas contiguas; el resultado son tradiciones e historia compartidas. Fundamentalmente, las relaciones se generan a partir de los intercambios constantes de bienes; de los desplazamientos transitorios o permanentes de grupos dentro de la superárea; de los intereses compartidos entre las elites que gobiernan las diferentes entidades políticas; del dominio de unas sociedades sobre otras; de las acciones bélicas, tanto de alianza como de conflicto, etc. Más que como un conjunto de elementos inmutables en el tiempo y en el espacio, las tradiciones que caracterizan una superárea cultural deben concebirse como una peculiar corriente de concepciones y prácticas en continua evolución multiseccular y con notables particularidades regionales (LÓPEZ AUSTIN & LÓPEZ LUJÁN, 2001, pp. 15-17)

Figura 1: Prováveis rotas utilizadas pelos povos antigos para chegar na América.



Figura 2: Algumas das principais civilizações pré-colombianas presentes na formação territorial latinoamericana.



Bernardes (2008), ao tratar da inserção da civilização de Teotihuacán no sistema-mundo Mesoamericano, corrobora com o posicionamento de que tais civilizações estão muito longe de serem consideradas “culturas primitivas”, como foram tratadas por alguns pesquisadores. Elas eram, pelo contrário, sociedades sofisticadas e complexas, estruturadas a partir de “Cidades-Estado” que mantiveram entre si uma rede de relações comerciais, artísticas, políticas, sociais e religiosas, além de apresentarem interesses econômicos específicos, controle estatal da terra e governos hereditários que mantinham rituais complexos. Segundo Bernardes (2008, pp. 63-65), “com o crescimento de sua área de influência algumas cidades passaram a conquistar outras exigindo tributos. Surgem os impérios de conquista regionais como, por exemplo, os impérios Asteca e Tarasco”. Esses grandes impérios, então, passaram a configurar-se como autênticas economias de mercado pré-capitalista, dignas de figurarem-se entre as grandes potências comerciais internacionais da antiguidade, tais como a romana ou assíria.

A partir da chegada dos colonizadores europeus, destruição, morte e escravidão chegaram ao território dessas sociedades. Por meio do choque armado e, principalmente, microbiano (pela varíola e sarampo) uma grande parte das populações autóctones foi dizimada. As culturas urbanas sedentárias foram as que mais sofreram aos ataques, diferentemente daquelas menos estabelecidas ou ainda nômades. Nessas áreas de população menos adensada e divididas em unidades políticas menores, a colonização se efetivou na destruição direta dos gêneros de vida tradicionais e no redirecionamento da força laboral indígena. Em ambos os casos, o controle dos habitantes foi a chave da conquista (LEHMANN, 1965; LÓPEZ AUSTIN & LÓPEZ LUJÁN, 2001; LIMA, 2006; BERNARDES, 2008).

As grandes obras monumentais, representatividade do poder público e religioso dessas sociedades, foram então destruídas. Como estratégia de domínio e controle territorial, os colonizadores utilizavam dos destroços dessas construções para erguerem novas representatividades de poder, como as monumentais igrejas da religião dominante do continente europeu<sup>13</sup>. Assim, sob essas tradicionais civilizações,

---

<sup>13</sup> Podemos destacar como exemplo desse processo de destruição/construção a Catedral Metropolitana da Assunção da Virgem Maria aos Céus (em espanhol *Catedral Metropolitana de la Asunción de la Santísima Virgen María a los cielos*), considerada uma das mais antigas catedrais católicas romanas do continente americano. Sede episcopal da Arquidiocese do México e, portanto, a catedral primacial do país, ela foi construída pelos colonizadores espanhóis sobre os escombros de um templo asteca

as cidades espanholas e portuguesas foram erguidas. Os territórios dominados passam a ser tomados e explorados como “recurso”, entendidos por Santos *et al.* (2006) como garantia de realização dos interesses particulares dos atores hegemônicos que neles atuavam (e ainda atuam).

O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. Para os atores hegemônicos o ‘território usado’ é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação do seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território (SANTOS *et al.*, 2006, pp. 5-6).

Os novos atributos explorados passaram a ser transpostos como posse e bens de troca das Coroas, Espanhola e Portuguesa, a fim de reabastecerem e fortalecerem o sistema de colonização e os cofres monetários, responsáveis pela perpetuação das conquistas europeias.

Portanto, a partir do instante em que os territórios são tomados pelos colonizadores europeus, faz-se uma adaptação de seus usos. Eles passam a ser tratados como fomento da colonização. Dessa forma, pode-se concluir que, no início da conquista, o mercado escravista, a divisão social, territorial e do trabalho contribuíram, violentamente, para a formação do sistema espaço-temporal de produção capitalista, hoje vigente.

## **1.2. Os eventos sociais da colonização europeia na América Latina**

O processo de conquista dos territórios “descobertos” na América Latina, designados pelos colonizadores como “Novo Mundo”, teve seu avanço impulsionado pelas revoluções tecnológicas procedentes do período Renascentista. Com a descoberta das técnicas pertinentes ao poder bélico originárias da China<sup>14</sup> (a pólvora, a bússola, o papel e a imprensa), ponto de partida da revolução mercantil e industrial

---

adjacente ao Templo Mayor, no lado norte da Praça da Constituição (ou Zócalo), no centro da Cidade do México.

<sup>14</sup> No ano de 1513, Portugal se aproxima da China e encontra um poderio militar aparelhado e bem organizado. Para evitar confrontá-la com violência, optaram por praticar o comércio de forma clandestina com os mercadores chineses nos portos do Império, obtendo, assim, as técnicas bélicas usadas para a expansão colonizadora no continente Americano (MORAES, 2001).

na Idade Moderna, a Europa expandia seus domínios, ocupando territórios antes desconhecidos pelo Ocidente (GALEANO, 1996).

Os pilares estruturantes desse processo de expansão, então, tinham como premissa: o devastador mecanismo de dominação/comercialização colonizador. Esse mecanismo incluía em sua base: o tráfico de importação transatlântica, os mercados públicos e as vendas privadas de homens, mulheres e crianças originários do continente africano, especificamente da África Ocidental.

Ao buscar entender a formação desse sistema colonizador, pode-se encontrar nas abordagens de Moraes (1994) que esse sistema se expressava, já em sua gênese, por uma qualidade de dominação e subordinação presentes nas relações econômicas, culturais e de poder. Para o autor, colonização “é a capacidade plástica de se apropriar de lugares, os mais diversos, e moldá-los segundo seus interesses”. Esses lugares, passam a se chamar colônias, “resultado de uma conquista territorial”. Essas, só são assim designadas por aqueles que chegam (os colonizadores), não sendo reconhecidas pelas populações autóctones (os colonizados). Essas populações autóctones também aparecem, aos olhos do colonizador, como “verdadeiros atributos do lugar, que devem ser submetidos como parte da natureza a ser ganha” (MORAES, 1994, pp. 81-82).

A subordinação, necessária para o colonizador, é exatamente a dos naturais, como retrata Moraes (1994). Por isso, a “conquista” se torna a determinação básica da colônia, entendida aqui como: uma relação específica entre a sociedade que se expande e os sujeitos, recursos e áreas dos lugares onde se exercita essa expansão. A violência e a expropriação são, da mesma forma, dados irredutíveis desse processo, variando em grau e dimensões, sempre presentes em suas manifestações.

A partir dessa contextualização, entende-se que a formação territorial na América Latina aconteceu, efetivamente, por meio desse sistema colonizador, implantado pela estrutura hierárquica entre a sociedade dominadora (Espanha e Portugal) e os lugares dominados (os povoados das civilizações pré-colombianas), num processo dialético de relações violentas entre a sociedade e o espaço (MORAES, 1994).

Entretanto, antes da chegada dos europeus ao continente, esse sistema já se fazia implantado e em execução, desde muito, em territórios africanos. Conforme as abordagens de Lovejoy (2011), a história da colonização da África se faz



documentada a partir dos fenícios, que começaram a estabelecer colônias na costa africana do Mediterrâneo, por volta do século X (a.C.). Seguiram-se os gregos, a partir do século VIII (a.C.), os romanos, no século II (a.C.), os vândalos, que tomaram algumas colônias romanas já no século V (d.C.), seguidos pelo império bizantino, no século seguinte, os árabes, no século VII e, finalmente, os estados “modernos” da Europa, a partir do século XIV. Desde então, o processo de ocupação territorial, exploração econômica e domínio político, por potências europeias na África, intensificaram-se com os descobrimentos e com a ocupação das Ilhas Canárias pelos portugueses, no princípio do século XIV.

Ligada à expansão marítima europeia, a primeira fase do colonialismo africano surge da necessidade de encontrar rotas alternativas para o Oriente e novos mercados produtores e consumidores. Nesse movimento, os europeus capturaram e transportam milhões de africanos para vários pontos do mundo, fenômeno esse que ficou conhecido como “escravidão”.

Considerada por Lovejoy (2011) como o maior movimento forçado de migração transatlântica da história, a escravidão, portanto, é definida pelo autor como “un crimen contra la humanidad, un rechazo de los derechos fundamentales de los seres humanos y por lo tanto en plena oposición a la ciudadanía” (LOVEJOY, 2011, p. 37). Esse fenômeno ainda representa uma condição em que são negados os direitos (como seres humanos) dos sujeitos (homens e mulheres que foram forçados ao escravismo) e seus corpos considerados como bens comercializados, sem permissão ou consulta.

Os africanos, assim, eram escravizados por possuírem extraordinária força física, grande capacidade de trabalho e muita inteligência para a realização de tarefas com objetos técnicos, tais como: os engenhos de açúcar e as ferramentas próprias para a agricultura. Tal população não era considerada digna de um pagamento, como apresenta Quijano (2005). Os membros integrantes da chamada “raça dominante”, composta pelos espanhóis e portugueses, podiam receber salário, ser comerciantes e agricultores independentes. “A distribuição racista do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno manteve-se ao longo de todo o período” (QUIJANO, 2005, p. 108). Dessa forma, conforme apresenta o autor: “na América, a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada para produzir mercadorias para o

mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo” (QUIJANO, 2005, p. 115).

Ao analisar o modelo econômico vigente em todo o continente latinoamericano, Gorender (2016) identifica que o capitalismo e o racismo<sup>15</sup> também foram formas de opressão e exploração, interligados pelo sistema escravista. Segundo o autor, o colonialismo contribuiu em grande parte para a acumulação originária de capital e, conseqüentemente, para o desenvolvimento capitalista no Ocidente europeu.

Como responsáveis por todo esse processo, Espanha e Portugal se destacaram, durante os séculos XIV a XVI. A introdução e comercialização dos escravos africanos na América, datam das investidas de Cristóvão Colombo às ilhas do Caribe, devido a exploração de suas riquezas naturais. Com algumas vantagens, em comparação com os demais países europeus, Portugal dispunha de fronteiras definitivamente estabelecidas, isentas de questões nacionais internas, além de contar com um poder estatal em processo de centralização. Essas vantagens, acumuladas de suas experiências marítimas, favoreciam introduzir inovações de vanguarda na navegação em direção aos continentes africanos e asiáticos. Portugal, então, inicialmente foi atraído para a África pela busca do ouro, que era exportado pelos países islâmicos, não tardando a perceber que o continente também possuía uma outra mercadoria valiosa, os próprios africanos escravizados.

A costa da África Ocidental e da África Oriental permaneceriam, por muito tempo, sob dominação econômica e política de Portugal, que exercia também uma certa influência cultural sobre seus parceiros comerciais. Ao mesmo tempo que se buscava apoderar do comércio do ouro, do marfim e dos metais existentes entre a costa, o tráfico de escravos pelo interior do território se intensificava. O comércio com a África, então, tornou-se extremamente lucrativo para o país.

A escala e a direção do tráfico transatlântico e do escravismo no interior da África Ocidental, bem como os números estimados de sujeitos aprisionados que foram forçados a marchar pelo deserto do Saara africano, foram catalogados pelo Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos (ON-LINE DATA BASE, 2018). Os dados divulgados revelam que a África Ocidental e a África Centro-Ocidental foram as

---

<sup>15</sup> Vale também destacar que o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (1986, p. 98) também considera o racismo como “a arma principal do arsenal ideológico europeu de dominação colonial”.

regiões que mais forneceram escravos transportados em todos os períodos do tráfico transatlântico. A maior parte desses escravos, vindos da África Centro-Occidental, era fornecida por chefes políticos ou mercadores. Sua proveniência percorria de toda a costa oeste da África, passando por Cabo Verde, Congo, Quíloa e Zimbábue (ver figura 3).

Esses grupos escravizados ainda se dividiam em três outros grupos: os sudaneses, os guinenos-sudaneses muçulmanos e os bantus, conforme as informações da *On-line Data Base* (2018). Cada um desses grupos representava determinada região do continente africano e tinha um destino característico no desenrolar do comércio escravista, rumo ao Novo Mundo (as Américas).

Sabe-se hoje que foram tabuladas 35.000 travessias entre África, América e Europa, o que explica o número de 12,5 milhões de africanos enviados para diferentes partes do mundo, pelo maior movimento forçado da história da humanidade. Os dados ainda retratam que 70% desses escravos vieram de Angola, e que grande parte das religiões afrobrasileiras, hoje existentes, provém de duas fontes: a primeira dos *iorubás* do oeste da Nigéria e do Benim e a segunda tinha raízes em Angola e foi trazida ao Brasil como escravos (ON-LINE DATA BASE, 2018).

Segundo Malowist (2010), desde o início do século XVI, a costa africana sofreu um movimento de expansão para além-mar, promovido por Espanha, Portugal, França e África do Norte muçulmana, o que atingiu imensos territórios situados na borda do Atlântico e, até mesmo, no Pacífico.

Em 1517, por exemplo, os Otomanos apoderaram-se do Egito, submeteram uma grande parte da península árabe e estabeleceram, pouco a pouco, a dominação sobre Trípoli, Túnis e Argel, onde se multiplicaram regências otomanas sob protetorado turco. Estas, fizeram pairar uma grave ameaça sobre os navios europeus e sobre as costas meridionais da Itália e da Espanha. No Marrocos, entretanto, os portugueses conseguiram assegurar o controle sobre uma grande parte da costa, até Agadir e Safi, enquanto os espanhóis se estabeleciam em Tlemcen e Oran. Os principais pontos de embarque de escravos da África, segundo apontamentos de Lovejoy (2011) e de Malowist (2010), foram Uidá, Acra, Porto-Novo e Lagos, conhecidos como Costa do Ouro, inicialmente, e Costa dos Escravos, mais adiante, de onde saíram aproximadamente um milhão de africanos durante o século XIX (ver figura 3).

Os fortes militares também foram bastante expressivos e muito utilizados durante esse período, tais como o de Elmina, Cape Coast, Anamobu e Koromantyn, de onde provinha o nome de Coromanti, utilizados no transporte dos escravos para as Américas. Na África Oriental, empregaram-se outros métodos de dominação pela força, ao dominar Sofala, Mombaça, e outras cidades costeiras, onde foram implantadas guarnições e o recolhimento de impostos à coroa portuguesa.

As tabelas a seguir (tabela 1 e tabela 2) demonstram quantitativamente esse movimento de sujeitos escravizados da África para a América e países da Europa. A tabela 1 auxilia na interpretação do quantitativo de africanos escravizados, a partir dos destinos de embarque e desembarque. Já a tabela 2 apresenta os mesmos números referentes ao período analisado, com intervalo de tempo de 25 anos. Desses dados, pode-se verificar que o número de escravos retirados da região da África Centro-Occidental, somado com o do Sudeste da África, ascende a 6.237.242 sujeitos. Merece destacar que: esse número representa cerca da metade do número de africanos escravizados. Os dados também revelam que essa população, do interior da África Occidental, procedia de zonas relativamente próximas da costa ou do interior, as vezes a mais de 100 ou 150 quilômetros.

Por outra parte, conforme apresenta Lovejoy (2011), deve-se destacar que as regiões do extremo norte da Costa de Ouro e do interior da Serra Leoa, eram regiões em que o escravismo também se constituía como uma prática antiga, promovida pelos povos muçumanos no interior da África Occidental, cujo número de escravizados pode se caracterizar como bem maior e não contabilizado. Tal afirmativa se justifica pela presença do Islã em grande parte do continente, tanto no Norte quanto no Sudão, ao Sul do Saara. Essa religião teve como propagadores, os guerreiros e comerciantes da época. Os muçulmanos eram considerados, e até os dias de hoje são, excelentes mercadores e dominaram o comércio mundial da época, o que contribuiu para o desenvolvimento da ciência, da filosofia e da técnica em todas as regiões em que se instalaram. Além da mercantilização do ouro, eles promoviam a exportação de marfim bruto e do trabalhado escravo para a Arábia e a Índia, através do oceano Índico. Assim, esses 12,5 milhões de africanos embarcados forçadamente foram rumo ao México, Peru, América Central e América do Sul.

Figura 3: Principais pontos de contato do comércio europeu com os comerciantes africanos a partir do século XVI.



A população que vinha das regiões denominadas como Golfo de Biafra, Golfo de Benim e da Costa do Ouro, provinham de lugares relativamente próximos. Juntas, essas três regiões somam um total de 4.802.941 sujeitos escravizados, ou seja 38% do número de africanos deportados (ver tabela 2) de seus territórios.

Tabela 1: Números de embarque e desembarque de escravos da África para América Latina e Europa.

Embarque / Desembarque	Espanha / Uruguai	Portugal / Brasil	Reino Unido	Holanda	Estados Unidos	França	Dinamarca / Báltico	TOTAL
Senegambia e Atlântico	122.088	221.612	226.637	9.205	43.791	124.247	7.933	755.513
Serra Leoa	85.432	16.907	163.393	2.276	56.494	61.048	3.221	388.771
Costa do Marfim	10.558	9.248	200.905	79.102	13.375	23.681	0	336.869
Costa do Ouro	6.705	68.394	718.127	103.375	126.259	115.574	70.887	1.209.321
Golfo de Benim	132.018	1.009.212	353.853	126.913	4.402	348.897	23.765	1.999.060
Golfo de Biafra	188.288	156.167	1.030.582	28.677	7.037	182.284	1.525	1.594.560
África Centro-Occidental e Santa Helena	432.789	4.018.540	534.280	204.788	29.464	472.288	2.425	5.694.574
Ilhas do Sudeste da África e do Oceano Índico	83.646	348.185	31.663	0	24.504	53.383	1.286	542.667
<b>TOTAL</b>	<b>1.061.524</b>	<b>5.848.265</b>	<b>3.259.440</b>	<b>554.336</b>	<b>305.326</b>	<b>1.381.402</b>	<b>111.042</b>	<b>12.521.335</b>

Fonte: Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos (<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>) – Acesso em maio de 2018.

Tabela 2: Números estimados de africanos embarcados por períodos e regiões (1501 – 1866)

Período	Senegambia	Serra Leoa	Costa do Marfim	Costa do Ouro	Golfo de Benim	Golfo de Biafra	África Centro-Occidental	Sudeste de África	TOTAL
1501-1525	12.726	0	0	0	0	0	637	0	13.363
1526-1550	44.458	0	0	0	0	2.080	4.225	0	50.763
1551-1575	48.319	1.168	0	0	0	3.383	8.137	0	61.007
1576-1600	41.778	237	2.481	0	0	2.996	2.996	0	152.372
1601-1625	23.862	0	0	68	3.528	2.921	2.921	345	352.843
1626-1650	30.360	1.372	0	2.429	6.080	33.540	33.540	0	315.050
1651-1675	27.741	906	351	30.806	52.768	80.780	80.780	16.633	488.064
1676-1700	54.141	4.565	999	75.377	207.436	69.080	69.080	14.737	719.674
1701-1725	55.944	6.585	8.878	229.239	378.101	66.833	66.833	12.146	1.088.909
1726-1750	87.028	16.637	37.672	231.418	356.760	182.066	182.066	3.162	1.471.725
1751-1775	135.294	84.069	169.094	268.228	288.587	319.709	319.709	5.348	1.925.314
1776-1800	84.920	94.694	73.938	285.643	261.137	336.008	336.008	50.274	2.008.670
1801-1825	91.225	89.326	37.322	80.895	201.054	264.834	264.834	182.338	1.876.992
1826-1850	17.717	84.416	6.131	5.219	209.742	230.328	230.328	227.518	1.770.979
1851-1866	0	4.795	0	0	33.867	2	2	30.167	225.609
<b>TOTAL</b>	<b>755.513</b>	<b>388.771</b>	<b>336.867</b>	<b>1.209.321</b>	<b>1.999.060</b>	<b>1.594.560</b>	<b>1.594.560</b>	<b>542.668</b>	<b>12.521.335</b>

Fonte: Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos (<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>) – Acesso em maio de 2018.

Calcula-se que, em 1792, dos 102 mil cativos desembarcados na América, cerca de 31 mil desembarcaram no Brasil. No ano de 1829, o número girou por volta de 106 mil cativos desembarcados em toda América, sendo 73 mil só no Brasil, conforme *On-line Data Base* (2018). Estes números mostram a potência do comércio da época, alicerçado no trabalho escravo.

A vinda desses povos acontecia em tumbeiros ou navios negreiros e duravam cerca de 30 a 45 dias. Uma boa parte dessas tripulações escravas acabava falecendo durante o percurso marítimo. Os sobreviventes, logo após chegarem ao continente, desgastados pela longa viagem e pelas péssimas condições das embarcações, se dirigiam ao trabalho forçado, sendo esse nas lavouras ou nas práticas mineradoras (LOVEJOY, 2011; MALOWIST, 2010).

Com a intensificação do processo de montagem da economia açucareira no território brasileiro, por exemplo, a mão de obra africana chegava para substituir o trabalho indígena, que era amplamente utilizado na época. Os escravos africanos, então, eram empregados como mão de obra para as plantações canavieiras do Nordeste e cafeeiras do Sudeste brasileiro (ver figura 4), além de serem utilizados no garimpo, na mineração e em trabalhos domésticos variados. Sobre esse processo, Frederico (2017) afirma que o território brasileiro se inseria na divisão internacional do trabalho como grande fornecedor de matéria-prima, com a produção do açúcar, do café e dos metais preciosos.

Com o predomínio do trabalho escravo e a prática da monocultura itinerante, observa-se no território brasileiro um ciclo de intensa e rápida prosperidade econômica. Entretanto, com o esgotamento das reservas naturais, devido ao sistema de exploração descuidado e extensivo, houve rapidamente uma estagnação e decadência da atividade. “A precariedade dos sistemas técnicos disponíveis e a falta de uma maior racionalização dos métodos produtivos promoviam o rápido esgotamento dos solos, exigindo a constante migração da atividade” (FREDERICO, 2017, p. 77). Assim, a manutenção do trabalho escravo, nesse período, associada aos precários sistemas de transporte e de comunicação, dificultavam o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho.



Figura 4: Fazenda de plantação de café no Vale do Paraíba, Rio de Janeiro (RJ), 1885.



Fonte: Coleção Gilberto Ferrez, acervo do Instituto Moreira Salles / RJ; in: Exposición AfricAmericanos / CDMX, (2018).

Dessa forma, pode-se também destacar, com base em Santos (1999, p. 6), que: “nos primórdios da história, modos de produção e formações econômico-sociais se confundiam. A ação dos modos de produção sobre o espaço se dava praticamente sem mediações”. O movimento de europeização provocado com a chegada de homens, árvores e animais de todos os continentes na América Latina produziu um novo tipo de espaço em um lugar diferente, retrata Santos (2006). “A história europeia da América Latina coincide com o início da história do capitalismo e do processo que, depois, vai chamar-se de globalização” (SANTOS, 2006, p. 19).

Apesar de diferentes em alguns aspectos, o sistema escravista espanhol e português tinham o mesmo foco principal: o domínio do espaço como recurso e a predominância do trabalho escravo como modo de produção e geração de renda para suas respectivas Coroas. Assim, cita-se Raffestin (1993, p. 150), ao apresentar que: “[...] toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma *produção territorial* que faz intervir tessitura, nó e rede”.

Da mesma forma, com base em Haesbaert (2016, p. 339), pode-se compreender que: “[...] não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico”. Entende-se, então, que a formação dos territórios latinoamericanos é resultado das transformações geradas pelas relações de

trabalho e, conseqüentemente, de domínio e poder. Posicionamento esse que se originou a partir da ocupação dos territórios pelas antigas civilizações pré-colombianas, conforme apresentado no item 1.1.1.

De igual modo, nessa formação, houve um violento processo de negação cultural, tanto das civilizações autóctones, quanto das populações africanas trazidas pela colonização, a fim de substituir a mão de obra escrava indígena. Fez-se acontecer um processo de imposição, adaptação e perpetuação de uma “outra cultura”, com preeminência da cultura europeia sobre as demais.

Samaniego (1978) bem retrata esse fenômeno e faz um apanhado sobre os reflexos desse processo. Conforme o autor, o encontro de culturas pode ocorrer pela eliminação das crenças preexistentes ou pela implantação ou revitalização de culturas importadas. Porém, em nenhum desses casos, pode-se ignorar a violenta perturbação mental sofrida para com todos os envolvidos. Em sua análise particular sobre o continente latinoamericano, Samaniego (1978) pontua:

Lo notable es que, precisamente en aquellos lugares en donde el conflicto cultural resulta más patético, es donde el ímpetu artístico, numérico y cualitativo es más importante: México y sus ciudades, Guatemala, la Nueva Granada y Quito, Lima, el Cuzco y el Alto Perú, se constituyen en los principales focos de convergencia e irradiación de lo que se llamaría luego el arte colonial. Allí donde el encuentro fue más violento, mayor fue la eclosión artística; y donde la violencia ocasionó un mayor arrasamiento, los templos, ídolos y objetos paganos fueron sustituidos con igual o superada vehemencia por templos, imágenes y símbolos cristianos [...]. Muy diferente es la situación de aquellas áreas en donde no existían sino grupos dispersos, más o menos primitivos. El colonizador, español o portugués, llega y se establece; combate a las tribus dispersas y desorganizadas, a veces con intensas y prolongadas luchas, pero sus conflictos ideológicos son a la escala de las poblaciones conquistadas: sumarios, localizados en secciones reducidas, aislados en cada región (SAMANIEGO, 1978, pp. 115-116).

O autor também afirma que tal contribuição (para o processo de formação cultural do continente) só foi possível, a partir do movimento de miscigenação das raças. Os africanos, escravizados e tratados como mercadoria, eram mantidos isolados dos restantes grupos humanos. Nenhum outro contato lhes era, inicialmente, permitido. Reprimidos e violentados, esses distintos povos tiveram que buscar inúmeras formas de se libertar. Uma delas foi a aproximação direta com os indígenas, por exemplo, a fim de se miscigenarem entre si como estratégia de fuga. Em determinado momento do processo colonizador, a Coroa Espanhola decretou liberdade a todos os povos indígenas tomados inicialmente como escravos. Esses grupos, portanto, permaneceriam, de algum modo, unidos entre si. Cultivavam e

preservavam sua própria cultura nos territórios que lhes eram instituídos (as aldeias, as senzalas<sup>16</sup> e os quilombos<sup>17</sup>).

Ribeiro (1986, p. 129) também expõe que a contribuição cultural dos africanos durante o período colonial foi “desde técnicas e valores a sentimentos, ritmos, musicalidades, gostos e crenças que o negro escravo pôde guardar no fundo do peito e se defender do avassalamento”.

Da mesma forma, para contribuir com o debate, pode-se apresentar o posicionamento de Serna Moreno<sup>18</sup>, sobre as questões sociais, culturais e espaciais das populações “afroindolatinas”. Em seus trabalhos, o autor valoriza a relação existente entre as comunidades indígenas e as populações de origem africana, assim como seus descendentes que se mestiçaram em grandes escalas a partir do período colonial, formando as relações afroindolatinas. Nesse contexto, o termo em destaque se refere à originária configuração histórica, cultural e étnica da mestiçagem entre as matrizes africana, ameríndia e europeia nos territórios latinoamericanos (SERNA MORENO, 2014).

O autor também revela que a aproximação ocorrida entre as etnias possibilitou interações culturais caracterizadas, principalmente, pela presença da dominação e do poder europeu (intensificado a partir de 1850 no território mexicano), em diferentes momentos históricos.

En este período, los pueblos indígenas y africanos, migrados a la fuerza dentro del territorio latinoamericano y caribeño, emprendieron diversas estrategias para la preservación y apreciación de sus costumbres, hábitos y tradiciones. Estas estrategias se dieron a través de la religiosidad, por ejemplo. No obstante, convivieron en idiomas, prácticas curativas, rituales, fiestas y danzas, en los pocos momentos dejados por su condición de esclavizados. [...] No sólo intercambiaron aspectos culturales, sino encararon por medio de la danza, la música, el baile y el color son resistencias culturales a lo español colonial (SERNA MORENO, 2018, informação oral/entrevista).

Assim, é possível ressaltar que, tanto a cultura indígena quanto a africana, ao se mesclarem, tornaram-se componentes importantes na cultura latinoamericana. Até

---

<sup>16</sup> Conjunto dos alojamentos destinados aos escravos nas antigas casas senhoriais ou fazendas (MICHAELIS, 2018).

<sup>17</sup> Eram comunidades fortificadas, formadas durante o período colonial por escravos fugitivos e por uma minoria branca e indígena, organizada politicamente, representando uma forma de resistência e combate à escravidão (MICHAELIS, 2018).

<sup>18</sup> José Jesús María Serna Moreno é doutor em Estudos Latinoamericanos pela *Facultad de Filosofía y Letras da Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), mestre em teorias críticas do Direito pela *Universidad Internacional de Andalucía*, Sede Iberoamericana de Santa María de La Rábida, Espanha. Atualmente, é investigador do *Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe* (CIALC), na UNAM.

hoje, tais componentes se potencializam, dotados de significações e representações históricas (desse período passado), principalmente em território específicos denominados como territórios quilombolas e indígenas. Conseqüentemente, esses territórios, principalmente em terras brasileiras, tornaram-se elementos de maior representatividade cultural desses povos, além de representarem lutas e resistências<sup>19</sup> contra o sistema escravista. Muitos desses territórios de resistência, hoje, constituem o que Costa (2017) classifica como “territórios de exceção”, na América Latina.

Conforme o autor, os territórios de exceção surgem de uma recíproca determinação entre ausência (do Estado, do mercado, das instituições, das organizações etc.) e presenças (do sujeito localizado e reafirmados no território por meio de seus bens culturais), e guardam em si os desejos e necessidades dos sujeitos historicamente segregados. São lugares os quais os sujeitos possuem fortes vínculos (familiares, afetivos, culturais), que se dão pela apropriação simbólica e cotidiana, ou seja, que vão além da banalização, comercialização e fragmentação que permeiam os processos globais de uso do território. Como será analisado, tais territórios são *locus* do patrimônio-territorial debatido por Costa (2017).

Portanto, ao analisar o processo de formação territorial na América Latina, observa-se que os eventos sociais provocados pelos colonizadores, a partir de sua chegada no continente, intensificaram o movimento de interação e luta (constantes) por controle, domínio e produção dos territórios. As atividades e as coisas por eles produzidas, tanto pelas necessidades do modo de produção, quanto pelas necessidades da formação social, transformaram (temporal e espacialmente) a história da América Latina. Tal afirmativa tem embasamento na construção de Santos (2014a, p. 29), o qual apresenta que: “os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”.

A partir dessa compreensão, parte-se para a interpretação da formação socioespacial do território brasileiro, a fim de compreender como se processou o modo de produção e uso de seu território e os impactos gerados pelas sucessões de eventos sociais oriundos da colonização europeia no Brasil.

---

<sup>19</sup> A interpretação do conceito de *resistência*, utilizado para a construção dessa tese, é embasada pelo trabalho de Ernesto Sabato (2002), que a define como o ato de não se resignar. Para o autor, tal ato representa: “no mirar con indiferencia cómo desaparece de nuestra mirada la infinita riqueza que forma el universo que nos rodea, con sus colores, sonidos y perfumes” (SABATO, 2002, p. 16).

## **CAPÍTULO 2**

### **A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL PARA INTERPRETAR AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO**

Após uma compreensão de como se operou a formação territorial na América Latina, encaminha-se para um esforço de análise da formação socioespacial brasileira (SANTOS, 2014a), que se revela pelo cruzamento de condicionantes, gerais e específicos, de sua formação social, econômica e espacial. A escolha justifica-se por seu caráter geográfico e pela necessidade de uma análise totalizante sobre o território brasileiro, que vem sofrendo grandes mutilações. Em nome da “ordem” e do “progresso”, o uso do território vem se tornando mais seletivo aos interesses dos capitalistas e reduzindo os direitos e benefícios das populações mais pobres. O desmonte que vem ocorrendo no país, surge como estratégia para entregá-lo à grupos internacionais que avançam sobre todos os setores vitais da economia, principalmente nos setores da indústria, do comércio, da educação e da saúde.

Portanto, apreender a constituição do território brasileiro, considerando seus usos, seus movimentos conjuntos e suas partes, desde o período colonial até os dias de hoje, se faz emergencial. Contribui para o movimento de resistência contra o que está sendo imposto pela atual máquina do Estado e propõe reflexões de alternativas de mudanças.

Desse modo, para a promoção de uma interpretação do território brasileiro, considera-se a *formação socioespacial brasileira* um conceito-chave, pois revela como se processou o violento movimento de tomada e uso do território, juntamente com as resistências nele existentes. Esse entendimento contribui, então, para uma possível compreensão das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como patrimônio-territorial.

O conceito de *formação socioespacial brasileira* pressupõe uma interpretação dialética (material e histórica) da realidade concreta da nação e do lugar, na busca de alcançar uma totalidade sobre os fatos geográficos ocorridos no Brasil. Ele foi pensado inicialmente como *Formação Econômica e Social* (FES), por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), e teve sua importância para os estudos da sociedade, em sua totalidade e suas frações, por meio do método marxista. A partir de M. Santos (2014a, p. 22), ele é retratado como “o mais adequado para auxiliar na formação de

uma teoria válida do espaço”. Tendo como unidade geográfica o Estado-Nação, o conceito toma como proposta metodológica a associação entre o *modo de produção*<sup>20</sup>, a *formação social* e o *espaço*, tomados por Santos (2014a) como conceitos interdependentes.

Vale também destacar que: a *formação social* é compreendida por Santos (2014a) como uma estrutura produtiva e uma estrutura técnica, contendo em si as complexidades das diferentes formas técnicas e organizacionais do *processo produtivo*, que, ao mesmo tempo, correspondem às diversas relações de produção existentes, não podendo, assim, ser concebidas sem referência à noção de *espaço*. Dessa forma, tal perspectiva propicia uma interpretação totalizadora, sob a ótica da dialética marxista e do materialismo histórico, e promove uma aproximação entre a história e a geografia. Ao mesmo tempo, favorece para uma dimensão histórica na geografia e possibilita uma dimensão geográfica ao longo da história, numa complementaridade, além de permitir ultrapassar a simples aparência fragmentária do espaço (SANTOS, 2014a).

Silveira (2011), em diálogo com Santos (2014a), também apresenta que: qualquer estudo fundamentado no conceito de *formação socioespacial* deve iniciar-se tratando de sua gênese e definindo o processo histórico responsável por sua forma atual. A partir da forma como o território brasileiro é produzido e organizado, as relações sociais que nele se mantêm, as memórias nele preservadas, as resistências impressas pela ação humana, ou seja, pelo cruzamento de condicionantes geográficos, gerais e específicos, torna-se possível interpretar a *formação socioespacial brasileira*.

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem (SANTOS, 2014a, p. 22).

A formação socioespacial é a totalidade que explica os processos, daí que a escala que ela representa mais do que uma delimitação é um imprescindível partido de método. Como é uma mediação entre as possibilidades do período histórico e as existências nos lugares, permitir-nos-ia transformar um discurso geral sobre o presente numa análise concreta de um país e suas regiões sem, por isso, cair numa mera descrição dos lugares a modo de inventário (SILVEIRA, 2011, p. 157).

---

<sup>20</sup> Entende-se o termo “modo de produção” como uma forma particular de organização do processo de produção destinada a agir sobre a natureza e obter os elementos necessários à satisfação das necessidades da sociedade (SANTOS, 2014a, p. 29).

Portanto, adotou-se o conceito de *formação socioespacial brasileira* por entender que as dinâmicas de produção do espaço brasileiro precisam ser abrangidas à luz dos processos sociais que o engendram, sem, contudo, esquecer das transformações provocadas pelo *uso do território*<sup>21</sup>. Enfatiza-se essa escolha, por meio do posicionamento de Silveira (2011), o qual revela que é pela *formação socioespacial* que se formulam os critérios das seleções de fatos e teorias, ainda que as evidências desse uso não saltem facilmente aos olhos.

Para uma melhor construção dessa análise, faz-se necessário a construção de uma *periodização*<sup>22</sup>, conforme apresentam Santos e Silveira (2008, p. 23). Para os autores, a história do território brasileiro é una e diversa, pois representa a soma e a síntese das histórias de suas regiões. Para entendê-la, no seu processo e na sua realidade atual, “uma periodização é necessária, pois os usos (do território) são diferentes nos diversos momentos históricos” (SANTOS & SILVEIRA, 2008, p. 23).

Assim, essa periodização é construída com base nas abordagens promovidas por Moraes (2001) sobre as bases da formação territorial do Brasil, que o autor as caracteriza como sendo de três específicas dimensões. A primeira, ao considerar o território como uma construção bélica/militar, por meio da conquista e da ocupação espacial pela colonização portuguesa. A segunda, tendo-o como uma construção jurídica, por meio da estruturação do país enquanto Estado-Nação. E, por fim, a terceira dimensão como uma construção ideológica, pela reestruturação identitária durante o seu processo constitutivo.

Tal escolha se efetivou pela preocupação em se promover uma análise geográfica globalizante, que promova um reconhecimento dos vários níveis (econômicos, sociais, políticos e culturais) do processo de materialização da realidade brasileira, expressa pelos eventos sociais ocorridos historicamente.

As resistências se fazem presentes no território, desde os movimentos de defesa das antigas civilizações pré-colombianas contra os ataques dos colonizadores, e permanecem ativas no avanço da formação territorial brasileira. Essas resistências,

---

<sup>21</sup> Conforme Santos e Silveira (2008, p. 21), o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, também denominadas como sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. “São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania [...]”.

<sup>22</sup> Segundo Santos e Silveira (2008), “períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização” (2008, p. 27).

assim, podem ser reconhecidas e ativadas como patrimônio-territorial, de forma a promover alternativas de valoração dos subalternizados e de seus territórios de exceção. Tais resistências, da mesma forma, imprimem um caráter singular à formação socioespacial do Brasil.

Sendo o patrimônio-territorial um “representativo dos elementos singulares na história registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder” (COSTA, 2017, p. 56), pode-se pensar em uma possível ativação popular das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, enquanto também resistência.

Por conseguinte, essa periodização se divide em três partes. A primeira, resgata o período pré-colonial, já analisado na formação territorial na América Latina, mas considerando o foco no território brasileiro, tratado a partir de uma dimensão bélica/militar. A segunda, relaciona-o à dimensão jurídica, durante os períodos colonial, imperial e republicano, revelando as formas e interesses presentes no ordenamento territorial durante esses períodos. E por fim, a terceira parte, pela dimensão ideológica do território, por meio do conceito de *ideologias geográficas*, construído por Moraes (2005), a qual resgata as intencionalidades do governo modernista de Getúlio Vargas e do desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Nas três partes, foram considerados o modo de produção e seus efeitos econômicos ao território, juntamente com as transformações sociais ocorridas em cada época histórica analisada, elementos estes constitutivos do conceito proposto por Santos (2014a), a *formação socioespacial brasileira*. Pelo teor social, econômico e espacial, adotou-se como principais autores: Ribeiro (2015), Santos (2014a), Silveira (2011), Santos e Silveira (2008), Furtado (2007) e Moraes (2001).

## **2.1. O território brasileiro como uma construção militar/bélica**

Com a chegada das tropas portuguesas em áreas costeiras do Atlântico, os colonizadores não encontraram uma sequer população adensada, ou seja, as populações autóctones presentes se dividiam em grupos políticos muito pequenos, com mais de 1.400 tribos distintas entre si, cada uma sendo uma unidade política, nômade. Não havia formação de núcleos urbanos, como encontrado pelos navegadores espanhóis nas civilizações pré-colombianas Maia, Inca e Asteca, por exemplo. Os indígenas brasileiros tinham como característica um baixo nível de intervenção sobre o espaço. Todos eles eram estruturados em tribos autônomas e



autárquicas, não estratificadas em classes. Mais de mil povos, que falavam diferentes línguas e tinham diferentes culturas, habitavam o chamado “chão da América do Sul” (MORAES, 2001; RIBEIRO, 2015).

Não era, obviamente uma nação, porque eles não se sabiam tantos nem tão dominadores. Eram, tão só, uma miríade de povos tribais, falando línguas do mesmo tronco, dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartia, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam (RIBEIRO, 2015, p. 25).

O controle da área que hoje é o estado da Bahia teve um papel estratégico nas relações iniciadas com os povos indígenas. O Estado português submetia os indígenas pacíficos aos colonizadores, os Tupiniquins por exemplo, para que guerreassem contra os grupos inimigos. Os Tupinambás, outra tribo existente, eram considerados violentos e já declarados inimigos dos portugueses. A eles, deveriam ser voltadas as ações de violência e de escravização, para atender às exigências dos colonizadores na produção de alimentos e trabalho nos engenhos. Assim, os colonizadores deveriam preservar a aliança com os povos pacíficos, a fim de garantir a defesa da terra e as práticas de expansão de ocupação territorial (RIBEIRO, 2015).

A decisão de povoar o Brasil efetivamente foi tomada a partir da expedição militar específica para esse propósito, em 1530, que explorou o litoral e promoveu incursões de reconhecimento pelo interior. Com a descoberta das jazidas de mercúrio em Potosí, Alto Peru, pelos espanhóis, a Coroa Portuguesa precisou estreitar o posicionamento de expansão no território brasileiro, ampliando suas conquistas. Naquela época, não se sabia ao certo a distância que havia entre os Andes e a costa brasileira. Havia uma briga cartográfica muito grande entre os cartógrafos portugueses e os espanhóis. De acordo com Moraes (2001, p. 108), “os portugueses alargavam e os espanhóis estreitavam a América do Sul, e ninguém sabia bem a real extensão do continente”. A Coroa Portuguesa acreditava, então, que naquelas terras podiam ter riquezas semelhantes às que os espanhóis encontravam em terras mesoamericanas. Portugal e Espanha, então, confiavam ter o total direito das novas terras, direito esse que também era contestado pelas nações europeias em mais rápida expansão comercial na época: Holanda, França e Inglaterra.

A partir dessas características, o maior desafio das tropas portuguesas, então, era o de implantar as estruturas militares para a tomada, posse, controle e proteção do território, em nome da Coroa. O colonizador teria, desse modo, que “montar” a colonização, pois não encontrou uma sequer estrutura produtiva pronta e, também,

não encontrou nenhuma riqueza de imediato, além dos recursos naturais (MORAES, 2001). Por isso, alguns estudiosos afirmarem que o Brasil não “existia”, ele foi “inventado”.

A primeira invenção, assim, foi feita por portugueses e espanhóis, durante o período de tomada das terras. Logo após, por franceses, holandeses e ingleses, durante a expansão territorial em busca de metais preciosos e produção açucareira. A presença desses países em terras brasileiras se fazia pelos inúmeros acordos e alianças proferidas, a fim de assegurar a manutenção das possessões coloniais cedidas por Portugal (FURTADO, 2007). De acordo com Moraes (2001, p. 109): “em 1580, o rei espanhol reivindicou a coroa portuguesa e o Brasil passou a ser uma colônia hispânica. Isso é minimizado na história brasileira”.

Furtado (2007) apresenta que, durante esse período inicial de ocupação do território, Portugal e Espanha sofreriam uma forte pressão política e econômica exercida pelas demais nações europeias. A França, por exemplo, por motivos religiosos, mas com apoio governamental, realizou sua primeira expedição para criar uma colônia de povoamento nas novas terras brasileiras. Aliás, foi a primeira colônia de povoamento do continente, como retrata Furtado (2007, p. 27). E os portugueses acompanhavam de perto esse movimento. Prevaleceria, então, sobre a Coroa Portuguesa o princípio de que somente teriam o efetivo direito sob àquelas terras quem a houvesse ocupado. Contudo, “se perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente” (FURTADO, 2007, p. 27).

Nesse sentido, conforme apresenta Moraes (2001), esses 40 anos iniciais da presença dos portugueses no Brasil foram efetivamente considerados como um período de instalação das bases militares portuguesas. Período de descobertas e busca por riquezas minerais, as quais não foram encontradas de imediato. O território brasileiro era considerado como uma “aguada na carreira da Índia”, ou seja, o Brasil era uma parada ideal para a provisão de água, alimento etc., e foi essa a função da colônia entre os anos de 1500 a 1540 (MORAES, 2001, p. 107). Esse posicionamento justifica a forte pressão provocada pelos demais países europeus sobre Portugal e Espanha<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> A presença espanhola na costa brasileira, durante esse período, era muito marcante, tão comum quanto a presença portuguesa, retrata Moraes (2001, p. 108), devido as conquistas realizadas em terras Mesoamericanas, aproximando, assim, as duas coroas. Durante o período de colonização do

Com a finalidade de fortalecer seus domínios para melhor controlar e povoar o território, a Coroa Portuguesa deu origem ao Tratado de Tordesilhas<sup>24</sup>, que reduzia o perímetro territorial para efetivar sua defesa, e as capitânias hereditárias<sup>25</sup> (ver figura 5), divisão de terras para sua melhor ocupação. Essas ações são consideradas, então, como o primeiro sistema de organização político-administrativa descentralizado do território brasileiro (MORAES, 2001).

Santos e Silveira (2008, p. 27) também caracterizam esse período como os marcados pelos “tempos lentos da natureza comandando as ações humanas”. A unidade era dada pela natureza, e a presença humana (indígenas e europeus) buscava adaptar-se aos sistemas naturais.

Assim, por meio desses eventos, foi efetivada a primeira dimensão de interpretação da formação socioespacial brasileira. Dimensão essa caracterizada pela mecanização seletiva das bases militares portuguesas no território brasileiro, dando origem ao “período técnico”, conforme apresenta Santos e Silveira (2008).

## **2.2. O território brasileiro como uma construção jurídica**

Com a intervenção da Coroa Portuguesa para fortalecer seus domínios em terras colonizadas, iniciaram-se múltiplas transformações no território brasileiro, eventos esses que imprimem uma singularidade à formação socioespacial brasileira. As invenções e difusão de novas técnicas, juntamente com a elaboração de outras formas de organização, mais complexas, permitiram a instalação de outros usos ao território. Conforme Santos e Silveira (2008), essas transformações produziram no Brasil um movimento de mecanização.

Foram instalados, a partir de então, distintos sistemas de organização político-administrativa: o de Capitânias Hereditárias, o de Governo-geral, o Monárquico e o Republicano. Esses sistemas foram considerados por Moraes (2001) como oriundos

---

Brasil pelos portugueses, Espanha realiza a descoberta das minas de Potosí, no Alto Peru, constituída de jazidas de mercúrio. Tal descoberta fortaleceu a necessidade de uma expansão territorial do Brasil por Portugal, surgindo assim o Tratado de Tordesilhas e as capitânias hereditárias (MORAES, 2001).

<sup>24</sup> Acordo diplomático assinado por Portugal e Espanha, dois anos após a chegada de Cristóvão Colombo nas Américas. O tratado estabelecia a divisão de terras descobertas e a descobrir, a partir de um meridiano traçado a 370 léguas (cerca de 2.350 km) a oeste do arquipélago de Cabo Verde (620 km a oeste do litoral americano), África (COELHO, 1996).

<sup>25</sup> O sistema de capitânias hereditárias constituiu na divisão, pela metrópole portuguesa, do território colonial em quinze faixas ou lotes que foram doados a donatários. Vigorou entre 1534 a 1548 e funcionavam como unidades autônomas e desvinculadas umas das outras. Acima dos donatários só havia uma autoridade: o rei de Portugal (COELHO, 1996, p. 123).

da dimensão que retrata o território como uma construção jurídica, constitutiva do processo de formação do Estado-Nação brasileiro.

### 2.2.1. A divisão do território brasileiro em Capitânicas Hereditárias e Sesmarias

Por meio do sistema de organização político-administrativa de Capitânicas Hereditárias, que vigorou de 1534 a 1548, o Brasil foi dividido em quinze faixas ou lotes, doados à donatários. A esses particulares, cabia a responsabilidade de povoar e de desenvolver tecnologicamente o uso do território às próprias custas. Esse posicionamento é denominado por Moraes (2001) como uma privatização da colonização: “na verdade, a capitania hereditária foi uma tentativa de passar para particulares o custo da instalação no Brasil, uma instalação que envolvia a aplicação de capitais vultosos” (MORAES, 2001, p. 108). Da mesma forma, pode-se encontrar nas abordagens de Furtado (1970) que: “o verdadeiro motor da ação que viria a estruturar o novo império, seria o interesse privado do conquistador” (FURTADO, 1970, p. 29).

A partir de então, conforme apresenta Sodré (1979), por meio da ocupação territorial pelos donatários portugueses, o perfil socioeconômico da colônia se transformou. As classes sociais que vieram nas frotas da conquista foram as da pequena nobreza ligados à Coroa ou nobres de título por serviços prestados, mas não enriquecidos por esses serviços. Entretanto, não houve um interesse por essas terras, separadas em capitânicas. Conforme Sodré (1979, p. 67), “não houve disputa, – ao contrário, alguns dos donatários nem as receberam, ou as transferiram, mas aceitaram”. Tratava-se de um investimento oneroso e não rentável para os donatários que aceitavam o desafio. Contudo, os poucos que aceitaram, iniciaram o movimento econômico de produção agrícola em terras brasileiras, contribuindo para a divisão social do trabalho entre a agricultura e o pastoreio.

A partir das capitânicas hereditárias, houve uma transformação dessas terras em “sesmarias<sup>26</sup>”, que, conforme N. Almeida (2008, pp. 93-94), se deu como “parte de uma das maiores concessões de posse colonial já existentes”. Essas terras eram controladas pela “Casa da Torre” e “Casa da Ponte”, que lideravam o movimento

---

<sup>26</sup> A denominação “sesmaria” deriva da quantidade de 1/6 da produtividade de cada uma das Casas (Casa da Ponte e Casa da Torre) que deveria ser destinada à Casa Real em Portugal (ALMEIDA, 2008, p. 93). Foram terras que produziram novas localidades às margens do Rio São Francisco.

expansionista no território, assumindo, assim, os dois dos maiores latifúndios existentes, na época, em cada margem do Rio São Francisco e suas adjacências.

A Casa da Torre, segundo Almeida (2008), foi uma propriedade que se desenvolveu, sobretudo, a partir de Pernambuco, chegando ao Piauí e descendo a Bahia e Minas Gerais (margem esquerda do Rio São Francisco), chegando a possuir até 250 léguas por estas áreas, ao longo de gerações.

A Casa da Ponte é caracterizada por Almeida (2008) como uma propriedade instituída em 1663 e que se estendeu do Morro do Chapéu, na Bahia, até as nascentes do Rio das Velhas, em Minas Gerais, numa extensão de 150 ou 160 léguas, à margem direita do Rio São Francisco.

O autor ainda apresenta que essas duas famílias tinham como atividade principal a pecuária e as práticas de arrendamento de terras. A partir de então, a produção açucareira se intensificou e avivou o processo de escravização indígena como mão de obra, o que provocou uma expansão para o oeste e para o sul do país, em busca de mais escravos. Assim, o comércio de escravos indígenas também se constituiu como “a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não dedicados à indústria açucareira”, conforme retrata Furtado (2007, p. 76).

Entretanto, Sodré (1979) apresenta que esses indígenas não estavam aptos para a atividade escravizadora agrícola, como o colonizador desejava. “A terra lhe servia (aos indígenas) para caçar ou para plantar e colher o suficiente ao consumo da comunidade” (SODRÉ, 1979, p. 69). Assim, é nesse contexto, que chega em terras brasileiras a mão de obra africana: para atender as necessidades de expansão das empresas açucareiras.

Considerada por Furtado (2001, p. 77) como “a base de um sistema de produção mais ‘eficiente’ e mais densamente capitalizado”, o tráfico negreiro era feito sob administração direta da Coroa, sendo o encargo desse comércio de exclusiva responsabilidade entre os donatários das capitanias, donos dos engenhos, com particulares responsáveis pelo tráfico.

Apesar do grande avanço econômico promovido pela produção açucareira da época, por meio dos engenhos particulares instalados nas capitanias, a Coroa Portuguesa não estava segura com o sistema político-administrativo implantado. Devido ao seu caráter descentralizador, longe do poder da metrópole, juntamente com o aumento dos constantes ataques indígenas e da incapacidade de os donatários arcarem com as próprias despesas de ocupação, exploração e defesa das terras, o

sistema declinou. Conforme Moraes (2001, p. 107), “dos doze donatários das capitanias hereditárias brasileiras, seis nunca vieram ao Brasil tomar posse das capitanias, porque nelas não havia nenhuma riqueza. Ao contrário, os donatários teriam que aplicar capitais na colônia”.

Em 1548, a Coroa Portuguesa resolveu participar, de forma mais direta, do povoamento e da colonização no Brasil. Criou-se um novo sistema político-administrativo de caráter mais centralizador, ou seja, o Governo-geral.

### 2.2.2. O Governo-geral como sistema político-administrativo do território brasileiro

Esse sistema, que vigorou de 1548 até a chegada da família real portuguesa (1808), teve como instrumento jurídico o “Regimento de 1548” e como autoridade máxima da colônia, Tomé de Sousa (1503-1579), governador-geral nomeado pela metrópole. Exatamente em 17 de dezembro desse ano, o poder público se instala no Brasil e começa a restringir a área do poder privado, conforme retrata Sodré (1979, pp. 79-80). Com a presença do governador-geral, a capitania da Bahia se tornou sede do poder público e a Coroa Portuguesa retoma os poderes que delegara aos donatários, para assim, retomar e ampliar o controle territorial para as mãos do rei.

Nesse período, também se intensificou a vinda de muitos jesuítas, franciscanos e carmelitas, chefiados por Manuel da Nóbrega (1517-1570). Esses religiosos tinham como tarefa missionária a conversão e integração dos povos autóctones na cristandade religiosa portuguesa. Assim, segundo Ribeiro (2015), a Coroa Portuguesa acreditava ter em mãos a missão salvacionista dada pela Igreja de “avassalar os índios, colonizar e fluir as riquezas da terra nova”, em nome do “sagrado dever de salvá-los pela evangelização” (RIBEIRO, 2015, p. 46). Já para Sodré (1979, p. 113), havia dois interesses embutidos na presença dos religiosos. O primeiro seria “diminuir o choque inicial com as populações indígenas, quebrando-lhes as resistências aos elementos colonizadores”. O segundo interesse seria, então, o de “assegurar ao tráfico negreiro o domínio da área produtora americana”, uma vez que o tráfico era a empresa mais importante da fase mercantil. Entretanto, o autor ainda afirma que não havia interesse comum entre os colonizadores e os catequistas, já que ambos disputavam a necessidade de escravizar os indígenas.

Algumas capitanias, tais como Porto Seguro, Espírito Santo, Ilhéus, São Vicente e Pernambuco (ver figura 5), relutaram em acatar a autoridade do governador-

geral, embora este representasse diretamente a Coroa. Entretanto, mesmo diante das resistências dos poderes locais, a Coroa Portuguesa modificou, várias vezes, a administração da colônia, buscando fortalecer seu controle político-administrativo. Assim, das quinze capitanias constituídas inicialmente, apenas duas prosperaram e permaneceram vigentes: a de Pernambuco e a de São Vicente (ver figura 5).

### 2.2.3. A divisão do território brasileiro em Governo do Norte e Governo do Sul

Conseqüentemente, de 1573 a 1578, Portugal dividiu a colônia em duas partes: o Governo do Norte, com sede em Salvador (primeira capital do país), e o Governo do Sul, com sede no Rio de Janeiro (ver figura 5). Em virtude do tamanho do Brasil, almejava-se uma maior eficiência administrativa e econômica com essa divisão.

De acordo com Furtado (2001), a colonização desse período ainda se mantinha amplamente ligada à atividade açucareira. Estima-se, para a época, a existência de 120 engenhos, ao final do século XVI, e uma produção que superava os 2 milhões de arrobas<sup>27</sup>, quantia vinte vezes maior que a cota de produção estabelecida pelo governo português um século antes (FURTADO, 2001). Entretanto, em alguns núcleos coloniais, onde a produção de açúcar falhou, caso de São Vicente por exemplo, a subsistência ainda se dava pela relativa abundância da mão de obra indígena, que servia como mercadoria de exportação. Com a chegada da mão de obra africana, também houve uma expansão das empresas relacionadas ao tráfico de escravos.

Durante esse período também ocorreram tentativas de invasão e posse do território brasileiro pelas tropas holandesas. Nessas disputas, promovidas entre Holanda e Portugal, também ocorreram grandes fugas de escravos cativos durante os conflitos. A tática portuguesa de desarticular os engenhos holandeses e botar fogo nos canaviais propiciava a fuga dos escravos, que foram se concentrando em regiões hoje conhecidas como Alagoas, na serra da Barriga, gerando, assim, os territórios conhecidos como quilombolas.

Segundo Moraes (2001), vale destacar que o episódio de Palmares e o início da formação dos quilombos no Brasil foram minimizados pela história. “O Quilombo

---

<sup>27</sup> Cifras relativas à produção de açúcar na época colonial (FURTADO, 2001, p. 77).

dos Palmares durou quase cem anos, um século. No seu auge, por volta de 1650, chegou a ter 70.000 habitantes” (MORAES, 2001, p. 110).

Assim, por conta do aumento da ocupação territorial pelos espanhóis, efetivado nesse período, a Coroa Portuguesa reviu novamente o sistema político-administrativo adotado no Brasil, o que provocou o surgimento de outra importante alteração em sua formação territorial.

#### 2.2.4. A divisão do território brasileiro em Estado do Maranhão e Estado do Brasil

De 1621 a 1775, a organização territorial do Brasil se dividiu novamente. Desta vez, em Estado do Maranhão, com sede em São Luís, que abarcava desde o atual Rio Grande do Norte ao Pará, e Estado do Brasil, com sede em Salvador, que englobava do atual Rio Grande do Norte à São Paulo (figura 5).

Segundo Sodré (1979), essa repartição não influía apenas pela diversidade entre os estados, mas sim pela dificuldade de ligar a área do Estado do Maranhão com a área do Estado do Brasil por navegação. Ao tempo das técnicas do navio à vela, era mais prático ligá-las diretamente à metrópole. A Coroa Portuguesa, no entanto, sentia a necessidade de se atentar para a área do Estado do Maranhão, devido a fascinação do ouro despertada com as narrativas dos navegadores espanhóis que haviam descido o Amazonas no século XVI. A concorrência estrangeira pelas feitorias que Holanda, França e Inglaterra estabeleceram em diversos pontos da costa, acima do Rio Grande do Norte, também justificaram o posicionamento da Coroa Portuguesa.

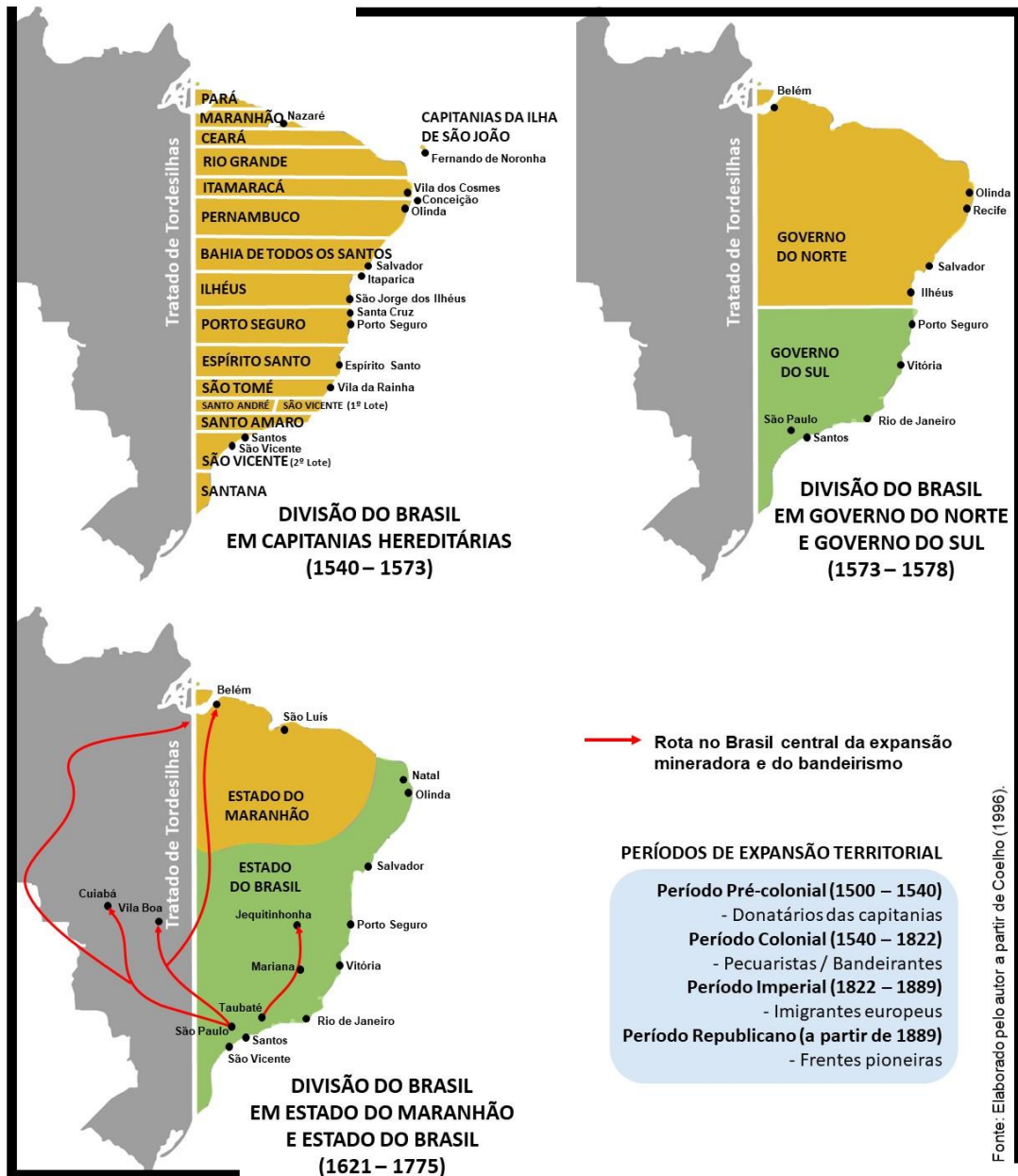
A anterior divisão do Brasil em Governo do Norte e Governo do Sul (1573-1578), conforme apresenta Coelho (1996), visou fortalecer o controle político e administrativo da colônia, além de estimular a ocupação do litoral nordeste, a partir da Paraíba, e impedir as invasões estrangeiras no litoral sul. A nova divisão em Estado do Maranhão e Estado do Brasil (1621-1775) pretendia, então, favorecer a ocupação do litoral norte e do Vale Amazônico. Em 1763, devido a importância do ciclo da mineração, a capital do Estado do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.

Esse novo período da formação territorial brasileira, promovido pela divisão do território em estados, é marcado, principalmente, pela intensificação dos movimentos de expedição dos bandeirantes, por meio da expansão mineradora e



pelas transformações na forma e distribuição do trabalho. Esses ventos e suas particularidades, também se constituem em elementos singulares da formação socioespacial brasileira, contribuindo para a interpretação do Brasil na sua totalidade.

Figura 5: Sistema de Capitânicas Hereditárias e os períodos de expansão do território brasileiro.



As expedições bandeirantes, consideradas por Sodré (1979) como as principais responsáveis pelo alargamento das fronteiras territoriais do Brasil, tiveram início durante o século XVI e prolongaram-se até o século XVIII. Como ponto de partida, estabeleceu-se a capitania de São Vicente (ver figura 5), especificamente no Planalto de Piratininga, onde se localizava a Vila de São Paulo. Assim, os

bandeirantes avançaram para o interior da colônia, expandindo as fronteiras do território brasileiro muito além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Entretanto, o fato de os bandeirantes terem desbravado o interior do Brasil não significava que conquistariam terras para a metrópole portuguesa. Os reais propósitos das expedições eram: o enriquecimento próprio através da caça e escravização dos indígenas e a descoberta de metais preciosos.

Na última década do século XVII, a descoberta do ouro em terras brasileiras também foi fundamental para o processo de expansão territorial, porque levou a uma interiorização maior da colonização. Moraes (2001, p. 112) especifica que “a mineração foi também uma atividade essencialmente urbanizadora; em qualquer lugar onde ela ocorria criava cidades”. Entretanto, as abordagens de Sodré (1979) são mais detalhadas a respeito dos efeitos desse fenômeno. Durante esse período, retrata o autor, o açúcar deixava de ser monopólio de Portugal, pois as produções de Holanda, França e Inglaterra já alcançavam toda a Europa, devido o avanço das técnicas de produção que permitiam melhor produtividade, além da produção de bebidas alcoólicas, que complementava o comércio. “A economia metropolitana e a economia colonial, profundamente vinculadas, atravessavam uma difícil fase de crise” (SODRÉ, 1979, p. 135). Surgindo em uma fase de crise na economia colonial, a mineração portuguesa, então, aparecia associada às explorações bandeirantes executadas pelos paulistas.

Segundo Furtado (2007), a base geográfica da economia mineradora encontrava-se situada em áreas do interior do Brasil, entre a serra da Mantiqueira, no atual estado de Minas Gerais, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás. Teve seu apogeu, “em torno de 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras. Entretanto, a renda média dessa economia, isto é, sua produtividade média, é algo que dificilmente se pode definir” (FURTADO, 2007, p. 124). Portanto, em um prazo relativamente curto, povoou-se o altiplano mineiro, cuja situação interiorana estabelecia o vínculo entre a área baiana e pernambucana, além da área fluminense e paulista. “A atração demográfica foi, realmente, intensa. É a mineração que faz a população colonial crescer depressa. Isso não ocorreu no caso do açúcar” (SODRÉ, 1979, p. 136).

Contudo, Sodré (1979) também apresenta que a mineração estabeleceria, por outro lado, novas condições para o modo de produção do trabalho escravo. Promoveu a alta do preço da mão de obra, impulsionando um novo surto quantitativo do tráfico

negreiro, pela demanda e preço. O próprio regime de trabalho sofreu alterações, pois a mineração teria características diversas da agricultura, possibilitando: o trabalho longe do proprietário; o trabalho por tarefa; e até o trabalho por conta própria. Abre-se, então, perspectivas à alforria, além da relação “escravo e imposto pela captação”, mudanças essas que abalariam a relação “senhor e escravo”, por meio do fenômeno do declínio aurífero.

Os efeitos mais profundos da mineração, entretanto, decorreram de sua alta lucratividade e da espacialização inerente [...]. A mineração proporcionou à colônia na verdade, as grandes transformações que antecedem a fase da autonomia política. As principais foram, sem dúvida, o surto demográfico que então se processou, com o deslocamento de parte da população colonial e o fluxo imigratório; a abertura de novas e extensas áreas de povoamento; o conhecimento amplo da terra, com as penetrações, devassando quase totalmente o Brasil (SODRÉ, 1979, pp. 138-139).

Entretanto, no decorrer da expansão mineradora, os colonos não se preocuparam em criar nas regiões outras formas permanentes de atividades econômicas, à exceção de algumas agriculturas de subsistência. Assim, com o declínio da produção do ouro, ocorreu uma rápida e geral decadência. A medida que se reduzia a produção, as maiores empresas iam se descapitalizando e se desapropriando do território explorado, a reposição da mão de obra escrava já não se podia ser feita e diminuía o capital aplicado na região do setor econômico minerador. Em vez de transferir algum saldo liquidável para outra atividade econômica na colônia, todo o sistema econômico brasileiro se ia atrofiando, perdendo vitalidade, para, então, desagregar-se em uma economia de subsistência. Furtado (2007, p. 128), em suas análises sobre a regressão econômica da mineração, conclui: “em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia”.

Com o declínio da economia aurífera, o problema da economia açucareira volta a assumir graves aspectos. Todo esse movimento contribui, assim, para o enfraquecimento, ainda maior, da submissão da colônia à metrópole. A associação de interesses entre a classe dominante colonial, de que os senhores de engenho faziam parte, e a classe dominante metropolitana sofre um progressivo distanciamento, sem qualquer perspectiva de recuperação (SODRÉ, 1979). Desde então, a metrópole começava a onerar a produção colonial, pelas taxas impostas ao açúcar, que se refletiam negativamente no preço do produto vendido, dificultando a concorrência, pela invasão total da área privativa da produção aurífera, além das tributações

lançadas sobre as importações, o que pesava, sobretudo, para toda a população consumidora.

Nesse contexto, o país já estava novamente dividido em áreas praticamente isoladas. Em 1815, antes de se encerrar o período colonial, o território brasileiro já tinha expandido e novas capitanias foram criadas. Era quase a mesma extensão territorial dos dias atuais. Somente ainda não faziam parte os estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Alagoas, Sergipe, Paraná, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Os estados do Pará e Amazonas chamavam-se, respectivamente, de Grão-Pará e Rio Negro.

#### 2.2.5. A Independência do território brasileiro e a instauração do sistema monárquico

Em 1808, logo após a tomada da região ibérica por Napoleão Bonaparte (1769-1821), a Corte Portuguesa se transfere para o Brasil. Esse movimento contribuiu, conforme as abordagens de Sodré (1979), para a abertura de uma fase de impulso ao desenvolvimento do Brasil, afetando diretamente na sua formação territorial. As discussões sobre o futuro da colônia eram deliberadas e pautadas nas divergências entre portugueses, relacionados diretamente com a própria Coroa Portuguesa, e os brasileiros, colonos e donatários de terras residentes no território. Além disso, inflamavam as disputas e desavenças entre posições sociais e políticas. Uma delas era as divergências entre os posicionamentos liberais e conservadores a respeito do regime político da colônia.

Durante esse período, conforme apresenta Ribeiro (2015), a população brasileira chegava a um total de 5 milhões (ver tabela 3). Era constituída por: dois milhões de brancos (nascidos no Brasil) e de “pardos” (mestiços e mulatos que falavam principalmente o português como língua materna e já completamente integrados à cultura brasileira); 1,5 milhão de escravos, sendo uma terça parte deles constituída por “crioulos” (negros nascidos no Brasil e amplamente aculturados); meio milhão de remanescentes da população indígena original, que haviam sido subjugados e estavam integrados à população como força de trabalho escrava, diretamente subjugada ou incorporada ao sistema através das missões ou das diretorias de índios; e mais um milhão de índios, que viviam para além das fronteiras da civilização, fugindo ou resistindo à conscrição da força de trabalho e ao avassalamento. Esses se concentravam, principalmente, nas áreas da Amazônia,

mas que também eram disseminados por todo o país, escondidos onde lhes proporcionassem refúgio (RIBEIRO, 2015).

Tabela 3: Crescimento da população integrada no empreendimento colonial e diminuição dos contingentes aborígenes autônomos.

Período	1500	1600	1700	1800
“Branços” do Brasil	-	50.000	150.000	2.000.000
Escravos	-	30.000	150.000	1.500.000
Índios “integrados”	-	120.000	200.000	500.000
Índios isolados	5.000.000	4.000.000	2.000.000	1.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>5.000.000</b>	<b>4.200.000</b>	<b>2.500.000</b>	<b>5.000.000</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2019), a partir de Ribeiro (2015, p. 113).

Nesse contexto social, de acordo com as análises de Moraes (2001), nascia um movimento relacionado às reações aristocráticas<sup>28</sup> ocorridas na Europa pós-napoleônica. Com o fortalecimento de certas instituições do antigo regime Monárquico, entre elas a forma dinástica de legitimação jurídica da soberania territorial no Antigo Regime, um novo sistema político-administrativo surge no território. Adotado após a proclamação da Independência em terras paulistas, o sistema monárquico, vigorou entre 1822 até 1889, e caracterizou-se pela forte concentração do poder nas mãos do imperador, Dom Pedro I (1798-1834). A base legal desse sistema centralista e hereditário, apoiado pela elite latifundiária e escravista, foi a Constituição de 1824, que determinava a existência de quatro poderes: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Moderador. Este último, dava ao imperador o direito, por exemplo, de dissolver a Câmara, nomear Senadores, Ministros e Juizes (MORAES, 2001, p. 112).

Nesse período, o Brasil tinha apenas 1/5 do território ocupado, o resto eram fundos territoriais. Por isso, justificou-se à adoção da Monarquia como sistema de organização do território, visando pela não-fragmentação do Brasil e pelo atendimento à manutenção do escravismo, além de fomentar a manutenção da soberania sobre esses fundos territoriais (MORAES, 2001).

Segundo Sodré (1979), a luta pela conquista da independência constituiu numa acirrada disputa pelo poder entre brasileiros e portugueses. Essa luta, deixou de lado, intencionalmente, diferenças sociais e raciais que existiam na época, a fim

---

<sup>28</sup> Aristocracia é uma forma de governo na qual o poder político é exercido por nobres, sujeitos de confiança dos Monarcas ou dos Regentes iniciados na visão filosófica e política de Aristóteles. A aristocracia teve origem na necessidade de um novo governo que criaria e colocaria a tirania imperialista, forma de governo em que o poder se concentrava em uma pessoa (MICHAELIS, 2019).

de somar forças para a conquista almejada. Vale ressaltar que esse tipo de segregação social ainda se faz presente no contexto territorial brasileiro.

Na fase que precede a separação entre o Brasil e Portugal, pode-se encontrar nos estudos de Furtado (2007) que: a zona economicamente próspera na extensão geográfica brasileira era a do Nordeste. O açúcar retomava forças nas exportações, e era acompanhado pelo algodão, pelo arroz e, em situação de destaque, o café.

O volume de café exportado pelo Brasil quintuplicou entre as décadas de 1821-1830 e 1841-1850, embora os preços se tenham reduzido, no mesmo período, em 40%. A lavoura do café estava lançada e não cessaria o seu desenvolvimento, em todo o século XIX (FURTADO, 2007, p. 199).

Sodré (1979) também complementa esse debate ao apresentar que a classe dominante do Brasil independente, por causa da economia cafeeira, voltava a ser os senhores de engenho e empresários da autonomia. Distribuídos pelo território e pelas atividades comerciais, resistiam às pressões internacionais contra o tráfico negreiro e o trabalho escravo, em virtude de aproveitar na produção cafeeira a abundante mão de obra escrava disponível pelo declínio da mineração. “Organizada sobre a velha base do trabalho escravo, a lavoura do café reduzia ainda mais os seus custos monetários [...] pela herança transmitida da atividade mineradora” (SODRÉ, 1979, p. 201).

A Europa do século XIX passou por várias revoluções que visavam a desmoralização do sistema absolutista<sup>29</sup>, apontando como solução a constituição<sup>30</sup>. Conforme apresenta Moraes (2001), a proposta apresentada pela Revolução Francesa (1789-1799) é a da “soberania nacional popular, isto é, o território pertence a um povo, a uma nação” (MORAES, 2001, p. 112). Antes da Revolução Francesa, as terras pertenciam às casas reinantes, às dinastias. Durante a revolução, os antigos ideais da tradição e da hierarquia de monarcas, aristocratas e da Igreja Católica foram abruptamente derrubados pelos novos princípios de “liberdade, igualdade e fraternidade”.

---

<sup>29</sup> O absolutismo é um sistema político de governo em que os dirigentes assumem poderes sem limitações ou restrições. Segundo o pensamento absolutista, o rei deve ter a capacidade de equilibrar devidamente suas ações mediante a constante necessidade de se fortalecer o Estado e, ao mesmo tempo, obter o reconhecimento do poder por ele exercido (MICHAELIS, 2019)

<sup>30</sup> Conjunto de leis fundamentais que regem a vida de uma nação, elaboradas e votadas por um congresso de representantes do povo, e que regulam as relações entre governantes e governados, traçando limites entre os poderes e declarando os direitos e as garantias individuais (MICHAELIS, 2019).

No Brasil, esse movimento, foi apoiado pela opinião pública liberal e antiabsolutista, e também tomou força, acirrando a oposição econômica e política entre portugueses e brasileiros, principalmente das regiões norte e nordeste do país. A intensificação de um sentimento antilusitano atingiu seu auge com o movimento conhecido como “Noite das Garrafadas” (1831), um enfrentamento entre brasileiros e portugueses ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, devido a insatisfação de parte da população com o reinado de Dom Pedro I (1798-1834), momento de grande instabilidade política. Dessa forma, sob uma intensa pressão popular de oposição, o imperador abdica do cargo e o Brasil entra no período de regência, durante os anos de 1831 a 1840.

Esses conflitos aqui citados, ocorridos no território brasileiro, são movimentos de resistência, que se perpetuam historicamente durante todo o processo de formação territorial, tanto no Brasil como na América Latina, podendo também ser considerados como elementos singulares de sua formação socioespacial do território brasileiro. Representam lutas de liberdade e tentativas de melhoria de vida, social e econômica, da população que resiste ao poder hegemônico vigente.

A partir de 1850, nota-se um movimento de industrialização no território, e com ele, novas relações de produção encontraram correspondência numa nova estrutura social que se formava, reestruturando a materialidade concreta expressa pela formação socioespacial brasileira. Na medida em que o capital industrial ascendia no Brasil, os senhores feudais e donatários declinavam. A burguesia, então, crescia em poder. Conforme apresenta Sodré (1979, p. 266), instalam-se no território: 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 empresas de seguros, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás, 8 estradas de ferro. Da mesma forma, acrescenta o autor, ocorre uma transferência de capitais da área rural e agrícola para a área urbana e industrial.

O fenômeno de transição de vastas áreas antes escravistas a um regime caracterizado de servidão<sup>31</sup> ou semiservidão, também começa em terras brasileiras. O incentivo para tal mudança nas relações de trabalho, justifica-se pela grande

---

<sup>31</sup> A servidão implica no trabalho forçado dos servos nos campos dos senhores de terras, em troca de proteção e do direito de arrendar terras para subsistência. Trata-se de um sistema econômico de direitos feudais sobre a terra. Os servos são trabalhadores rurais que estão vinculados à terra, formando a classe social mais baixa da sociedade feudal. Os servos não eram propriedade de ninguém e não podiam ser vendidos, diferentemente dos escravos, que eram propriedade dos donos (MICHAELIS, 2019).

disponibilidade de terras privadas a serem utilizadas para a produção comercial. Assim, o trabalho escravo evoluía para o trabalho livre, e quando não era possível, evoluía para servidão, que também se fazia presente no sistema feudal.

Somado a todas essas crescentes mudanças, um outro movimento toma força. Entre africanos e afrodescendentes excluídos se fortalecia o movimento antiescravista, que visava o fim da escravidão. Após 1822, a Inglaterra estabeleceu o fim do tráfico negreiro como uma das exigências para o reconhecimento da independência do Brasil. O tráfico passou a ser considerado como ato de pirataria, sujeito às punições. Apesar das crescentes pressões britânicas, o tráfico continuou impune no Brasil. Somente no ano de 1850 que foi promulgada a lei de extinção do tráfico. Em 1871, foi aprovada a lei do Ventre Livre, considerada a primeira lei abolicionista da História do Brasil. De acordo com esta lei, os filhos de escravas, nascidos após sua promulgação, ganhariam a liberdade. Porém, o liberto deveria permanecer trabalhando na propriedade do senhor até os 21 anos de idade. Entretanto, somente no ano de 1888 foi proclamada a abolição da escravatura no Brasil (GORENDER, 2016; RIBEIRO, 2015; SODRÉ, 1979). Contudo, pós abolição de 1888, não houve no país nenhuma preocupação sobre o que aconteceria com todos os escravos presentes no território. Conforme Ribeiro (2015):

Após a abolição, à saída dos negros de trabalho que não mais queriam servir aos antigos senhores, seguiu-se a expulsão dos negros velhos e enfermos das fazendas. Numerosos grupos de negros concentraram-se, então, à entrada das vilas e cidades, nas condições mais precárias. Para escapar a essa liberdade famélica é que começaram a se deixar aliciar para o trabalho sob as condições ditadas pelo latifúndio (RIBEIRO, 2015, p. 175).

Os africanos e seus descendentes, então, foram deixados à própria sorte, excluídos e marginalizados socialmente. Vale lembrar que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão na América.

Outro evento importante, que imprimiu seu caráter singular à formação socioespacial do Brasil, foi a Lei de Terras de 1850, que afetou diretamente a população escravizada e o próprio território. Analisada por Silva (2015), essa lei regulava a forma de aquisição de terras já restituídas. No período colonial, as terras eram apropriadas pelos particulares mediante a concessão da Coroa, forma suspensa com a independência. A nova lei, então, estipulava que a terra pública só poderia ser adquirida por compra. Assim, os grandes proprietários procuraram dificultar o acesso à terra para os sujeitos de poucos recursos, inclusive os africanos e seus



descendentes, porque se a terra fosse facilmente adquirida por qualquer pessoa, os fazendeiros ficariam sem mão de obra. Com a extinção do tráfico, pelo fim da escravidão, a escassez de mão de obra aumentaria. Dessa forma, os fazendeiros garantiriam seus privilégios de proprietários, forçando os pobres a servi-los como trabalhadores. Houve, a partir de então o incentivo para a vinda de imigrantes ao Brasil que, geralmente pobres, chegavam para trabalhar nos cafezais em substituição da mão de obra africana escravizada (SILVA, 2015).

Entretanto, o processo que promovia tais mudanças no território leva o Brasil a uma crise financeira que durou de 1857 a 1864. Sequencialmente à crise, surge a guerra do Paraguai (1864-1870), que impulsionou a estruturação e o aparelhamento do exército brasileiro, juntamente com o Manifesto Republicano (1870), que divulgava o ideário de derrubada da Monarquia para o estabelecimento da República Federativa (SODRÉ, 1979).

#### 2.2.6. O surgimento da República Federativa Presidencialista no território brasileiro

Quando o século XIX caminha para o seu término, surgem novos sinais de mudança na construção jurídica da formação territorial brasileira, que afetariam diretamente a estrutura política, econômica, social e espacial do Brasil, imprimindo outro caráter à sua formação socioespacial. O regime Monárquico deixava de atender as necessidades das parcelas importantes da sociedade e o declínio do império foi assinalado por episódios como: a nova lei eleitoral, ampliando a consulta popular para uma maior parcela da sociedade; a questão servil, ampliando o campo de trabalho livre e resultando na abolição da escravatura; a questão religiosa, mostrando contrastes dentro de uma mesma classe social pelo fortalecimento econômico e político do Clero brasileiro; a questão militar, assinalando o fluxo da classe senhorial que articulava o seu sistema de forças militares (Marinha, Guarda Nacional e tropas mercenárias); além da própria questão federativa, que denunciava uma reação contra a rigidez do sistema Monárquico/Regente (SODRÉ, 1979).

A República Federativa Presidencialista, então, surge como forma de organização político-administrativa do Brasil, proclamada em 1889 e teve como base legal a Constituição de 1891. A principal característica desse sistema era a de autonomia das unidades político-administrativas, que já constituía a federação nacional. Nesse período, também foram criados os chamados territórios federais, por

meio da criação de novos estados, juntamente com o surgimento das primeiras divisões regionais do Brasil.

Conforme o posicionamento de Sodré (1979), a proclamação dessa nova organização territorial não foi assinalada por grandes ou importantes eventos sociais, pois as transformações já vinham ocorrendo no Brasil de forma consecutiva.

A aceitação plena e pacífica dá uma tonalidade interessante aos acontecimentos, rápidos, superficiais, consumados e tranquilamente recebidos [...]. A ideia republicana estivera presente em todos os movimentos de rebeldia ocorridos aqui, antes e depois da autonomia: na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana, na Revolução de 1817, na Confederação do Equador, na Revolução Farroupilha. A presença da ideia e a ausência de possibilidades para a sua concretização traduziam, em última análise, o conflito ou pelo menos o contraste que existe sempre entre a política das ideias e a política dos fatos (SODRÉ, 1979, p. 291).

O autor ainda apresenta que: no período posterior à Independência brasileira, grupos distintos se formaram, defendendo projetos que divergiam em relação à melhor forma de se organizar o Estado nacional. Do mesmo modo, as províncias também se movimentavam demonstrando seus interesses políticos e econômicos, já que o Brasil se tornava independente.

Igualmente, Moraes (2001) defende a tese de que no Brasil daquele período, as elites iniciaram a instalação do novo Estado, o qual possuía um vasto território dotado de amplas reservas de terras ainda não ocupadas economicamente. Assim, tinha-se um território a ocupar e um Estado a se construir. Entretanto, a população não se ajustava à identificação dessa nação pensada nos moldes identitários vigentes dos grandes centros hegemônicos. O que, futuramente, promoveria outras transformações.

Todo esse processo aqui retratado, então, molda a formação socioespacial brasileira, a partir de uma construção jurídica que afeta a formação social, a economia e o território do Brasil em si. A efetivação do Regime Republicano se tornaria o resultado da eclosão dos múltiplos efeitos produzidos historicamente pela dimensão jurídica, constituída e apresentada por Moraes (2005). Da mesma forma, a implantação dos demais sistemas de organização político-administrativa territorial aqui também analisados (sistema de Capitânicas Hereditárias, de Governo-geral e Monárquico) contribuiu para a manutenção de uma estrutura econômica, social, cultural e espacial ainda profundamente violenta pela colonialidade do poder, vigente até os dias de hoje. Uma estrutura que promove o Brasil como um dos principais

supridores de matéria-prima para o mercado internacional, por meio da produção: desde produtos do agronegócio até a mineração ainda operante.

Portanto, mesmo assinalando apenas alguns dos principais eventos sociais ocorridos, eventos esses que contribuem para interpretação da totalidade da formação socioespacial brasileira, qualquer periodização apresentada não poderá negligenciar as linhas de continuidade da história, que se faz em movimento. Outros eventos também poderão ser pontuados (ver Anexo I), mas não se finalizarão em sua totalidade. Sendo assim, a construção jurídica da formação territorial do Brasil, aqui apresentada como elemento constitutivo da formação socioespacial brasileira, juntamente com as alterações que ela assinala, marcam etapas de um esforço de adaptação das condições internas do país às condições externas do mercado capitalista internacional. Relação essa intensificada, de forma violenta, pelas ações políticas adotadas pelo atual governo brasileiro.

### **2.3. O território brasileiro como uma construção ideológica do Estado**

Tratar do território brasileiro sob a dimensão ideológica apresentada por Moraes (2005), exige-nos um esforço maior para com as abordagens dos conceitos aqui postos, a fim de melhor contribuir para uma compreensão da formação socioespacial do país.

Entende-se por ideologias geográficas as exposições ou argumentações presentes na relação entre o espaço e a sociedade (MORAES, 2005). A ideia de espaço, tomada para o desenvolvimento dessa teoria, pode ser compreendida como “a materialização das relações sociais de produção da força de trabalho”, ou seja, reprodução da sociedade. Da mesma forma, pode-se entendê-lo como uma “legitimação de diversos aspectos sociais”, tais como: as ideias de um grupo ou um povo sobre o espaço, a partir da experiência. Podendo, assim, ser produzido ou reproduzido de maneira ideológica (MORAES, 2005, p. 35). Portanto, surge o termo “ideologias geográficas”, que pode se constituir como “formulações que dão vida própria ao espaço, caracterizando-o, personificando-o” (MORAES, 2005, p. 40).

Tomando o espaço como um produto das relações sociais e as populações nele existentes como instrumento dessas relações, pode-se considerar que: é a partir das ideologias geográficas que se produz o espaço. Espaço esse, onde se concretiza

o uso do território. Assim, toma-se o território como objeto de intervenção e a população como instrumento, motivadas pelas ideologias propagadas.

Nesse sentido, considera-se o entendimento do termo ideologia como sendo todo aquele discurso que formula atributos ao espaço, atributos esses que não lhes são originariamente próprios (MORAES, 2005).

Contudo, para entender melhor o sentido da palavra ideologia, encontra-se em Morin (2011) que o termo se refere a uma teoria, doutrina ou filosofia, que “tem um sentido inteiramente neutro”, caracterizando-a como “um sistema de ideias” (MORIN, 2011, p. 112). Alguns autores ainda aprofundam esse debate, baseando-se em conceitos históricos, desde de apontamentos científicos da Revolução Francesa até as obras de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895).

McDonough (1983), por exemplo, apresenta o conceito de *ideologia* associando-o a alguns princípios distintos, tais como: a relação entre história e pensamento (o qual concebe a ideologia como uma formação historicista); ou a promoção de ideias que seriam tomadas como “verdadeiras”, qualquer que fosse a sua conjuntura histórica. O autor ainda apresenta que o conhecimento, sob a pressão deformadora da ideologia, conduz o sujeito a uma visão ilusória ou distorcida da realidade. Tal visão o faz posicionar-se como em uma disputa, a fim de validar suas convicções, de forma a recorrer à essas “verdades” durante a efetivação de suas escolhas ou tomada de decisões.

Essas abordagens teóricas, tratadas por McDonough (1983), tiveram como base os estudos de Georg Lukács (1885-1971), sobre a teoria de consciência de classe, e de Karl Marx (1818-1883), que primeiramente observou as questões de classe na sociedade. Dessa forma, o autor conclui que:

[...] a ideologia dominante em qualquer sociedade é a ideologia da classe dominante, interpretada como a saturação do todo social pela essência ideológica de uma simples classe-sujeito, que por sua vez é representada como um simples reflexo das condições de vida e das concepções do mundo da dita classe. Cada classe-sujeito tem uma concepção do mundo em que vive e, esta, domina o período histórico durante o qual governa. Mais do que isso, essa concepção não apenas domina, mas também permeia o todo da sociedade, excetuando-se aqueles bolsões ocultos e intocados de consciência de classe ‘atribuída’ ou revolucionária que são os precursores de um novo tipo de sociedade (MCDONOUGH, 1983, p. 54).

Ao identificar, no modo de produção do trabalho, a base ontológica da ideologia e ao fazer a distinção entre ideologia e falsa consciência, McDonough (1983) apresenta que tal questão está intrinsecamente relacionada ao acesso ao

conhecimento (teoria). Isso, diretamente, acarretaria uma mudança no sujeito (práxis), ou seja, promoveria uma modificação em suas bases sociais e situação de classe. Portanto, conhecimento e ação, teoria e práxis, se fundiriam, de acordo com as abordagens do autor.

Ao buscar ampliar o entendimento sobre o termo ideologia, por meio da mesma abordagem marxista adotada por McDonough (1983), pode-se identificar em Chauí (1980) que a ideologia carrega em sua construção uma noção de “falsa consciência”. Conforme Chauí (1980):

[...] o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real. Assim, a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das ideias calcadas sobre o próprio real, passa a designar, assim por diante, um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação real com o real (CHAUÍ, 1980, p. 10).

Ideologia passa a significar, então, um conjunto de ideias ou representações, tanto como uma opinião geral, uma norma, uma regra, quanto no sentido de uma elaboração teórica de pensadores e cientistas (CHAUÍ, 1980). Possibilita, assim, ao sujeito, a criação de uma falsa consciência sobre a realidade apresentada do mundo, com base em uma ideologia.

Os embasamentos aqui apresentados permitem, então, uma compreensão maior sobre o conceito de *ideologias geográficas*, construído por Moraes (2005). Segundo o autor, elas se caracterizariam pela construção de um “consenso” em torno de uma ideia central, que, por sua vez, corresponde a um momento histórico, já superado ou não. Entretanto, esse momento se faz materializado no espaço, como uma herança do tempo histórico, em função de interesses específicos de um grupo social qualquer, coletivo ou particular, para uma conservação destes interesses (MORAES, 2005, p. 35).

Dessa forma, o autor apresenta, como exemplos de ideologias geográficas, os conteúdos presentes em: (i) discursos geopolíticos de projeção de um país ou do próprio mundo; (ii) discursos legitimadores da mobilidade espacial, os quais depositam no espaço explicações deterministas para as migrações, por exemplo; (iii) estudos descritivos caracterizadores do território; (iv) discursos normativos, que regulam o uso do espaço, tais como: leis, projetos, planos e metas, que visam ordená-lo, destituí-lo e reconstruí-lo; ou seja, discursos que, direta ou indiretamente, apontam para uma produção e formação do espaço e de sua imagem (MORAES, 2005).

Pode-se concluir que: esses discursos estão presentes, particularmente, em políticas territoriais promovidas pelo Estado. Os governantes e representantes do Estado se utilizam de ideologias geográficas para a produção de discursos que fomentem uma consciência social, a fim de legitimar, para toda a sociedade, as intencionalidades embutidas nas decisões tomadas.

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais nos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e de sua relação com ele (MORAES, 2005, p. 44).

O Estado, enquanto uma entidade política e agente produtor do território (SANTOS, 2014a), é, portanto, um grande propagador e produtor de ideologias geográficas.

Ao se tratar da América Latina, conforme apresenta Martín-Barbero (2006), essas ideologias se fizeram muito associadas ao processo de “modernização”<sup>32</sup>, de início nos anos 1920-50, e de “desenvolvimento”, durante os anos 1960-70.

O processo de modernização, presente em todo o território latinoamericano nesse período, aponta o autor, promoveria uma adequação das economias dos países às exigências do mercado mundial. Tal adequação “ocorre mediante a substituição de importações, que só é possível com a organização dos mercados nacionais” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 24). Esse movimento, dá forma e sentido a um “projeto nacional-popular”, a partir de Cárdenas, no México, de Perón, na Argentina, e de Getúlio Vargas, no Brasil, como tratado a seguir.

Já no segundo momento, o de desenvolvimento, modelaria todo um projeto de crescimento econômico, que promoveu reformas ao Estado e à sociedade. “O desenvolvimentismo nos dirá que as reformas sociais já são suficientes e que precisamos é passar de uma concepção política a uma visão técnica dos problemas e de suas soluções” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 25).

Martín-Barbero (2006) ainda reforça que o processo mais denso de modernização na América Latina ocorreu a partir dos anos 1950 e 60, vinculado ao desenvolvimento das indústrias culturais, o que influenciou diretamente o movimento do samba no território e no Distrito Federal brasileiro (ver capítulo 3).

---

<sup>32</sup> O conceito de *modernização* em que se apoia o projeto de construção de nações modernas, a partir dos anos 1930, articula um movimento econômico – a um projeto claramente político: transformá-las em nações através da criação de uma cultura nacional, com um novo sujeito social que serão as massas urbanas, já que estas constituem o conteúdo do nacional (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 24).

[...] a modernidade na América Latina se realiza na descentralização das fontes de produção cultural, desde a comunidade até os 'aparatos' especializados, substituindo as formas de vida elaboradas e transmitidas tradicionalmente por estilos ajustados ao consumo, na secularização e internacionalização dos mundos simbólicos, na fragmentação das comunidades e sua conversão em públicos segmentados pelo mercado (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 26).

No caso do Brasil, em particular, que implantou distintos sistemas de organização político-administrativas em seu processo de formação territorial e vivenciou guerras e revoluções (todas com teor ideológico), esses conteúdos formadores de ideologias geográficas se fizeram presentes em toda a sua construção histórica.

Percebe-se que por diversos momentos, o Estado brasileiro elaborou políticas e assumiu posturas fundamentadas em concepções relativas ao pensamento geográfico de forma ideológica, com intenções pré-definidas. As intencionalidades embutidas viriam para priorizar a manutenção, consolidação e expansão de seu espaço territorial. Assim, os discursos e as ideologias que embasaram a formação territorial do país estiveram ligados, desde o período colonial até a república, muito mais ao valor do território do que à sua unidade político-cultural (MORAES, 2005), conforme tratado a seguir.

### 2.3.1. As ideologias geográficas do período colonial à independência brasileira

De início, conforme apresenta Moraes (2005), o próprio projeto de colonização europeia, por meio da ocupação territorial que desempenhou, se deu por diversos discursos ideológicos, tais como “o de civilizar o novo continente” (sendo que já havia no território grandes civilizações) ou “o de catequizar os povos primitivos” (a partir da visão europeia), por exemplo.

Com a chegada dos jesuítas em terras brasileiras, conforme apresenta Ribeiro (2015), os mesmos carregavam em si a “destinação cristã de construtores do reino de Deus no Novo Mundo, de soldados apostólicos da cristandade universal”. Eles cumpririam, então, as determinações de uma teologia “alucinada e messiânica”, que via na expansão ibérica uma missão divina a ser cumprida. Os indígenas, assim, eram tratados como objeto da catequese religiosa, o que gerou muitos conflitos entre os missionários jesuítas, os próprios indígenas, e até com os exploradores bandeirantes, que tinham o propósito de escravizar os povos encontrados.

De acordo com Moraes (2001, p. 111), os conflitos foram tão intensos que “num certo momento, os jesuítas armaram os índios, criando inclusive um exército guarani, que impingiu uma derrota aos paulistas (bandeirantes) ”.

Segundo Ribeiro (2015, p. 45), os indígenas eram vistos pelos missionários, em princípio, como a “boa gente bela”, que recebia os primeiros navegantes de forma dadivosa. Entretanto, passaram logo a ser vistos como canibais, comedores de carne humana, totalmente detestáveis, o que justificava o tratamento violento da escravização a partir de então.

Ficou logo evidente, que eles careceriam, mesmo, é de um rigoroso banho de lixívia em suas almas sujas de tanta abominação, como a antropofagia de comer seus inimigos em banquetes selvagens; a ruindade com que eram manipulados pelo demônio através de seus feiticeiros; a luxúria com que se amavam com a naturalidade de bichos; a preguiça de sua vida farta e inútil, descuidada de qualquer produção mercantil [...]. Esses discursos respondiam a uma necessidade igualmente imperativa. A de atribuir alguma dignidade formal à guerra de extermínio que se levava adiante, à brutalidade da conquista, à perversidade da eliminação de tantos povos (RIBEIRO, 2015, pp. 45-46).

Já os apontamentos de Sodré (1979, p. 112) indicam que as intencionalidades embutidas nesses discursos missionários, promovido pelos jesuítas, teriam como real finalidade: “ganhar para a religião católica, e para a subordinação, à Igreja, as populações das áreas há pouco descobertas, integrando estas áreas e suas populações na comunidade cristã obediente ao Papado”. Assim, a catequese dos indígenas apareceria, no quadro dos esforços empreendidos pela Igreja durante a colonização, como forma de recuperá-la das perdas sofridas durante os cismas do Oriente e do Ocidente<sup>33</sup>. Os indígenas se tornariam, então, peças passíveis de serem ganhas para o credo romano, a fim de intensificarem o movimento de alcance territorial para a Coroa Portuguesa, em favor da própria Igreja Católica.

Outro discurso que surgiu durante esse período colonizador, foi o de “missão civilizadora do território conquistado”. A partir das primeiras expedições, que objetivavam a exploração e o reconhecimento do litoral brasileiro, constatou-se a existência de pau-brasil, madeira tintorial muito conhecida dos europeus desde a Idade Média e que era, até então, importada do Oriente. Com o início das expedições

---

<sup>33</sup> Cisma do Oriente e Ocidente é um conflito de interesses que aconteceu no século XI entre a Igreja Católica. Desde o Império Romano, e também durante a Idade Média, a Igreja possuía duas sedes principais, uma se localizava em Roma e representava o Ocidente, e a outra, localizava-se em Constantinopla e representava o Oriente. A partir do Cisma, cada um dos lados passou a defender as doutrinas que acreditava (MICHAELIS, 2019).



para sua extração e exploração, a notícia se espalhou por toda a Europa. Os franceses, que dependiam da importação oriental, passaram a frequentar assiduamente o litoral brasileiro. Aliando-se aos Tupinambás, os franceses tornaram-se sérios concorrentes dos portugueses. Com o agravamento da situação, o Estado português decidiu adotar medidas concretas para viabilizar a ocupação e uso das terras coloniais, dando início à missão civilizadora do território (SODRÉ, 1979; RIBEIRO, 2015).

Da mesma forma, a implantação das Capitanias Hereditárias carregava em sua base o discurso civilizador do território. A Coroa transferia aos donatários a responsabilidade de povoar, investir, defender e desenvolver as terras brasileiras. De acordo com Ribeiro (2015), “Tordesilhas, nesse contexto, teria sido uma visão profética sobre a destinação ibérica de evangelização para criar uma Igreja, por fim, efetivamente universal” (RIBEIRO, 2005, p. 45).

As abordagens de Ribeiro (2015) indicam que esse “processo civilizatório” foi acionado pela revolução tecnológica que possibilitou a navegação oceânica, transfigurando as nações ibéricas como impérios mercantis salvacionistas. “Assim é que se explica a vitalização extraordinária dessas nações (inclusive de Portugal), que de repente ganharam uma energia expansiva inexplicável numa forma meramente feudal e também numa formação capitalista” (RIBEIRO, 2015, p. 50).

Portanto, embutidos no discurso “civilizatório” haviam interesses da Coroa Portuguesa pela soberania do território brasileiro. Por meio dos sistemas de organização territorial adotados, a soberania portuguesa ia se compondo, se consolidava e, mais do que isso, se expandia. A “missão civilizatória” revelava, em sua essência, as ideologias geográficas de apropriação do espaço, exploração dos recursos e submissão das populações autóctones ao modo de produção, no caso, pela adoção do trabalho escravo dos indígenas brasileiros.

O próprio “grito de independência do Brasil”, proferido por Dom Pedro I (1798-1834) em 7 de setembro de 1822, também carregava, em sua essência, conteúdos ideológicos bastante significativos. Segundo Moraes (2001):

[...] dificilmente se entenderia a independência brasileira, a forma monárquica da independência, sem levar em conta um aspecto central do ponto de vista da formação territorial, que é a existência, no momento da independência, de grandes fundos territoriais em território brasileiro (MORAES, 2001, p. 112).

O Brasil, país formado por uma grande extensão de terra, tinha nesses fundos territoriais, futuras possibilidades de exploração pelas grandes potências da época. A adoção da monarquia no Brasil, de certa forma, amenizou o fato emancipatório diante da Europa e fez com que as casas reinantes europeias (Espanha, França, Holanda e Inglaterra), todas elas possuidoras de grandes extensões de terras brasileiras na época, aceitassem com uma relativa tranquilidade a independência do Brasil. Até Portugal, reconheceu a autonomia brasileira, já que a família real permaneceria exercendo sua soberania no território (MORAES, 2001; 2005).

Assim, tanto o movimento de independência (1822), em nome da soberania, quanto o de proclamação da república (1889), carregaram em suas raízes o discurso de “construção do Brasil independente”. Esse discurso, iria dar impulso a um outro discurso que se iniciou a partir da abolição da escravatura (1888), denominado como o discurso do “Brasil Moderno” (MORAES, 2005).

Um exemplo bem pontual, ocorrido ainda no período imperial, e que bem caracteriza o papel dos conteúdos formadores das ideologias geográficas, é o da Lei de Terras, estabelecida em 1850. A lei foi construída com base em um discurso de regularização das questões referentes à propriedade fundiária do território brasileiro. Elaborada e executada, especificamente, por um grupo vinculado ao problema da terra e sua ocupação, ela atendia apenas aos interesses de fazendeiros, sesmeiros e grandes posseiros, tradicionalmente identificados como senhores e possuidores de extensas áreas. Entretanto, ela também carregava em sua ideologia a proposta de dificultar o acesso à terra para os de baixo recurso financeiro, pois, mediante a extinção do tráfico negreiro, isso garantiria uma mão de obra necessária ao funcionamento das fazendas, especialmente nas áreas onde a cafeicultura vinha se desenvolvendo (SILVA, 2015).

Como se pode verificar, a lei utilizava de um conteúdo ideológico embasado na organização e regularização fundiária, mas, intencionalmente, beneficiava apenas uma determinada classe social do país, ou seja, os senhores e possuidores de terras que dominavam o cenário político e econômico do Brasil imperial. Os demais grupos que historicamente também ocupavam e usavam a terra, sustentados em outros critérios que não os jurídicos e os de mercado, eram expulsos, violentados e tomados como intrusos ou criminosos. Esse posicionamento afetava, principalmente, aos descendentes de escravos libertos com a abolição da escravatura, que não tinham recursos nem terras para se manter.

Entretanto, Moraes (2005) apresenta que a utilização de ideologias geográficas em propostas governamentais não se limitou apenas ao período colonial brasileiro. Em todo o processo histórico de formação territorial do Brasil se evidenciam discursos fundamentados nesses termos para se construir uma ideia de nação, de um destino em comum, a fim de legitimar uma ação em benefício de uma classe ou grupo específico. Assim, ao propor uma análise sobre as ideologias geográficas presentes em alguns governos republicanos, Moraes (2005) destaca, em particular, os governos do presidente Getúlio Vargas (1882-1954) e do presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976), que apresentam elementos territoriais característicos e que contribuem para uma totalidade da formação socioespacial brasileira.

### 2.3.2. As ideologias geográficas que constituíram a Era Vargas

Por meio do suporte teórico do próprio Moraes (2005), além das abordagens de Sodré (1979) e Fonseca (2001), pode-se inferir que Getúlio Vargas ascendeu ao governo em fins de 1930, com a vitória da revolução que pôs fim à chamada República Velha<sup>34</sup> (1888-1930), ou seja, desfez as articulações políticas das oligarquias regionais do Brasil. Entre 1930 e 1937, se instaurou no país um governo que promoveu o envolvimento direto da cúpula do Exército brasileiro, tendo como discurso ideológico o “desenvolvimento econômico nacional” (SODRÉ, 1979; FONSECA, 2001). Após o estabelecimento da ditadura é que a época de Vargas se apresenta, devidamente caracterizada pela crença do liberalismo<sup>35</sup>.

Conforme Sodré (1979, p. 328), “mesmo quando fora do poder, entre o golpe de 29 de outubro de 1945, que o depõe, e o retorno ao poder, pela vontade popular, figura em primeiro plano”. O fato de ter voltado por meio das eleições, depois de despojado pelas forças militares, indica a importância de sua personalidade. Seus discursos procuravam vincular o “desenvolvimento econômico” à superação da miséria e à consolidação da unidade nacional. Entretanto, a unidade nacional só viria

---

<sup>34</sup> A República Velha, conhecida hoje como o primeiro período republicano brasileiro, teve como característica principal a centralização do poder entre os partidos políticos e a conhecida aliança política "café-com-leite" (São Paulo e Minas Gerais). Também tinha como base a economia cafeeira e, portanto, mantinha fortes vínculos com grandes proprietários de terras (SODRÉ, 1979, p. 325).

<sup>35</sup> Doutrina baseada na defesa da liberdade individual, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, contra as ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal (MICHAELIS, 2019).

através do Estado, via uma política integradora. Estado esse que foi denominado por Vargas como “Estado Novo”.

Sodré (1979, p. 329) ainda apresenta que: “o ‘Estado Novo’ deveria corresponder a uma etapa capitalista inicial”. Entretanto, as contradições de que surgiu esse Estado, e as que se mantiveram ou apareceram durante a sua vigência, se apresentaram com uma complexidade que o aparato policial, a brutalidade repressiva e a extrema centralização apenas disfarçariam. Assim, Sodré (1979, p. 329) o define como “um governo que buscou se diferenciar das demais formas ditatoriais que se tornaram correntes na América Latina”, logo após a crise de 1929.

O desenvolvimento industrial não era apenas um fato econômico para o governo Vargas, pois, desde cedo, era considerado que o radicalismo político das massas seria um resultado inevitável de um Estado economicamente omissivo, que mantivesse milhares de trabalhadores famintos e fora do mercado de trabalho. Seria necessário, então, fazer uma reforma do capitalismo e da rede urbana de proteção social antes que o povo fizesse uma revolução. Com uma reduzida entrada de capital estrangeiro, a saída era financiar o desenvolvimento via capital nacional. Dessa forma, teve início a uma centralização do poder público. O Congresso Nacional foi dissolvido, juntamente com as casas legislativas estaduais e municipais. Vargas proibiu os estados de realizar empréstimos no exterior sem sua autorização. Os gastos com as forças públicas foram limitados e os estados ficaram proibidos de equipá-las com armamentos pesados (Fonseca, 2001).

Moraes (2005) também destaca que a própria criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), durante a Era Vargas, cumpriu um papel decisivo de informação e dominação espacial, com bases nacionais. Nessa fase, as políticas territoriais passam a ser postas como prioridades do Estado e os valores de pertencimento e de consolidação de unidade nacional foram realçados pela valorização do patrimônio nacional e natural. “O censo, tarefa básica do IBGE, desponta como instrumento importante de uma nova visão da gestão pública, a de um Estado mais atuante, instrumento da modernização” (MORAES, 2005, p. 130).

A partir de então, nos anos seguintes, Vargas prolonga sua permanência no poder alarmando a opinião pública com a falsa informação de que o país estava prestes a ser tomado pelos comunistas e com o apoio das forças armadas tentaria impedir. Conforme Fonseca (2001, p. 9), “o Estado Novo começa com um discurso

fortemente anticomunista, alertando para a ameaça da desintegração social e na qual a luta de classes viria a ser substituída por uma harmonia provinda da ordem estatal, se necessário com o uso da força”. Processo narrativo violento que se repete no Brasil até os dias atuais pelo atual governo.

Com o apoio e, posteriormente, a entrada do Brasil na II Guerra (1939-1945), junto aos Estados Unidos e à União Soviética, foram revistos os discursos ideológicos defendidos inicialmente, a respeito do antiliberalismo e do anticomunismo (FONSECA, 2001). Tornava-se insustentável manter a ditadura, principalmente quando a guerra começava a virar a favor dos aliados. A opinião pública e as forças armadas começaram a ficar mais sensíveis aos posicionamentos ideológicos dos liberais, contrastando com o ambiente pró-totalitário dominante na década de 1930.

A partir daí, Vargas começa a mudar sua política, fortalecendo os laços com a classe operária e com os trabalhadores urbanos. Contudo, novamente a legislação trabalhista excluía os trabalhadores rurais, o que reforçava os laços do governo com os setores agrários. Mesmo assim, esse discurso promoveu uma popularização da imagem do próprio presidente Vargas como “pai dos pobres”. Só que a população não compreendia que os direitos defendidos pelo presidente não se estendiam ao campo, por temor à reação da poderosa oligarquia rural. Anos de luta e de resistência haviam se passado para que esses direitos fossem estendidos como conquista dos trabalhadores, e não como uma outorga por parte de um governante, como realmente ocorria no Governo Vargas.

A partir da década de 1950, os Estados Unidos intensifica a liderança no mundo capitalista, inclusive ajudando na reconstrução da Europa e do Japão pós-guerra. Esse movimento internacional complicava o posicionamento político brasileiro que se mantinha defendendo uma ideologia nacionalista. A radicalização política no Brasil se acentuava com a campanha nacionalista do petróleo, dividindo a nação entre “nacionalistas” e “entreguistas”, ou, segundo a ótica udenista<sup>36</sup>, entre “comunistas” e “democratas” (FONSECA, 2001, p. 10).

A urbanização, o crescimento da classe operária e a inflação contribuíram para que surgissem, a partir de 1953, inúmeros focos grevistas. Segundo Sodré (1979):

---

<sup>36</sup> Que é relativo ao udenismo ou à União Democrática Nacional; diz-se de ou quem é filiado a esse partido ou dele simpatizante (MICHAELIS, 2019).

As velhas contradições aparecem no cenário, agora, politicamente mais desembaraçado, com a ruptura dos instrumentos de coação que a ditadura instalara e alimentara, e aparecem agravadas. O Estado Novo transferia apenas, sem atenuar e sem reduzir, aquelas contradições (SODRÉ, 1979, p. 330).

Nesse sentido, a denominada “Era Vargas” caracteriza-se como um conjunto de políticas públicas espaciais associadas à ambiciosos objetivos, voltados ao poder de controle e articulação territorial, de forma centralizada. Entretanto, carregava o desafio de sintetizar o processo da complexa transição da “República Velha” para o “Moderno Estado brasileiro”.

Para Costa e Steinke (2014, p. 6), o Estado Novo de Vargas, formado pela ideologia de desenvolvimento econômico centrado na Nação, tinha como item estratégico a construção de um Brasil moderno. Retrata um importante período de formação do capitalismo nacional e é vinculado “à vocação agrária e/ou industrial do Brasil”.

O esforço era o de diluir os enclaves de poder político correspondentes aos enclaves de poder econômico, enquanto remanescentes da história territorial colonial, com a tese de que o desenvolvimento do país era possível via industrialização substitutiva de importações [...]. Enalteceu-se a ideologia de que o país da economia dependente-imperfeita tinha condições de se libertar político-economicamente, com centros nacionais de decisões e poder para dismantelar as amarras do latifundismo e do imperialismo (COSTA & STEINKE, 2014, p. 6).

Assim, a partir do esforço de controle do território nacional, por meio de um modo populista e dirigista de gestão do país, a Era Vargas criou instrumentos políticos, administrativos e financeiros para reforçar a ideologia do “desenvolvimentismo”, o que fomentou a aceleração do capitalismo industrial monopolista no Brasil. Esse movimento, conforme Costa e Steinke (2014), também favoreceu à hegemonia econômica e política da burguesia industrial no país e o panorama da política nacional e internacional que envolveu a chegada de Juscelino Kubitschek ao poder.

### 2.3.3. As ideologias geográficas presentes no governo de Juscelino Kubitschek

Para uma compreensão de como se fez presente as ideologias geográficas no panorama político de Juscelino Kubitschek (1902-1976), utiliza-se as construções teóricas de Moraes (2005) associadas aos estudos de Vesentini (1986), Campos (2007), além de Costa e Steinke (2014). Estes últimos, buscam entender a lógica da

construção da nova capital (Brasília) no contexto de uma nova regionalização brasileira.

O governo do presidente Juscelino Kubitschek se efetivou entre os anos de 1956 e 1961, e ficou conhecido popularmente como o da “estabilidade econômica e do desenvolvimento industrial” (VESENTINI, 1986; COSTA & STEINKE, 2014). Essas considerações sempre estiveram presentes em seus discursos, planos e metas governamentais. Para operacionalizar e legitimar seu governo, num contexto de instabilidade política, Juscelino Kubitschek utilizava como elementos discursivos a “modernização” (continuação da Era Vargas), o “progresso” e o próprio “desenvolvimento industrial”<sup>37</sup>.

Um dos principais instrumentos políticos de seu governo foi o Plano de Metas, que continha propostas concretas em prol do desenvolvimento e da industrialização nacional. Esse plano estabelecia 31 objetivos, distribuídos em cinco grandes grupos: energia, transporte, alimentação, educação e indústrias de base. No entanto, a construção de Brasília, nova Capital Federal, foi apresentada como síntese de todas essas metas. A lei que autorizava sua construção foi sancionada em 19 de setembro de 1956 e a inauguração foi marcada para 21 de abril de 1960.

Para Costa e Steinke (2014, pp. 10-11), a Capital foi definida, geográfica e estrategicamente, segundo interesses do Estado, em sua estrutura político-econômica e “transmite a mensagem sintética do poder da emergente burguesia industrial; poder de um Estado absoluto quanto ao vínculo com o privado e ao norte das decisões, para dar subsídio material e ideológico, a qualquer preço, ao desenvolvimentismo”. É expressão material e simbólica do poder para o controle e a articulação do território nacional; poder incorporado e projetado pelo Estado, que ganha ímpeto a partir de 1956 e se perpetua até os dias atuais.

A partir das análises de Campos (2007), pode-se também observar que toda a campanha eleitoral de Juscelino Kubitschek era baseada no *slogan* “cinquenta anos

---

<sup>37</sup> Ao buscar um entendimento de tais termos, pode-se encontrar em Costa e Steinke (2014) as seguintes definições: “[...] a modernização, enquanto processo social contraditório, desenvolve-se desigualmente no território, prescreve geografias regionais díspares. O progresso, enquanto intensificação expressiva da modernização territorial, justifica expressões materiais pela ideologia que molda a modernidade enquanto possibilidade do contemporâneo. A industrialização, que faz do conhecimento científico tecnologia, que cria, destrói e recria novos ambientes e coisas, as correntes migratórias, em processos de desterritorialização e reterritorialização de sujeitos e grupos, o crescimento urbano acelerado, o poder dos Estados Nacionais Contemporâneos que, variavelmente, se exacerba ou se retrai, fazem-se expressões potenciais da modernização” (COSTA & STEINKE, 2014, p. 8).

em cinco”, que sintetizava a promessa de obter cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo. Junto com essa promessa, a confiança ao desenvolvimento do Brasil deveria ser devolvida à nação, somada à vitória do país na Copa do Mundo de 1958 e à invenção de um novo estilo musical denominado “bossa nova”, originado no ano de 1959 (CAMPOS, 2007; COSTA & STEINKE, 2014).

Assim, pode-se compreender que o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek era caracterizado como uma retomada da ideologia de “crescimento econômico do país” iniciado por Getúlio Vargas. Apoiado na inversão de capital público em obras de natureza infraestrutural e aliado às atividades e investimentos privados, o governo se preocupava em atrair capitais estrangeiros, que estavam se retraindo, e justificava as próprias ações governamentais por meio do apoio popular.

A meta de construção da nova Capital, proposta pelo Governo, carregava uma dimensão simbólica e outra ideológica, de síntese, como apresentam Costa e Steinke (2014, p. 12). “Símbolo, ela permite mobilizar os brasileiros de todas as classes sociais para um projeto de futuro e desviá-los dos problemas econômicos e sociais cotidianos. Síntese, permite reunir as elites do país e ultrapassar suas clivagens ideológicas”.

De tal modo, a Capital Federal, conforme Vesentini (1986), representou um aspecto visível e material das relações e imbricações entre o Estado, o capital-corporativo e a sociedade. Sua localização, seus fluxos com as diversas unidades do território, seu traçado urbanístico e suas linhas arquitetônicas foram resultantes de um contexto histórico da formação territorial brasileira. Marcada principalmente pelas condições econômicas, sociais e políticas da época, tornou-se fruto da industrialização (concentrada espacialmente) e da integração territorial, o que provocou uma nova regionalização<sup>38</sup> no País.

A partir da centralização do poder, com a transferência da Capital para o Centro-Oeste, faz-se um arranjo regional a partir da integração do território nacional. Aviltou-se o cenário das desigualdades regionais brasileiras e contribuiu para um avanço no processo de urbanização e industrialização no centro do país.

---

<sup>38</sup> A criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, e posteriormente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959 durante o governo de Juscelino Kubitschek, expressam as tentativas de se resolver as questões regionais, que tratavam a região Nordeste como “região-problema”, economicamente, e buscavam ocupar, produtivamente, certas áreas então pouco povoadas do País, como o Centro Oeste e a Amazônia.



A atuação do poder público, combinado com o capital privado, promoveu, então, uma transformação no sistema econômico e social. A mobilização popular nas cidades e no campo seriam, ainda, uma consequência dessa modernização econômica.

Por meio do contexto nacional-desenvolvimentista, o poder do Estado brasileiro se desenvolveu, a partir de uma liberdade integradora, resultando em um *Estado demiurgo*<sup>39</sup> da sociedade brasileira (BARIANI, 2007; COSTA & STEINKE, 2014). O povo, aprisionado ou mobilizado pelo Estado, se transforma em novos escravos urbanos da burguesia industrial da época.

[...] o povo, enquanto coletividade de cidadãos, tutelado verticalmente (pelo Estado demiurgo da sociedade combinadamente com o capital privado nacional e estrangeiro), projeta-se ao sabor dos interesses de uma nova burguesia industrial. [...] Indígenas, populações tradicionais, novos escravos da construção civil, do campo e do capital financeiro, em Brasília, Goiânia, [...] são expressões reais, singularidades efetivas do drama que antecede e resulta no e do poder desenvolvimentista populista da última centúria do Brasil (COSTA & STEINKE, 2014, pp. 24-25).

Da mesma forma, Campos (2007) afirma que a utilização marcante desses discursos ideológicos durante o governo de Kubitschek, deu-se como forma de divulgar o “desenvolvimentismo”, apresentando nitidamente três aspectos-chave: (1) a defesa da industrialização, (2) o intervencionismo pró-crescimento e (3) o nacionalismo. Para a autora, o uso dessas ideologias foi essencial para a promoção do sucesso de Kubitschek e para a efetivação de seu Plano de Metas, principalmente no que tange ao tratamento dos discursos políticos referentes à: inflação, política externa e distribuição de renda, elementos econômicos centrais do governo. A divulgação ampla de informações e dados estatísticos, que corroborassem com os argumentos dados pelo presidente, atuava de forma estratégica, a fim de legitimar sua atuação política e seu programa de desenvolvimento. Por outro lado, o presidente também dava menos ênfase ou até omitia informações que contradissem o êxito de seu governo (CAMPOS, 2007).

Assim, a visão tida pela maioria dos autores aqui apresentados aponta, justamente, que a falha do governo de Juscelino Kubitschek estava na carência de

---

<sup>39</sup> Demiurgo, o Estado propiciaria a existência efetiva da sociedade que, por sua vez, produziria indivíduos habilitados ao convívio e participação, dando – em última instância – forma à comunidade nacional, ao povo. Criaria, assim, não só a Nação e o povo, também os entes e mecanismos necessários para execução de sua obra e perpetuação das condições de sua dominação; encarnaria a racionalização e monopolizaria a interpretação da vontade geral (BARIANI, 2007, p. 8).

políticas públicas voltadas especificamente para a redução das desigualdades no território. Mais que isso, a política econômica de seu Plano de Metas, na verdade, teve como efeito colateral a intensificação das desigualdades sociais e regionais do país, começando pelo próprio Distrito Federal (capítulo 3).

Vale também destacar o posicionamento de Campos (2007) quando afirma que: o próprio presidente, ao adotar a ideologia desenvolvimentista, com foco no crescimento econômico (via industrialização), considerava que “a melhoria do bem-estar do povo, relativa ao seu desenvolvimento em termos sociais, viria como consequência desse processo, de forma que as políticas governamentais não precisariam se preocupar, efetivamente, com as questões atinentes a distribuição de renda e riqueza” (CAMPOS, 2007, pp. 138-139). Entretanto, isso de fato não ocorreu.

Moraes (2005, p. 83), ao final de seu trabalho, deixa claro que as tentativas de efetivação desses “planos modernizantes” foram equivocadas. Estavam muito mais centradas para os espaços físicos do que para os atores sociais. O autor ainda sustenta que houve uma “miopia” em achar que as formas construídas induziriam a sociabilidade. Para Moraes (2005), caberia ao Estado o papel condutor básico na articulação interinstitucional e na implementação de diretrizes voltadas à gestão territorial, especialmente para responder as demandas de responsabilidade social, econômica e espacial.

Entende-se, dessa forma, que, no contexto dos processos de colonização, constituição, industrialização, modernização e desenvolvimento do país, juntamente com suas profundas transformações, impactos e destruições, torna-se recorrente o uso de tais artifícios ideológicos, concebendo as ideologias geográficas como artifícios para a produção de territórios e expansão da acumulação do capital.

As estratégias militares, políticas, econômicas, sociais e culturais são alguns dos elementos que constituíram as ideologias geográficas analisadas nesse capítulo, e imprimem um caráter particular à formação socioespacial brasileira. A materialização dessas estratégias tem como síntese a construção de Brasília, a nova capital federal. Assim, a ideologia da industrialização, do crescimento econômico e do desenvolvimento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores dos ideais que guiaram a reconstrução ou a remodelação do território nacional. Para realizar qualquer um desses desígnios, impunha-se equipar o território, integrá-lo mediante recursos modernos, tal como ocorreu na constituição do Distrito Federal brasileiro.

Podemos, então, afirmar que tais *ideologias geográficas* se fazem cada vez mais presentes nos usos do território brasileiro (principalmente pelo Estado). As ações e decisões políticas tomadas, apenas sustentam relações de domínio e poder, presentes desde o período colonial. Relações essas que contribuem para o aumento e a proliferação da desigualdade, discriminação e do preconceito na sociedade brasileira, visando a mão de obra barata e de fácil acesso para os donos do capital. Brasília se revela, assim, como um produto conjuntural ideológico nacional-desenvolvimentista e de internacionalização da economia brasileira, identificado como “símbolo e síntese da negação do subdesenvolvimento e afirmação de um ‘novo Brasil’, desenvolvido e independente” pelo avanço industrial (VESENTINI, 1986, pp. 22-23), conforme será tratado no capítulo 3 a seguir.

## **CAPÍTULO 3**

### **O DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO: UM PROJETO GEOPOLÍTICO NACIONAL**

*A construção de Brasília é a ocasião para que aconteça um novo pacto territorial [...]. Ela se inscreve em um movimento bem mais amplo, o da modernização de um país, cujo território devia se equipar de um modo adequado à enorme mudança programada (SANTOS, 2007, p. 130).*

Conforme apresentado no capítulo anterior, a década de 1950 foi demarcada pela correlação entre as ideologias geográficas (pautadas na efetivação do projeto nacional de industrialização, modernização e progresso) e a uma estruturação e fortalecimento do poder do Estado, juntamente com a composição de uma nova regionalização para todo o território brasileiro.

Como síntese do projeto geopolítico nacional brasileiro (iniciado com Getúlio Vargas e consolidado por Juscelino Kubitschek), materializa-se no Planalto Central brasileiro o novo Distrito Federal – Brasília<sup>40</sup> – no coração do Brasil. Entretanto, essa proposta de mudança da Capital Federal para o interior do País não surgiu em um governo apenas. Conforme apresenta Silva (2006), desde Tiradentes a Kubitschek, não faltou quem se empenhasse na efetivação da interiorização do poder Estatal.

Toda a América Latina, nesse período, passava por fortes processos de mudança, em vários planos, conforme apresenta Quijano (1978), desde econômica, ecológico-demográfica, social, cultural e política. Por outro lado, fenômenos antigos pareciam reproduzir-se sem perspectiva de alterações, tais como a dependência<sup>41</sup> pelos países capitalistas e as relações de poder e domínio entre classes, existentes desde a colonização. Além do Brasil, México, Argentina, Chile e Uruguai também

---

<sup>40</sup> Brasília é entendida como a área do Distrito Federal brasileiro com suas Regiões Administrativas. Uma dessas regiões é o Plano Piloto, que recebe a mesma denominação de RA I: Brasília, onde se localiza a sede do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal (GDF).

<sup>41</sup> As relações de dependência só aparecem, esclarece Quijano (1978, pp. 14-15), quando as sociedades implicadas fazem parte de uma mesma unidade estrutural de interdependência dentro da qual um setor é dominante sobre os demais, o que constitui um dos traços definidores do sistema de produção e de mercado do capitalismo atual. O próprio processo de descolonização foi, aponta o autor, parte do processo de transformação do sistema de produção e de mercado do capitalismo dentro do qual e pelo qual se produziram deslocamentos intermetropolitanos de poder e alterações no sistema de relações de dependência.

passavam por processos intensos de expansão e modificação dos setores urbanos da sociedade.

As modificações nos setores urbanos da economia desses países, relacionadas ao processo de industrialização, combinado com a imediata dependência cultural dos núcleos urbanos em relação aos países da Europa e dos Estados Unidos, não produziram somente a expansão e modificação da economia, concentrada em certas áreas. Promoveram também uma determinada “modernização” da sociedade e da cultura urbanas de tais países, em relação à que existia nos demais ou neles próprios no período colonial.

Entretanto, Quijano (1978) apresenta que o Brasil foi um dos únicos países latinoamericanos onde não houve nenhum “enclave controlado pelos grupos econômicos metropolitanos e onde o processo de industrialização (e modernização) foi levado a cabo com grande vigor e ritmo, sob o controle inicial de empresários nacionais ou imigrantes nacionalizados” (QUIJANO, 1978, p. 51).

O fator mais incisivo presente em todos os discursos desse período no Brasil – movimento de mais de cento e cinquenta anos – foi o da “segurança nacional”. Entretanto, foi a partir do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek que essa proposta se efetivou, objetivando um planejamento centralizador, em prol da industrialização e da modernização, a fim de fomentar a acumulação de capital nacional em uma escala monopolista da economia.

Em estudo sobre a nova regionalização brasileira a partir da edificação de Brasília, Costa e Steinke (2014) explica as intencionalidades da mudança da Capital Federal, do Rio de Janeiro para o interior do País, como ligadas a três importantes fatores. O primeiro, caracterizado pelo movimento de redefinição da acumulação capitalista e da regionalização interna do Brasil, tomava a nova Capital como ponto central entre a zona produtora industrial do Sudeste e as novas fronteiras em expansão, ao Centro Oeste e ao Norte do País. O segundo fator, embasado pela ideologia de superação do subdesenvolvimento econômico, via desenvolvimento industrial pela intervenção do Estado, direcionava os esforços para uma potencialização e integração nacional. E por fim, influenciado pelo pensamento de segurança nacional, tomava como primordial a centralidade da Capital a fim de alcançar a expansão das fronteiras territoriais numa integração ampla do território. Portanto, Brasília foi definida, geográfica e estrategicamente, de forma planejada, no

estado de Goiás (GO), com o propósito de atender aos interesses e articulações do próprio Estado, em sua estrutura político-econômica e institucional.

Como já observado no capítulo 2, a construção de Brasília, de fato, efetivou uma unificação e coordenação do mercado nacional, associado ao capital estrangeiro, sob o comando econômico da região mais desenvolvida na época: o Sudeste. Com a instauração de uma série de rodovias, em especial a rodovia Belém-Brasília, conforme apresentam Costa e Steinke (2014), a região Norte passou a atender às necessidades de atividades primárias extrativistas do comércio do centro-sul, e o Nordeste especializou-se na oferta de produtos minerais e agrícolas. De igual modo, o Sul especializou-se na industrialização de bens de consumo, agricultura e pecuária. Já a região Centro Oeste sofreu um rápido processo de ocupação territorial com a edificação do Distrito Federal brasileiro.

Ao se estabelecer como centralidade regional, Brasília se projeta numa estratégia nacional de controle e articulação do território, por meio de uma rede infraestrutural, controlada e encabeçada pelo Sudeste. “Brasília transmite a mensagem sintética do poder da emergente burguesia industrial; poder de um Estado absoluto quanto ao vínculo com o privado e ao norte das decisões, para dar subsídio material e ideológico, a qualquer preço, ao desenvolvimentismo” (COSTA & STEINKE, 2014, p. 11).

Contudo, segundo Quijano (1978, pp. 37-49), esse movimento de industrialização da sociedade e da cultura urbana latino-americana continua sendo muito mais um “fenômeno de participação no mercado industrial internacional do que de desenvolvimento da produção industrial interna”, o que o torna um processo excludente. “A sua própria lógica contém a inevitabilidade da *marginalização* de setores crescentes da população urbana” (QUIJANO, 1978, p. 49). Marginalização essa, não somente para a progressiva declinação de certos ramos da atividade produtiva, frente a outros de grande tecnologia e de grande rentabilidade para os monopólios estrangeiros, tal como ocorrida entre os estados brasileiros (encabeçada pelo Sudeste). Mas, também, para os habitantes das áreas urbanas industriais que não encontram um lugar no novo sistema industrial, tal como ocorreu com os “candangos” que chegam para a construção da Capital Federal e são expulsos para áreas periféricas da cidade construída, conforme tratado nos itens a seguir. Observa-se, portanto, que essa segregação/marginalização perpassa por toda a formação

territorial na América Latina e, por conseguinte, por toda a formação territorial brasileira.

### **3.1. A exploração da força de trabalho e as más condições de vida durante o período de construção da nova Capital Federal**

Motivados pela política governamental de incentivo à migração do governo Kubitschek, um grande contingente de migrantes chegou no Planalto Central brasileiro de várias partes do País, a fim de participar do erguimento da nova Capital Federal. Originários principalmente do Nordeste, de Minas Gerais (MG), de Goiás (GO) e do Mato Grosso (MT), a partir do dia 3 de novembro de 1956, ergueram as primeiras barracas de lona e casas de tábua para se instalarem. Esse movimento, de chegada e adaptação no território, vai se prolongar até a data de inauguração da cidade, em 21 de abril de 1960.

Assim, no ano de 1957 surge a primeira centralidade urbana da nova Capital denominada “Cidade Livre”<sup>42</sup>, hoje chamada Região Administrativa Núcleo Bandeirantes. Eixo da iniciativa e ponto de referência do planejamento da grande obra de erguimento do Distrito Federal, a Cidade Livre é considerada por Silva (2006) como polo aglutinador de todos os migrantes que chegavam e se fixavam no território.

O número desses trabalhadores, intitulados de “candangos”<sup>43</sup> (ver figura 6 e figura 7), aumentava conforme o avançar das edificações. Segundo Vesentini (1986, pp. 107-108), esse número passou de 12.283, em julho de 1957, para 28.804, em fevereiro de 1958, e 64.314 em maio de 1959. Pelas informações obtidas do Censo Experimental de maio de 1959, o autor também apresenta que havia em Brasília 42.322 homens e apenas 21.982 mulheres, sendo que a idade média dessa população era de 22 anos.

---

<sup>42</sup> A Cidade Livre tinha essa denominação por haver um incentivo à sua ocupação, tanto por comerciantes como por trabalhadores assalariados que chegavam em busca de trabalho na nova Capital Federal (SILVA, 2006).

<sup>43</sup> Nome utilizado para designar os primeiros trabalhadores da Capital Federal (VESENTINI, 1986, p. 107).

Figura 6: Trabalhadores que vieram para a construção de Brasília.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal a partir dos registros do Fundo NOVACAP (2018).



Operários no canteiro de obras do Congresso Nacional. Autor desconhecido (1956-1960).



Figura 7: Trabalhadores que vieram para a construção de Brasília.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal a partir dos registros do Fundo NOVACAP (2018).



Homens trabalhando na edificação de uma obra. Autor desconhecido (1956-1960).

Das 35.201 pessoas que exerciam atividades econômicas, 19.149 estavam ligadas à indústria de construção, 1.377 eram motoristas, 963 eram auxiliares de

escritório, os comerciantes chegavam a 951 pessoas, e as demais distribuíam-se por inúmeras atividades: médicos (1 para cada grupo de 2.218 moradores), advogados (1 para 3.573 pessoas), dentistas (1 para 1.692 habitantes), funções ligadas à segurança, cozinheiros, entre outras.

Silva (2006) também complementa que, durante esse período de construção da nova Capital, foi muito comum o uso de caminhões que iam até certas cidades do Nordeste ou de Minas Gerais para arregimentar pessoas para trabalhar nos canteiros de obra (conforme figura 6 e figura 7). Esse, também se tornou um empreendimento altamente lucrativo para os motoristas, que recebiam uma quantia das empresas de construção instaladas no novo Distrito Federal e também dos próprios migrantes que eram por eles conduzidos.

Vale ressaltar, dos dados apresentados por Vesentini (1986, p. 108), que apenas 37% dos domicílios construídos e recenseados eram servidos por iluminação elétrica; somente 22% deles possuíam canalização interna de água; 26,9% possuíam aparelho de rádio; e apenas 1 em cada 16 domicílios tinha geladeira.

Nesse período, a área de formação do novo Distrito Federal era caracterizada de imensos acampamentos ou precários núcleos urbanos, todos provisórios. A pouca iluminação dessas áreas e a permanente poluição sonora, causada pelos trabalhos continuados durante o período noturno, tornavam o território um tanto hostil e propício ao elevado índice de mortalidade. As construções eram feitas de madeira para refletir o caráter provisório de permanência no território. O crescimento desordenado dos barracos, sem qualquer infraestrutura, resultava em incêndios súbitos, alguns até criminosos.

Brasília era então, durante esse período inicial, um grande canteiro de obras, onde a violência se fazia presente por meio das condições degradantes direcionadas à população operária da construção civil.

Tanto nas abordagens de Vesentini (1986) como nas de Silva (2006), pode-se inferir que o ritmo de trabalho, para o erguimento da nova Capital, era intenso. Os turnos chegavam a ser de 14 a 18 horas por dia, fazendo muitas vezes “horas extras” em domingos e feriados.

Os grupos de operários se revezavam continuamente, sem interrupções. Eram comuns as ‘viradas’, nas quais o trabalhador varava a noite trabalhando ininterruptamente. [...] Esse intenso ritmo de trabalho, com as ‘viradas’, ocasiona a elevação nos índices de acidentes de trabalho, muitas vezes fatais (VESENTINI, 1986, pp. 108-109).

Surgia, ainda, o fato de que as empresas particulares, contratadas para realizar as obras da cidade, cometiam frequentemente irregularidades na aplicação das leis trabalhistas, pagando aos contratados o valor inferior ao trabalho realizado. Não pagavam corretamente o acréscimo do preço das horas extras, das férias ou até mesmo das indenizações.

Entretanto, a violência para com os trabalhadores chegava a ir além das questões trabalhistas. Abusos de autoridade, extorsões, subornos e prevaricações são apontados por Vesentini (1986, p. 110) como práticas comuns.

As empresas construtoras tinham seus próprios quadros de segurança, e com a organização da Novacap<sup>44</sup> foi criado um organismo chamado Guarda Especial de Brasília (GEB), comandada por um general reformado e alguns oficiais militares. Seus praças foram escolhidos entre os candangos de maior porte e alguns ferozes elementos da Polícia goiana, sendo que eles impunham mais temor que respeito.

As condições de vida dessa população eram, então, intensamente precárias: ritmo de trabalho intenso, salários baixos, condições de moradia e alimentação inadequadas, altos índices de acidentes de trabalho e mortalidade, além de abusos de autoridade e extorsões físicas e morais. Conclui-se, assim, que a violência se fez presente no cotidiano dos “candangos” durante toda fase de erguimento do Distrito Federal brasileiro.

Além do mais, essa forma de tratamento (violenta e segregadora) não ocorria apenas a partir da relação trabalhista, diretamente com os funcionários públicos ou firmas particulares que se instalaram na nova Capital. Ela também se fazia nos processos de distribuição e venda dos lotes e apartamentos construídos, conforme melhor analisado no item a seguir.

Assim, a violência acometida contra os “candangos” tinha uma intencionalidade embutida. Pode-se interpretá-la como uma forma disciplinar para o trabalhador, o que garantiria uma efetivação rápida das obras. Serviria também como

---

<sup>44</sup> Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), constituída em 1956 pela Lei nº 2.874, por Presidente Juscelino Kubitschek, seria a empresa pública federal responsável pela administração das obras de construção da nova Capital Federal, tomando-se, portanto, o principal agente estruturador do espaço urbano (CAMPOS, 2010, p. 113). Têm como algumas de suas atribuições: (i) o planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura Capital, diretamente ou através de órgãos da administração federal, estadual e municipal ou de empresas idôneas com as quais contratar; (ii) execução, permuta, alienação, locação e arrendamento de imóveis na área do Distrito Federal ou em qualquer ponto do Território Nacional; (iii) execução, mediante concessão, de obras e serviços da competência federal, estadual e municipal, relacionados com a nova Capital (SILVA, 2006, pp. 127-128).

repressão às manifestações populares em defesa dos direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho. Pode-se afirmar também que essas repressões preparariam para uma possível expulsão dos trabalhadores, logo após o término das obras da Capital.

Com o término das obras, os “candangos” seriam compelidos a deixar o Distrito Federal por meio dos sucessivos programas de retorno de migrantes implementados a partir de 1963. Esses programas tinham como objetivo conter as ocupações irregulares e as construções de favelas ao redor do Plano Piloto. Os que resistiam no território, eram removidos para localidades distantes da centralidade urbana, cerca de doze e cinquenta quilômetros, em assentamentos construídos a partir de 1958 e intensificados na década de 1960 (SILVA, 2006). Assim, já se pode identificar uma forma de resistência espacial presente no território do Distrito Federal, uma luta pela permanência no lugar idealizado e construído: a Capital do País.

A demanda por habitação para as populações que resistiam aumentava e foi respondida com a segregação. O Governo desenvolveu um processo de urbanização eminentemente extensivo e periférico (CAMPOS, 2010), concentrando essas populações (que migraram para a construção da cidade) em espaços afastados de Brasília. Segundo Santos (2004, p. 79), “os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”.

A América Latina se constituiu historicamente da mesma forma: por meio de intensos processos de violência. A partir da colonização e durante todo o processo de formação territorial dos países latinoamericanos, pode-se observar genocídios e violentas formas de conquista e domínio do território, em nome do desenvolvimento e da modernização. Entre essas múltiplas formas de violência, que atuam sobre o continente latinoamericano, incidem fatores sociais, econômicos, políticos e até culturais. A industrialização e o desenvolvimento, assim, enquanto processos ligados à sociedade capitalista, incorporam o espírito da mais valia, da troca e das contradições territoriais, o que intensifica as desigualdades na sociedade.

Portanto, é nessa violenta lógica de diferenças e exclusões, de explorações e desigualdades, observada durante todo o processo de formação territorial na América Latina, que também se constitui o Distrito Federal brasileiro em sua singularidade. Lógica essa, que se concretiza a partir dos interesses de controle e domínio do território, por meio do fenômeno de zoneamento urbano e da segregação espacial das cidades, o qual distingue as Regiões Administrativas (que constituem os territórios

periferizados do Distrito Federal) do Plano Piloto (núcleo central do poder hegemônico que controla o país).

### **3.2. A segregação social e o controle territorial no Distrito Federal brasileiro**

Conforme já apresentado, os primeiros povoados que surgiram durante o erguimento da Capital Federal eram, em sua maioria, de operários do grande canteiro de obra do Planalto Central. Vários núcleos urbanos, acampamentos e favelas, surgiram ao redor do Plano Piloto em construção. Contudo, se supunha que, ao término dessas obras, os operários deveriam retornar às suas cidades de origem, ou seja, não habitariam a Capital Federal, muito menos o Plano Piloto.

Segundo Costa e Peluso (2016), o Plano Piloto era pensado e construído como local de habitação, trabalho, circulação e lazer dos vários segmentos hierárquicos da “tecno-burocracia” e “classes associadas prestadoras de serviços”. Nesse propósito, atenderia apenas as necessidades do Estado, que promovia uma divisão social das moradias da cidade, ou seja, arquitetava-se setores habitacionais distintos e de acordo com a hierarquia dos vários escalões governamentais que nele habitariam: senadores, deputados e funcionários públicos, de acordo com o cargo e função.

Efetivamente, somente a partir da finalização das obras e das instalações de infraestruturas específicas, tais como o transporte rodoviário e principalmente o aéreo – que se possibilitaria o deslocamento de políticos, diplomatas, gestores públicos e diretores de grandes empresas até o Planalto Central –, efetivando de fato a inauguração da Capital Federal brasileira.

Assim, observa-se nas obras de Vesentini (1986), Santos (2004), Silva (2006), Campos (2010), Costa *et al.* (2013), Costa e Steinke (2014) que: apesar de se apresentar como uma obra destinada à ocupação e povoamento efetivo da região central do Brasil, a construção da nova Capital, na realidade, implicou num certo nível específico de desenvolvimento e povoamento. Dessa forma, o processo de urbanização<sup>45</sup> do Planalto Central não ocorreu simetricamente como o Estado

---

<sup>45</sup> Conforme Quijano (1978, p. 11), o atual processo de urbanização na América Latina consiste na expansão e modificação dos setores urbanos já existentes na sociedade, em consequência das quais as relações urbano-rurais dentro dela tendem a se alterar, condicionando e estimulando mudanças correspondentes nos próprios setores rurais. Para o autor, essas tendências não se produzem somente na ordem ecológico-demográfica, mas em cada uma das várias ordens institucionais em que a estrutura

desejava. As populações pobres que vinham em busca de trabalho e oportunidades acabavam se assentando em terras ao redor da cidade que crescia, formando assim outros núcleos urbanos. As multidões de operários que chegavam em busca de trabalho, porém, almejavam moradia como forma de se tornarem sujeitos inseridos neste “novo mundo urbano construído”.

O Estado então promoveu uma fragmentação territorial da cidade unitária para abrigar essa classe trabalhadora não regressa às suas terras de origem. Os operários excluídos retomavam o controle de seu destino urbano que, mesmo em situações precárias e cercadas de violência, resistiam em permanecer no território, cuja intencionalidade de produção os negavam desde o início. Essa resistência que parte do “sujeito situado”<sup>46</sup>, então, pode ser caracterizada como uma resistência espacial, pela vontade do sujeito de se fixar no território construído, por meio da relação de pertencimento em ter contribuído para a sua construção, enquanto “candango”.

Isso se justifica por meio das abordagens de Costa e Peluso (2016, p. 8), os quais apresentam que: “o espaço urbano é produzido material e idealmente, com um caráter de *situação territorial* singular, pois é vivido, percebido e representado de maneira simultânea por atores e agentes, de forma sintagmática ou interdependente, em relações de poder”.

Ademais, conforme Campos (2010), a estruturação e implantação desses novos núcleos urbanos exigiram do Estado uma intervenção direta e intencional no território, associando-o com agentes do mercado imobiliário. Surgia, assim, em lugares estratégicos, as Regiões Administrativas, anteriormente chamadas de cidades-satélites. Essa localização facilitaria um maior controle social, principalmente em relação ao acesso ao Plano Piloto.

No momento da construção de Brasília, já se presencia uma seletivização espacial, pois o Plano Piloto, desde o início, caracterizava-se como o espaço urbano destinado ao funcionalismo público federal e à pequena burguesia, enquanto as cidades-satélites eram formadas a partir da pressão exercida pela população migrante dos trabalhadores menos qualificados, que possuíam como perspectiva de moradia apenas as proximidades dos canteiros das obras, seja nos seus alojamentos ou nas denominadas ‘invasões’ (CAMPOS, 2010, p. 112).

---

total da sociedade pode ser analisada, ou seja, econômica, ecológico-demográfica, social, cultural e política.

<sup>46</sup> Noção desenvolvida por Costa (2016, p. 25) que posiciona o sujeito localizado ou situado como o maior responsável no destino patrimonial da vida, reivindicando suas necessidades aos órgãos estatais competentes, posicionando-se pela preservação dentro e fora do lugar – defesa da vida e dos sítios de pertencimentos.

Vesentini (1986) e Campos (2010) apresentam que essa intervenção do Estado se intensificou a partir da constituição da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), que atuaria diretamente na compra e venda de terras. A urbanização do Distrito Federal, a partir de então, se intensificou e adquiriu um perfil socioespacial segmentado e segregador.

Segundo Vesentini (1986), a partir de 1956 o Governo Federal já tinha a posse de toda a extensão de terra onde se constituiria o Plano Piloto. Vendia lotes de terreno nas zonas residenciais e comerciais por preços muito elevados. Campos (2010, p. 114) também ressalta que o Governo intervinha diretamente, no controle das terras, ampliando favores e concessões especiais de determinadas áreas “para agradar ou cooptar políticos, jornalistas e militares”, em nome do controle territorial e melhora da “qualidade de vida da população”, ou seja, de quem habitaria o Plano Piloto.

Observa-se, portanto, uma intencionalidade embutida na construção da nova Capital (e também na do Plano Piloto) por parte do Governo. Esse, instituiu o Plano Piloto exclusivamente para centralizar o poder do Estado e abrigar os funcionários mais graduados que nele diretamente atuariam. As Regiões Administrativas, assim, funcionariam como solução de moradia para as demais classes operárias, que insistissem em permanecer no território, e para os funcionários públicos de padrão social menor. Tal postura revelava, então, a vigente política territorial discriminatória, segregadora<sup>47</sup>, pensada exclusivamente para atender aos interesses do Estado, de uma pequena elite a ele associada, e dos agentes do capital imobiliário também envolvidos no processo.

Posicionamento contrário ao discurso adotado na época, da construção de um espaço “ordenado, igualitário e livre”; que visaria se diferenciar do caos presente nas grandes metrópoles, e que proporcionaria melhor qualidade de vida aos moradores (VESENTINI, 1986; SILVA, 2006; CAMPOS, 2010). Tal como tratado no item sobre as ideologias geográficas (ver capítulo 2), elementos que contribuem para a interpretação da formação socioespacial brasileira em sua totalidade, Brasília foi pensada como uma “solução”, pois os “problemas” ficariam fora do Distrito Federal

---

<sup>47</sup> Entende-se por segregação o fenômeno resultante das intermediações complexas entre os agentes sociais (proprietários de imóveis, empresas imobiliárias, usuários de moradia, incorporadores, órgãos governamentais e financeiros etc.) e suas atividades na formação do espaço urbano, estruturada sob as determinações das relações sociais capitalistas (CAMPOS, 2010, p. 110).

brasileiro. Entretanto, isso só se restringiu ao Plano Piloto, como um mundo à parte de todo o território brasileiro.

Nesse urbanismo de forte influência iluminista, a igualdade, a liberdade e a fraternidade deveriam estar impressas no espaço, mesmo que à custa da padronização das formas, dos trabalhos, da recreação, dos trajetos e da paisagem. Dessa forma, espaço objetivo, do planejamento, e espaço subjetivo, da vivência cotidiana, seriam unos, sem conflitos ou contradições. A Capital deveria ser, concomitantemente, racional, harmoniosa e igualitária: deveriam morar, na mesma quadra, o senador e seu motorista; o ministro e seu copeiro, ideal nunca alcançado ou mesmo tentado (COSTA & PELUSO, 2016, p. 12).

As Regiões Administrativas, dessa forma, originaram-se a partir das políticas governamentais de assentamentos da população de baixa renda na periferia. Em diferentes momentos da construção de Brasília, inúmeras populações foram transferidas em massa para essas áreas.

A primeira delas a ser constituída foi Taguatinga, no ano de 1958, antes mesmo da inauguração da Capital. Precocemente formada para dar abrigo aos moradores da antiga favela Sara Kubitscheck, localizava-se na rodovia Brasília-Anápolis, tornando-se modelo para as demais regiões implementadas posteriormente.

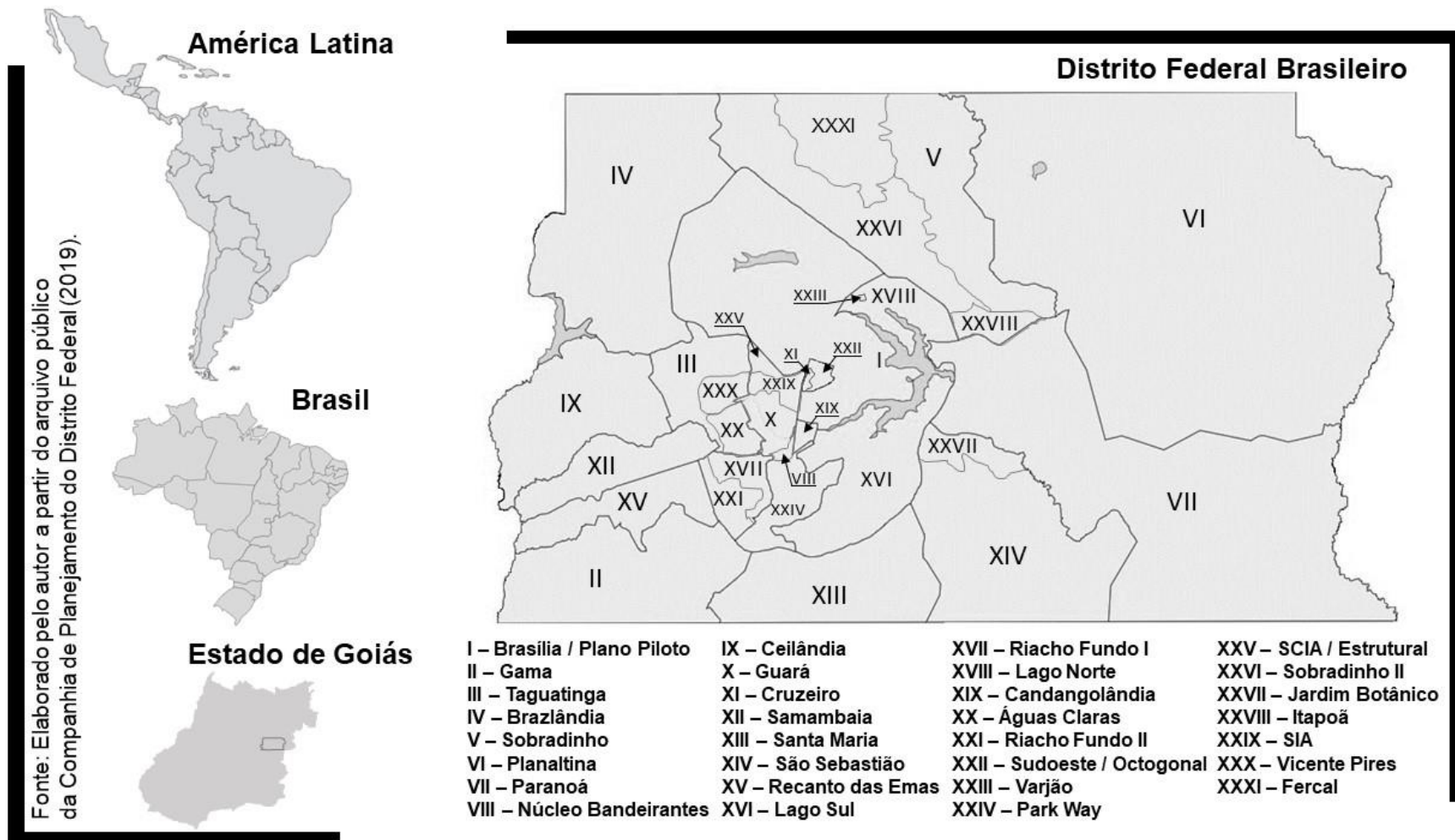
Na década de 1960, segundo Vesentini (1986, p. 144), em razão da demanda habitacional da população de baixa renda, alimentada pelo forte contingente migratório e pela política de implantação dos grandes conjuntos habitacionais, os trabalhadores da cidade foram removidos para os núcleos urbanos hoje conhecidos como Gama, Sobradinho, Guará e Vila Buritis (hoje Planaltina).

Esse movimento continuou durante a década de 1970, quando se originaram as regiões de Ceilândia e Varjão (ver figura 8). Essas regiões, conforme revela Vesentini (1986), chegaram a abrigar 66% da população do Distrito Federal em seus períodos iniciais.

Importante também ressaltar que nesses núcleos não tinham nenhuma infraestrutura urbana ou comunitária na época. Seus moradores ficavam regularmente sem água encanada, luz, esgotamento sanitário e sendo obrigados a pagar por um transporte público caro e deficiente.



Figura 8: O Distrito Federal brasileiro e suas Regiões Administrativas.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do arquivo público da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (2019).

Se a permanência dos operários da construção da cidade já se mostrava um problema ao Governo, houve outro advindo da chegada de uma outra população em busca de emprego e de melhores oportunidades de vida, que também se instalavam em áreas vazias do Planalto Central. Com isso, a partir de 1980, a demanda habitacional aumentou, também por parte da chegada dos funcionários públicos e da elite local, o que exigiu uma ampliação dos equipamentos e infraestruturas urbanas nessas Regiões Administrativas. Esse período ocasionou o surgimento das regiões de Samambaia e Vicente Pires (ver figura 8).

No período de 1990 aos dias atuais, caracteriza-se no território federal o processo de metropolização. Apesar de menos intenso que em momentos anteriores, a ocupação urbana ocorreu devido as práticas de expansão da área urbana, a partir da oferta de novas áreas pelo Governo do Distrito Federal e a constituição de parcelamentos irregulares por agentes particulares. Por essa razão, o desenvolvimento das Regiões Administrativas se deu não apenas pela progressiva concentração na distribuição social da renda nacional, nem somente pela periferização crescente das classes trabalhadoras ao redor do Plano Piloto.

Outras determinantes também influenciaram a periferização na Capital Federal brasileira, como em tantas outras capitais latinoamericanas, tal como o processo de controle e tombamento patrimonial de um núcleo urbano, que visa preservar a arquitetura e o plano urbanístico original de uma cidade.

Esse processo de refuncionalização dos núcleos urbanos em patrimônio, conforme abordado por Costa (2013; 2014; 2016), os faz adquirir valor de mercado, acentuando o processo de especulação imobiliária com a chegada de novos agentes, segregando e excluindo a população local.

No próprio Distrito Federal brasileiro, especificamente no Plano Piloto de Brasília, hoje reconhecido e inscrito na Lista do Patrimônio Mundial como bem singular da humanidade<sup>48</sup>, esse fenômeno intensifica a segregação espacial e social da população de menor renda, expulsando-a para as Regiões Administrativas.

[...] manter as características do Plano Piloto sempre significou, desde a construção da cidade, uma forma de práxis que se **direciona contra os trabalhadores e a favor da dominação, da preservação e fortalecimento das grandes desigualdades sociais e do poder coercitivo do Estado**, os

---

<sup>48</sup> Em 1987, sob os critérios de “obra-prima do gênio criativo humano” e “exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico e paisagem que ilustra estágio significativo na história da humanidade”, Brasília foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial, entrando para o rol de bens singulares da humanidade como a primeira cidade moderna da Lista (COSTA *et al.*, 2013, p. 346).

quais Brasília tão bem simboliza em seu traçado urbano e em sua arquitetura monumental (VESENTINI, 1986, p. 156, grifos do autor).

Hoje, o Distrito Federal brasileiro constitui-se de trinta e uma Regiões Administrativas (RAs), instituídas pelo Governo do Distrito Federal (GDF), conforme representado na figura 8. Estima-se uma população de 3.015.268 pessoas, no ano de 2019, sendo que no último censo realizado em 2010 identificou-se 2.570.160 pessoas (IBGE, 2019).

Portanto, pelo contexto aqui apresentado, Brasília é considerada uma cidade “polinucleada” (VESENTINI, 1986; CAMPO, 2010; COSTA & PELUSO, 2016), ou seja, um grande conjunto urbano que constitui um único município, mas que possui vários núcleos ou partes: o Plano Piloto (o qual sedia os órgãos públicos e que foi planejado como centralidade do poder Estatal) e as Regiões Administrativas (que possuem formas de organização espacial próprias, destoadas da ordem de racionalidade funcional do Plano Piloto).

Esse processo de urbanização do Distrito Federal brasileiro, como em muitas outras cidades latinoamericanas, se faz por uma contradição entre o planejamento urbano (do Plano Piloto) e a construção injusta do espaço social (das Regiões Administrativas), expressando dessa forma uma síntese de todo o processo de formação territorial do Brasil.

Dessa contradição, surge uma fragmentação territorial da cidade, a fim de abrigar a classe trabalhadora que deveria regressar às suas terras de origem. Excluídos socialmente do Plano Piloto, esses novos moradores das Regiões Administrativas passam a viver frente à uma situação vulnerável, conforme tratado no item a seguir, lutando e permanecendo no território, cuja intencionalidade de produção os expulsam.

### **3.3. A situação territorial vulnerável das Regiões Administrativas do Distrito Federal brasileiro**

A histórica exploração territorial na América Latina, causada desde o seu descobrimento pelos europeus e posteriormente pelos norte-americanos, como observado pelas análises da formação territorial na América Latina e pelo contexto interpretativo da formação socioespacial brasileira (ver capítulo 2), revela como a

terra, juntamente com suas riquezas naturais, e a população latinoamericana foram demasiadamente incorporadas às engrenagens do sistema capitalista.

A partir desse contexto, pesquisa recente sobre a ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina, construída por Costa (2017), apresenta países em que parte da população se considera inserida em “grupos de discriminação”, tais como Brasil, Chile, Paraguai e Peru. O autor ainda pontua que desde o início do século XXI, países como Bolívia, Brasil e Paraguai apresentam considerável parte da população indígena e afrodescendente em situação de indigência e de pobreza.

É alarmante os casos da Bolívia (com 48% de sua população considerada pobre, em 2013), e do Paraguai (com 36% e 61% de sua população considerada, respectivamente, indigente e pobre, em 2014). O quadro se alterou, positiva e significativamente, para o Brasil, que tinha 46% da população indígena e afrodescendentes pobre em 1999 e diminuiu para 19% no ano de 2014, e também para o Uruguai, que reduziu, entre 2007 e 2014, de 20% para 10% a população indígena e afrodescendentes na situação de pobreza, bem como de 17% para 4% a população não indígena e não afrodescendente pobre. Esses números revelam uma subvalorização dos sujeitos em duas dimensões: a da memória de opressão reforçada no estigma social e a das condições materiais que decorrem do conteúdo e da forma do trabalho impostos aos grupos indígenas e afrodescendentes na América Latina (COSTA, 2017, p. 62).

Ao partir para a escala local, pode-se encontrar em Vesentini (1986) uma comparação genérica da própria Capital Federal brasileira em relação as demais cidades brasileiras. O autor constatava que, há mais de 30 anos, a Região Administrativa I: Brasília, desfrutava de melhores condições socioeconômicas que todo o restante do país. Identificada pela renda *per capita* superior à de todos os demais municípios brasileiros e pelo alto índice de domicílios atendidos por abastecimento de energia elétrica e rede de esgoto, Brasília foi caracterizada pelo autor como a “sustentada por todo o País”, ou seja, seus recursos locais são ínfimos quando comparados às despesas. Em se tratando dos gastos do governo do Distrito Federal, o autor ainda expõe que predominam largamente os recursos advindos da União e não do próprio Distrito Federal. “Sendo uma cidade com escassas atividades produtivas (tendo-se em vista sua situação de metrópole com mais de dois milhões de habitantes hoje), Brasília vive de sua ‘função político-administrativa’: o País todo lhe ‘paga’ os serviços como Capital Federal” (VESENTINI, 1986, p. 141).

Diferentemente do Plano Piloto, as demais Regiões Administrativas constitutivas do Distrito Federal brasileiro não disfrutavam das mesmas condições e

privilégios. Pode-se validar essa afirmação por meio da pesquisa realizada por Costa e Peluso (2016), ao tratarem do imaginário urbano e da *situação territorial de vulnerabilidade*<sup>49</sup> do Distrito Federal brasileiro.

Conforme apresentam os autores, o índice de vulnerabilidade social<sup>50</sup> para o Distrito Federal, como um todo, era de 50,5% no ano de 2012, de forma que os territórios que possuíam índice superior à média foram considerados vulneráveis, totalizando 33 dos 62 territórios identificados pela pesquisa.

O índice de vulnerabilidade geral do Distrito Federal (50,5%) foi fortemente influenciado por três perfis de família, num universo de nove perfis trabalhados: (i) família na qual há uma mulher chefe, sem cônjuge, com filho menor de 15 anos e ser analfabeta (24%); (ii) família com renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo (20%); e (iii) família em que há uma pessoa entre 4 e 14 anos que não estude (15%).

Um dos parâmetros adotados para a seleção das Regiões Administrativas, em Costa e Peluso (2016), foi obtido pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, que na publicação “Pesquisa socioeconômica em territórios de vulnerabilidade social no Distrito Federal” apontou os 62 (sessenta e dois) territórios mais vulneráveis socioeconomicamente no Distrito Federal brasileiro. A partir desses dados, os autores selecionaram os dez de maior índice de vulnerabilidade, que foram: Ceilândia - Chácara (74,2%); Itapoã - Fazendinha (72,1%); Ceilândia - QNM (65,7%); Varjão (64,7%); Planaltina - Buritis (63,9%); Estrutural (60,1%); Samambaia Norte ímpar (59,6%); Itapoã I e II (59,4%); Itapoã - Condomínios (58,7%); Brasília - Vila Telebrasília (58,5%). A partir desses dez, foram selecionados três principais: o Varjão (RA XXIII), a Estrutural (RA XXV) e Samambaia (RA XII), conforme suas possibilidades temporais, financeiras e estratégicas relacionadas às suas situações territoriais vulneráveis, frente à valorização permanente do Plano Piloto (RA I), conforme figura 9. Assim, Varjão se apresentava como o território mais

---

<sup>49</sup> O termo vulnerabilidade, apresentada pelos autores, refere-se à exposição a um risco possível, a revelar a fragilidade de um sistema. Ao envolver aspectos econômicos, vai se referir a custos potenciais diretos de catástrofes (danos a imóveis e infraestrutura). No âmbito sócio organizacional, trata-se de fragilizados física e psicologicamente, a envolver a dimensão patrimonial e mesmo simbólica da vida (COSTA & PELUSO, 2016, p. 8). A vulnerabilidade, assim, carrega em si uma dimensão objetiva e mensurável do ponto de vista socioeconômico e ambiental, o que possibilita uma busca avançada na discussão, ao avaliar a situação territorial vulnerável também pelo viés subjetivo ou da percepção da própria vulnerabilidade, a partir da população.

<sup>50</sup> O conceito de *vulnerabilidade social* adotado pelo Dieese, também tratado por Costa e Peluso (2017, p. 7) advém da definição proposta no Programa Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS/2004), onde a população vulnerável é delimitada, sempre no contexto familiar, mediante combinações excludentes de atributos relativos à renda per capita, tamanho, tipo, chefia, e composição da família.

vulnerável; Samambaia Norte Ímpar como o mais populoso e Estrutural pela presença do “Lixão da Estrutural” e por se destacar com maiores índices de domicílios com fossas rudimentares e/ou não conectadas à rede coletora de esgoto.

Para a pesquisa, os autores definiram como *situação territorial vulnerável*:

[...] a resultante (concreta e em mutação permanente) das ações que levam à precarização ou à valorização relacionais da vida espacial, é pensada, categorizada e mesmo instituída por meio de comparações, de maneira que **o território da vulnerabilidade faz-se para o coletivo como singular e, por vezes, estigmatizado**; é encarado como *locus* da violência, das drogas, da prostituição etc. (COSTA & PELUSO, 2016, p. 20, grifos do autor).

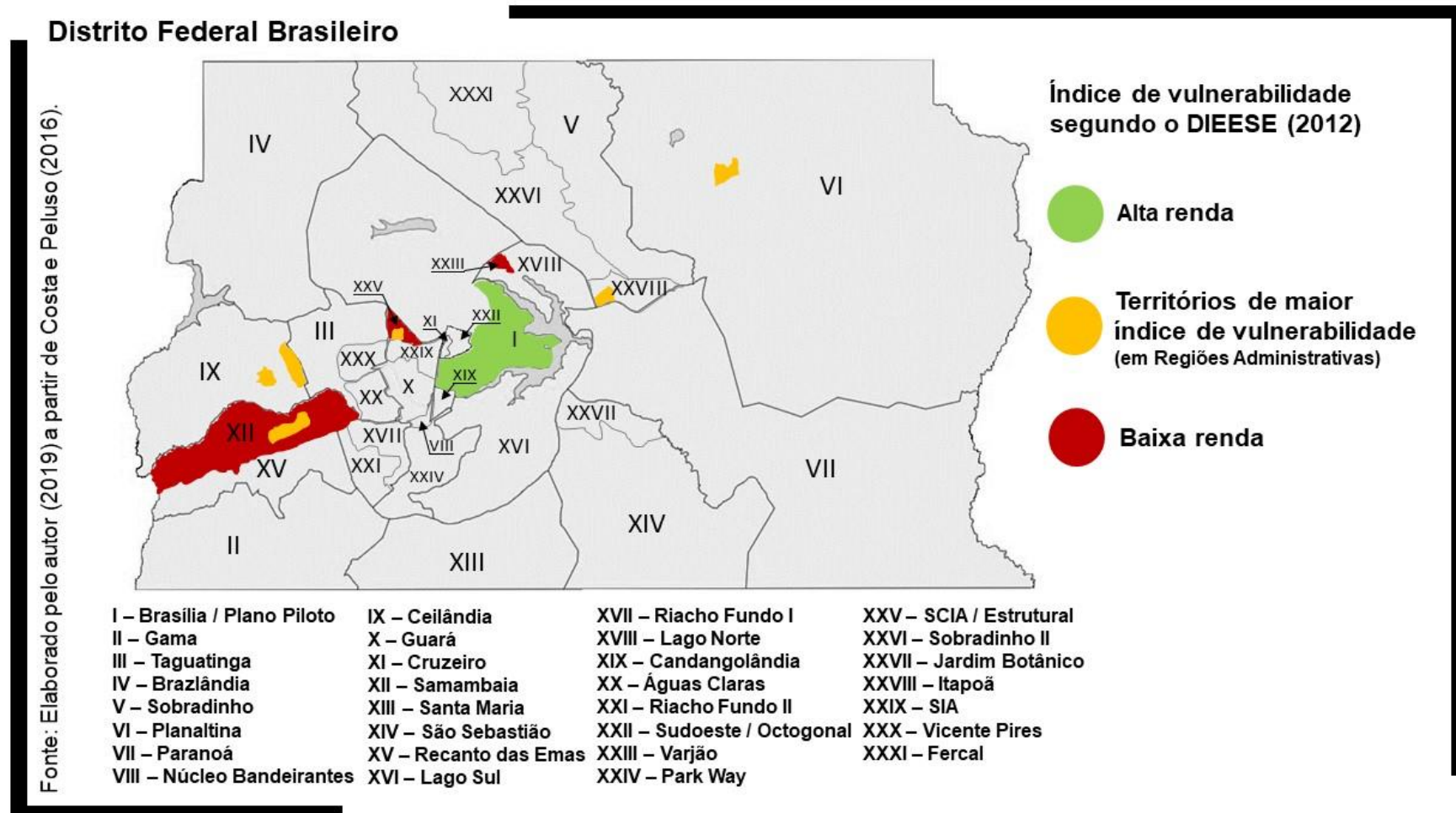
Da mesma forma, os espaços vividos e percebidos pelos moradores das três Regiões Administrativas em destaque são denunciados como violentos, estigmatizados (a partir de outras localidades), carentes de infraestruturas (apesar das melhoras), como *locus* privilegiados da política de controle ou domínio dos votos de cabresto e lugares de “guerras” pela posse de terras, fixação em terras distantes e moradias.

Para os autores, os moradores do Varjão, da Estrutural e de Samambaia Norte apoiam seus imaginários numa realidade de dificuldades, vulnerabilidades e carências, mas os registros se alteram de acordo com as relações que decorreram das possibilidades de permanecer nos territórios de vivência ou dos favorecimentos individuais.

Vale pontuar nessa análise das Regiões Administrativas em situação territorial vulnerável que, em 2010, elas contavam com uma população de mais de 2,5 milhões de habitantes, dos quais 56,2% eram negros, ou seja, aqueles que se declaravam pretos, pardos ou indígenas para o Censo Demográfico realizado pelo IBGE/2010 (CODEPLAN, 2014).

Entre essas regiões, as que mais se destacavam eram as que apresentavam os maiores percentuais de negros em sua população, eram elas: SCIA/Estrutural (77,6%), Fercal (71,8%), São Sebastião (69,5%), Varjão (69,3%), Itapoã (68,3%), Paranoá (67,8%) e Recanto das Emas (67,2%), notadamente locais conhecidos por rendimentos baixos e de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, as menores proporções se encontravam nas Regiões Administrativas de maior poder aquisitivo: Lago Sul (20,1%), Sudoeste/Octogonal (25,7%), Lago Norte (28,4%) e Brasília/Plano Piloto (30,8%), conforme dados do censo (CODEPLAN, 2014).

Figura 9: Situação territorial vulnerável do Distrito Federal brasileiro.



Desse total de 56,2% que se declararam negros (ver figura 10), pode-se verificar, conforme dados da Codeplan (2014), que 57,4% eram do sexo masculino e 55,1% do sexo feminino; 27,9% na faixa etária entre 25 a 59 anos e 45,6% com 60 anos e mais.

Nota-se, segundo a Codeplan (2014), que, entre as mulheres, há mais negras nas seguintes localidades: SCIA/Estrutural (76,8%), Fercal (71,9%), Varjão e São Sebastião (ambos com 68,1%) e Itapoã (67,2%). Essas Regiões Administrativas, incluindo o SIA, lideram a proporção de negros na população masculina: SCIA/Estrutural (78,5%), Fercal (71,6%), SIA (71%), São Sebastião (70,8%), Varjão (70,1%) e Itapoã (69,4%).

As regiões responsáveis pelos menores percentuais de negros na população masculina e feminina são: Lago Sul (20,2% e 20%), Sudoeste/Octogonal (25,8% e 25,6%), Lago Norte (29,4% e 27,5%), Brasília (31,3% e 30,3%) e Jardim Botânico (34,2% e 32,2%).

Conforme observado no presente item, o Estado onipotente se firma no território, assegurado por um controle social nas relações territoriais. Por intermédio da violência, mantém seu aparato repressor para conter revoltas e apropriações de áreas importantes para a permanência do poder. A população periférica, assim, fica sujeita a processos de expropriação, em terras que comportam várias formas de negócios irregulares, do ponto de vista da operação do capital e do poder político.

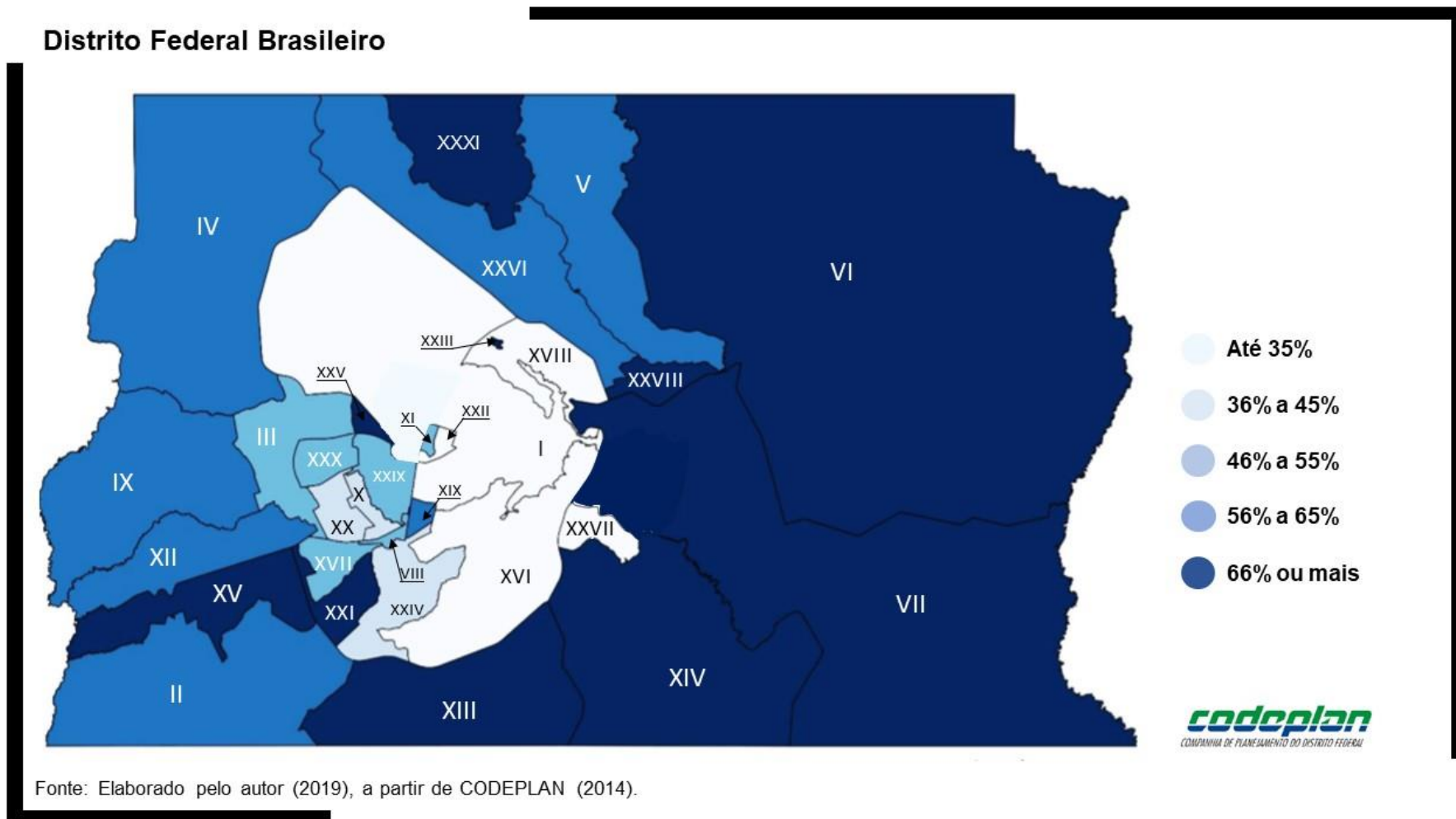
Conforme Costa e Steinke (2014, p. 9):

[...] o Estado produz instrumentos de violência sob o controle das classes dominantes, mas o verdadeiro poder das classes dominantes não consiste ou baseia-se na violência, define-se através do papel desempenhado pelas classes dominantes na sociedade, ou, mais exatamente, por seu papel no processo de produção.

O poder público, então, se encarregou de determinar, estrategicamente, a localização das diversas Regiões Administrativas, deixando, num segundo momento, que o próprio mercado imobiliário continuasse com o processo de segregação social. Dessa forma, os preços dos imóveis no Plano Piloto e das Regiões Administrativas mais próximas foram majorados e, conseqüentemente, sua população passou a enfrentar um novo processo de mobilidade espacial. Esse processo provocou a expulsão de famílias para Regiões Administrativas mais distantes e mal equipadas de infraestrutura, ou até mesmo para cidades fora do Distrito Federal, tais como Águas Lindas de Goiás e Luziânia.



Figura 10: Percentual de negros na população, por Região Administrativa do Distrito Federal, Censo Demográfico 2010.



Expulsa da área de alta renda (o Plano Piloto), privada do consumo e necessitada a integrar-se ao mercado de trabalho, essa população é levada a aceitar situações extremas, que atentam à sua dignidade e integridade física, tornando-se os “novos escravos urbanos” (COSTA & STEINK, 2014). Indígenas, afrodescendentes e populações tradicionais, sobreviventes da precariedade urbana, são os que mais sofrem com tal situação.

Entretanto, apesar dessa situação territorial vulnerável, esses grupos sociais adquiriram capacidade de buscar outras formas de pertencimento e vivência sobre o espaço, o que possibilita uma alteração desse quadro por meio da resistência. Não se deve negligenciar que “um território, tido por vulnerável socioeconomicamente, seja representativo da cultura, da identidade ou de uma história local, regional e nacional ou mesmo de afetividades espaciais” (COSTA & PELUSO, 2016, p. 20).

Assim, as Regiões Administrativas se revelam mais que um território em situação vulnerável e segregado pelo Estado. Elas se transformam em lugares de disputas constantes pelas classes sociais: tanto pelas populações excluídas, desejosas de se fixarem no território, quanto pela elite dominante, interessada pelo lucro do capital imobiliário. Elas, da mesma forma, se misturam em territorialidades distintas, presentes na estrutura destes espaços, constituindo elementos sociais que se cristalizam. Esses elementos, produzidos pelas populações segregadas podem se caracterizar como resistências espaciais, simbolizadas no lugar tal como se faz o patrimônio-territorial, símbolo de luta, de força e resistência para uma permanência no território.

Comparadas ao Plano Piloto, as Regiões Administrativas promovem relações de proximidade pessoal ou de grupo, devido as afinidades econômicas, políticas ou culturais, denominadas por Santos (2014b, p. 158) de “acontecer solidário”. O tempo que as comandam é o “tempo dos homens lentos” e que “mais fixamente olham para o futuro”<sup>51</sup> (SANTOS, 2009, pp. 324-325).

---

<sup>51</sup> Em sua obra “A natureza do espaço” Santos (2009, pp. 326-327) apresenta que os carentes, sobretudo os mais pobres, abrem um debate inédito com as populações e as coisas já presentes na sociedade. É assim que eles reavaliam a tecnosfera e a psicofera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas, novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva, tal como o movimento das rodas de samba democráticas que surgem como forma de preservação e valorização do samba de raiz e ocupação / fixação do sujeito no território.

As noções de tecnosfera e psicofera, conforme o autor, representam o mundo dos objetos e a esfera das ações. A tecnosfera possui viés mais técnico, sendo dependente da ciência e da tecnologia. Por conseguinte, abrange as relações técnicas e informacionais. Já a psicofera se vincula às ideias e sentimentos, à produção de um sentido para as ações (SANTOS, 2009).

Assim, é exatamente nesses lugares, como as Regiões Administrativas, que se torna possível uma efetivação das mudanças; uma “revanche dos de baixo”, diz Milton Santos (2004, p. 144). Lugar onde os movimentos sociais se fazem presentes e atuantes; onde a dança e a música popular se transformam em discurso e protesto; pondo em relevo o cotidiano dos vulneráveis, das “minorias”, dos excluídos, por meio da exaltação da vida. Movimentos como o hip hop, o funk e o próprio samba se conectam com as questões sociais dos sujeitos.

O samba, em particular, considerado por Braz (2013, pp. 76-78) como uma forma de criação artística; uma modalidade de práxis pela qual os homens buscam modificar suas relações sociais, interferindo e influenciando, conscientemente ou não, no comportamento de si próprios; se manifesta no território como uma síntese dialética entre a questão social e a questão cultural.

Conforme o autor, tais questões (a social e a cultural) resultam dos antagonismos que estão no cerne da dinâmica contraditória do capital (a partir do entrelaçamento da burguesia com a classe dominante preexistente) e do trabalho (relações preexistentes desde a Colônia e o Império, centradas no trabalho escravo), perpassando assim por toda a formação territorial na América Latina e a própria formação territorial brasileira, a partir dos eventos que totalizam a formação socioespacial aqui analisada.

As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, assim, se apresentam como produto social dos operários que vieram construir a nova Capital e que hoje resistem nas Regiões Administrativas, simbolizando um movimento que contrapõe o controle social e territorial do Estado, juntamente com os agentes hegemônicos do capital, conforme já pontuado.

Portanto, entre disputas e lutas, em prol da fixação territorial; mais ainda em uma realidade de violências e vulnerabilidades; é que o samba e os movimentos de rodas de samba se territorializam na Capital Federal brasileira, tal como um patrimônio-territorial (ver capítulo 5), revelando os anseios e desejos de uma população em constante pretensão de melhorias e possibilidades futuras, mesmo que o presente se exponha em forma de carências de muitas delas.

## PARTE 2: SAMBA, PERTENCIMENTO E SOCIABILIDADE COMUNITÁRIA

O samba reinou  
A noite inteira de uma tal maneira  
Que espantou a tristeza  
Provando que o samba de raça tem força e pureza  
Quem samba partido alto samba miudinho  
O faz com amor e carinho  
O corpo se libertando  
Ginga na cadência que é vida  
Apesar de tão sofrida  
Faz o mal se afastar  
Ah, como a gente oferece  
Tudo que vive a sonhar  
Ginga na cadência que é vida  
Apesar de tão sofrida  
Faz o mal se afastar  
E toda gente feliz cantar  
Ah, meu deus  
Como agradeço por nascer  
O samba é minha raiz  
Minha herança meu viver  
Me consola a beleza  
Que ninguém deseja achar  
Me guia na minha incerteza  
Não me deixa tropeçar  
O samba...

*Música: Samba, minha raiz*

*Compositores: D. Ivone Lara e Delcio Carvalho*

*LP: Samba Minha Verdade, Samba Minha Raiz*

*Gravadora: EMI-ODEON / Ano: 1978*

## **CAPÍTULO 4**

### **O SAMBA NO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO E SUAS TERRITORIALIDADES**

*A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas (ANDRADE, 1994, p. 214).*

Ao compreender o movimento de formação territorial na América Latina e seus efeitos para a formação territorial brasileira, juntamente com a constituição do novo Distrito Federal, os quais contribuem para uma interpretação da formação socioespacial do Brasil, parte-se, então, para uma reconstrução do movimento do samba no Distrito Federal brasileiro e identificação de suas territorialidades.

Formada por um fenômeno de urbanização excludente e segregador, que afetou violentamente operários e moradores das Regiões Administrativas, a nova Capital se constituiu como uma cidade de resistências: contra o domínio e controle social e territorial, ademais por uma construção de suas territorialidades musicais. Nela, também se promoviam múltiplas atividades musicais, de forma intensa e contínua, conforme apresentado a seguir.

Com a chegada dos operários para a sua construção, de várias regiões do país, a música se materializou no território brasiliense por diversos ritmos e estilos. Conforme apresenta Severino (2012), o Choro, o sertanejo, o rock e o próprio samba, surgiram a partir de apresentações improvisadas, em cima de caminhões, no meio da poeira dos acampamentos e das obras da nova Capital. Bastava alguém iniciar um batuque ou cantoria que o movimento e rodas de samba se manifestavam.

A apropriação simbólica de espaços públicos, tal como praças, fundos de quintal, terrenos abandonados, quadras de esportes, age como “remediador da falta de espaços para as manifestações culturais e o lazer na cidade” (DOZENA, 2008, p. 2). E como Brasília ainda estava em processo de construção, essas apropriações ocorriam em todas as partes e rotineiramente (SEVERINO, 2012). As músicas se faziam e ocupavam lugares à deriva, em meio a pilastras, materiais de construção e a poeira vermelha do cerrado. Dessa forma, outros sentidos eram dados aos espaços vazios, ocupados pelos operários.

Por meio das músicas e manifestações artísticas, os sujeitos se destacavam e projetavam como artistas, músicos ou dançarinos. Assim, as músicas iam se fazendo presentes no território em construção (SEVERINO, 2012). Relacionadas às heranças culturais desses sujeitos, essas manifestações culturais ao ar livre resgatavam costumes e tradições antigas. Relembavam histórias e reviviam memórias, de um tempo anterior à chegada dos operários no novo Distrito Federal.

Nesse contexto, “artistas” e “agentes com alma de artista” iam edificando a cidade e territorializando a própria história da música no Distrito Federal brasileiro. Pode-se, então, concluir que a história musical de Brasília se fez como resistência, idealismo e embate contra as violências impostas à população operária que se fazia presente no território. De acordo com Severino (2012, p. 13), durante os anos de 1956 a 1960, foram compostas mais de 70 obras musicais, dos mais variados gêneros, inspiradas na nova Capital. Desde marchinhas de carnaval, sambas, modinhas românticas até rojões nordestinos e canções populares da Bossa Nova versaram sobre Brasília.

A mudança dos funcionários públicos / músicos teve consequências, principalmente para o choro e o samba, os dois primeiros gêneros da música popular brasileira [...]. Hoje, é possível encontrar uma legião urbana de adolescentes armados com violões, cavaquinhos, bandolins e pandeiros (SEVERINO, 2012, pp. 13-15).

Dessa forma, é possível promover uma retomada histórica de como se movimentou o samba no território e identificar suas territorialidades, ainda existentes no Distrito Federal, associando-a ao contexto latinoamericano e mapeando as redes territoriais de sociabilidades relacionadas a essa manifestação cultural, a fim de uma aproximação da natureza de suas rodas de samba.

#### **4.1. O samba como estilo musical, prática socioespacial e estilo de vida de uma população marginalizada**

De origem cultural afrobrasileira e resultante das poderosas ondas migratórias que deram origem ao mosaico populacional das principais regiões metropolitanas da América Latina e Caribe, o samba é conhecido no Brasil como um saber cultural de alto valor, uma cultura pulsante do e no território, impregnado ao cotidiano da população brasileira devido sua significativa representação da cultura popular.

Conforme Azevedo (2013), o termo “samba” aparece publicado pela primeira vez no Brasil em um texto de frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, na revista pernambucana *Carapuço*, no ano de 1838, referindo-se a um tipo de dança ou folguedo popular de negros. Já na América Latina e Caribe, o autor pontua que é possível encontrar referências à palavra “samba” ou “camba” tanto na Argentina como em Cuba, sempre relacionadas às culturas africanas ou aos costumes da população negra.

[...] o samba, em suas inúmeras versões é um gênero musical brasileiro e mestiço. Nas formas como é encontrado por aqui, simplesmente não existe na África nem em qualquer outro lugar do mundo.  
[...] processo semelhante ocorreu com parte da música popular da América Central, refiro-me a Cuba, Jamaica etc. (AZEVEDO, 2013, p. 121).

Na África, o termo foi identificado em Angola e no Congo, a partir do século XIX, e em Luanda a partir de 1980.

Azevedo (2013, p. 113) ainda pontua que um grupo de pesquisadores certificam a origem do termo “samba” de “semba” ou umbigada, “termo quimbundo, língua do grupo banto falada em Angola, empregado para designar dança de roda, na qual o dançarino, em dado momento, bate contra o peito ou umbigo do outro”. Para outro grupo, é verbo que significa cabriolar, brincar, divertir-se. O termo ainda tem sentido, na língua banto, chamada quimbundo, de orar ou rezar.

Entretanto, o termo admite múltiplas definições, carrega os mais variados e contraditórios significados, artísticos e culturais. Pode representar desde um gênero musical (partido alto, samba-enredo de escolas de samba, samba de terreiro ou samba de raiz<sup>52</sup>) a formas artísticas tradicionais e rurais (tambor de crioula, coco de roda, congo, maracatu, batuque, jongo, samba de roda, samba de viola, entre outras). Esses últimos são produzidos e praticados nas zonas rurais e populares de todo o Brasil (AZEVEDO, 2013).

Identificado por Braz (2013, p. 16) como “uma das mais ricas expressões socioculturais da classe trabalhadora brasileira”, o samba é também considerado pelo autor “práxis artístico-cultural”; expressão de uma “questão cultural inserida no âmbito

---

<sup>52</sup> O samba de partido alto, o samba de terreiro e o samba-enredo são expressões cultivadas há tempos pelas comunidades do samba. Não são simplesmente gêneros musicais, mas formas de expressão, modos de socialização e referenciais de pertencimento. O partido alto faz referência ao samba lírico, com letras trabalhadas. O samba de terreiro está presente nos quintais dos subúrbios, nas rodas de samba e terreiros dos morros e bairros populares da cidade. O samba-enredo é aquele feito exclusivamente para os desfiles das escolas de samba (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/64/>, 2019).

das relações sociais que conformaram a formação social brasileira” (BRAZ, 2013, p. 77).

O seu processo de formação abrange um complexo contraditório que envolve sua legitimação e institucionalização, bem como a posterior comercialização de sua produção cultural, incluindo um vasto debate sobre sua gênese, desenvolvimento e consequências para a cultura brasileira e em especial para a música popular, relacionando-as aos aspectos econômicos, sociais e políticos concernentes à sociedade brasileira.

Apreendido por Lira Neto (2017, p. 24) ora como um universo cultural submetido a um processo de crescente domesticação pela indústria musical, ora como um signo de resistência, o samba ficou muito tempo restrito e aprisionado territorialmente aos morros ou áreas periféricas. Nomeado como “espúrio” e “cantoria de vagabundos”, conforme apresenta Vianna (2012, pp. 47-48), tal gênero musical enfrentou preconceitos, desacatos e padeceu segregações em suas origens.

No contexto da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, Lira Neto (2017, p. 25) o descreve como:

Tributário da grande diáspora africana, soube sobreviver à gramática do chicote e da senzala. Nascido no saracoteio dos batuques rurais, adentrou a periferia dos grandes centros urbanos sem pedir licença. Iniciado nos terreiros de macumba, incorporou-se aos cortejos dos ranchos, blocos e cordões, numa simbiose perfeita com o Carnaval. Enfrentou preconceitos, ouviu desacatos, padeceu segregações. Ganhou espaço no picadeiro dos circos mambembes e foi adotado pelos tablados do teatro ligeiro. Sinônimo de malandragem, viu-se perseguido pela polícia, entregou-se à vadiagem das ruas, perambulou pelos cabarés mais ordinários da zona do Manguê. No morro, foi morar nas ribanceiras das favelas, sem nunca abdicar dos apelos do asfalto. Vendido e comprado na surdina, tratado como produto clandestino, aos poucos foi sendo envolvido pelos códigos e engrenagens do grande mercado. Ladino, chegou ao disco, ganhou o rádio, virou astro de cinema.

Tal narrativa, apresentada por Lira Neto (2017), remete-nos ao mesmo processo violento e segregador promovido aos “candangos”; quando chegaram para a construção da Capital Federal. Movidos pelo sonho de um futuro melhor, sofreram perseguições, exclusões e violências físicas e morais, narradas no capítulo 3, item 3.1 dessa tese. Tal como os reflexos promovidos pelos processos de industrialização, modernização e desenvolvimento a todo o território brasileiro (elementos que totalizam a formação socioespacial brasileira) e demais países da América Latina, uma vez que seus efeitos se totalizam em todo o continente, por se fazerem presentes na sociedade por meio das colonialidades do poder e do saber (QUIJANO, 2005) ainda atuantes.



O samba, então, nasceu reprimido, violentado pela polícia e forçado a se esconder em cortiços, terreiros, morros e favelas, todos relacionados à presença da cultura afro. Hoje, esses territórios são reconhecidos como lugares simbólicos, berços de cultura e do samba, lugar de origem da maioria dos mais famosos sambistas do país, tais como Pixinguinha (1897-1973), Donga (1890-1974), Patrício Teixeira (1893-1972), Cartola (1908-1980), Paulo da Portela (1901- 1949) e Dona Ivone Lara (1921-2018).

Os instrumentos de percussão, tais como o violão e o pandeiro, eram tidos como objetos da “malandragem”, proibidos publicamente, ignorados e desprezados pela burguesia dos anos 1920-1930.

Somente após grandes esforços de artistas e intelectuais brasileiros que o samba se firmou como ritmo e estilo musical nacional. O que antes era tido como propriedade cultural particular de um grupo étnico ou uma classe observada como subalterna, conforme afirmado por Viana (2012, p. 120), passou a ser reconhecido mundialmente como símbolo da identidade nacional do Brasil.

Vale ressaltar que a origem do samba no Brasil não se fez em um ou dois estados específicos apenas, tal como Rio de Janeiro ou Bahia. Ele surgiu por todo o território brasileiro, de forma complexa, dialética, sinérgica e espontânea, que também contribui para interpretar a formação socioespacial brasileira, juntamente com os demais processos culturais nele presentes.

Azevedo (2013) reforça esse posicionamento pontuando que, mesmo antes dos anos de 1890, o samba já existia na Bahia, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Maranhão, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e, na verdade, em todas as regiões brasileiras onde a cultura negra se estabeleceu (tais registros estão pontuados na análise da formação socioespacial brasileira presente no capítulo 2 dessa tese). Assim, o samba também surge no território do Distrito Federal brasileiro a partir da chegada dos primeiros operários, oriundos de diversas regiões do Brasil, para a construção da Nova Capital.

Geografizado por Dozena (2008; 2009; 2011), o samba é ainda compreendido, não apenas como um estilo musical que ainda conserva o imaginário de uma das mais importantes formas de representação da cultura brasileira, mas também, “como uma das práticas materiais e simbólicas que contribuem para o bem-estar na cidade [...], embora a lógica da concentração territorial da produção cultural muitas vezes esteja atrelada a fatores econômicos” (DOZENA, 2011, p. 202). Assim,

o autor afirma que o samba se apresentaria por uma dimensão bem mais vasta que o próprio carnaval.

É preciso reconhecer que o samba vai além do estilo musical e que algumas relações estabelecidas pelas camadas sociais populares em seus bairros, geralmente, não são reveladas para toda a sociedade, embora forneçam relevantes indícios simbólicos de onde acontecem.

[...]

Embora a festa carnavalesca tenha sido envolvida pelo espetáculo televisivo que tem como palco o Sambódromo, ela nunca saiu dos bairros, e hoje 'costura' novas relações sociais a partir de uma movimentação própria que se dá nos territórios do samba, motivada pelos blocos carnavalescos e rodas de samba, além dos eventos que ocorrem ao longo do ano nas quadras das escolas de samba (DOZENA, 2011, pp. 201-202).

Por isso, faz-se necessário diferenciar o samba do carnaval; e, até mesmo, das próprias rodas de samba aqui pesquisadas, cujos elementos estão relacionados intrinsecamente, mas distintos em sua significância.

O debate apresentado por Dozena (2011) retrata que o samba, inicialmente estudado por Mário de Andrade (1893-1945), simbolizou a "dança", para posteriormente se transformar em um "estilo musical". Assim, tanto o carnaval como as rodas de samba, hoje são consideradas "manifestações de samba". O carnaval por exemplo, traz como elemento central: as festas realizadas durante o mês de fevereiro ou março; marcadas pela apropriação de alguns outros elementos específicos do samba: tal como o "batuque" e o "gingado". Entretanto, esse universo se faz associado à racionalidade econômica capitalista, sobretudo presente na dinâmica das grandes escolas de samba do Rio de Janeiro e São Paulo, que transformam o espetáculo em produto para o consumo midiático.

Parece haver uma tendência de direcionamento do carnaval aos meios de comunicação, acompanhada pela invasão de uma lógica de gestão empresarial nas escolas de samba que desfilam nos dias destinados ao Grupo Especial. No modelo de 'desfile midiático' prevalecente, as escolas de samba têm o fim manifesto de competirem no carnaval, ainda que dentro delas exista a possibilidade de acontecerem outras manifestações culturais e de convívio social que nem sempre estão vinculadas a essa competição (DOZENA, 2011, p. 202).

O carnaval, assim, apropriou-se de elementos do samba, tornando-o legitimado e inserido em sua dinâmica espetacular (captada pela indústria do espetáculo carnavalesco), o que muito influenciou sua configuração e associação direta historicamente.

Nesse sentido, Dozena (2011) apresenta que o samba funcionaria, como uma prática material e simbólica promovida pelo carnaval, que contribui para o bem-estar

na cidade, embora também carregue uma lógica de concentração territorial da produção cultural, atrelada à fatores econômicos. Existiria, então, um “mundo do samba” que tem por base a relação entre duas lógicas complementares: a “lógica da cidade” (que transforma parte do samba em produto para o consumo) e a “lógica do lugar” (tradicional espaço de cultivo e fruição de vínculos de pertencimento e sociabilidade comunitária) (DOZENA, 2011, pp. 202-203).

Portanto, o autor defende a tese de que o samba surge como uma “contrafinalidade<sup>53</sup> irreduzível à racionalidade econômica”, sobretudo na dinâmica das grandes escolas de samba voltadas ao espetáculo carnavalesco, mas que também carrega em si “o potencial de apontar caminhos novos e insuspeitados ao pensamento e à ação popular” (DOZENA, 2011, p. 206).

Nota-se, portanto, que é no território que o samba se territorializa, por meio de suas múltiplas manifestações (incluindo aqui as próprias rodas de samba – tratadas como objeto de pesquisa). Da mesma forma, provoca ressignificações ao lugar e aos sujeitos de sua territorialização, contribuindo, assim, para uma interpretação da formação socioespacial brasileira a partir das singularidades do lugar. Nesse sentido, torna-se também importante identificar a localização dos sujeitos sambistas e as territorialidades do samba no Distrito Federal, a fim de facilitar um entendimento da natureza das rodas de samba aqui pesquisadas como patrimônio-territorial.

#### **4.2. As manifestações do samba no território do Distrito Federal brasileiro**

Geograficamente, a *territorialidade* é um conceito que tem referência direta ao conceito de *território*, porém, segundo Corrêa (1994, p. 251), o *território* constitui-se em um conceito subordinado ao conceito de *espaço*, isto é, “à organização espacial”. Para o autor, o *território* é revestido da dimensão política, afetiva ou de ambas. A *territorialidade*, por sua vez, refere-se ao “conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social” (CORRÊA, 1994, pp. 251-252). Essas

---

<sup>53</sup> A noção de “contrafinalidade” apresentada pelo autor, situa-se dentro do processo social apresentado por Milton Santos, o qual argumenta que determinados grupos, a exemplo dos migrantes, não se encontram verdadeiramente excluídos, mas apresentam práticas de racionalidades paralelas (embora tidas comumente como irracionais) que se dissolvem no processo social: dialético, convergente e divergente ao mesmo tempo (DOZENA, 2011, p. 209). Ou seja, ainda que os sambistas não façam parte do poder hegemônico, também não se encontram totalmente excluídos (relacionados às práticas midiáticas carnavalescas).

definições realizadas por Côrrea (1994) evidenciam uma abrangência territorial para além do simbólico, manifestando-se, também, material e concretamente no território.

A territorialidade também pode ser entendida, segundo Andrade (1994, p. 214), “tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território”. Assim, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao uso da terra, sua organização e aos sentidos e significados aplicados a ela.

Portanto, conforme Dozena (2011, p. 204), é a partir dessas apropriações do território que surgem os “territórios do samba, apropriações simbólicas assumidas como mediação de representações construídas a partir de um imaginário ao samba relacionado, em que os próprios bairros passam a fomentar representações da vida urbana”. Quadras e barracões de escolas de samba, viadutos e praças públicas apropriados para ensaios, os centros culturais, bares, feiras e ruas, onde o samba se territorializa, formam redes territoriais de sociabilidade e são tomados por uma diversidade de significados e valores subjetivamente projetados e territorializados pelos sujeitos sambistas.

Dessa forma, a partir das apropriações desses lugares, os territórios do samba na Capital Federal brasileira são transformados, por meio de seus usos: social, econômico e cultural. Essas transformações são proferidas pelos sambistas, a partir de suas apropriações cotidianas.

Pode-se apreender, então, que: adotando uma observação do movimento do samba no Território do Distrito Federal brasileiro e seu cotidiano, é possível identificar suas territorialidades, podendo, assim, mapear seus movimentos de rodas de samba (tratadas na tese como patrimônio-territorial), para, então, relacioná-las como elementos singulares da formação socioespacial brasileira.

#### 4.2.1. As primeiras manifestações do samba no Distrito Federal brasileiro

A encarnação do samba no território brasiliense se fez de forma bastante singular das demais grandes metrópoles urbanas brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, por exemplo. Nesses estados o samba nasceu como um gênero musical proibido e marginalizado, chegando a se converter em símbolo máximo de

brasilidade, conforme apresentado por Lira Neto (2017). Sobreviveu às violências do fenômeno escravocrata, para se dirigir às áreas periféricas dos morros e favelas criados pela modernização e o desenvolvimentismo brasileiro, conforme análise feita da formação territorial na América Latina e da formação territorial do Brasil.

No Distrito Federal brasileiro, o samba surgiu num contexto histórico específico: durante os anos iniciais de construção de Brasília. Inserido no período de transformações no território, pelo movimento modernista (Vargas) e desenvolvimentista (Kubistchek), que idealizavam a industrialização e o fortalecimento nacional, o samba se manifestou, inicialmente, de forma espontânea e modesta no território.

Segundo Severino (2012), suas primeiras manifestações foram a partir de apresentações improvisadas em caminhões, no meio da poeira dos acampamentos e em áreas abertas nas proximidades das edificações da Capital. Esses movimentos eram realizados pelos próprios trabalhadores que habitavam a vila operária denominada na época de “Cidade Livre”.

Esses movimentos e expressões culturais, que ocorriam nesse período inicial da Capital, podem ser caracterizados como uma forma de diálogos entre os sujeitos, tendo a solidariedade como fundamento (DOZENA, 2011). Regatavam as memórias culturais de cada operário, vindo eles do Sul ou do Norte do Brasil, expressadas em forma simples de movimentos em rodas e gingados espontâneos. Incentivados pelos discursos e ideologias geográficas, apresentados pelo governo da época, em busca de trabalho e melhoria de vida, os operários carregavam o sonho de fazer parte do novo, civilizador e modernizador projeto de ordenamento territorial de Juscelino Kubistchek, que se tornaria a nova Capital Federal. Como observado anteriormente (capítulo 2), essas ideologias geográficas também totalizam a formação socioespacial brasileira.

Assim, os movimentos do samba se territorializam por meio da “lógica do lugar”, tratado por Dozena (2011, p. 203), promovendo o “cultivo e fruição de vínculos de pertencimento e sociabilidade comunitária”. Inspiravam e apontavam caminhos alternativos de resistência contra a violência imposta pela violência do trabalho árduo de construção da cidade e da segregação, como já tratado pela tese.

Pode-se considerar que esses movimentos iniciais do samba já se manifestavam como centelha de uma resistência espacial, promovida pelos próprios operários, tal como um patrimônio-territorial, revelando um posicionamento inicial de

ocupação do território, o qual os operários não teriam direito de permanecer futuramente.

Com o avançar das obras, começaram a chegar os servidores públicos que iriam ocupar os cargos máximos da máquina estatal, oriundos principalmente da cidade do Rio de Janeiro, antiga sede da Capital Federal. Com esses, vieram a experiência das animadas festividades carnavalescas representadas pelos blocos de rua e desfiles de escolas de samba, que esses já ocorriam na cidade carioca.

Esse movimento é semelhante a chegada da Corte Portuguesa no território brasileiro, logo após a Independência. O sentido singular dessa chegada, que também totaliza a formação socioespacial brasileira, segundo Moraes (2001), representa a permanência de uma grande parte das terras brasileiras na posse de seus donos europeus, ou seja, à Casa de Bragança, tratando a o fato como uma questão de família. No contexto do novo Distrito Federal, os servidores públicos receberiam as melhores vantagens ao se mudarem para a Capital. Senadores e deputados teriam prioridade na escolha dos lotes ou residências, seguindo-se dos funcionários, de acordo com cargo e função.

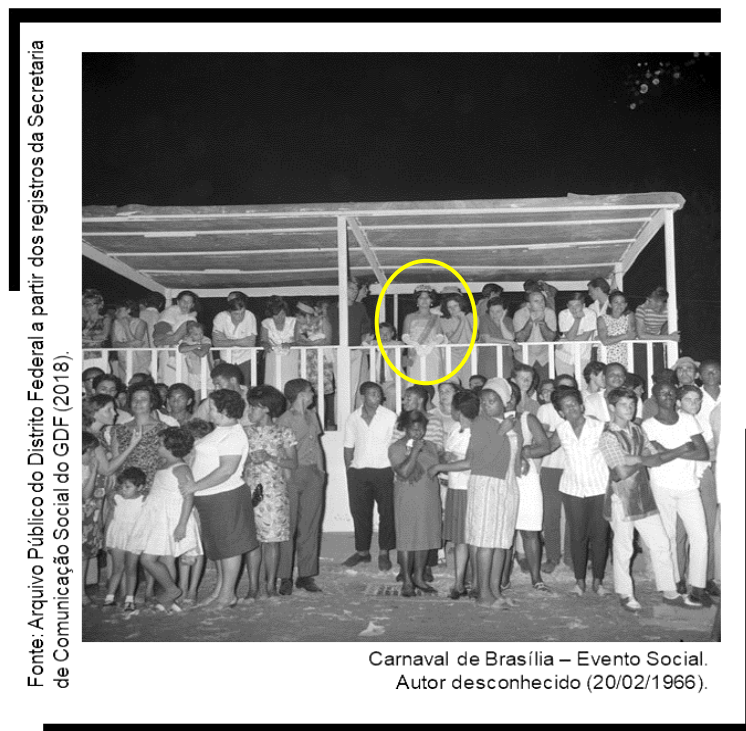
Assim, a partir de 1960, conforme apresentam Izel e Lima (2018), surgiram os primeiros relatos das manifestações carnavalescas em Brasília. As folias aconteciam em locais já inaugurados e em funcionamento, tal como nas áreas de acesso à Rodoviária do Plano Piloto, local das festividades promovidas para a população em geral (ver figura 11 e figura 12); como também nos salões do Brasília Palace Hotel, onde se hospedavam os visitantes ilustres e só eram frequentados por funcionários públicos que ocupavam importantes cargos.

No chamado primeiro carnaval de Brasília, em 1961, a folia foi celebrada em bailes em clubes do Plano Piloto e na antiga Cidade Livre, o Núcleo Bandeirante, e com alguns solitários foliões nas ruas. 'A folia de Momo existia desde antes da fundação de Brasília e inicialmente ocorria na Travessa Dom Bosco, na Cidade Livre. Depois é que as festas passaram a ser promovidas na Estação Rodoviária, no Teatro Nacional (ainda inacabado), no Hotel Nacional e em clubes como AABB, Iate, Motonáutica e Unidade de Vizinhança', recorda-se o cantor e pioneiro Fernando Lopes, de 85 anos (IZEL & LIMA, 2018, Correio Braziliense online).

Nota-se que as festividades carnavalescas estão profundamente vinculadas a uma dinâmica territorial de produção do espaço urbano. Pela mesma lógica que se constituiu o Distrito Federal. Ao reservar o Plano Piloto para a classe dominante e as Regiões Administrativas mais distantes para os operários da grande obra, repete-se

a forma de segregação aos lugares de festividades e manifestações do samba, o qual também se caracteriza como elemento singular da formação socioespacial brasileira.

Figura 11: Festividade carnavalesca do Distrito Federal, promovida em fevereiro de 1966.



Espaços carnavalescos determinados para a classe dominante eram estipulados (o Brasília Palace Hotel, o Hotel Nacional, clubes como AABB, Iate, Motonáutica e Unidade de Vizinhança), tal como os espaços para a população em geral (Travessa Dom Bosco, na antiga Cidade Livre, e na Estação Rodoviária do Plano Piloto).

Tinha aqui uma casa de samba muito famosa na década de 70 até a década de 80, chamada **Casarão do Samba**, que funcionava ali no anexo do **Hotel Brasília Palace**. Era lindo lá. Era uma casa. O auge dela foi na década de 70 até meados da década de 80. E **era uma casa tradicionalíssima**. Trazia todos... os grandes sambistas vinham para cá e tal (OLIVEIRA FILHO, 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>54</sup>.

Ao observar a figura 11, que registra uma festividade carnavalesca do Distrito Federal de 1966, observa-se a mesma lógica de divisão de classes que perpetuou em toda a formação territorial do Brasil. Ocupando o palanque principal, está a “rainha do carnaval”, destacando a faixa e sua coroa, juntamente com seus leais acompanhantes

<sup>54</sup> Entrevista concedida por OLIVEIRA FILHO, M. [Abr. 2019]. Atual Presidente da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC). Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

de classe média. Ao redor do palanque, pode-se observar a presença da população em geral, em sua maioria de negros, no patamar abaixo da “rainha do carnaval”. Importante ressaltar que a elite da nova Capital se encontrava nos espaços protegidos e fechados, como os salões já mencionados acima.

Figura 12: Registros fotográficos dos primeiros carnavais do Distrito Federal brasileiro.





Percebe-se, assim, um ordenamento territorial promovido pelas próprias festividades carnavalescas, definindo usos e acentuando as contradições e conflitos entre classes sociais, características que totalizam a formação socioespacial do país.

A partir do ano de 1961, também houve a criação das famosas Escolas de Samba no Distrito Federal, tal como existem na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo. Os desfiles eram realizados com a presença das agremiações Alvorada em Ritmos, Brasil Moreno, Candangolândia, Unidos da Cidade Livre e Unidos do Cruzeiro (que se tornaria a ARUC tempos depois).

Vale lembrar que nesses movimentos de escolas de samba há um direcionamento aos meios de comunicação, acompanhando uma lógica de gestão empresarial. Tal direcionamento contribui para um “desfile midiático”, que tem o propósito de fazer as escolas de samba competirem entre si, mesmo que dentro delas ainda exista a possibilidade de acontecer outras manifestações culturais e de convívio social, não valorizados ou informados pelos meios de comunicação.

No contexto da América Latina, alguns estudos podem ser encontrados sobre as festividades e manifestações carnavalescas de países como Argentina (ALBANECE, 2018), Cuba (QUINTANAR PÉREZ, 2017) e México (SERNA MORENO, 2018; MARTÍNEZ MONTIEL, 2017). Todas apresentando referências à cultura popular ou às influências africanas ao território, sincretizadas com elementos da cultura hispânica colonizadora.

Em pesquisa construída por Albanece (2018), por exemplo, pode-se verificar que em Gualeguaychú, cidade localizada na província de Entre Ríos, na Argentina, as festividades se realizam enfatizando as influências adquiridas no e do território, de forma coletiva e popular, e que se totalizam à formação socioespacial do país. A mistura de símbolos e rituais deu origem às tradições e festividades sincréticas do lugar, trazendo referências ao teatro épico de Bertolt Brecht<sup>55</sup> (1898-1956). Conforme o autor:

[...] el carnaval de Gualeguaychú ha absorbido los principios del teatro épico brechtiano, los cuales son puestos en juego de funciones como la crítica social, la ironía y el cuestionamiento a las normas establecidas, al tiempo que

---

<sup>55</sup> Euger Berthold Friedrich Brecht (1898-1956) foi um dramaturgo, romancista e poeta alemão, criador do teatro épico anti aristotélico. Sua obra fugia dos interesses da elite dominante, visava esclarecer as questões sociais da época. Começou a escrever ainda jovem, publicou seu primeiro texto em um jornal em 1914. Cursando Medicina, em Munique, interrompeu seus estudos para servir como enfermeiro de guerra em um hospital durante a Primeira Guerra Mundial ([https://www.ebiografia.com/bertolt\\_brecht/](https://www.ebiografia.com/bertolt_brecht/), 2019).

responden a figuraciones estéticas de los sectores populares que conforman el público real de este carnaval (ALBANECE, 2018, p. 146).

Entretanto, o autor apresenta que essas festividades do carnaval de Gualeguaychú se faz com um forte apelo midiático, tal como ocorre nos desfiles de escolas de samba do Rio de Janeiro, São Paulo e do próprio Distrito Federal brasileiro.

Já em Cuba, especificamente em Santiago de Cuba, Quintanar Pérez (2017) retrata que as festividades se dão de outra forma. Elas resgatam historicamente as diversidades e os conflitos resultantes da dinâmica migratória franco-haitiana, ocorrida na formação da sociedade local, e remonta o período colonial de Santiago de Cuba, tendo como referência as festas de máscaras ou de “mamarrachos” do final do século XVII.

En los carnavales de Oriente las huellas de la historia caribeña reviven las particularidades de su memoria. Diversas tradiciones de matriz africana convocan a la población a arrollar como un solo cuerpo y el territorio recuerda el retumbar del sonido de tambores ya ancestrales que fertiliza el espacio liminal entre la libertad y la contención, la unidad y la distinción, que da lugar a jerarquías paralelas y recrea la visión de la sociedad de personas de color en cara al poder blanco del periodo colonial (QUINTANAR PÉREZ, 2017, pp. 147-148).

Da mesma forma acontece no México. Em entrevista com Serna Moreno (2018) e pelas abordagens de Martínez Montiel (2017) pode-se apreender que as mais significativas festividades carnavalescas ocorrem em vários estados do território mexicano, sobretudo nas regiões costeiras, destacando o Estado de Veracruz, que ressalta suas características populares do período colonial. Integram-se, nas festas dessa região, elementos afro-antilhanos, juntamente com os costumes europeus colonizadores, dando origem às “comparsas”<sup>56</sup> e as “mojigangas”<sup>57</sup>.

Martínez Montiel (2017, pp. 266-267) também retrata que, para alguns pesquisadores, o antecedente do carnaval mexicano foi “el baile del chuchumbé”. Essa dança surgiu dos barcos que faziam a travessia do Caribe e foi proibida pela Santa Inquisição em 1776, tanto pelas danças “lascivas y pícaras”, como pelos adornos que eram utilizados pelos festeiros. “A pesar de la rígida censura, la alegría y

---

<sup>56</sup> Pessoa que, numa representação teatral, desempenha um pequeno papel; pessoa sem importância; sócio; parceiro (MICHAELIS, 2019). Conforme Dozena (2019, informação oral) o termo também é equivalente à blocos carnavalescos, ou seja, “grupo de pessoas que, da mesma forma vestidas, muitas vezes com intenção jocosa ou sarcástica, participam de uma festa popular”.

<sup>57</sup> São adereços, fantasias e bonecos que representam satiricamente personagens da sociedade local, ornados para as festividades carnavalescas, muito presentes no Estado de Veracruz (México) e Pernambuco (Brasil).

el entusiasmo de esos festejos fue echando raíces dentro de las costumbres porteñas”.

Atualmente, as festividades se caracterizam com máscaras e disfarces que ridicularizam personagens da classe média / alta da sociedade mexicana; e carregam em sua essência um teor político e crítico da situação atual do país.

Los actores del carnaval denuncian, con trono de chanza, los hechos más graves; son la consciencia irónica de la sociedad. Más allá de las apariencias chuscas se percibe la queja desgarrada. No son simplemente personajes cómicos, sino la multiplicidad caricaturizada de las figuras políticas y sus ocultas discordancias (Martínez Montiel, 2017, p. 269).

Martínez Montiel (2017) ainda apresenta que elas começam semanas antes das verdadeiras comemorações carnavalescas, tocando os tambores em parques e espaços públicos para preparar e incentivar a população.

Nesse contexto, é possível destacar o papel social e político das festividades carnavalescas, representando uma relação dialética entre a alegria e o entusiasmo com a rígida crítica social.

No Distrito Federal brasileiro, os desfiles carnavalescos, durante muitos anos, foram o ponto alto do carnaval, e serviram como base para o fomento do samba em Brasília, além da disseminação do ritmo nos blocos de rua, que também carregavam um posicionamento bastante crítico sobre a economia e a política nacional. Entretanto, pode-se observar que essas escolas de samba surgiram pela iniciativa de uma determinada classe de funcionários públicos já instalados e estabilizados economicamente na Capital Federal, reflexo de uma “lógica da concentração territorial da produção cultural” que muitas vezes se faz atrelada a fatores econômicos, conforme apresentado por Dozena (2011, p. 202).

#### 4.2.1.1. A atuação da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC) e dos demais grêmios recreativos no movimento do samba do Distrito Federal

Um exemplo que merece destaque pela sua importância é a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC) que, conforme apresenta Severino (2012), foi instituída em 21 de outubro de 1961, por iniciativa de funcionários públicos da Câmara dos Deputados, da Imprensa Nacional, do Exército e da Aeronáutica. Esses, eram vizinhos entre si, pois habitavam o Cruzeiro e eram simpatizantes da Escola de Samba Portela, da cidade do Rio de Janeiro. Suas influências foram tão

grandes que as cores e o símbolo da escola ARUC fazem referências à escola Portela: as cores são o azul e o branco; e seu símbolo é um gavião, semelhante a água da Portela.

Considerada por muitos sambistas como uma das mais antigas entidades culturais do Distrito Federal, a ARUC promovia, e promove e até os dias atuais, uma escola de samba e um departamento de esportes que estreitam os laços da associação com a comunidade.

Com aproximadamente 30 títulos ganhos entre os anos de 1962 a 2014<sup>58</sup>, a escola de samba da ARUC se destaca por essa prática mais significativa: os desfiles carnavalescos. Conforme apresenta Santos (2010, p. 35), “troféus em fartura marcam positivamente a entidade. E se a palavra é vitória, a ARUC é sinônimo de tal resultado”.

Figura 13: Sede da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC).



Assim, retoma-se o posicionamento de Dozena (2011, p. 202) ao identificar que parece haver uma tendência que prevalece nos “desfiles midiáticos”, a fim de incentivarem uma competição durante o carnaval, ainda que dentro delas exista outras manifestações culturais e de convívio social, que nem sempre estão vinculadas a essa

<sup>58</sup> No ano de 2015 o Governo do Distrito Federal anunciou que não teria investimentos de verbas públicas para o carnaval da cidade. As Escolas de Samba, assim, resolveram cancelar os desfiles e guardar as fantasias para o ano de retorno das verbas. Acredita-se que as verbas voltarão no próximo ano de 2020. Sem os desfiles das escolas, o carnaval passa a ser formado pelos blocos de rua, que cada vez mais conquistam adeptos (RODRIGUES, 2015, G1 Distrito Federal; online).

competição, tal como as práticas sociais de cunho educativo realizadas dentro das quadras das agremiações.

Pela marcante presença da ARUC na Região Administrativa do Cruzeiro, a região hoje é conhecida como o “reduto de cariocas e sambistas” (SANTOS, 2010, p. 35), além de ser denominada como um dos “berços do samba” no Distrito Federal brasileiro.

Em entrevista com o Presidente da ARUC, Moacyr de Oliveira Filho (2019), pode-se destacar o seguinte trecho:

Olha, onde nasceu é difícil de profetizar, né? Um lugar. Mas eu posso dizer que **aqui na ARUC é um dos berços do samba de Brasília**. Hoje, **ela é a mais antiga escola de samba em atividade**. Ela não é a mais antiga porque antes dela teve uma outra que se chamava “Alvorada em Ritmo”, mas que já não existe mais há muitos anos [...]. O samba nasceu junto com o avanço da cidade. E hoje eu acho que **ele tem um espaço muito maior do que ele tinha antigamente** [...] (OLIVEIRA FILHO, 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>59</sup>.

Da mesma forma, identifica-se nas falas dos integrantes do Coletivo “Samba na Comunidade” mais informações sobre o samba que nasceu no Cruzeiro e o papel da ARUC para o movimento do samba no território brasiliense, conforme a seguir:

Maicon Santos: Olha, o Samba do DF, **ele é oriundo da galera que veio do Rio de Janeiro**. Do Rio de Janeiro e um pouquinho da Bahia e de São Paulo, ali pelos anos 60 e 70.

Felipe Vítório: No final dos anos 60, né? Vieram uma rapaziada aí. Muita gente veio do Rio, principalmente, para o **Cruzeiro**, conhecido hoje como o ‘reduto dos cariocas’. Muita gente que era servidor público, antes chamados de funcionário público, que era do INCRA. Se você for pegar, **eles ajudaram a formar o samba do DF**. Então, assim...

Maicon Santos: Muitos militares também, né?

Negro Vatto: Bastante, **a maioria das pessoas que veio para o Cruzeiro era das forças armadas**. Ficaram em peso no Cruzeiro, naquela época. E eles trouxeram muito dessa ‘vibe’ para cá... do samba, né? Inclusive, a maioria deles, hoje, é lá do **Cruzeiro, que é o celeiro maior do samba de Brasília**. Onde está a ARUC.

Felipe Vítório: **A própria ARUC foi fundada por eles**. Então, assim, eles trazem um **samba carioca, eles trazem as escolas de samba**. Tem a ARUC, tinha o Bola Preta de Sobradinho, tinha a Acadêmicos da Asa Norte. Antigamente tinha a Academia da Asa Sul, mas durou pouco. Aí tem também a escola do Gama aí... que veio com essa rapaziada aí [...] (SANTOS; VATTO; VITÓRIO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>60</sup>.

A partir da década de 1980, conforme apresenta Severino (2012), esses funcionários públicos fundadores da ARUC foram se aposentando e retornaram para

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida por OLIVEIRA FILHO, M. [Abr. 2019]. Atual Presidente da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC). Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

<sup>60</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo “Samba na Comunidade”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

seus locais de origem (Rio de Janeiro principalmente) ou migraram para o entorno do Distrito Federal, expulsos pela especulação imobiliária. Nesse período ocorria um aumento da demanda habitacional na Capital Federal e exigiu uma ampliação dos equipamentos e infraestruturas urbanas nas Regiões Administrativas que iam surgindo ao redor do Plano Piloto.

A dificuldade para se chegar à ARUC, devido a precariedade dos transportes públicos de Brasília (precários até hoje), também contribuiu para um afastamento dos antigos frequentadores.

[...] antigamente, os nossos componentes eram praticamente todos moradores do Cruzeiro. Isso, é que nos dava um diferencial, né? Eu acredito que a força da ARUC, que ela foi construída desse jeito, de ter uma comunidade. Então, **era todo mundo junto**... hoje, isso não acontece mais. Por que? Você que é doutorando em Geografia... com **o crescimento da cidade e a especulação imobiliária**, houve uma migração. Então, esses moradores, e uma boa parte deles, foram sendo expulsos do Cruzeiro para as cidades mais distantes. Até Valparaíso, Águas Lindas, o entorno, e tal. E aqui, pela proximidade com o Plano, virou uma... um público diferente... **ainda restam muitos dos antigos moradores, mas não é mais como antigamente** (OLIVEIRA FILHO, 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>61</sup>.

Esse fato, então, mudou o perfil dos adeptos da escola e contribuiu para o fortalecimento de um novo movimento do samba no Distrito Federal: as “rodas de samba”. As rodas de samba geralmente ocorriam, principalmente, nas Regiões Administrativas distantes das associações ou grêmios recreativos de escolas de samba. Esse processo migratório no território brasileiro, também se caracteriza como um elemento que totaliza a formação socioespacial, conforme tratado no capítulo 2. Em um primeiro momento, pela movimentação dos Bandeirantes em busca de territórios de exploração mineradora; segundo, durante as políticas de migração para fomentar as indústrias cafeeiras no período de 1930; e, por fim, a própria migração de operários em direção ao Planalto Central, destinada a construção da nova Capital.

Além da ARUC, outras escolas de samba se destacam na consolidação do samba no Distrito Federal, a partir dos desfiles carnavalescos oficiais do Distrito Federal, conforme quadro 1 a seguir.

---

<sup>61</sup> Entrevista concedida por OLIVEIRA FILHO, M. [Abr. 2019]. Atual Presidente da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC). Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

Quadro 1: Relação dos desfiles oficiais de escolas de samba do Distrito Federal (1962 – 2019).

<b>ANO</b>	<b>GRUPO</b>	<b>LOCAL DO DESFILE</b>	<b>ESCOLA DE SAMBA CAMPEÃ</b>
1962	Especial	Avenida W3-Sul	Alvorada em Ritmo
1963	Especial	Plataforma Superior da Rodoviária	Alvorada em Ritmo
1964	Especial	Plataforma Superior da Rodoviária	Alvorada em Ritmo
1965	Especial	Plataforma Superior da Rodoviária	ARUC
1966	Especial	Plataforma Superior da Rodoviária	ARUC
1967	Especial	Avenida W3-Sul	ARUC
1968	Especial	Avenida W3-Sul	ARUC
1969	Especial	Avenida W3-Sul	ARUC
1970	Especial	Avenida W3-Sul	Independente de Brasília
1971	Especial	Avenida W3-Sul	ARUC
1972	Especial	Avenida W3-Sul	Unidos de Sobradinho
1973	Especial	Plataforma Superior da Rodoviária	Independente de Brasília
1974	Especial	Estacionamento do Ginásio de Esportes	Asa Norte
1975	Especial	Avenida W3-Sul	ARUC
1976	Especial	Avenida W3-Sul	ARUC
1977	Especial	Avenida W3-Sul	ARUC
1978	Especial	Avenida W3-Sul	ARUC
1979	Especial	Avenida W3-Sul	Asa Norte
1980	Especial	Avenida W3-Sul	Asa Norte
1981	Especial	-	Não houve desfile oficial
1982	Especial	Av. Comercial de Taguatinga	ARUC
1983	Especial	Eixão Sul	ARUC
1984	Especial	Eixão Sul	ARUC
1985	Especial	Eixão Sul	Asa Norte
1986	Especial	Eixão Sul	ARUC
1987	Especial	Eixão Sul	ARUC
1988	Especial	Eixão Sul	ARUC
1989	Especial	Autódromo	ARUC
1990	Especial	Eixão Sul	Asa Norte
1991	Especial	Eixão Sul	ARUC
1992	Especial	Eixão Sul	ARUC
1993	Especial	Eixão Sul	ARUC
1994	Especial	-	Não houve desfile oficial
1995	Especial	-	Não houve desfile oficial
1996	Especial	Passarela da Alegria	Capela Imperial
1997	Especial	Caldeirão da Folia	ARUC
1998	Especial	Caldeirão da Folia	Águia Imperial
1999	Especial	Caldeirão da Folia	Águia Imperial
2000	Especial	Passarela da Alegria	ARUC
2001	Especial	Passarela da Alegria	ARUC
2002	Especial	Passarela da Alegria	ARUC
2003	Especial	-	Não houve desfile oficial

<b>ANO</b>	<b>GRUPO</b>	<b>LOCAL DO DESFILE</b>	<b>ESCOLA DE SAMBA CAMPEÃ</b>
2004	Especial	Passarela da Alegria	ARUC
2005	Especial	Ceilambódromo	Mocidade do Gama
2006	Especial	Ceilambódromo	ARUC / Águia Imperial
2007	Especial	Ceilambódromo	ARUC
2008	Especial	Ceilambódromo	Águia Imperial
2009	Especial	Ceilambódromo	ARUC
2010	Especial	Ceilambódromo	ARUC
2011	Especial	Ceilambódromo	ARUC
2012	Especial	Ceilambódromo	Asa Norte
2013	Especial	Estacionamento do Ginásio Nilson Nelson	Asa Norte
2014	Especial	Estacionamento do Ginásio Nilson Nelson	Asa Norte
2015 a 2019	-	-	Desfiles cancelados

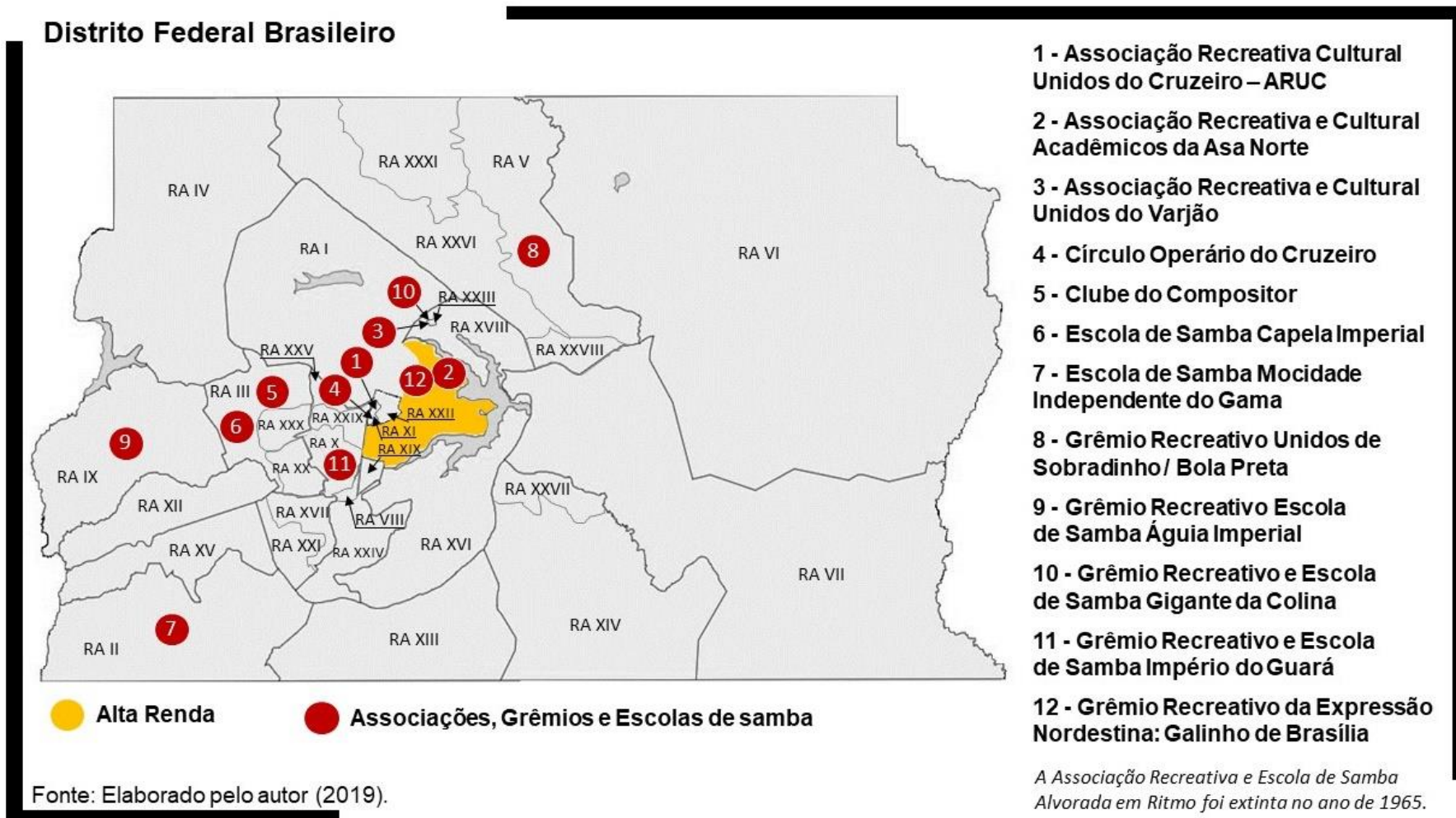
Fonte: Elaborado pelo autor (2019), a partir da página oficial da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro – ARUC –, disponível em: <<https://unidosdocruzeiro.blogspot.com/p/escola-de-samba.html>>.

Além das escolas de samba pontuadas pelo quadro em destaque, outras escolas e agremiações se fizeram importantes para o movimento do samba na Capital, as quais foram expressivamente pontuadas na figura 14 a seguir. Importante ressaltar que o surgimento dessas escolas, partiu de uma classe social específica, ou seja de servidores públicos do governo, que carregavam em si as vivências dos desfiles cariocas e paulistanos. Esses se apropriaram de elementos simbólicos do samba para inseri-los aos desfiles oficiais no Distrito Federal, numa “dinâmica espetacular dos desfiles” (DOZENA, 2011).

Com o cancelamento dos desfiles devido falta de verba do governo, a partir de 2015, as associações e grêmios recreativos tiveram que se adaptar. Umas aguardam a volta dos desfiles com suas atividades paralisadas; outras promovem eventos sociais, a fim de continuar com o movimento do samba ativo em suas comunidades. Entretanto, essas manifestações de desfiles oficiais sempre promoveram um diálogo entre a tradição e a modernidade (DOZENA, 2008). Tradição essa que é dinâmica e transmitida por meio das ancestralidades afros e da própria cultura do samba. Modernidade, pelas novas tecnologias utilizadas pelo samba em suas manifestações populares.



Figura 14: Agentes do samba ainda atuantes no Distrito Federal brasileiro.



A cultura do samba, então, vem se construindo, desde a chegada dos primeiros africanos escravizados pela colonização até as modernas práticas do samba que surgem no território. Dozena (2008, p. 9) ainda reforça que “a cultura do samba não se encontra fora das dinâmicas trazidas pela modernidade e pelas ‘dinâmicas de mercado’, mas está se recompondo e se reapropriando cotidianamente do moderno, inspirando-se nele e o desafiando”.

Esse posicionamento é observado na construção da historicidade do samba do Distrito Federal, e em toda a formação territorial do país, como um movimento dialógico entre a tradição e a modernidade, a cultura popular e a cultura de massa<sup>62</sup> (SANTOS, 2004), a qual revela que essas expressões e manifestações resistem e se modificam com o decorrer do processo de constituição e expansão urbana da Capital.

A figura 14 em destaque pontua a localização das associações, grêmios recreativos e instituições relacionadas com o samba no Distrito Federal brasileiro, registrando que, em sua maior parte, essas se localizam fora da área de alta renda do território, ou seja, nas Regiões Administrativas. Vale destacar que: tanto a Associação Recreativa e Cultural Unidos do Varjão (3) e a Grêmio Recreativo e Escola de Samba Gigante da Colina (10) estão em uma das regiões consideradas por Costa e Peluso (2016) como em *situação territorial vulnerável*, a Região Administrativa XXIII – Varjão, conforme tratado no capítulo 3, item 3.3, dessa tese.

Assim, pode-se observar que a segregação social e a *situação territorial vulnerável* de algumas regiões, juntamente com o violento estado de degradação<sup>63</sup> dos inúmeros setores urbanos que constituem o Distrito Federal brasileiro, influenciaram e permanecem influenciando, diretamente, no movimento do samba do território Federal. Situação essa que também se fez presente em todo o território brasileiro e que totaliza a formação socioespacial brasileira. Ainda nos dias de hoje, alguns Estados permanecem marginalizados, social e economicamente, por todo o processo de industrialização e modernização territorial, iniciado pela Era Vargas e intensificada pelo governo de Juscelino Kubitschek.

---

<sup>62</sup> Conforme apresenta Santos (2004, p. 143), a cultura popular vem se resignificando, sendo capaz de rivalizar com a cultura de massa, quando essa se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massa. Esse movimento dará origem ao que Santos (2004, p. 143) denominada de período demográfico ou popular.

<sup>63</sup> Esse estado de degradação se faz por meio da carência de infraestrutura e de equipamentos públicos, além da baixa qualidade ambiental advindas do mal desempenho do Estado (COSTA & PELUSO, 2016).

Entretanto, mesmo diante dessa realidade, essas associações e grêmios recreativos, áreas culturais e escolas de samba, consideradas nessa tese como agentes do samba no Distrito Federal, ainda permanecem ativos e resistentes, buscando outras formas de atuar e divulgar o samba no território. Posição essa, ativa e de resistência, semelhante aos movimentos e festividades carnavalescas presentes em alguns dos territórios latinoamericanos (Cuba e México), como foi observado anteriormente no item 4.2.1.

#### 4.2.2. O movimento de migração do samba no território do Distrito Federal

Nos últimos anos do século XX, conforme apresenta Santos (2004), o mundo vem testemunhando grandes mudanças com o perverso fenômeno da globalização. As informações tornaram-se unificadas, conflitos tornaram-se mais agudos, as divisões territoriais, antes traçadas por critérios geográficos e geopolíticos, dão lugar a espaços culturais permanentemente transformados pelos eventos migratórios em todos os continentes.

A América Latina torna-se, então, uma região marcada, não somente pelo violento processo de colonização, apresentado pela sua formação territorial (capítulo 1), mas também pelas suas múltiplas manifestações culturais nela presentes. Diversos problemas sociais e dificuldades econômicas, como a segregação social crescente (massas de desempregados e subempregados que ocupam os mercados informais, por exemplo) e o enriquecimento de poucos, aliados aos interesses do Estado (formação do *Estado demiurgo da sociedade brasileira*, como tratado por Costa e Steike [2014]), surgem nesse cenário (construído pela globalização), influenciando e transformando diretamente as expressões culturais.

Para explicar essas atuais dinâmicas que afetam a cultura latinoamericana contemporânea, García Canclini (1997, p. 60) propõe o termo “culturas híbridas” entendidas como: “processos socioculturais em que estruturas ou práticas discretas, que existiam em formas separadas, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Conforme apresenta o autor:

A latinidade sempre foi uma construção híbrida, na qual as contribuições dos países mediterrâneos da Europa, as migrações nativas americanas e africanas concluíram. Hoje, essas fusões constituintes latinoamericanas são expandidas em interação com o Anglo pela presença volumosa de migrantes latinos e produtos culturais nos Estados Unidos. Além disso, o latim interage

e também é remodelado em diálogo com culturas na Europa e até na Ásia. (García Canclini, 1997, p. 64).

Conforme o apresentado por García Canclini (1997, p. 37) pode-se entender o posicionamento do mercado cultural e, ao mesmo tempo, a luta pela distinção de sua produção em relação aos meios massivos de consumo, visando, então, ampliar o próprio consumo dos bens produzidos e aumentar as margens de lucro, além de buscar enfrentar os efeitos massificadores da divulgação, para recriar os signos que diferenciam os setores hegemônicos (já vigentes no universo cultural). Tal posicionamento pôde ser observado durante o período de 1980 e 90 do território brasileiro, quando houve o surgimento de outros estilos musicais associados ao samba, tal como o “Pagode”. O mesmo processo, pode ter ocorrido com o recente ritmo denominado “Reggaeton”, que vem ganhando espaço no mercado musical e se espalhando por toda a América Latina e demais países onde a indústria cultural se faz mais presente.

O Brasil, constituído por múltiplos elementos fundantes de sua cultura (indígena, portuguesa, africana, espanhola, holandesa e francesa), não se excluiu desse processo globalizante da cultura. Durante as décadas de 1980 e 1990, percebe-se um movimento de migração do samba no território do Distrito Federal brasileiro, saindo das associações e grêmios recreativos para se dirigir a bares e casas noturnas de Brasília, o que propiciou o surgimento de toda uma nova geração de sambistas e uma projeção musical do samba na nova Capital. O samba, então, chega a virar profissão para muitos jovens que se inseriram em seus movimentos no território, conforme observado a seguir.

Maicon Santos: [...] **o samba aqui em Brasília...** o que eu vou falar agora é um lado positivo, mas, durante alguns anos pra cá, ele veio, alguns bons anos pra cá, **ele veio virando profissão para muita gente**. Essa galera que a gente está falando das antigas, todo mundo já era, igual o Felipe falou, servidor público e tudo. Já tinham o seu emprego e **o samba era uma coisa de segundo plano**. Então, se você pegar de alguns bons anos para cá, **o samba passou a virar profissão para muita gente** (SANTOS; VATTO; VITÓRIO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>64</sup>.

Da mesma forma, Severino (2012) pontua que artistas como Renata Jambeiro, Nelson Félix, Cristiane Pereira, Fernanda Jacob, Kika Ribeiro, entre outros, surgiram nesse novo cenário do samba no Distrito Federal; além de novos grupos de

---

<sup>64</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo “Samba na Comunidade”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. A. Brasília, 2019.

samba, tais como “Galinha Caipira Completa”, “Adora-Roda”, “Filhos de Dona Maria”, “Samba da Mulher Bonita”, “7 na Roda”, “Samba 10”, entre outros.

**Galinha Caipira Completa** mistura samba com choro em uma abordagem jazzística e contemporânea, com uma proposta cênica.

O grupo **Adora-Roda** é formado por gente muito jovem que desmente o estereótipo de que samba é uma “música de velhos”. Opta por uma linha de **resistência cultural**.

Em seus shows, **Renata Jambeiro** só usa instrumentos de couro. Ela identifica como traços distintivos da nova geração de sambistas brasileiros dois aspectos, que são, ao mesmo tempo, características da cultura brasileira: **a resistência e a experimentação**.

O grupo **Fundo de Quintal** mudou a maneira de fazer samba, a partir da década de 1980, com um estilo romântico meloso e uma repetição de fórmulas de sucesso mercadológico (SEVERINO, 2012, p. 111, grifos do autor).

Também podemos encontrar esse movimento na fala de Oliveira Filho (2019):

Todos os grandes grupos de samba daqui de Brasília passaram por aqui. O mais antigo deles hoje, o **Coisa Nossa**, foi praticamente criado aqui. Ele ganhou espaço e tal. Aqui a gente procura, independente do carnaval, abrir os nossos espaços para o samba [...]. E tem, assim, uma coisa aqui me entusiasma muito. **Eu vejo uma nova geração, né?** E eu considero que o grupo **7 na Roda**, para mim, é o grupo que melhor representa essa **renovação do samba**. É uma garotada que, hoje, já não são mais tão garotos, mas eles **começaram muito garotos**. E eles foram apadrinhados pelo Monarco (Hildmar Diniz), que veio aqui fazer um show com eles no Calaf e ficou tão impressionado que deu o chapéu para o Breno, que é o líder do grupo. Eu acho que o “7 na Roda” é. Eu acho que é sim... o que, para mim, melhor sintetiza, simboliza, **essa renovação do samba** [...] (OLIVEIRA FILHO, 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>65</sup>.

A presença da Escola de Música de Brasília, fundada em 1963, com a Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello, constituída em 1998, juntamente com a abertura do Departamento de Música da Universidade de Brasília (UnB) para novos gêneros populares, também contribuíram muito para essa renovação do samba no território pelos jovens sambistas.

Assim, essa nova geração, conforme retratam Severino (2012) e Oliveira Filho (2019), é caracterizada por uma ligação significativa com a musicalidade de “rodas de samba”, que se fizeram presentes nas décadas de 1960 e 1970, e que ressurgem como “uma busca pelas ancestralidades” (SEVERINO, 2012, p. 112).

Entretanto, esse movimento intensificou a questão econômica do território do samba. Os bares e casas noturnas passaram a cobrar valores altos para que o público pudesse “consumir” o samba do Distrito Federal. Hoje, são poucas casas e lugares

---

<sup>65</sup> Entrevista concedida por OLIVEIRA FILHO, M. [Abr. 2019]. Atual Presidente da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC). Entrevistador: ALVES, V. J. R. A. Brasília, 2019.

do samba que não cobram ingresso para se sambar ou ouvir um bom samba. Da mesma forma, essas rodas se mantêm abertas à novas experiências estéticas, ou seja, com outras formas de se territorializar.

Um exemplo significativo dessas novas experiências estéticas do samba, tratadas por Garcia Canclini (1997) como culturas híbridas, são os eventos realizados pelo grupo “Filhos de Dona Maria”, que são realizados no Círculo Operário do Cruzeiro, intitulados de “Terreiradas”, conforme a seguir.

Figura 15: Mídias criadas para divulgação das “Terreiradas” do grupo Filhos de Dona Maria.



O grupo convida outros artistas de distintas representações culturais e artísticas (danças tradicionais indígenas, o samba de coco e o carimbó da região Norte), tal como o povo indígena Fulni-ô e o grupo Samba de Coco Raízes de Arcoverde, ambos de Pernambuco.

Essa renovação estética dos movimentos do samba fortalece ainda mais a característica adotada para com as denominadas “rodas de samba” e revela uma diversidade de estilos presentes nos territórios do samba de Brasília. Essa afirmativa pode ser justificada pela fala de Oliveira Filho (2019, informação verbal).

[...] aqui a gente tem grupos de samba que são mais tradicionais, de samba de raiz, mesmo os sambas de terreiro, e tem grupos mais de pagodes, grupos mais modernos, tem para todos os gostos. Mas eu acho que **não tem uma característica própria do samba de Brasília**. Como nas escolas de samba, por exemplo, no Rio e São Paulo, sempre tem... as baterias das escolas de samba de São Paulo têm uma batida um pouco diferente das batidas do Rio, mas **aqui, eu acho que não é uma coisa homogênea. Aqui não tem uma... particularidade** (grifos do autor)<sup>66</sup>.

Nesse mesmo contexto, pode-se observar que surge no território Federal uma outra estética do samba. Estilo esse que promoveu mudanças em sua forma de expressão. Criado pela indústria cultural para massificar ainda mais o consumo de bens musicais relacionados ao samba, o novo estilo denominado “Pagode” se espalhou em todos os meios de divulgação, confundindo os próprios consumidores sambistas que o classificavam também como “samba”.

Inúmeros grupos surgiram, produzindo e executando o novo “Pagode”. Esse estilo se caracteriza por letras românticas e melodias simples, provocando outras relações atreladas ao samba no mercado musical brasileiro e do Brasil no geral. Conforme apresentam os sambistas do Coletivo “Samba na Comunidade” (2019), essa nova estética muito influenciou o movimento do samba de Brasília.

Maicon Santos: [...] infelizmente o samba para a galera que vive de música, a galera que defendia samba, eles tiveram que **fazer uma coisa muito comercial para poder se manter, para poder viver**. E eu acho que isso aí, mata um pouco a cara, tira um pouco a cara de roda de samba, de não sei o que. **Todos viraram grupos comerciais**. Grupos muito bons, diga-se de passagem, tem muita gente boa aqui, mas... infelizmente, pessoas que defendiam a velha guarda [...], aquela galera da antiga, **teve que se render a ficar tocando o que estava nas rádios por conta do público**, né? [...].  
Felipe Vitória: Convencionou-se, principalmente a partir dos anos 90, a chamar... (de Pagode) - Não sou eu que estou falando, é a nossa vivência. Para não falar: ah aquele novinho ali está se achando no samba. Não! Fazendo um parêntese: se você chegar na nossa roda, e vier alguém pedindo

---

<sup>66</sup> Entrevista concedida por OLIVEIRA FILHO, M. [Abr. 2019]. Atual Presidente da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC). Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

música, vão falar para ele: não, **eles só tocam samba, eles não tocam pagode**. O próprio público faz isso com a gente. Não sou eu Felipe que estou falando, eu não sou nenhum Nei Lopes da vida. Mas na nossa fase, estamos assim. Na época que eu comecei a tocar nos anos 90, aqueles grupos convencionais eram chamados de **grupos de pagode**, porque eles não faziam mais o **samba de raiz**. A questão melódica, a questão da caneta, a linha poética, a questão de defender preto, defender favela. Começou o lalaiá, leleiê, aquele estilo de roupa, passinho dois para lá, **para vender**. Chega alguém e fala, **vai ter que vender**. Você preto, vai ter que pintar o cabelo de loiro, e você vai ter que vestir assim, os óculos vão ter que ser na cabeça. Não só pelo estereótipo, da forma de se vestir, mas... então, por isso que se criou assim: ah, **você só toca samba de raiz**. Eu falo e a rapaziada aqui fala, porque quando a pessoa vai chamar um, nem tanto ele, mas **eu que sobrevivo disso aqui no meu lugar**, eu não vou chamar aquele cara porque ele vai tocar um samba de raiz. Quando você quiser pagode, aí você me liga que eu chamo a rapaziada do pagode. Que com a turma daqui não rola... **não é a gente que criou o preconceito**, a gente não está querendo ser ninguém. Não. **A gente quer fazer o nosso. A gente curte a tradição** (SANTOS; VATTO; VITÓRIO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>67</sup>.

Grupos como “Raça Negra”, “Negritude Junior” e “Só Pra Contrariar” geraram ecos na indústria cultural desse período e impulsionou a ampliação do alcance do estilo Pagode em todo o País, além de promover o lançamento de outros grupos semelhantes.

Portanto, é possível pontuar o surgimento de um conflito entre o “Samba de raiz” e o “Pagode”, movimento esse produzido e influenciado pelo mercado e pela indústria cultural, o que revelou a atuação dessa indústria e suas funcionalidades no mercado musical da Capital Federal.

Os tentáculos dessa indústria se espalharam amplamente, em todo o território brasileiro, e, da mesma forma, no Distrito Federal. Ademais, influenciaram, diretamente, os vários ramos da atividade artística, como apontado por N. Almeida (2001, p. 56). Segundo o autor, esse posicionamento “coloca o fato da indústria cultural no problema do modo como ela se realiza, suas escolhas, suas formas de produção e difusão produtiva”. Esse processo de racionalização cultural, também presente no samba, atua como um conjunto de forças que promove e refaz territorialidades culturais, conforme já observado.

Então... nós temos muitos músicos bons, que não perdem lá para fora. A gente tem muita gente que sabe fazer a coisa certinha. Eu acho que o que falta mesmo é a gente lembrar que, perante Deus, somos todos irmãos, que a gente precisa se ajudar, que a gente precisa se abraçar, dar as mãos, que eu tenho certeza que das **rodas de samba** e dos próprios **grupos de samba de Brasília**, a gente vai ter uma pessoa **explodindo no cenário nacional e**,

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo “Samba na Comunidade”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.



**quem sabe, internacional** (GARCIA, 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>68</sup>.

Entretanto, como forma de resistência à essa racionalização cultural, massificada pela indústria cultural por meio do “Pagode”, que passa a ser consumido e adotado por muitos sambistas e simpatizantes do samba, surge no território do Distrito Federal, a partir de 2014, os Coletivos de Rodas de Samba, também conhecidos como “Rodas de Samba Democráticas”.

Esse movimento se caracteriza como encontros de sambistas, estudantes e simpatizantes do samba, especificamente do “samba de raiz”, em áreas públicas localizadas nas partes periféricas, principalmente das Regiões Administrativas do Distrito Federal, para tocar, cantar, dançar e divulgar o samba de raiz (ver capítulo 5 dessa tese).

Observa-se, então, que a difusão da cultura do samba e a criação de suas territorialidades, no território do Distrito Federal brasileiro, foram e são historicamente acompanhados por um forte controle do processo produtivo musical pela indústria cultural.

A indústria cultural, incentivada e autorizada a agir no território pelo Estado brasileiro, cria outros estilos musicais inspirados no samba para continuar influenciando o consumo e a promoção da cultura moderna como mercadoria. As “massas”, influenciadas pelo fenômeno da globalização, sem questionar, consomem o novo produto ofertado, deixando de lado o tradicional, o popular.

Essa presença da indústria cultural no território, se faz não apenas no Distrito Federal ou no território brasileiro, mas em toda a América Latina, como apresenta García Canclini (1997). Segundo o autor, embora os Estados que compõem a América Latina tenham procurado administrar e se responsabilizar pelo patrimônio cultural de seus países, especialmente o tradicional e o popular, a iniciativa privada (em nome da indústria cultural) passa a assumir tanto a promoção da cultura moderna para as massas, quanto para as elites (economicamente no poder).

Da mesma forma, sobre essa questão, vale ressaltar Santos (2004, p. 143):

Sem dúvida, o mercado vai impondo, com maior ou menor força, aqui e ali, elementos mais ou menos maciços da cultura de massa, indispensável, como ela é, ao reino do mercado, e a expansão paralela das formas de globalização econômica, financeira, técnica e cultural.

---

<sup>68</sup> Entrevista concedida por GARCIA, L. P. [Abr. 2019]. Responsável pelo Coletivo de Samba “Café com Samba”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

Percebe-se, portanto, que esse processo de hibridez do samba faz-se, em todo o território nacional, acompanhado pelo violento processo de ordenamento territorial e segregação/controlado social, em cada momento histórico de sua formação socioespacial. Da mesma forma, os sambistas foram e são obrigados, pela especulação imobiliária, a migrarem para Regiões Administrativas mais distantes, de custo de vida mais baixo, promovendo, assim, rupturas e novas territorialidades no movimento do samba no Distrito Federal.

#### 4.2.3. Periodização do movimento do samba no território do Distrito Federal

Ao entender o movimento do samba como uma complexidade social, histórica e também espacial, busca-se reconhecer múltiplas interpretações a partir da proposta de periodização do samba no território do Distrito Federal brasileiro (ver quadro 2 a seguir).

Vale lembrar que a construção de uma periodização, conforme apresenta Milton Santos (2008, p. 90), é fundamental com base na noção de “regime” e de “ruptura”. Noção de regime, por tratar de um conjunto de variáveis organizadas entre si, que funcionam harmonicamente, ao lado de um pedaço considerável de tempo, mas cuja evolução não é homogênea. Noção de ruptura, pois a partir dessa não homogeneidade, essa organização se torna ineficaz com o passar do tempo, dando início a um sinal de crise e de passagem a um outro período. O que admite definir e redefinir os conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empiricização do tempo e do espaço, em conjunto.

Assim, pensou-se em construir uma periodização do movimento do samba no Distrito Federal brasileiro, a fim de conhecer esse movimento em sua totalidade e em suas frações, para, então, compreendê-lo sua totalidade na sociedade brasileira.

Quadro 2: Periodização do movimento do samba no Distrito Federal brasileiro.

PERÍODOS	FATOS
1º período: 1956 a 1960	Territorialização das <b>primeiras manifestações do samba</b> no Distrito Federal: apresentações improvisadas em caminhões, no meio da poeira dos acampamentos e em áreas abertas nas proximidades das edificações do Plano Piloto e Cidade Livre.
2º período: 1961 a 1979	<p>Oficialização das <b>primeiras festividades e folias de carnaval</b> do Distrito Federal.</p> <p>Criação das <b>primeiras escolas de samba</b> do Distrito Federal e realização de seus primeiros desfiles oficiais, tendo a Escola Alvorada em Ritmo como campeã nos três primeiros anos (1962, 1963 e 1964) e a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC), fundada em 21 de outubro de 1961, ganhadora dos cinco anos seguintes (1965 a 1969).</p> <p>Criação da <b>Escola de Música de Brasília</b>, administrada pelo Governo do Distrito Federal, em 1963.</p>
3º período: 1980 a 1999	<p>Aumento da <b>demandas habitacional</b> na Capital Federal, o que promoveu um movimento de <b>migração dos sambistas</b> para as regiões mais distantes da centralidade urbana da Capital Federal (Plano Piloto).</p> <p>Outro movimento de <b>migração do samba</b>, saindo das associações e grêmios recreativos para bares e casas noturnas da Capital, fortalecendo o <b>estilo “rodas de samba”</b>.</p> <p>Surgimento de toda uma <b>nova geração de sambistas</b> e uma <b>projeção musical do samba</b> na Capital Federal. Samba como <b>produto de massa</b>, por meio do estilo “Pagode”.</p> <p>Criação da <b>Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello</b> que abria seus espaços também para o samba do Distrito Federal, em 1998.</p>
4º período: 2000 até hoje	<p><b>Cancelamento dos desfiles oficiais das escolas de samba</b> do Distrito Federal, por falta de incentivo financeiro do governo, a partir do ano de 2015. Esse cancelamento perdura até os dias de hoje.</p> <p>Intensificação dos <b>interesses comerciais dos grupos de “rodas de samba”</b> em bares e casas noturnas da Capital Federal.</p> <p>Surgimento de <b>novas experiências estéticas do samba</b>, como os encontros denominados “Terreiradas”, promovidos pelo grupo “Filhos de Dona Maria” no Círculo Operário do Cruzeiro.</p> <p>Surgimento dos <b>Coletivos de Rodas de Samba Democráticas</b> como valorização e resistência do “samba de raiz” nas áreas periféricas do Distrito Federal.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Figura 16: Movimento de ocupação e uso do território e movimento do samba no Distrito Federal brasileiro, em relação aos conceitos e escalas adotados para a tese.



A figura 16, em destaque, representa uma síntese do movimento do samba no território do Distrito Federal brasileiro, acompanhado do movimento de ocupação e uso do território brasileiro. Ela parte da formação territorial na América Latina, perpassa pela formação territorial brasileira e pela constituição do novo Distrito Federal brasileiro, a fim de contribuir para uma interpretação da formação socioespacial brasileira, em sua totalidade. Da mesma forma, o esquema também contribui para uma construção das redes territoriais de sociabilidade, presentes no movimento do samba do Distrito Federal brasileiro, conforme apresentado no item 4.3.

#### **4.3. As redes territoriais de sociabilidade no samba do Distrito Federal brasileiro**

Por meio das abordagens teóricas de Warren (2005), associadas com Menezes e Almeida (2006), entende-se que é possível um diálogo entre as Ciências Sociais e a Geografia, a fim de se trabalhar com os conceitos de *redes*, *sociedade* e *território*. Propõe-se, então, a partir das pesquisas sobre o samba do Distrito Federal, a inclusão dos movimentos das rodas de samba nesse contexto.

Conforme Menezes e Almeida (2006, pp. 142-143), o debate sobre redes surge com o capitalismo, sendo utilizado para explicar determinadas formas espaciais disseminadas pelo sistema capitalista no território. Ao associá-las com a sociedade, e também ao território, as redes promovem uma conexão simbólica e solidária dos sujeitos e atores coletivos partícipes, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico entre si.

Já Warner (2005), ao abordar sobre as formas de sociabilidade nas redes, bem como suas respectivas relações de identificação ou de assimetrias de poder, contribui apresentando que:

**Rede de movimentos sociais** são, por sua vez, redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que **conectam, simbólica e solidariamente, sujeitos** individuais e atores coletivos, cujas **identidades** vão se construindo num **processo dialógico**:

- de identificações sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas, isto é, formam a **identidade do movimento**;
- de intercâmbios, negociações, definições de campos de conflito e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistêmica, isto é, definem seus adversários;
- [...]

Assim, sendo, os **coletivos em redes** poderão ser **formas solidarísticas** ou estratégicas de instrumentalização das redes de movimentos, seja em sua forma virtual, como redes de ONGs diversas no ciberespaço, sendo propulsoras de movimentos específicos, como o feminista, ecologista, negro,

(de samba) etc.; ou em forma presencial como as grandes marchas pela paz (desfiles ou rodas de samba) (WARREN, 2005, p. 36, grifos do autor).

A partir dos conceitos apresentados, pode-se aferir que essas redes de sociabilidades se fazem por meio de conexões que criam mecanismos de interlocução e troca de experiências, tanto em escalas locais quanto globais, contribuindo, então, para o desenvolvimento de redes solidárias emancipatórias.

A pesquisa de campo, realizada entre 2018 e 2019 no território do Distrito Federal brasileiro, teve como estrutura duas técnicas metodológicas de investigação: a (i) entrevista participativa, com roteiro semiestruturado e utilização de registros fotográficos, além da (ii) visita técnica de observação participante. Para tal efetivação, foi adotada a técnica “bola de neve”, que permitiu um direcionamento na identificação dos principais sujeitos que seriam entrevistados e as rodas de samba que seriam observadas.

A partir das entrevistas realizadas, foi possível construir uma relação com todos os sujeitos sambistas, agentes fomentadores do samba e suas formas de territorialização no Distrito Federal brasileiro, conforme as conexões apresentadas na figura 17, a seguir.

Durante toda a execução da pesquisa de campo, adotou-se a metodologia apresentada por Costa (2017), construída para uma ativação popular do patrimônio-territorial latinoamericano, a qual reconhece os sujeitos partícipes e os grupos envolvidos na efetivação das rodas de samba como “sujeitos-patrimônio” (COSTA, 2017), em permanente “situação espacial”. Observados, da mesma forma, como sujeitos transformadores e transformados pelo movimento do mundo. Indivíduos que carregam a memória histórica da formação do território, ou pela recusa mesma dessa localização periférica, com seu potencial de valor e atrativo.

Assim, o campo contribuiu para a identificação dos sujeitos-patrimônios que atuam nas rodas de samba da Capital Federal e dos agentes integrados ao universo do samba do Distrito Federal brasileiro. Da mesma forma, foi possível observar e identificar como são as relações que cada um desses partícipes possuía com o mercado musical e com a indústria cultural, a partir dos estilos musicais incorporados em suas manifestações, além do valor de troca presente nas relações com a sociedade, conforme quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Categorias de instrumentalização construídas para análise dos agentes identificados.

CATEGORIAS DE INSTRUMENTALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
<b>Alta relação com o mercado e com a indústria cultural</b>	<p>Indícios da “lógica da cidade” (DOZENA, 2011).                      Promove o samba como produto de consumo.                      Há cobranças de taxas de participação (ingressos e <i>couvert</i> artístico).                      Incentivam estilos musicais impostos pela indústria cultural, tais como o axé e o pagode, por exemplo. O samba perde a relação de fidelidade com seus territórios de origem.</p>
<b>Média relação com o mercado e com a indústria cultural</b>	<p>Indícios de uma relação dupla da “lógica da cidade” e da “lógica do lugar” (DOZENA, 2011).                      Há cobranças de taxas de participação e mensalidades (nas instituições educativas) e incentivam estilos musicais impostos pela indústria cultural. Entretanto, também cultivam os vínculos de pertencimento e valorização do samba de raiz.</p>
<b>Baixa relação com o mercado e com a indústria cultural</b>	<p>Indícios da “lógica do lugar” (DOZENA, 2011).                      Há uma valorização e busca pela preservação do samba de raiz e do samba autoral do Distrito Federal brasileiro.                      Não há cobranças de taxas de participação e ocorrem em espaços públicos ocupados pela população.                      Promovem atividades socioeducativas para as comunidades e cultivam vínculos de pertencimento e sociabilidade no território.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Dozena (2011) e da pesquisa de observação participante.

A partir da identificação dos principais sujeitos-patrimônio, por meio da técnica “bola de neve”, foram realizadas 12 entrevistas que contribuíram para a identificação dos principais agentes existentes no movimento do samba no Distrito Federal brasileiro (ver figura 18 e figura 19) e de algumas importantes rodas de samba (ver figura 20 e quadro 4), conforme a seguir.

Pôde-se observar que os movimentos do samba não se territorializam apenas nas associações ou grêmios recreativos de escolas de samba, ainda ativos no território Federal. Eles também se fazem em bares, restaurantes, instituições educacionais (relacionadas à música) e a partir de coletivos de rodas de samba, espalhados pelas Regiões Administrativas. Assim, pôde-se perceber a presença da “lógica da cidade” e da “lógica do lugar” (DOZENA, 2011) nas redes territoriais de sociabilidade no samba da Capital Federal.

Em bares, restaurantes e casas noturnas de Brasília há indícios da “lógica da cidade” (a que promove o samba como produto para consumo), promovendo uma alta relação desses atores com o mercado e a indústria cultural.

Nas associações e agremiações recreativas, percebe-se uma relação dupla da “lógica da cidade” (ao promover uma competição entre as escolas e a efetivação dos

“desfiles midiáticos”, tratados como produto a ser consumido) e da “lógica do lugar” (pelas atividades socioeducativas ofertadas para as comunidades em que estão inseridas).

Semelhante às relações ocorridas nas associações e agremiações recreativas, a dupla presença da “lógica da cidade” e da “lógica do lugar” se faz nas instituições educacionais relacionadas à música, tal como a Escola de Música de Brasília e a Escola Brasileira de Choro Raphael Rabello.

Algumas instituições cobram para ofertar tais cursos e incentivam estilos musicais valorizados pelo mercado e pela indústria cultural. Entretanto, vale ressaltar a importância dessas instituições para as práticas de pesquisa e extensão junto às comunidades envolvidas, além de promover a valorização e perpetuação da tradição e da cultura popular local. Essas instituições devem, assim, participar socialmente na comunidade, promovendo ações e projetos que abarquem o samba e suas relações culturais, em benefício do próprio movimento do samba no Distrito Federal brasileiro.

Já os coletivos de rodas de samba identificados, carregam em si as referências históricas de toda a constituição do novo Distrito Federal e da formação territorial brasileira (também analisada pela tese), a partir da interpretação de sua formação socioespacial. São constituídos por moradores das Regiões Administrativas, que vivem diariamente a segregação social promovida pelo *Estado demiurgo* (BARIANI, 2007; COSTA & STEINKE, 2014). Reconhecem a história do trabalho escravo, vinculado à complexidade territorial na América Latina, mantidos pela opressão de negros africanos e indígenas, e de todos os efeitos do processo modernizador e desenvolvimentista (fenômenos históricos que totalizam a formação socioespacial brasileira). São movimentos com posicionamento crítico ante as questões atuais da sociedade e arcam com todas as despesas de realização das rodas de samba, sem ajuda governamental ou de instituições privadas. As poucas relações que se efetivam com o mercado são: de aluguel dos equipamentos e instrumentos técnicos para a realização dos encontros; e do incentivo ao comércio local, onde elas acontecem. Geralmente, as rodas são em áreas públicas espalhadas pelas Regiões Administrativas do Distrito Federal: praças, feiras e quadras comerciais, divulgando assim o samba de raiz nas comunidades. Apresentam, assim, um esforço coletivo em valorizar, preservar e divulgar o samba de raiz e o samba autoral, de artistas do próprio Distrito Federal brasileiro.



Figura 17: Os principais sujeitos-patrimônio identificados no movimento do samba do Distrito Federal pela técnica bola de neve.

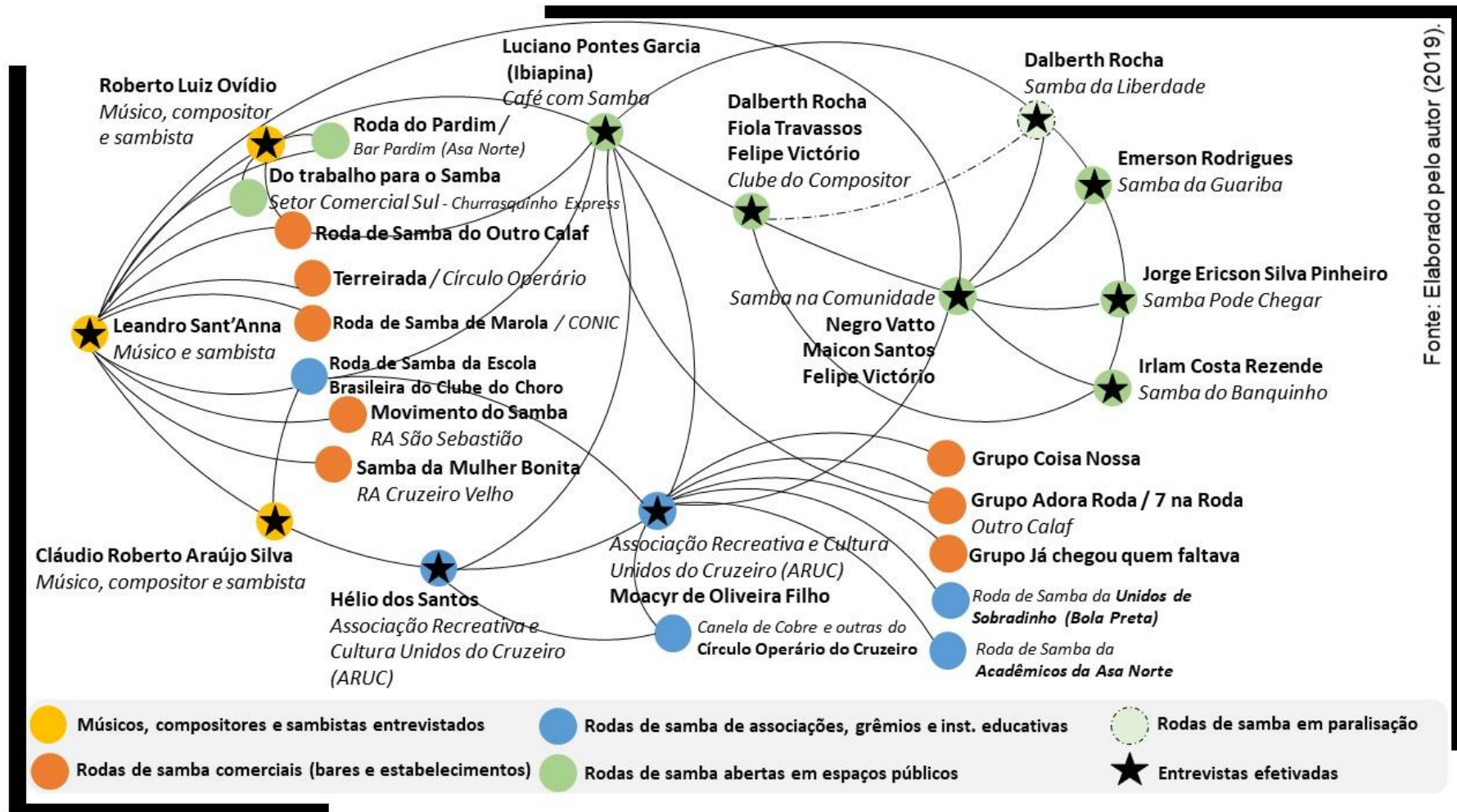


Figura 18: As redes territoriais de sociabilidade no samba do Distrito Federal brasileiro.

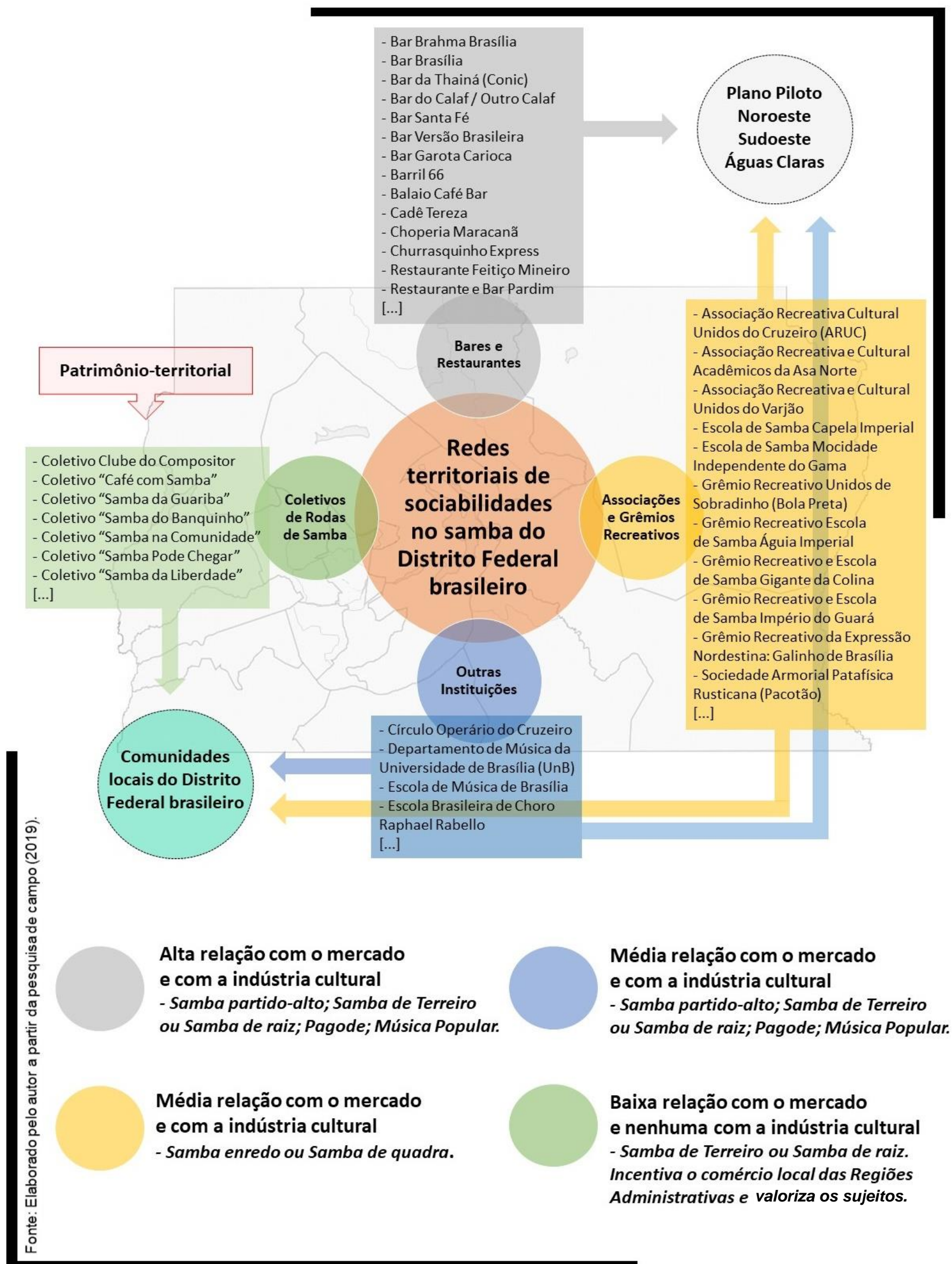
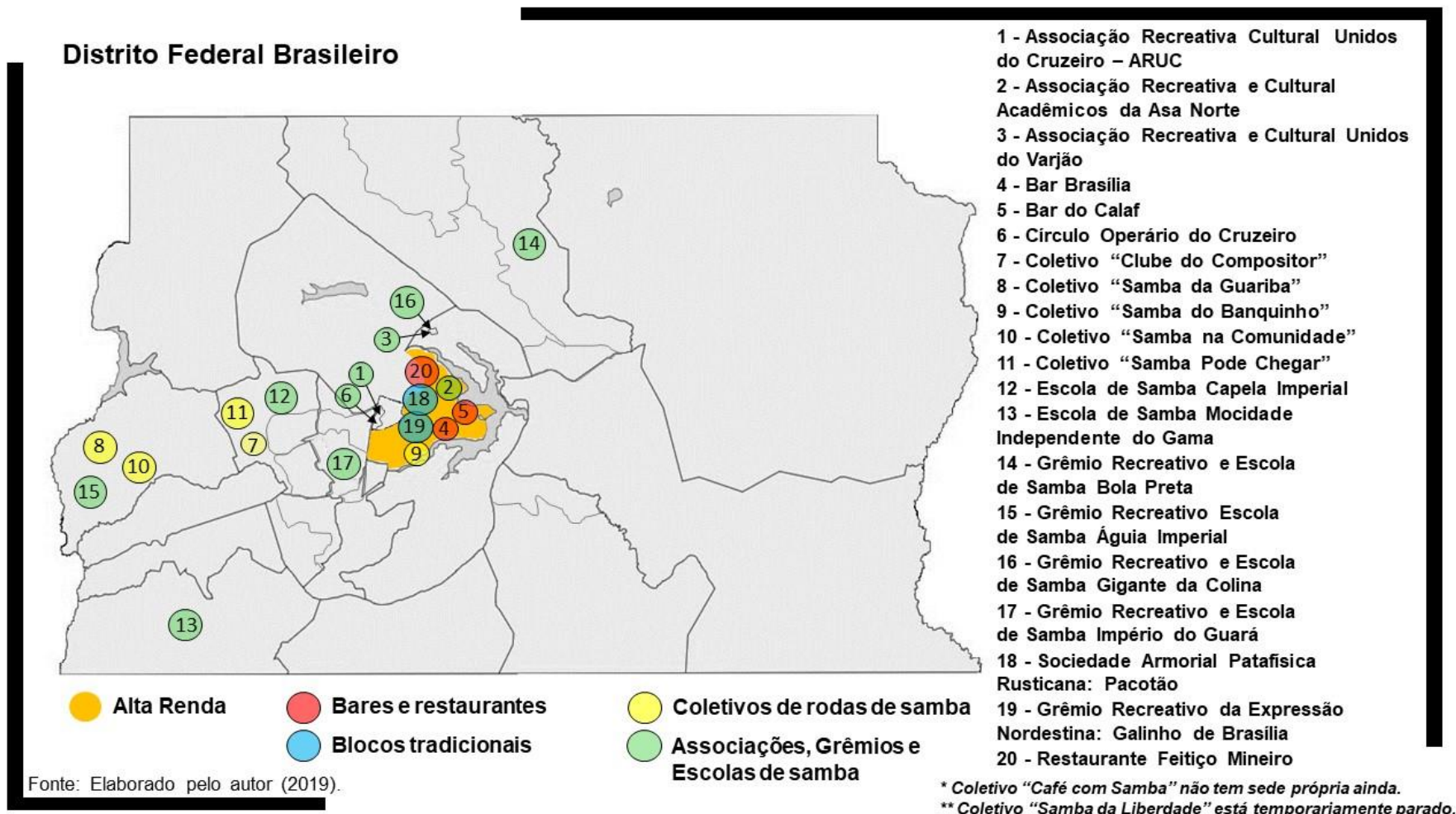


Figura 19: Alguns dos agentes do movimento do samba mapeados no Distrito Federal brasileiro.



Por tais características, é possível considerar as rodas de samba dos Coletivos de Rodas de Samba, tal como patrimônio-territorial, por carregarem o utopismo de emancipação popular e reforçar o protagonismo de lutas passadas, feitas solidária e comunitariamente (COSTA, 2017). Essa territorialização do samba se faz, então, por meio das redes sociais, compostas por sujeitos sambistas, atores coletivos e a própria comunidade partícipe, cujas identidades vão sendo construídas com vínculo no samba, num processo dialógico de conexões, algumas mercadológicas (para atender o mercado e atingir lucros), outras educativas e solidárias (contrapondo ao consumo).

Em Diálogo com Dozena (2009), acredita-se, então, que os movimentos de rodas de samba, presentes no território do Distrito Federal brasileiro, dialogam com a comunidade inserida, empregando a sociabilidade como fundamento, produzindo redes territoriais de sociabilidades no samba, conforme apresentado nas figuras 17, 18 e 19. Importante pontuar que tais conexões não se encerram apenas no contexto local do Distrito Federal brasileiro. Elas se ampliam para todo o território nacional brasileiro e, conseqüentemente, para o contexto latinoamericano, em conexões ímpares entre comunidades de tambores.

A Associação Recreativa Acadêmicos da Asa Norte (ARUC), por exemplo, tem como “madrinha” a Escola de Samba Portela, da cidade do Rio de Janeiro, e sempre estão interagindo entre si por meio de eventos realizados em conjunto (OLIVEIRA FILHO, 2019). Da mesma forma, como já citado, Severino (2012) pontua que artistas como Renata Jambeiro, Nelson Félix, Fernanda Jacob, Kika Ribeiro, entre outros, surgiram no território do samba do Distrito Federal brasileiro e, hoje, estão fazendo sucesso em países latinoamericanos e europeus, levando o samba de Brasília para além das fronteiras nacionais, sem desfazer o vínculo com os que aqui continuam.

O samba, considerado por Braz (2013, p. 77) como “práxis artístico-cultural” e como “expressão cultural inserida no âmbito das relações sociais”, se faz no território do Distrito Federal brasileiro totalizando, em sua natureza, todos os processos de: segregação / desigualdade / vulnerabilidade (presentes na constituição de Brasília); industrialização / modernização / desenvolvimento (totalizantes da formação socioespacial brasileira); e genocídio / escravidão (presentes na formação territorial na América Latina). Faz-se relevante, deste modo, aprofundar as análises sobre a natureza das próprias rodas de samba, territorializadas no Distrito Federal brasileiro, a fim de vislumbrar uma possível ativação popular das mesmas enquanto patrimônio-territorial latinoamericano.

## **PARTE 3: RODAS DE SAMBA, RESISTÊNCIA ESPACIAL NEGRA, PATRIMÔNIO- TERRITORIAL**

Se você acha que é assim  
Melhor pensar direito  
Não é desse jeito não  
Aprendi a ter respeito  
Se eu não sei dos seus direitos  
Não meto os pés pelas mãos  
Na escola da vida eu aprendi  
Que nem sempre  
Estamos com a razão  
Dar a mão a palmatória  
É se expor com decisão  
É rever os seus conceitos  
O que você pensa ser direito  
Pode ser contradição.  
Então baixa sua bola  
E pense nas voltas que a vida da  
Se hoje você está por cima  
Amanhã pode não estar  
Vivemos em sociedade  
Devemos nos respeitar  
Aja com sinceridade  
Deixe de fazer besteira  
Ordem e progresso  
É o lema de nossa bandeira  
Ordem e progresso  
É o lema de nossa bandeira  
Se você acha que é assim...

*Música: Respeito é bom e eu gosto*

*Compositores: Fiola Travassos e Negro Vatto*

*Registro: O Pensador*

*Ano: não informado*

## **CAPÍTULO 5**

### **AS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL LATINOAMERICANO**

*Se as formações sociais da periferia não estivessem constrangidas pelo poder do sistema internacional, o social poderia estar em primeiro plano em relação ao econômico (SANTOS, 2012a, p. 66).*

Alguns eventos destacados do processo histórico de formação territorial na América Latina (capítulo 1), impactaram diretamente a formação do território brasileiro, em especial o seu modo de produção, sua formação social e, conseqüentemente, o espaço em si (como instância fundamental da realidade [SANTOS, 2014a]), imprimindo-lhe elementos característicos que facilitam a interpretação da formação socioespacial brasileira (capítulo 2).

O progresso material obtido pelos fenômenos de colonização, escravidão, industrialização, modernização e desenvolvimento, além do projeto nacional-popular implantado no Brasil com a materialização da Nova Capital Federal (capítulo 3), tiveram como base: a aceitação extrema de uma lógica econômica exercida por agentes hegemônicos, estrangeiros e nacionais; associada à formação de um *Estado demiurgo da sociedade* (BARIANI, 2007; COSTA & STEINKE, 2014), onde a força e o poder culminaram na produção e fortalecimento do violento sistema capitalista hoje vigente.

Por meio da criação e implantação de infraestruturas e sistemas de engenharia, que integrariam de forma efetiva todo o território, juntamente com a consolidação de suas redes urbanas (SANTOS, 2014b), promoveu-se uma valorização de terras brasileiras, atraindo inúmeros agentes controladores do mercado e do território. A partir da atuação do Estado e desses agentes, foram produzidos inúmeros discursos ideológicos na sociedade a fim de despertar o interesse das vantagens de ampliação do consumo, sem ao menos possibilitar condições econômicas e sociais para que isso acontecesse. Assim, os direitos dos indivíduos passaram a ser desrespeitados e a pobreza seria de fato mantida e intensificada por esse modelo, propagado como “solução desenvolvimentista” para o país (SANTOS, 2014b). A instrumentação do território, assim, capaz de assegurar uma adequada gestão e atribuir a todos os habitantes os bens e serviços indispensáveis à vida,

serviram para a conjugação de esforços públicos e privados em nome do fortalecimento da economia capitalista, o que redundou no Brasil do presente, controlado por uma elite política e econômica incapaz de atender as necessidades mínimas de subsistência da maioria dos brasileiros.

Conforme apresenta Santos (2014b, p. 16), “[...] a economia se tornava, ao mesmo tempo, a técnica das técnicas e o modelo, a referência maior, de uma elaboração intelectual destinada a se tornar, sem debate válido, concreto histórico e vivido”.

Dessa forma, as intencionalidades da formação de toda essa estrutura manipuladora da sociedade sempre estiveram favoráveis aos avanços da ideologia capitalista e sua materialização no território. Materializava-se uma competição entre firmas para a vitória de algumas; orientava-se o consumo para a obtenção de mais lucros; justificava-se o comportamento indutor seletivo do Estado e das organizações internacionais; contribuía-se para a perpetuação do modelo de trabalho escravo; concebia-se a burocracia como instrumento e fonte de alienação, além da produção de uma cultura de massa<sup>69</sup>, resultante da indústria cultural, para competir com a cultura popular<sup>70</sup> e substituí-la na lógica do consumo alienado (SANTOS, 2014b).

Entre todas essas transformações produzidas no território brasileiro, aqui analisadas pela ótica do conceito de *formação socioespacial* (SANTOS, 2014a), se faz nos territórios a *resistência*<sup>71</sup>.

Revoluções, greves operárias, manifestações populares, levantes e movimentos sociais em defesa de negros, indígenas, mulheres, LGBTQI+ e populações em situação de rua, sempre estiveram no plano do acontecer humano. Essa presença se justifica, conforme Santos (2014b, pp. 70-72), porque nenhum ser humano se contenta com a simples aparência produzida pelo mercado capitalista. “A busca pela essência é a sua contradição fundamental, um movimento sem fim que

---

<sup>69</sup> Segundo Santos (2014b, p. 86), essa cultura de massa “é indiferente à ecologia social”. Ela responde à vontade da indústria cultural de “uniformização e indiferenciação” exterior ao corpo social, impondo-se sobre a cultura popular.

<sup>70</sup> A cultura popular, conforme Santos (2014b, p. 86), tem suas raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, a vontade de enfrentar o futuro sem romper a continuidade. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se tecem entre o homem e o seu meio.

<sup>71</sup> Entende-se por resistência a capacidade que têm os seres animados e inanimados de opor-se frente a um outro sistema de forças. O ato de resistir é, também, descrito como a capacidade que têm esses seres de lutar em defesa de algo (MICHAELIS, 2019).

inclui o sujeito em um processo dialético e o restitui a si mesmo”. A alienação<sup>72</sup> (natureza inferior que mutila a consciência do homem e cria a submissão aos mecanismos de manipulação impostos pela sociedade de massa) não é eterna, nem mesmo duradoura, apresenta o autor, “a menos que os homens todos se houvessem petrificado, transformados inapelavelmente em coisas”.

Zibechi (2015), por exemplo, cita alguns dos importantes territórios de resistência instituídos na América Latina durante todo seu processo de formação territorial, tais como os piqueteiros e as fábricas recuperadas, na Argentina; a longa resistência Mapuche, no Chile; os sem-terra e os zapatistas, no México (como no Brasil); além das periferias urbanas da Colômbia e do Peru.

No Brasil, em particular, o autor cita as Mães de Maio, de São Paulo; os quilombos urbanos dos sem-teto, em Salvador; e as mulheres da Vila Autódromo e do Morro da Previdência, no Rio de Janeiro. Entretanto, o autor pontua que cada povo distinto, cada setor social, atravessou (e atravessa) por opressões distintas, mas que suas lutas por emancipação se entrelaçam, também, de formas distintas.

Na América Latina existem formas de vida heterogêneas, não assimiláveis pelas hegemônicas, porque os povos do nosso continente resistiram à dominação, potencializando suas diferentes formas de viver e, portanto, de ser. Reciprocamente, a diferença social e cultural tem permitido aos setores populares e indígenas resistir por cinco séculos de dominação. Para tornar viável a resistência, tiveram que fortalecer e aprofundar suas diferenças para com a cultura e a sociedade hegemônicas (ZIBECHI, 2015, p. 99).

Nessas formas heterogênicas de resistência no território, portanto, surge uma ressignificação da cultura popular, capaz de rivalizar com a cultura de massa, implantada pelo mercado para fomentar a homogeneização do consumo.

Essa rivalidade, denominada por Santos (2004, pp. 143-144) como “revanche da cultura popular sobre a cultura de massa”, se faz quando a própria cultura popular se difunde e se perpetua mediante o uso de instrumentos que na origem são próprios da cultura de massa, exaltando o discurso e o cotidiano dos pobres, das “minorias”, dos segregados e dos excluídos. A cultura popular, assim, por se basear no território, no trabalho e no cotidiano desses sujeitos, ganha a força necessária para deformar o impacto da cultura de massa, imposta pela indústria cultural. Nesse movimento, é proposto o *patrimônio-territorial* (COSTA, 2016; 2017; 2018), enquanto fato e conceito

---

<sup>72</sup> A alienação, apresentada por Santos (2014b, p. 70) como fábrica de enganos, se robustece e se alastra, num mundo em que os homens pouco se comunicam pela emotividade e se deixam mover como instrumentos, o que não acontece nos movimentos de rodas de samba.



de *resistência popular* ou signo de *resistência social* no contexto da formação multiescalar de territórios na América Latina.

Definido na dimensão da Geografia Humanista, com base no diálogo entre os métodos dialéticos e existencialista, para o autor o *patrimônio-territorial* seria “representativo dos elementos singulares da história registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder: arte, religião, saberes, fazeres, modos de vida, assentamentos de grupos subalternos urbanos e rurais” (COSTA, 2016, p. 2). Esse conceito dialoga com outro conceito do autor, pois fazem-se interdependentes, que é o de *território de exceção*, definido na dimensão da potencialidade social de durar ante a opressão histórica do Estado e do Capital; exceção que não é definida pela pobreza ou vulnerabilidades sociais, mas pela ótica da duração espacial (COSTA, 2017).

Portanto, acredita-se que nos movimentos de rodas de samba, presentes no Distrito Federal brasileiro, conforme pontuado nas redes territoriais de sociabilidade no samba (capítulo 4) e no presente capítulo, há indícios de símbolos territoriais que contribuem para a interpretação da formação socioespacial brasileira, pois elas (as rodas de samba) resistem espacialmente à colonialidade do poder e à imposição hegemônica da indústria cultural presentes no território brasileiro, representando, assim, a “revanche da cultura popular” (SANTOS, 2004), por meio do samba, no território do Distrito Federal, tal como um patrimônio-territorial.

### **5.1. O Patrimônio-territorial: expressão espacial de resistência**

As questões apresentadas até aqui assinalam, a partir da compreensão da formação territorial na América Latina (capítulo 1) e da formação territorial do território brasileiro, que carregam eventos históricos que totalizam a formação socioespacial brasileira (capítulo 2), juntamente com a identificação das intencionalidades presentes na constituição do Distrito Federal brasileiro (capítulo 3), contribuem para inferir que a violência se fez e se faz como ferramenta das colonialidades do poder e do saber, impondo a conquista, a escravidão, a industrialização, a modernização e o desenvolvimento (como processos espaciais) para um controle territorial e domínio dos sujeitos, em tentativa de silenciá-los ao longo da história. Ao relacionar esse diálogo com o patrimônio-territorial latinoamericano, entende-se que é a partir dele,

de sua singularidade, que se totaliza a formação socioespacial brasileira, juntamente como síntese dos efeitos provocados pela formação territorial na América Latina.

O conceito de *patrimônio-territorial*, estabelecido por Costa (2016, p. 2) é apresentado como um “utopismo”, ou seja, faz-se de um exercício intelectual ou fundamento para transformar as situações espaciais presentes, lançando-se ao futuro. Conforme o autor, “as utopias são ambíguas”, partem de um “diagnóstico da realidade” dos fatos, a fim de lançarem-se à “ação”. Propõe um pensar de propostas e projetos para o futuro, que objetivem o minimizar dos danos (ambientais, econômicos e políticos) produzidos à humanidade.

A partir da definição de utopia (em diálogo com vários autores), Costa (2016, p. 2) categoriza três utopismos patrimoniais conexos, que favorecem novas proposições preservacionistas em face de particularidades da urbanização e da construção político-social de riscos na América Latina. São eles: o (i) utopismo patrimônio-territorial, constituído na formação histórico-social latinoamericana; o (ii) utopismo patrimonial singularista, ante a urbanização na América Latina; e o (iii) utopismo patrimonial existencialista, frente aos riscos sociopolíticos na América Latina.

O primeiro utopismo, apresentado por Costa (2016, p. 10), é base para os outros dois, pois “a localização e a situação dos subalternizados, no continente, decorre dos escombros da colonialidade mimetizada no discurso de universalidades ideologicamente impostas”, revelando, portanto, a gênese e a duração de um *patrimônio-territorial latinoamericano*, conceito esse escolhido para ser trabalhado nessa tese.

O conceito, segundo Costa (2016), contribui para a perpetuação de ideias, desejos, costumes, tradições e bens materiais-imateriais produzidos, a partir dos sujeitos, além de denunciar as contradições e simulações impostas à história espacial e cultural latina. Enfatiza os bens simbólicos dos sujeitos situados, na tentativa de preservar e difundir-los, intensificando a voz de seus guardiões, humilhados, excluídos e segregados historicamente (indígenas, negros, mulheres, pobres urbano-rurais), legitimando a diversidade das memórias espaciais latinoamericanas.

Nesse sentido, Costa (2016, p. 9) pontua que o *patrimônio-territorial* “identifica e ilumina a cultura barbarizada pela, ainda presente, colonialidade, julgando os subalternizados latinoamericanos como necessários à escrita da nova história continental”. Ele afronta, por meio dos sujeitos, grupos e bens culturais situados e em

situação espacial, a ideologia que legitima as colonialidades do poder e do saber impostas. Rebate tal ideologia, para denunciar e indicar um outro caminho a ser construído, valorizando a arte, a religião, os saberes, os modos de vida, os assentamentos de grupos subalternos urbanos e rurais.

O patrimônio-territorial latinoamericano, assim, tem sua definição apresentada como representativo dos elementos que possuem valor simbólico derivado da memória, dos usos e dos significados dados a estes pela população residente, em sua vida cotidiana, nas periferias dos campos e das cidades, notadamente na América Latina e no Caribe.

Sendo a formação socioespacial brasileira o cruzamento de condicionantes, gerais e específicos, do modo de produção, da formação social e do espaço, para interpretar o Brasil (SANTOS, 2014a), o utopismo patrimônio-territorial, da mesma forma, contribui para essa interpretação, por se fazer da relação entre os bens patrimoniais valorados, os sujeitos e o território (COSTA, 2016). Portanto, entende-se que é a partir dele, também, que se totaliza a formação socioespacial brasileira, no necessário olhar geográfico que envolve singularidade-universalidade, dado pelo próprio *patrimônio-territorial*.

Assim, ampliando as abordagens sobre o conceito, Costa (2017) propõe um pensar metodológico de ativação popular dessas expressões patrimoniais, por se constituírem de verdadeiros símbolos territoriais a partir dos sujeitos, ou seja, elementos de arte, culturas e vivências situadas na periferia, bem como os bens materiais e imateriais ainda em realização espacial no continente, denunciando a duração dos sujeitos e possíveis catalizadores de formas de lutas populares ou de resistências.

Um dos propósitos dessa ativação popular do patrimônio-territorial, apresentada pelo autor, é a possibilidade de anular estigmas e preconceitos sociais, bem como estimular pensamentos e práticas situadas, endógenas ou inclusivas, sobre o conhecimento do lugar onde o patrimônio-territorial se faz presente. Acima de tudo, possibilitar a duração e o engrandecimento dos sujeitos subalternizados.

Sua ativação justifica-se no paradoxo socioespacial continental de: por um lado, desemprego, discriminação étnico-racial, indigência e pobreza e, por outro lado, emergência do setor de serviços (com importação e exportação crescentes de serviços culturais e de recreação) em países cujo histórico produtivo vincula-se ao setor primário e à crescente demanda turística, inclusive em países de economia mais frágil e elevada informalidade (COSTA, 2017, p. 73).

Para tal, Costa (2017) apresenta, em seus preceitos teórico-metodológicos, que a ativação popular do patrimônio-territorial latinoamericano pode ocorrer em três níveis: a *comunidade*, a *universidade* e as *instituições* públicas ou governamentais, a fim de, em parcerias concretas, desenvolverem estratégias que visem a preservação e difusão das referências e bens culturais valorados, de dentro para dentro, ou seja, orquestradas do grupo para o grupo, com o objetivo de fortalecer as próprias práticas políticas.

Ao reconhecer a existência de diferentes possíveis agentes envolvidos no processo de ativação popular desse patrimônio, Costa (2017, p. 69) reforça:

Deve-se reconhecer o sujeito e o grupo localizados em permanente situação espacial, transformadores e transformados pelo mundo; são centro da ativação, da preservação e os detentores reais do patrimônio-territorial a ser encontrado dentro e fora dos sujeitos comunitários.

Dessa forma, o autor reforça que a valorização do lugar, a escala “local”, é o *momento* que norteia todo o processo de ativação popular do patrimônio-territorial latinoamericano, cabendo à própria comunidade, aceitar ou rejeitar a concepção, o mapeamento, o tratamento e o cuidado dado ao seu patrimônio (deve estar claro, este patrimônio não é coisa dada, mas construída pelo grupo, em sua história, para a duração ante a opressão dominante).

O compromisso social da universidade, nessa ativação popular, deve partir do reconhecimento do potencial transformador local do patrimônio-territorial e contribuir com a identificação daquilo que o grupo deseja ativar; normatização dos procedimentos de utilização e preservação dos bens valorados; além de promover a formação qualificada dos guardiões do patrimônio a ser ativado. Já as iniciativas das/nas instituições governamentais, devem contribuir para a operacionalização da utopia patrimonial, potencializando condições físicas, materiais e tecnológicas para sua efetivação, colocando o utopismo patrimônio-territorial como *dever* da realização e concretização do novo nas comunidades latinoamericanas, um novo que já está em embrião junto ao próprio grupo; essa ativação corresponde a um modo de fazer lembrar, fazer agir, politizar.

A ativação popular do patrimônio-territorial, ainda, pode estabelecer elos conectores constituintes de uma “rede patrimonial utópica” (COSTA, 2017, p. 66), a qual agregue bens instituídos e não instituídos na elaboração de territórios simbólicos

totais, a fim de promover a valorização do que é tratado de maneira não dialética como periferia e dos sujeitos na América Latina.

Alguns patrimônios-territoriais já foram identificados e mapeados pelo Grupo de Extensão e Pesquisa Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe (GECIPA), vinculado ao CNPq, do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), tanto no território brasileiro quanto pela América Latina.

Vinicius Sodré Maluly, por exemplo, em sua dissertação de mestrado intitulada “Como se fossem para o cabo do mundo: Geohistória e Cartografias sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz (1725-1752), defendida em 2017, pontua como patrimônio-territorial os “descaminhos” de resistência feitos tanto por indígenas quanto por negros escravizados, não pontuados pela cartografia histórica dos colonizadores, nas terras mineratórias de Goyaz.

Évellin Lima de Mesquita, em sua dissertação de mestrado defendida no ano de 2018, sob o título “Patrimônio-territorial ante a Patrimonialização Global em Assunção – Paraguai”, debate os conflitos existentes no fenômeno de patrimonialização da cidade de Loma San Jerónimo, Paraguai, e propõe uma (re)ativação do patrimônio-territorial, a partir da própria comunidade e sua relação com a cultura indígena local, realçando instrumentos presentes de luta popular.

A pesquisadora Ilka Lima Hostensky, em seu trabalho de mestrado intitulado “Patrimônio-territorial em Olinda (PE): Comunidade quilombola do Portão do Gelo – Nação Xambá –, a valorização da cultura afro-latinoamericana”, defendido em 2017, analisa como se dá a ativação popular do patrimônio-territorial e como se caracterizam as práticas de resistência da comunidade quilombola pesquisada.

Da mesma forma, a tese de Rúbia Rúbio-Schrage, intitulada “Espacialidade Mineratória na América Latina: o ser minerador no Brasil (Mariana) e Bolívia (Potosí)”, defendida nesse ano de 2019, trata o sujeito em situação espacial duradoura como patrimônio-territorial, denunciando o drama, a tragédia e a violência do minerar na América Latina.

Portanto, é por meio dessa concepção de relações, indissociáveis, entre o sujeito, o território e o patrimônio, apresentada por Costa (2016; 2017; 2018), que se propõe a construção dessa tese, ao analisar a natureza das rodas de samba no Distrito Federal brasileiro. Tem foco não apenas no que é visto no movimento do samba, mas no que vai além de sua materialidade, é que se entende as rodas de samba do Distrito Federal brasileiro enquanto expressão de resistência espacial dos

sujeitos sambistas, das periferias da Capital Federal, tal como um patrimônio-territorial possível de ser ativado popularmente, conforme tratado a seguir.

## **5.2. A natureza das Rodas de Samba do Distrito Federal brasileiro**

A partir de Santos (2014b, p. 18), pode-se entender que: da mesma forma que a cidadania e a cultura formam um par integrado de significações, assim também a cultura e territorialidade se associam em relações análogas, originando, assim, um vasto mundo em que os “símbolos territoriais” (DOZENA, 2011; COSTA, 2016) se corporificam e se perpetuam historicamente. Símbolos esses que não se limitam àqueles sugeridos pelas colonialidades do poder e do saber, ou da própria indústria cultural que produz a cultura de massa, mas, também, pelos que resistem e que lutam fortemente contra essas próprias colonialidades (QUIJANO, 2005).

Por meio dos embasamentos de Scarlato e Costa (2017), entende-se que é a partir da divisão técnica e social do trabalho, a qual conduziu à distinção territorial entre atividades do campo e da cidade, que a população se aglomerou em núcleos urbanos e passou a viver de atividades dominadas pelo poder econômico, político e religioso (em uma interdependência genuinamente rural-urbana). Entretanto, tanto esses poderes econômico e político quanto o religioso tiveram que criar representações simbólicas como instrumentos de conhecimento e comunicação, que fomentaram o imaginário social, para conduzir, assim, ao que se deseja (particular e socialmente) ao longo da história. Ademais, os autores complementam que essas novas práticas sociais, casadas com as atividades econômicas e políticas, criaram espaços de vivências e de trabalho para a realização de trocas. Assim, é entre essa materialidade de trocas e usos que as rodas de samba se territorializam, sendo influenciadas por esses poderes econômico, político e religioso, ao mesmo tempo que também os influenciam, com seu modo de resistência.

Deste modo, os símbolos que se territorializam na América Latina, tais como o “andarele”, no Equador; o “landó”, no Peru; além dos “sambas de roda” do Recôncavo Baiano e, até mesmo, as próprias manifestações de rodas do samba urbano do Rio de Janeiro, São Paulo e do Distrito Federal brasileiro que se manifestam pela estética das rodas, são aqui percebidos como construções populares, preservadas cultural e historicamente pela memória coletiva de um povo (GRAEFF, 2015; VALENCIA, 2010).

Associadas às raízes afro-indígenas, neste período de formação territorial na América Latina, essas expressões, que se manifestam pela estética das rodas, ainda se perpetuaram através dos tempos como fontes específicas de identificação cultural, territorializadas sob heterogêneas formas (GRAEFF, 2015).

Conforme apresenta Oliveira (2019, informação oral), as rodas de samba podem se caracterizar tal como: “[...] uma celebração. Ela une o canto, a dança, numa mistura de raças, idades, classes sociais; todos reunidos em torno do pandeiro, do tamborim, do cavaquinho, e sintetiza a alma do sambista. Quase como um ritual”.

Particularmente no Distrito Federal brasileiro, como já tratado no capítulo 4, o samba se fez no território desde as obras iniciais da nova Capital e perpetua sua territorialização por meio de redes territoriais de sociabilidades (ver item 4.3), as quais as rodas de samba também fazem parte.

Essas sociabilidades, conforme Warren (2005, pp. 44), se dão por meio de redes que “criam mecanismos de interlocução e troca de experiências e de auto-reflexividade das iniciativas locais às mais globais e reciprocamente”, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de uma solidariedade do local ao planetário, e vice-versa, e para a criação das respectivas estratégias emancipatórias.

Portanto, para se efetivar uma aproximação objetiva da natureza das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, faz-se necessário identificar e interpretar seu processo permanente de produção material, bem como a situação dos sujeitos, dos grupos e da própria sociedade em que ela se territorializa. Na necessidade de se determinar: quais evidências se concretizam na observação do fato “rodas de samba” e sua natureza, é importante entender que a *essência* se constitui como “elemento básico ou primário do ser de uma coisa, a natureza da coisa ou aquilo sem o qual ela não poderia ser o que é e tomada pela existência histórica” (SCARLATO & COSTA, 2017, p. 12).

A partir das redes territoriais construídas, por meio da pesquisa de campo e das informações coletadas pelas entrevistas realizadas, tornou-se possível identificar, pontuar a localização e as características particulares das rodas de samba presentes no Distrito Federal brasileiro, contribuindo assim, para a aproximação de sua natureza ou representação de resistência espacial negra na América Latina.

### 5.2.1. Rodas de Samba Comerciais e Rodas de Samba Abertas ou Democráticas do Distrito Federal brasileiro

Por meio da pesquisa de campo e da construção feita no item 4.3 (capítulo 4) dessa tese, foi possível identificar um quantitativo de vinte e duas (22) significativas rodas de samba no Distrito Federal brasileiro, conforme a seguir.

Quadro 4: Rodas de samba identificadas durante pesquisa de campo no Distrito Federal brasileiro.

RODAS DE SAMBA IDENTIFICADAS	RODAS DE SAMBA VINCULADAS A EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS	RODAS DE SAMBA VINCULADAS À INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, ASSOCIAÇÕES E GRÊMIOS RECREATIVOS DE ESCOLAS DE SAMBA	RODAS DE SAMBA VINCULADAS A COLETIVOS DE RODAS DE SAMBA	RODAS DE SAMBA QUE OCUPAM ESPAÇOS PÚBLICOS
<b>Roda de Samba do Pardim</b> <i>Comércio Local Norte 405, Asa Norte – Plano Piloto</i>	X	-	-	X
<b>Roda de Samba Do trabalho para o Samba</b> <i>Setor Comercial Sul – Plano Piloto</i>	X	-	-	X
<b>Roda de Samba do Outro Calaf</b> <i>Setor Bancário Sul – Plano Piloto</i>	X	-	-	-
<b>Terreirada</b> <i>Círculo Operário do Cruzeiro Cruzeiro</i>	X	-	-	-
<b>Roda de Samba de Marola</b> <i>Bar Thainá – CONIC – Plano Piloto</i>	X	-	-	-
<b>Roda de Samba da Escola Brasileira do Clube do Choro</b> <i>Área de Cultura e lazer do Eixo Monumental – Plano Piloto</i>	-	X	-	-
<b>Roda de Samba “Movimento do Samba”</b> <i>Bares e empreendimentos comerciais de São Sebastião</i>	X	-	-	-
<b>Roda de Samba “Samba da Mulher Bonita”</b> <i>Bares e empreendimentos comerciais do Cruzeiro (Velho)</i>	X	-	-	-
<b>Roda de Samba Café com Samba</b> <i>Regiões Administrativas do Distrito Federal</i>	-	-	X	X
<b>Roda de Samba da Associação Recreativa e Cultural Unidos do Cruzeiro</b> <i>ARUC – Cruzeiro</i>	-	X	-	-
<b>Roda de Samba Canela de Cobre</b> <i>Círculo Operário do Cruzeiro – Cruzeiro</i>	-	X	-	-
<b>Roda de Samba do Grupo Coisa Nossa</b> <i>Bares e empreendimentos comerciais do Distrito Federal</i>	X	-	-	-



RODAS DE SAMBA IDENTIFICADAS	RODAS DE SAMBA VINCULADAS A EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS	RODAS DE SAMBA VINCULADAS A INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, ASSOCIAÇÕES E GRÊMIOS RECREATIVOS DE ESCOLAS DE SAMBA	RODAS DE SAMBA VINCULADAS A COLETIVOS DE RODAS DE SAMBA	RODAS DE SAMBA QUE OCUPAM ESPAÇOS PÚBLICOS
<b>Roda de Samba do Grupo Adora Roda / 7 na Roda</b> <i>Outro Calaf e outros bares e empreendimentos comerciais</i>	X	-	-	-
<b>Roda de Samba do Grupo Já chegou quem faltava</b> <i>Bares e empreendimentos comerciais do Distrito Federal</i>	X	-	-	-
<b>Roda de Samba do Grêmio Recreativo Unidos de Sobradinho (Bola Preta)</b> <i>Sede do Bola Preta - Sobradinho</i>	-	X	-	-
<b>Roda de Samba da Associação Recreativa Acadêmicos da Asa Norte</b> <i>Sede da Acadêmicos da Asa Norte – Plano Piloto</i>	-	X	-	-
<b>Roda de Samba do Coletivo Clube do Compositor</b> <i>Sede do Clube do Compositor e Regiões Administrativas do Distrito Federal</i>	-	-	X	X
<b>Roda de Samba do Coletivo “Samba na Comunidade”</b> <i>Regiões Administrativas do Distrito Federal</i>	-	-	X	X
<b>Roda de Samba do Coletivo “Samba da Liberdade”</b> <i>Regiões Administrativas do Distrito Federal</i>	-	-	X	X
<b>Roda de Samba do Coletivo “Samba da Guariba”</b> <i>Regiões Administrativas do Distrito Federal</i>	-	-	X	X
<b>Roda de Samba do Coletivo “Samba Pode Chegar”</b> <i>Regiões Administrativas do Distrito Federal</i>	-	-	X	X
<b>Roda de Samba do Coletivo “Samba do Banquinho”</b> <i>Regiões Administrativas do Distrito Federal</i>	-	-	X	X

Fonte: elaborado pelo autor (2019), a partir da pesquisa de campo realizada durante os anos de 2018 e 2019.

A pesquisa de campo contou com a realização de entrevistas participativas e observação participante, concatenadas com a técnica “bola de neve”. Foram selecionadas para análise final, todas as rodas de samba que pontuaram a categoria de “rodas de samba que ocupam espaços públicos”, as demais serão consideradas como rodas de samba comerciais, por possuírem vínculo com empreendimentos comerciais ou com instituições educacionais, associações e grêmios recreativos, não sendo contempladas como patrimônio-territorial.

A partir do quadro 4, foi possível aferir que há na Capital Federal brasileira dois distintos, mas que se dialogam entre si, tipos de rodas de samba: as *rodas de*

*samba comerciais* (na relação trabalho e produção) e as *rodas de samba abertas ou democráticas* (que valorizam os sujeitos partícipes).

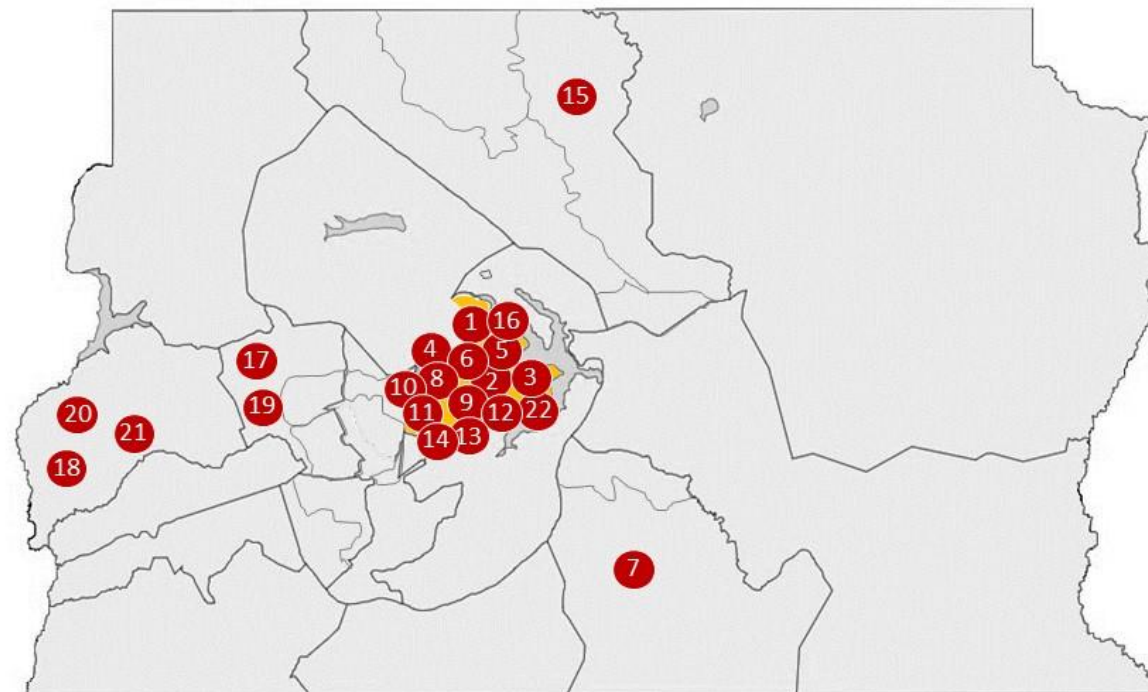
As *rodas comerciais* (13 identificadas) ocorrem em bares, restaurantes e casas noturnas de Brasília, especificamente no Plano Piloto e nas Regiões Administrativas mais próximas, tais como Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste, e até Águas Claras. Nesses movimentos de rodas de samba, há indícios da “lógica da cidade” (DOZENA, 2011), os quais promovem o samba como produto de consumo. Essas relações se tomam, pela alta entrega desses atores ao que preconiza o mercado e a indústria cultural, numa estratégia de se aumentar os lucros dos empreendimentos e retornos financeiros aos músicos contratados.

Os estilos musicais que predominam nessas rodas, chegam a ser desde o samba de raiz, o samba partido alto e músicas populares brasileiras, juntamente com uma alta valorização aos novos estilos da indústria cultural: o Pagode, o Sertanejo Universitário e até o Axé. Nesses espaços de rodas de samba comerciais, além do cliente pagar a consumação dos produtos e/ou o acesso ao estabelecimento (quando em casas de espetáculos e alguns bares “elitizados”), cobram-se também taxas de “couvert artístico”, revestidos aos músicos e grupos que se apresentam.

Observa-se, portanto, que o próprio samba, nesses espaços, perde a relação de fidelidade com seus territórios de origem, ou seja, os morros, as favelas, os terreiros e os abrigos para os afrodescendentes segregados e excluídos socialmente. Perde, da mesma forma, seu teor político e crítico da realidade social, para se tornar estratégia na relação compra e venda do mercado, produto a ser consumido. A população que as frequentam, muitas vezes, se deixa iludir pela incorporação da cultura de massa apresentada, tornando-se consumidores ou partícipes ocasionais, alienados dos processos embutidos nos espetáculos oferecidos ao mercado pela indústria cultural.

Figura 20: Rodas de Samba mapeadas durante pesquisa de campo no Distrito Federal brasileiro.

### Distrito Federal Brasileiro



● Alta Renda      ● Rodas de Samba identificadas pela pesquisa de campo

- 1 - Roda de Samba do Pardim
- 2 - Roda de Samba "Do Trabalho para o Samba"
- 3 - Roda de Samba do Outro Calaf
- 4 - Terreirada
- 5 - Roda de Samba de Marola
- 6 - Roda de Samba da Escola Brasileira do Clube do Choro
- 7 - Roda de Samba Movimento do Samba
- 8 - Roda de Samba "Samba da Mulher Bonita"
- 9 - Roda de Samba "Café com Samba"
- 10 - Roda de Samba da Associação Recreativa e Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC)
- 11 - Roda de Samba Canela de Cobre
- 12 - Roda de Samba do Grupo Coisa Nossa
- 13 - Roda de Samba do Grupo Adora Roda / 7 na Roda
- 14 - Roda de Samba do Grupo Já chegou quem faltava
- 15 - Roda de Samba do Grêmio Recreativo Unidos de Sobradinho (Bola Preta)
- 16 - Roda de Samba da Associação Recreativa Acadêmicos da Asa Norte
- 17 - Roda de Samba "Clube do Compositor"
- 18 - Roda de Samba "Samba na Comunidade"
- 19 - Roda de Samba "Samba da Liberdade"
- 20 - Roda de Samba "Samba da Guariba"
- 21 - Roda de Samba "Samba Pode Chegar"
- 22 - Roda de Samba "Samba do Banquinho"

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

García Canclini (1995, pp. 28-29), ao analisar alguns dos processos de industrialização da cultura e seus efeitos na massificação dos meios de comunicação, apresenta que a partir dessa forma massiva de organização da cultura, os meios de comunicação foram “subordinados a critérios empresariais de lucro, assim como a um ordenamento global que desterritorializa seus conteúdos e suas formas de consumo”. Além do mais, induz as sociedades a se reorganizarem, transformando seus “cidadãos” em “consumidores do século XXI”, levando-os de volta ao “século XVIII”.

Entretanto, há de se considerar que, mesmo nesse conjunto de processos sociais (de produção, circulação e consumo), presente nas rodas de samba comerciais, existe ainda a possibilidade de se efetivar relações de trocas que não são comercializadas.

Os sambas, quando tocados, podem se expressar, a partir dos sujeitos que os sambam, tal como um “sinalizador cultural”, uma “senha de identidade” (DOZENA, 2011, p. 207), que produz uma “ambiência particularizada”, com forças para atenuar a distância entre as classes sociais que ali se encontram reunidas. Promove, mesmo que momentaneamente, uma sociabilidade comunitária e vínculos de pertencimento entre os sujeitos sambistas.

Conforme García Canclini (2007, p. 45), “qualquer prática social, no trabalho ou no consumo, contém uma dimensão significativa que lhe dá seu sentido, que a constitui e constitui nossa interação na sociedade”.

Em contrapartida a esse tipo de rodas de samba comerciais surgem, no contexto territorial do Distrito Federal, as “rodas de samba abertas ou democráticas” (BRITO, 2019, informação oral) (9 identificadas). Essas, são produzidas e territorializadas por Coletivos de Rodas de Samba, criados, especificamente, por grupos de amigos, moradores e sambistas das Regiões Administrativas, com intuito de valorizar, preservar e divulgar a cultura e a tradição do samba de raiz e do samba autoral na própria comunidade.

Irlam Rezende (Samba do Banquinho): É essa coisa mesmo de **trazer alegria**. A roda de samba, quando ela é no meio da rua,  **você não está limitando as pessoas** de classe social ou de clero, sei lá, de qualquer coisa... você não limita religião, você não limita nada. Ela é uma roda que você colocou no meio da rua e então  **você deixou ela aberta**. Você está dizendo o seguinte:  **chega e venha participar**.

[...]

**A roda de samba me traz muita alegria** e, da mesma forma que me traz,  **eu também consigo proporcionar aos outros**. A gente percebe que tem gente que as vezes não tem  **oportunidade de tocar**, não tem um  **acesso à cultura**, entendeu? E, assim, essas rodas,  **elas permitem isso**. Elas permitem você

**trazer alegrias e dar acesso ao samba** a essas pessoas, e também de participarem. Daqui a pouco, você vai ver lá... tem muita gente ali que nunca viu, participou de uma roda de samba, que passa e começa a sambar também. É muito legal isso, é muito bacana (REZENDE, 2019, informação verbal, grifo do autor)<sup>73</sup>.

Os encontros dessas rodas de samba democráticas, acontecem nos fins de semana (sábados ou domingos), em espaços públicos ocupados pelas comunidades de origem dos próprios coletivos. São consideradas rodas itinerantes, pois não possuem uma sede ou um lugar fixo de realização. Cada evento ocorre em um espaço público distinto, priorizando as Regiões Administrativas do Distrito Federal<sup>74</sup>, de acordo com a iniciativa dos coletivos.

Não há interesses comerciais envolvidos, ou seja, não cobram taxa de entrada, consumação, nem “couvert artístico” para os músicos. Todos os custos de realização são arcados pelos próprios sambistas, sem incentivo algum do governo ou entidades privadas.

Negro Vatto (Samba na Comunidade): [...] **O samba é muito caro**. Aí, quando a gente olhava o **pessoal de baixo, eles não têm acesso a esse tipo de coisa**. Uma cerveja no Plano, hoje, é quinze reais. Uma cerveja em qualquer um dos barzinhos aqui é sete ou oito reais. É mais em conta, né? Então, **o cara que é assalariado hoje para tirar isso do bolso, do orçamento, para botar numa diversão, tirar da sua obrigação, é meio complicado**. Então, nasceu essa ideia, que foi até do Maicon, de nós **trazermos o samba de raiz aqui pra Ceilândia**. E começamos a fazer o “Samba na Comunidade” aqui, justamente para isso, **para dar ascensão ao povo daqui de baixo ou para que ele tenha um pouco dessa cultura do samba na periferia** (SANTOS; VATTO; VITÓRIO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>75</sup>.

As propagandas e convites para a participação nas rodas de samba são feitos em plataformas e mídias digitais e compartilhados em grupos, pelos próprios sambistas e amigos (ver figura 21).

Os instrumentos (violões, cavaquinhos, pandeiros, repiques, surdos, chocalhos e reco-recos) e equipamentos de som (amplificador de som, mesa de controle, caixas de som, microfones e cabos conectores e elétricos) são, praticamente, dos próprios músicos que, voluntariamente, levam para a realização dos encontros e compartilham (ver figura 22). Eles também se juntam, financeiramente, e

---

<sup>73</sup> Entrevista concedida por REZENDE, I. C. [Abr. 2019]. Responsável pelo Coletivo “Samba do Banquinho”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

<sup>74</sup> Questionados sobre a realização das rodas de samba nas proximidades da Torre de TV ou no Parque da Cidade, no Plano Piloto, os sambistas justificam dizendo que são áreas de interação social, onde a presença de moradores das Regiões Administrativas se faz em maior número.

<sup>75</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo “Samba na Comunidade”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. A. Brasília, 2019.

alugam tendas, mesas e cadeiras plásticas para que a roda aconteça. “É um encontro de amigos”, dizem os compositores.

Figura 21: Propagandas das rodas de samba democráticas do Distrito Federal.



Fonte: Coletivo de Roda de Samba: Clube do Compositor (2019).



Fonte: Coletivo de Roda de Samba: Samba na Comunidade (2019).



Fonte: Coletivo de Roda de Samba: Samba da Guariba (2019).



Fonte: Coletivo de Roda de Samba: Café com Samba (2019).



Encontro comemorativo de aniversário da Roda de Samba do Banquinho.  
 Fonte: Coletivo de Roda de Samba: Pode Chegar (2019).

Figura 22: Instrumentos utilizados pelas rodas de samba democráticas do Distrito Federal.



Os responsáveis solicitam autorização do Governo do Distrito Federal para ocuparem, mesmo que momentaneamente, os espaços públicos (praças, áreas de lazer, parques) das Regiões Administrativas. Solicitam banheiros químicos, apoio policial para a segurança dos participantes e acompanhamento do corpo de bombeiros para qualquer emergência (ver Figura 23). Há toda uma burocracia para que essas rodas de samba aconteçam nas áreas públicas e as dificuldades são inúmeras, conforme apresenta a fala a seguir.

Maicon Santos (Samba na Comunidade): Se a gente for levar pela **dificuldade de executar a roda de samba**, até mesmo porque **o financeiro é arcado do bolso pelos próprios componentes. O governo só dificulta cada vez mais**. Então você, cada vez mais, se você for levar por esse lado, você desanima.

Então, o que anima é justamente a população quando chega, bate palmas pra gente, agradece por estar usando essa praça... **Essa praça era marginalizada, cara. Só vinha vagabundo**. Se você passar por Brasília inteira, **muita gente não vem aqui porque tem medo dessa praça. Porque essa praça é marginalizada**.

E... olha o que nós estamos conseguindo fazer! Se você ficar até mais tarde aqui, **você vai ver família participando, a comunidade toda junta**.

[...]

Negro Vatto: O objetivo mesmo é que a gente trace um calendário. Um calendário da cultura das rodas de samba, **para não precisar de todos esses trâmites que a gente tem todo mês**, de correr atrás de **Secretaria de Segurança, de Vara da Infância e da Juventude, etc**. É um trabalho

muito grande que a gente tem que correr atrás ainda, para poder realizar (SANTOS; VATTO; VITÓRIO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>76</sup>.

Conforme a fala de Maicon Santos (2019), a partir das rodas de samba, há uma ressignificação dos lugares da periferia, a partir dos sambistas. A praça da Bíblia da Ceilândia, por exemplo, antes frequentada por “vagabundos” passa a ser frequentada por famílias e toda a comunidade. Segundo Milton Santos (2014a, p. 158), “os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (o lugar) que o mundo é percebido empiricamente”. Trata-se, então, de um “acontecer solidário”, conforme apresenta o autor, “o lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo [...]. No lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é” (SANTOS, 2014a, p. 163).

A observação participativa também permitiu identificar que essas rodas de samba movimentam o comércio local das comunidades. Muitos comerciantes estendem o horário de encerramento das vendas para atender ao público que chega para o samba, além de possibilitar que os próprios moradores tomem a iniciativa de promover o comércio informal, contribuindo com a renda familiar.

Figura 23: Estrutura física das rodas “Samba da Liberdade” e “Samba na Comunidade”.



<sup>76</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo “Samba na Comunidade”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.



Os coletivos de rodas de samba promovem campanhas de doações (mantimentos, roupas, livros, etc.), as quais os materiais recebidos são encaminhados para entidades assistenciais, albergues, hospitais. Realizam também “cafés da manhã coletivos”, em que os participantes levam itens, voluntariamente, para a montagem das mesas, sendo disponibilizado para todos os integrantes, participantes e visitantes das rodas, conforme figura 24 a seguir.

A denominação de “rodas de samba abertas ou democráticas” surgiu, então, na fala dos próprios compositores e sambistas que realizam os encontros (BRITO, 2019; VATTO; 2019). Ao dizer que não há um controle de quem senta na roda de samba para tocar ou cantar, elas se tornam “democráticas”. Qualquer cidadão, que saiba cantar ou tocar algum instrumento ou incentivar o acontecer da roda, pode sentar junto com os sambistas e participar do movimento do samba, conforme apresentado pela fala de Garcia (2019), a seguir.

Luciano Garcia (Café com Samba): O objetivo também é que: **as pessoas que iniciam ou que já são das antigas também, mas não têm uma habilidade com o instrumento, ou não desenvolvem uma boa relação com seu instrumento, ou já tocam bem e querem praticar... eles podem vir participar dessas rodas com profissionais, com pessoas que já estão cantando fora de Brasília**, já estão tocando no Brasil, o próprio... vários grupos que já vieram aqui era de fora. São referência, hoje, no samba. Gente do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia... (GARCIA, 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>77</sup>.

Em entrevista com os organizadores, percebeu-se que os mesmos demonstram ter uma consciência crítica e social de todo o processo de produção musical no Distrito Federal. Eles lutam por uma valorização, preservação e divulgação gratuita do samba de raiz e do samba autoral de Brasília, movimento distinto da atuação do mercado musical e da indústria cultural vigente, tal como demonstra a fala a seguir.

Negro Vatto (Samba na Comunidade): Isso... **nós trabalhamos o samba como ferramenta de cultura**. O samba durante muitos anos em Brasília, o samba mesmo, para você ouvir samba, **você tinha que ir para o Plano Piloto, para bares e clubes, pagar entrada e tal**. Pra gente, em particular, que a gente tem emprego, graças a Deus e tudo, há tempos atrás, era tranquilo ir ao Plano e curtir um samba. Era fácil a gente ir atrás. A gente trabalha, né? O samba, por se manter em Brasília nesse núcleo de Plano Piloto, bares e não sei o quê, que você tem que pagar entrada, uma consumação um pouco alta, **ele começou a ficar seletivo**. Muitos não podem frequentar por ser caro.

---

<sup>77</sup> Entrevista concedida por GARCIA, L. P. [Abr. 2019]. Responsável pelo Coletivo de Samba “Café com Samba”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

**Aqui nas periferias, você sai nas cidades satélites e você vê muito Pagode. Em muitos bares estão tocando Pagode.**

Agora, o samba mesmo, algo que a gente vem buscando fazer, você não vê. Então, também, isso é um dos nossos motivacionais. **É levar, é apresentar um pouco da música do samba de raiz, que não é apresentado em lugar nenhum em Brasília, com exceção do Plano Piloto.**

Hoje, graças a Deus, tem um monte, né (referência aos demais coletivos de rodas de samba)? Mas, no início, éramos loucos em fazer isso. Para conseguir atingir esse público aqui foi difícil, **porque o povo de periferia, eles estão acostumados com aquilo que a mídia vende. Aquilo que passa no rádio, na tv.**

Então, aqui chegou o samba realmente e foi diferente para todo mundo. No começo, todo mundo pedia para tocar uma coisa assim e tal (referência ao Pagode), mas hoje não. Hoje, as pessoas mesmo, **já entendem a nossa proposta. Eles já chegam, aceitam o que a gente está fazendo e somam. Ajudam a somar à história. É samba de raiz... É samba autoral** (SANTOS; VATTO; VITÓRIO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>78</sup>.

Da mesma forma, apresentam ter toda uma referência teórico-histórica da participação dos negros e dos indígenas na formação territorial na América Latina, e em particular no Brasil, contribuindo para um posicionamento político e social do samba, como parte da experiência cotidiana de luta contra o racismo, a divisão de classes e em defesa do respeito aos grupos periferizados que as frequentam.

Figura 24: Práticas solidárias das rodas de samba democráticas do Distrito Federal.



Felipe Vitório (Samba na Comunidade): Se a gente **desrespeitar a cultura negra, desrespeitar a cultura indígena nós não seremos nunca brasileiros**. Se um Presidente entra em um conselho e diz que desconhece a cultura africana, que desconhece a cultura indígena, nós não seremos **uma**

<sup>78</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo "Samba na Comunidade". Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

**nação respeitada, valorizada.** Eu falo do ponto de vista cultural. Porque isso é riquíssimo.

Economia é bom, entender sobre como é que a moeda gira, isso é tudo lindo, mas a gente tem que se posicionar quanto a nossa identidade brasileira.

**Entender a diáspora, entender a cultura indígena.** A gente tem que ser brasileiro. Lutar contra todas as formas de preconceito. E viva o samba! (SANTOS; VATTO; VITÓRIO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>79</sup>.

Percebe-se, na fala de Felipe Vitório (2019), uma preocupação em reconhecer e valorizar a história da formação territorial na América Latina, representada pela diáspora africana e pelo trabalho escravo (vinculado à complexidade de colonização de negros africanos e indígenas), além de todos os processos de industrialização, modernização e desenvolvimento que totalizam a formação socioespacial brasileira.

Portanto, essas rodas de samba, denominadas “rodas democráticas” promovem um diálogo direto dos sujeitos (que as territorializam) com a comunidade local, e com o lugar onde elas são efetivadas, tendo a solidariedade, a igualdade, a sociabilidade e o respeito para com os “sujeitos” e o “lugar” como princípios constitutivos de sua natureza. Por ser uma expressão cultural baseada no sujeito, torna-se uma cultura também baseada no território, no trabalho e no cotidiano dessas comunidades. A expressividade de seus símbolos, manifestados nas letras dos sambas, nos próprios sambas musicados e nas formas territorializadas pelo corpo dos sambistas, se solidarizam entre as pessoas, todos começam a participar do movimento de modo inseparável, o que assegura uma permanência do movimento no território.

Essas rodas de samba também contrapõem, em sua proposta, à lógica cultural de consumo imediato (imposta pela indústria cultural) e às lógicas de domínio do território e desigualdade / segregação social (impostas pela colonialidade do poder). Atuam como redes territoriais de sociabilidade, como já apresentado no capítulo 4, dotadas de um sentido coletivo de resistência em (i) valorizar os sujeitos periféricos das Regiões Administrativas; (ii) valorizar o samba de raiz e o samba autoral; além de (iii) ocupar os espaços públicos e ressignificá-los, inspirando possíveis caminhos alternativos em seus usos e sentidos, tal como um patrimônio territorial. Conforme apresenta Santos (2004, p. 144): “gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um

---

<sup>79</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo “Samba na Comunidade”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

discurso territorializado, uma política territorializada” (um patrimônio territorializado, ou seja, o próprio patrimônio-territorial).

Pensar as rodas de samba em sua totalidade e como uma totalidade, representa entender que cada uma das rodas, aqui pesquisadas, guarda em sua natureza especificidades dinâmicas e particulares, que se dialogam e se totalizam. A partir de cada totalidade “roda de samba”, que também não são isoladas entre si, estruturam-se fragmentos que interagem no movimento histórico da formação social, econômica e espacial do Brasil. Portanto, essas também totalizam a formação socioespacial brasileira, em um movimento dialético entre o “particular” e o “universal”, e vice-versa.

### **5.3. As Rodas de Samba Democráticas como patrimônio-territorial latinoamericano: uma resistência espacial**

Conforme apresentado no capítulo 4, o movimento do samba no Distrito Federal brasileiro se territorializa a partir de redes territoriais de sociabilidade, que possibilitam a identificação de rodas de samba abertas ou democráticas, que carregam, como elementos constitutivos de sua natureza, a solidariedade, a igualdade, a sociabilidade e o respeito para com os sujeitos e o lugar onde são territorializadas (ver item 5.2). Assim, com base no entendimento de *patrimônio-territorial*, apresentado por Costa (2016; 2017; 2018), pode-se pensar em uma possível identificação dessas rodas de samba democráticas, que se formam a partir de resistências espaciais, como patrimônio-territorial latinoamericano.

Conforme apresenta Costa (2017, p. 59), o patrimônio-territorial é um:

[...] elemento de arte, cultura e vivências situadas na periferia, bem material-imaterial ainda em realização espacial no continente (sem qualquer ato de institucionalização por parte do Estado-mercado), ele se opera em singularidade (o fazer do e no lugar) diante de múltiplas particularidades (economias políticas regionais e nacionais), as quais conformam relações sociais de trabalho (COSTA, 2017, p. 59).

A partir do embasamento teórico sobre o conceito, foi possível identificar e eleger categorias de instrumentalização para a construção da tese, que contribuam para a identificação das rodas de samba tal como patrimônio-territorial. São elas: (i) elemento de arte e cultura; (ii) situado no cotidiano da periferia; (iii) recupera e enaltece o que resiste da cultura original; (iv) valora, popularmente o território; (v) faz emergir

e valoriza o indivíduo; (vi) atua como resistência; (vii) denuncia as colonialidades do poder e do saber; (viii) se apresenta como utopia de transformação da realidade social; e por fim, (ix) opera como *devir* do trabalho.

Importante destacar que, durante toda a execução da pesquisa de campo, o pesquisador adotou a metodologia apresentada por Costa (2017), construída para uma ativação popular do patrimônio-territorial latinoamericano, buscando reconhecer os sujeitos partícipes e os grupos envolvidos na efetivação das rodas de samba) como “sujeitos-patrimônio” (COSTA, 2017), em permanente *situação espacial*, conforme já apresentado no item 4.3 dessa tese.

Foram identificadas para essa análise 22 rodas de samba, a partir da construção das redes territoriais de sociabilidade (capítulo 4), por meio das entrevistas participativas e observação participante, tal como a fala a seguir.

Luciano Garcia (Café com Samba): Então, nós temos hoje, rodas de samba muito importantes no Distrito Federal. Hoje, inclusive, eu sou convidado de uma roda de samba do "**Samba da Guariba**" (1), lá na **Guariroba**, na EQN 18/20. Vai ter uma festa lá hoje, a partir das 17 horas. Uma roda muito boa. Tem também o "**Samba na Comunidade**" (2), que é em **Ceilândia**, na **Praça da Bíblia**. Eu vou te passar o contato dessa galera toda aí. É uma roda de samba que também começa com um movimento autoral, certo? Eles começaram a fazer essas rodas com as pessoas cantando, os **compositores de Brasília** mesmo, essa rapaziada, e depois ela cresceu. Então, hoje, vai muita gente.

Nós temos também no **Setor Comercial Sul**, o pessoal do **Churrasquinho Express** (3) fazendo uma roda de samba muito boa, que dá muita gente. Todo o pessoal da UnB vai pra lá, e consomem cerveja e churrasquinho. Temos também, se eu não me engano, o "**Samba Urgente**" (4) que é um movimento de samba na rua que também está bem forte e reúne muita gente. Esse sempre acontece no **Setor Bancário Sul**, perto do **Bar Outro Calaf** (GARCIA, 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>80</sup>.

Maicon Santos (Samba na Comunidade): E orgulhosamente somos... **somos os primeiros, uma das primeiras rodas de samba na periferia e aberta para o público**. E de um projeto que muita gente falou que era maluquice, doidice, hoje é referência para algumas outras rodas de samba abertas, que a gente vê pela cidade.

*Entrevistador: Quais são essas rodas?*

Felipe Vitório: O **Samba da Guariba** (1), já teve o **Samba da Liberdade** (5), já teve um **Samba Dez** (6), agora tem um **Samba na Comunidade** (2) em Samambaia. Já tivemos o nosso samba em **São Sebastião** também. Então, **vai criando várias raízes**. Frutos (SANTOS; VATTO; VITÓRIO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Entrevista concedida por GARCIA, L. P. [Abr. 2019]. Responsável pelo Coletivo de Samba “Café com Samba”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

<sup>81</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo “Samba na Comunidade”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

Das vinte e duas (22) rodas de samba identificadas, foram selecionadas nove (9), por serem caracterizadas como “rodas de samba abertas ou democráticas”, ou seja, que se efetivam, frequentemente, em espaços públicos ocupados, abertos, de fácil acesso, sem vínculos aparentes com instituições ou empreendimentos comerciais, os quais a roda esteja vinculada. Dessas nove (9), efetuou-se uma compilação dos dados coletados e observados, relacionando-os com as categorias de instrumentalização da pesquisa, identificadas a partir do conceito de *patrimônio-territorial* (COSTA, 2016; 2017; 2018), conforme a seguir.

Quadro 5: Categorização das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro.

<b>CATEGORIAS DE INSTRUMENTALIZAÇÃO RELACIONADAS AO CONCEITO DE PATRIMÔNIO-TERRITORIAL</b>	<b>Roda de Samba: Do trabalho para o Samba</b>	<b>Roda de Samba: Roda do Pardim</b>	<b>Roda de Samba: Café com Samba</b>	<b>Roda de Samba: Clube do Compositor</b>	<b>Roda de Samba: Samba da Liberdade</b>	<b>Roda de Samba: Samba na Comunidade</b>	<b>Roda de Samba: Samba da Guariba</b>	<b>Roda de Samba: Pode chegar</b>	<b>Roda de Samba: Samba do Banquinho</b>
Elemento de arte e cultura	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Situada no cotidiano da periferia	-	-	X	X	X	X	X	X	X
Recupera e enaltece o que resiste	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Valora, popularmente, o território	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Faz emergir e valoriza o sujeito	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atua como resistência	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Denuncia a colonialidade do poder/saber	-	-	X	X	X	X	X	X	X
Se apresenta como utopia de transformação da realidade social	-	-	X	X	X	X	X	X	X
Opera como <i>devir</i> do trabalho	-	-	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: elaborado pelo autor (2019), a partir da metodologia desenvolvida por Costa (2016; 2017; 2018).  
 OBS: As rodas de samba comerciais identificadas pela pesquisa de campo também foram analisadas, mas desconsideradas para a construção desse item.

Por serem consideradas popularmente como *elemento de arte e cultura*, que carregam em sua natureza, desde sua origem histórica, elementos da música, dança e formas de expressão popular (COSTA, 2016), todas as nove (9) rodas de samba selecionadas se encaixam na primeira categoria identificada.

Figura 25: Roda de Samba: Café com Samba.



Ao analisar se as rodas de samba são *situadas no cotidiano das periferias*, identifica-se que quase todas são reproduzidas no cotidiano de territórios segregados. Apenas as rodas de samba "Do trabalho para o Samba" e "Roda de samba do Pardim" não contemplam essa categoria, por se localizarem ambas no Plano Piloto de Brasília (área nobre e central da Capital Federal). A primeira no Setor Comercial Sul<sup>82</sup> e a segunda na Quadra de Comércio Local Norte 405, contrapondo, assim, o posicionamento das demais que circulam pelos espaços públicos das Regiões Administrativas.

Conforme os relatos obtidos durante entrevista com os integrantes dos Coletivos de Rodas de Samba, o local de realização das rodas sempre é escolhido visando favorecer as próprias comunidades das Regiões Administrativas. Promovem eventos integrados com outras rodas de samba e buscam divulgar e valorizar o samba de raiz e autoral do Distrito Federal em áreas periféricas de Ceilândia, Taguatinga, São Sebastião, Samambaia, Gama, entre outras, pontuadas na figura 9, item 3.3 dessa tese.

A partir da análise da categoria *recupera e enaltece o que resiste*, entende-se que todas as rodas de samba aqui analisadas, incluindo as rodas comerciais (não

---

<sup>82</sup> O Setor Comercial Sul é considerado área de concentração comercial dentro do Plano Piloto. Nele, pode-se encontrar shopping, comércio de alimentos, agências bancárias e de seguros diversos, além de departamentos e órgãos públicos, como a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGETH).

selecionadas para fazer parte dessa análise), recuperam e enaltecem o que resiste, ou seja, resgatam o samba como “experiência cotidiana de muitos, produzindo mecanismos de integração social a partir de redes de relações” (DOZENA, 2011, p. 207). Resgatam fenômenos históricos que fizeram parte da formação social, econômica e espacial do território brasileiro (desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúrias, desamparo ante conjunturas econômicas adversas), registram a presença negra no território, revelam um posicionamento político nas letras dos sambas, e se posicionam como resistência à cultura de massa imposta pela indústria cultural do mercado musical. Assim, pode-se entender que essas rodas também totalizam a formação socioespacial do Brasil, revelando elementos de momentos históricos singulares da formação territorial e social do Brasil.

Ao buscar identificar se as rodas de samba democráticas *valoram, popularmente, o território*, acredita-se que todas elas promovem tal ação, até mesmo a roda de samba “Do trabalho para o Samba” e a Roda de “Samba do Pardim”, que se territorializam no Plano Piloto, área nobre de Brasília. Todas elas atuam como resistência no uso e ressignificação do lugar onde se territorializam, transformando o Setor Comercial Sul e a Quadra de Comércio Local Norte 405, em “territórios do samba”, mesmo que por alguns momentos de realização do evento.

Figura 26: Roda de Samba: Clube do Compositor.





Conforme Santos (2014b), o território é mais que um conjunto de objetos, onde se trabalha, circula, mora. Ele também é um dado simbólico, o qual o sujeito promove uma comunhão. Nesse sentido, percebe-se que, ao participar de uma roda de samba, o sujeito comunga com o lugar onde a roda acontece, se identifica e se sente partícipe desse movimento que ali acontece. A comunidade se sente inserida no movimento da roda de samba.

Ao buscar analisar a categoria *faz emergir e valoriza o sujeito*, pode-se identificar na fala de Garcia (2019), do Coletivo de Roda de Samba “Café com Samba”, um movimento nesse sentido. “Por ser uma **roda democrática**, qualquer um pode **chegar, sentar, tocar ou cantar com a gente** (GARCIA, 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>83</sup>.

Quando territorializadas, as rodas de samba objetivam priorizar os sujeitos situados e valorizá-los a partir do seu local de origem. Conforme o sambista, as rodas de samba democráticas promovem uma ação educativa musical para com todos os que se envolvem com o movimento.

Figura 27: Roda de Samba: Samba da Liberdade.



Assim, além de produzir espaços de sociabilidade e de lazer, as rodas também promovem práticas solidárias e criam oportunidades para o aperfeiçoamento

<sup>83</sup> Entrevista concedida por GARCIA, L. P. [Abr. 2019]. Responsável pelo Coletivo de Samba “Café com Samba”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

musical e artístico de sujeitos iniciantes no samba ou até para artistas que já atuam como profissionais no Distrito Federal brasileiro. Os mais experientes no samba permitem um movimento de trocas, de aprendizado, entre todos os envolvidos, valorizando assim o “sujeito sambista” que chega e entra na roda de samba.

O valor do sujeito, conforme apresenta Santos (2014b), depende do lugar onde ele está. Tanto que há os que podem utilizar amplamente os recursos de um dado território urbano, por meio de acesso à mobilidade e à informação por exemplo. Porém há um outro extremo: “os que nem podem levar ao mercado o que produzem, que desconhecem o destino que vai ter o resultado de seu próprio trabalho” (SANTOS, 2014b, p. 12). Sua localização (a dos sujeitos) é um componente fundamental do território, pontua o autor, e contribui para a sua valoração. Na maior parte dos casos, prevalece, não a vontade destes, mas a da força de mercado ou das decisões governamentais.

Portanto, orienta Santos (2014b), faz-se urgente pensar em políticas redistributivas, que procurem alterar as ordens hegemônicas vigentes, sem se prescindir de se pensar em suas localizações, ou seja, a partir das periferias, tal como se baseia a proposta metodológica de ativação popular do patrimônio-territorial construída por Costa (2016; 2017; 2018) e tal como pontuam os responsáveis pelos Coletivos de Rodas de Samba que atuam nas periferias levando as rodas de samba democráticas para valorizar e divulgar o samba de raiz e autoral nas Regiões Administrativas.

Da mesma forma, percebe-se que tanto a acolhida promovida pelo evento “Café Coletivo”, da roda de samba Café com samba, quanto as campanhas de coleta de mantimentos (a serem doados às entidades assistenciais) promovidas pela roda “Samba do Banquinho”, valorizam e estimulam o sujeito situado. Essas ações contribuem para a identificação do *território* do samba como *locus* da dádiva e núcleo da vida, como apresentam Costa e Moesch (2017).

Conforme os autores, a dádiva, a partir dos embasamentos de Mauss (2003, p. 243), é interpretada como “fato social total da constituição da vida em sociedade”, ou seja, que se manifesta na totalidade social, por constantes alianças produzidas pelos atos de dar, receber e retribuir.

Dar e receber, portanto, são tidas como “obrigações”, mas organizadas de modo particular em cada caso, concebidas e praticadas nos diferentes tempos e lugares, tal como nos territórios do samba e momentos de rodas de samba.

Ao considerarem o território como “núcleo incontestado da vida e de relações, com suas condições particulares de reprodução social e guardião de sentidos existenciais”, Costa e Moesch (2017, p.156) apresentam que o fato e o fenômeno território torna-se “um dos *locus* da dádiva, a qual é redefinida pelos movimentos de valorização, representação e dominação do espaço”. Ou seja, as formas de tomada, os usos e as apropriações do território acusam uma dimensão real do dar, do receber e do retribuir, em sua totalidade.

Figura 28: Roda de Samba: Samba na Comunidade.



Da mesma forma, pela ocupação e uso dos espaços públicos do Distrito Federal, as rodas de samba passam, também, a fazer parte do cotidiano dos sujeitos (sambistas e não sambistas) e produzem mecanismos de integração social. Revelam-se como movimentos de solidariedade não remuneradas, fundamentadas no encontro que se dá por meio do samba (DOZENA, 2011), além de tornarem o território comum a todos os que se aproximam para sambar.

Assim, elas promovem a concretização da dádiva no território, a partir de trocas sociais, ou seja, dos fenômenos “dar, receber e retribuir”: afetividade, acolhimento, empatia, solidariedade, autonomia no chegar e sambar, além de promover momentos de lazer, contribuindo para uma visão social de especificidades relacionais ao território.

Figura 29: Roda de Samba: Samba da Guariba.



Para a categoria seguinte, das rodas de samba *atuarem como resistência*, entende-se nessa categoria que há diversas interpretações sobre o conceito de *resistência*, que até divergem entre si.

Sabato (2002), por exemplo, a define como ato de não se resignar, ou seja: “no mirar con indiferencia cómo desaparece de nuestra mirada la infinita riqueza que forma el universo que nos rodea, con sus colores, sonidos y perfumes” (SABATO, 2002, p. 16).

Também sobre resistência, pode-se identificar nas abordagens de Carpani (1961), que a arte é tal como resistência, não como um produto da sociedade humana em resumo, sem preconceitos de tempo e lugar, mas como um produto de uma certa sociedade, em um determinado momento de seu desenvolvimento histórico. Conforme o autor:

Cada pessoa, em cada período, gerou uma espécie de arte que é sua e que responde às peculiaridades de todos os tipos, formando sua realidade. Os estilos foram modificados em estreita conexão com as mudanças estruturais da sociedade que os origina. As criações artísticas mais representativas da humanidade expressam, inequivocamente, o espírito total do ambiente em que nasceram (CARPANI, 1961, p. 10).

A arte e a resistência, assim, se apresentam como elementos particulares desse movimento. Como mediações aplicadas sobre o próprio processo singular da formação existencial de cada sujeito.

Da mesma forma, encontra-se nos apontamentos de Dozena (2011, p. 208) que a resistência é tal como “um elemento particularizador, uma mediação que, quando aplicada sobre o próprio processo singular da formação existencial de cada indivíduo, contribui para a produção de territorialidades”, movimento esse também observado pelas rodas de samba no território do Distrito Federal.

A partir da compreensão de resistência, considera-se que todas as nove (9) rodas de samba, aqui analisadas como patrimônio-territorial, se manifestam como um elemento mediador, produzindo assim territorialidades, tal como uma “resistência espacial” a partir dos sujeitos. Definida como espacial, por territorializar e reforçar a presença dos sujeitos no lugar onde as rodas se faz (nas Regiões Administrativas), ampliando os vínculos dos sujeitos sambistas com seus territórios de origem ou com o próprio território do samba ali produzido.

Luciano Garcia (Café com Samba): Olha, eu acho que a importância é, a cada dia, a gente **conseguir com que as pessoas ocupem mais os espaços**. Por que isso? Porque eu vejo que **nós temos vários espaços hoje que estão mortos**. Brasília hoje, pela questão da **Lei do Silêncio** ou por outras coisas que a gente vem discutindo... uma pessoa mal, sei lá, o que a pessoa tem, ela consegue destruir um projeto de milhares de pessoas. Então eu acho que **a gente precisa ocupar os espaços**, a gente tem público para isso. As pessoas necessitam disso. Eu acho que, a cada dia, a gente tem que fomentar sim o crescimento das rodas de samba no Distrito Federal (GARCIA, 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>84</sup>.

Negro Vatto (Samba na Comunidade): **É resistência. Enquanto tivermos força, vamos continuar** (VATTO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>85</sup>.

Observa-se, a partir das falas dos sambistas, que o termo *resistência* já se faz presente. Há um discurso de luta, de pertencimento e enraizamento no território, valorização dos lugares periferizados onde se territorializam as rodas de samba, juntamente com vínculos constituídos diretamente com a comunidade local, que chega para participar das rodas de samba. Existe, portanto, uma relação estreita e até condicional entre as rodas de samba e o lugar onde elas se desenvolvem, o que torna possível dizer que o movimento do samba é parte de um processo cultural e político, típico dos espaços periferizados. A relação entre esses espaços periferizados e as rodas de samba torna-se a própria natureza do movimento do samba no território, carregando seus símbolos e identidades no lugar.

---

<sup>84</sup> Entrevista concedida por GARCIA, L. P. [Abr. 2019]. Responsável pelo Coletivo de Samba “Café com Samba”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

<sup>85</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo “Samba na Comunidade”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

Vale destacar que, conforme tratado no capítulo 3, item 3.3, dessa tese, a presença da população negra do território do Distrito Federal se faz bastante significativa. Mais de 2,5 milhões de habitantes, identificados pelo Censo Demográfico do IBGE de 2010, os quais 56,2% desses se consideram negros, e essa presença se faz em maior número nas próprias Regiões Administrativas (ver figura 10).

Conforme a fala de Vitório (2019), pode-se perceber essa importância e identificação do sujeito com sua origem, sua cultura e luta pelo posicionamento da identidade negra no território.

Felipe Vitório (Clube do Compositor e Samba na Comunidade): Eu saio lá do P Sul, sabe, para tirar o morador de dentro da casa dele. **Isso é transformador, é revolucionário.** E sem apoio, sem fomento do Estado. **É a filantropia negra. É resistência negra. Pura resistência.**

Ah, é um trabalho de formiguinha, a caminhada é longa? Sim, é longa. Mas, não estamos com pressa mesmo! (VITÓRIO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>86</sup>.

A partir da identificação de tal força, pode-se considerar, então, que essa resistência espacial, como já apresentado, se faz como uma “resistência espacial negra” a partir das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro. Ela resgata, valoriza e faz emergir a presença do negro no território, desde a colonização até a modernidade, percorrendo todos os períodos de segregação e situação vulnerável impostas à essa população.

Ademais, conforme observado em todo o percurso da tese, há uma violenta presença das colonialidades do poder e saber, que se fazem presentes em toda América Latina, impondo um controle e domínio hegemônico aos territórios, além de manipular e subjugar os sujeitos que deles constroem espaços de vivências e de trabalho. As consequências dessa violência, conforme apresenta Santos (2014b, p. 65), faz surgir “um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente”. Os cidadãos, apresenta o autor, tornam-se impotentes, a começar pelas distorções da representação política, tão incapacitada para atuar em benefício dos sujeitos que os elegeram, atendendo, portanto, aos próprios interesses e/ou aos interesses do mercado internacional.

---

<sup>86</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo “Samba na Comunidade”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

Figura 30: Roda de Samba: Pode Chegar.



Entretanto, conforme também observado na fala dos sambistas, nem todos os sujeitos se encontram alienados desse processo. A partir das falas a seguir analisadas, pôde-se observar um posicionamento crítico e social de todo o movimento do samba, principalmente a respeito dos processos de produção, comercialização e banalização musical presentes no território.

Maicon Santos (Samba na Comunidade): Diga-se de passagem, se você puder botar até como uma observação bem grande, **cada dia que passa fica mais difícil. Parece que a cultura, ela começa a ficar muito seleta.** Não sei, não sei se é tendencioso isso. A gente vê algumas coisas aí, sabe? Na política ao redor.

Felipe Vitório: **Criminalizar a cultura, a palavra é essa! Criminalizar a cultura.** Você vem e fala: **não pode fazer o carnaval, porque é desnecessário. Carnaval não é cultura.** Você coloca a **lei do silêncio**, todas as festas, bares e lazer para a população tem que acabar tudo às 22:00. Quando você justifica que não vai investir em cultura porque o hospital não está funcionando, isso é criminalizar a cultura. Fazer carnaval? Não... **O hospital não está funcionando porque o Estado é corrupto, a máquina é falha. A culpa não é da cultura. Não vem querer criminalizar a cultura.**

Aí você chega ali no aniversário de Brasília e me traz (Xxxxx). Nada contra ela. Eu não sei o que ela canta ou o que ela faz. Eu sei que ela está na mídia. Aí você tem espaço para trazer a (Xxxxx), por quantos mil? Tenho certeza que não ficou por menos de trezentos mil.

Maicon Santos: Saiu na mídia, trezentos e quinze mil. Saiu na mídia.

Felipe Vitório: **Você pagaria todos os melhores músicos de Brasília para tocar a noite inteira. E ainda sobriaria dinheiro.** Ela vale mais que todos esses projetos? Quem é (Xxxxx) para Brasília? Ela representa o que? Qual a representatividade dela? **Isso é político. Para ficar bonito, entendeu? É o**

**pão e o circo. Vamos valorizar a cultura**, meu! (SANTOS; VATTO; VITÓRIO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>87</sup>.

Além do posicionamento crítico na fala, os sambistas também atuam de forma prática. Para contrapor a imposição do mercado musical e da indústria cultural, eles se reuniram em “coletivos de rodas de samba”, como já observado, a fim de valorizar, preservar e divulgar, de forma gratuita e democrática, o samba de raiz e o samba autoral nas periferias das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Postura essa apresentada nas sete (7) rodas de samba aqui analisadas.

Apenas as rodas de samba do Setor Comercial Sul, “Do trabalho para o Samba”, e da Quadra de Comércio Local Norte 405, “Roda de samba do Pardim”, não são contempladas por essa categoria. Essas duas rodas são produzidas e vinculadas à empreendimentos comerciais que lucram com a presença dos sambistas. Apesar de agregar a população que se aproxima, percebe-se uma relação comercial com tais empreendimentos que as fomentam.

A Roda de Samba “Do trabalho para o Samba”, por exemplo, está vinculada ao empreendimento “Churrasquinho Express”. Realizada todas as sextas-feiras, em frente ao estabelecimento, a roda tem um lugar cativo. O perfil de seus frequentadores, em sua maioria, é de funcionários públicos e alunos da universidade de Brasília (UnB), além de seus frequentadores, em sua maioria, residirem nas proximidades do Plano Piloto, área nobre do Distrito Federal. Da mesma forma, essas duas rodas não se apresentam como utopia de transformação da realidade social e não opera como *devir* do trabalho, conforme observado pela pesquisa de campo.

Entretanto, as demais rodas de samba contemplam essas outras duas categorias elencadas. Se apresentam como utopia de transformação da realidade social e, ao mesmo tempo, operam como *devir* do trabalho. Ao incentivar seus integrantes a fazerem parte das rodas de samba, de forma democrática, mesmo aqueles que não possuem conhecimento algum sobre o samba, esses podem se tornar futuros sambistas profissionais. Incentivam os jovens aprendizes a pensar num futuro relacionado ao samba, como uma profissão, sendo capaz de transformar a capacidade de reproduzir a vida material e a consciência social.

---

<sup>87</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo “Samba na Comunidade”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.



Figura 31: Roda de Samba: Samba do Banquinho.



Da mesma forma, a partir do acontecer das rodas de samba, há uma ressignificação dos lugares periferizados das Regiões Administrativas. A praça da Bíblia da Ceilândia, como citado, antes era frequentada por “vagabundos” e passou a ser frequentada por famílias e toda a comunidade, promovendo, assim, um acontecer solidário (SANTOS, 2014b). A violência nos territórios, a partir do uso do lugar pelo samba, passa a diminuir, ou ser ocupada por outra prática (o samba), fomentando o envolvimento de toda a comunidade nesse sentido.

Por entender o utopismo patrimônio-territorial, como uma estratégia contra a invisibilidade de grupos subalternizados no desenrolar da modernidade/colonialidade, tal como apresenta Costa (2017), acredita-se que o acontecer das rodas de samba, nesses lugares periferizados das Regiões Administrativas, promove uma transformação da realidade, incentivando jovens e adultos a buscarem alternativas de solução para seus conflitos e problemas sociais.

Com esse posicionamento, concorda-se com Dozena (2011, pp. 206-207) quando apresenta que o samba, em especial as rodas de samba, têm o potencial de “apontar caminhos novos e insuspeitados ao pensamento e à ação popular, estimulando o sonho de mudança, induzindo e auxiliando na concretização crítica para a ação transformadora”.

Negro Vatto (Samba na Comunidade): O sonho mesmo foi sempre fazer isso aqui para o povo do samba, né?

Tipo assim, **hoje a gente se sente abandonado. Um pouco desfavorecido pelas políticas do governo, de fomento à cultura.** Então, nós somos um pouco desfavorecidos por isso, por conta disso, **da gente mesmo ter que bancar o custo disso tudo.**

[...]

Negro Vatto: O **Samba na Comunidade** nasceu dessa ideia mesmo, onde o Maicon falou, né? Que a gente estava no Plano Piloto... antes do samba, na prática mesmo acontecer aqui, ele ficou dois anos no papel. **Era um estudo que eu e ele fazíamos**, nós andávamos no "Calaf de Brasília", ouvia "Adora Roda", hoje é "Sete na Roda", as quintas-feiras nós íamos no "Balaio" para ouvir "Os Filhos de Dona Maria". E **desse estudo aí a gente fez essa parada. Por conta até da acessão do pessoal, está entendendo? Porque aqui é o pessoal de baixa renda.** Aí a gente ia para lá (no Plano Piloto) pra fazer o estudo. Daí... a gente tem uma vida mais ou menos que dá para financiar o custeio do samba (SANTOS; VATTO; VITÓRIO; 2019, informação verbal, grifos do autor)<sup>88</sup>.

Tal posicionamento narrado por Vatto (2019) reflete o que Costa (2017, p. 69) avalia como patrimônio-territorial latinoamericano, que se faz “na solidariedade cultural das comunidades” que não deixaram e não permitem perder seus símbolos de duração espacial, pois esses são tenazes no movimento da sociedade capitalista.

Portanto, as sete (7) rodas de samba, aqui analisadas (Roda de Samba Café com Samba; Roda de Samba Clube do Compositor; Roda de Samba da Liberdade; Roda de Samba na Comunidade; Roda de Samba da Guariba; Roda de Samba Pode Chegar; e Roda de Samba do Banquinho) são consideradas nessa tese como patrimônio-territorial, por emergirem como alternativa real de valoração dos subalternizados da história (da formação territorial na América Latina, da formação territorial do Brasil e da constituição do novo Distrito Federal brasileiro), capazes de promover melhoras das condições econômicas, sociais e espaciais da comunidade. Assim, é possível um mapeamento de destaque dessas rodas de samba no território do Distrito Federal brasileiro, conforme figura 32 a seguir.

Conclui-se, deste modo, que das nove (9) rodas de samba abertas ou democráticas analisadas, sete (7) delas, aqui identificadas pelo quadro 5 e mapeadas pela figura 32, se apresentam como resistência espacial negra. Ou seja, carregam em sua natureza as mesmas características e potencialidades de luta e persistência contra o poder hegemônico imposto pela colonialidade, originado no fenômeno de colonização territorial europeia. Elas carregam a mesma força e significância das rodas de samba que eram efetivadas em senzalas, terreiros, morros, favelas e

---

<sup>88</sup> Entrevista concedida por SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. [Abr. 2019]. Responsáveis pelo Coletivo “Samba na Comunidade”. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Brasília, 2019.

espaços periféricos onde a cultura afrodescendente se fazia presente, durante todo o processo histórico, apresentado e interpretado por toda a tese.

Elas se fazem resistência espacial negra por: valorizarem os sujeitos periféricos (em sua maioria de negros); valorizarem o samba de raiz e o samba autoral; além de ocuparem espaços públicos, negligenciados pelo Estado, e ressignificá-los, inspirando possíveis caminhos alternativos em seus usos e sentidos. Por perdurarem pelo território, a partir da colonização até os dias atuais, elas permitem uma interpretação da própria formação socioespacial brasileira.

Importante destacar que a não escolha das demais quinze (15) rodas de samba, apresentadas no quadro 4 do item 5.2.1, não representa uma banalização das mesmas enquanto rodas de samba comerciais. Elas também carregam em sua natureza a sociabilidade, o resgate de suas origens culturais afrodescendentes e a capacidade identitária de reconectar os sujeitos com seu território e ao próprio território do samba produzido.

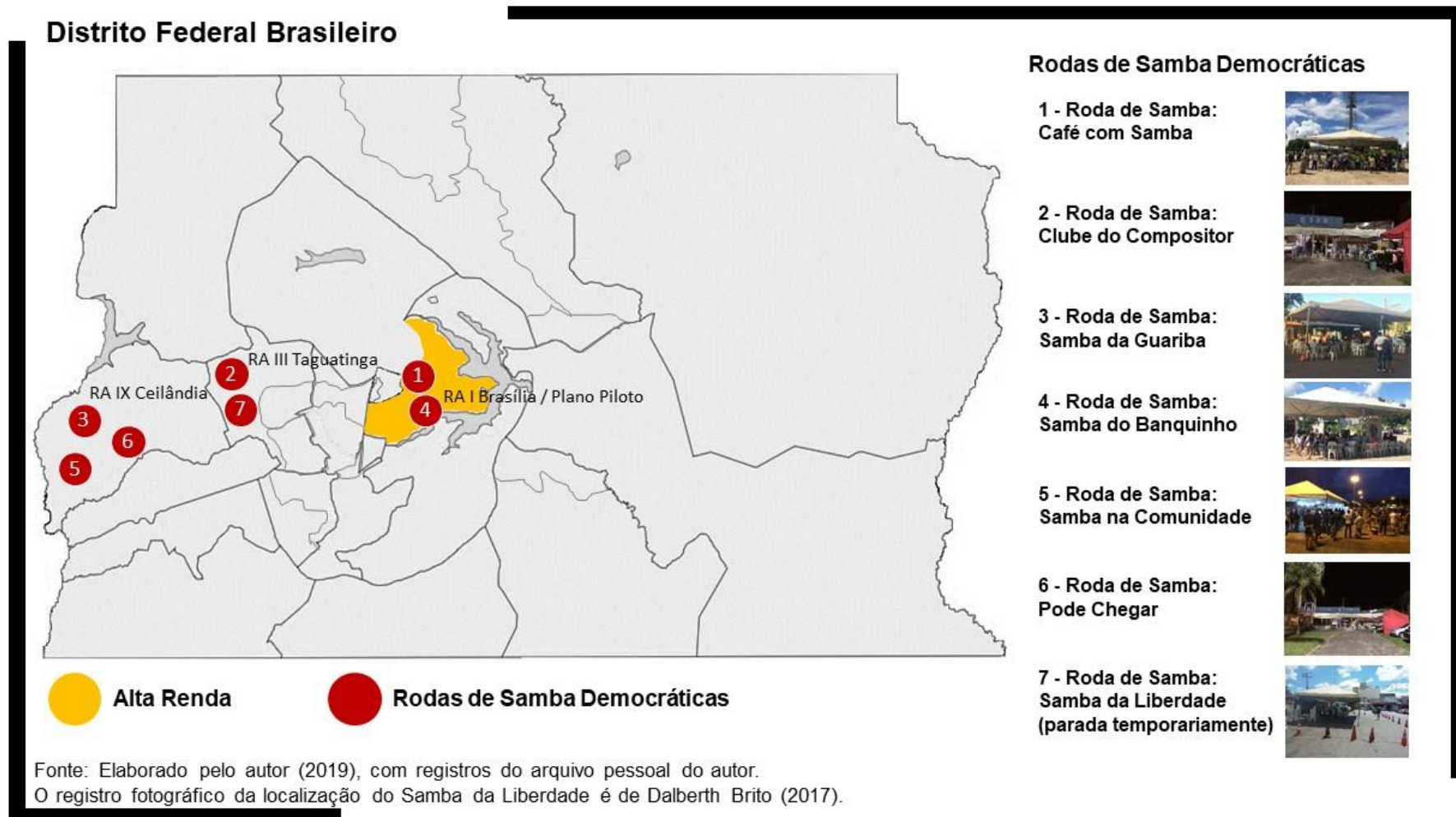
Conforme apresenta Santos (2012b, p. 206), tal comércio, se realizado por meio de trocas simples, faz-se como uma relação que se impõe ao grupo social como meio de se obter dinheiro líquido, a fim de efetivar o poder de compra de bens que se precisa. Entretanto, somente quando se torna um “comércio especulativo”, é que tudo muda<sup>89</sup>.

Nesse sentido, a proposta da tese não foi a de identificar se as rodas de samba do Distrito Federal brasileiro impõem ou não um valor fixo arbitrário aos sambistas, mas, sim, identificar as possíveis rodas de samba que poderiam ser ativadas popularmente como patrimônio-territorial latinoamericano. Assim, essas demais rodas de samba são identificadas e deixadas para que sejam exploradas por futuras pesquisas.

---

<sup>89</sup> Conforme Santos (2012b, p. 206), o comércio especulativo introduz uma nova escala de valores. Os valores dos bens que são trocados não é mais um valor baseado na quantidade de trabalho fornecido para a sua produção, mas fixado arbitrariamente, cabendo ao outro agente da transação curvar-se, adaptar-se e adquirir um valor igualmente arbitrário. O produto, assim, se transforma em mercadoria.

Figura 32: Rodas de samba democráticas identificadas como patrimônio-territorial.



Por conseguinte, ao adotar os conceitos geográficos de *território* (SANTOS, 1994; 2012b), de *formação socioespacial brasileira* (SANTOS, 2012b; 2014a), de *territorialidades* (CORRÊA, 1994) e *patrimônio-territorial* (COSTA, 2016; 2017; 2018) na construção desse trabalho, pela busca de uma aproximação da natureza das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, a tese os retotaliza, fundamentando-se no alinhamento metódico dos autores referentes a tais discussões. Ao partir da identificação dos principais eventos partícipes da formação territorial na América Latina (capítulo 1), que influenciaram toda a formação do território brasileiro (capítulo 2) e a constituição do novo Distrito Federal do Brasil (capítulo 3), que por fim totalizam a formação socioespacial brasileira, foi possível o resgate histórico espaço-temporal de alguns dos principais eventos que fizeram e fazem parte da gênese das rodas de samba do Distrito Federal, aproximando, por fim, de sua natureza. Para essa efetivação, entrou-se em contato com o processo de territorialização de cada uma dessas rodas de samba, bem como com a situação vulnerável dos sujeitos sambistas que as territorializam.

Durante essa construção, foi possível identificar que todos os violentos processos de colonização, formação territorial, industrialização, modernização e desenvolvimento do território, totalizam as rodas de samba do Distrito Federal brasileiro (do universal para o particular). Da mesma forma que a territorialização dessas rodas em cada Região Administrativa, imprime um caráter particular à formação socioespacial brasileira (do particular para o universal), por se fazer resistência espacial negra, pela reativação e ressignificação dos espaços públicos ocupados.

Elas se fazem resistência espacial negra, por contrapor à lógica hegemônica de domínio / controle do território e segregação / desigualdade aos sujeitos (em sua maioria negros), imposta pelo Estado e pelas grandes corporações (nacionais e internacionais) de especulação capitalista. Ao mesmo tempo, elas promovem um diálogo real dos sujeitos sambistas (que as territorializam) com a comunidade local, e com o lugar onde são efetivadas, tendo a solidariedade, a igualdade, a sociabilidade e o respeito para com os “sujeitos” e o “lugar” como princípios constitutivos de sua natureza.

Tais expressões artísticas e culturais, portanto, são percebidas como patrimônio-territorial latinoamericano, por carregar a utopia de beneficiar a população empobrecida materialmente, valorando-as em termos simbólicos, afetivos e mesmo

materiais, a partir da solidariedade construída cultural e espacialmente pelos próprios sambistas, em um contexto latinoamericano que se forma por meio de lutas e resistências desde seu processo de formação territorial.

#### **5.4. Para uma devolutiva social da tese**

Através da leitura do território brasileiro e seus usos, apresentado por essa tese a partir da formação territorial na América Latina até o lugar das rodas de samba nas Regiões Administrativas do Distrito Federal brasileiro, revelam-se distintas formas de violência, impostas à população brasileira, que ainda imperam, hegemonicamente, no território frente ao “ideal de progresso excludente” e a “modernização conservadora”, que tiveram suas origens no processo colonizador europeu.

Os graves problemas de ordem social, política, econômica e espacial, totalizados na formação socioespacial do Brasil e de todos os demais países latinoamericanos (tais como os conflitos observados hoje na Bolívia e no Chile, por exemplo, e o forte avanço do neoliberalismo no Brasil) direcionam à certos retrocessos em matéria de conquistas sociais, políticas e ambientais, que se intensificam a cada dia nos territórios.

Esse movimento transformou, historicamente, a população brasileira em um “proletariado externo do mercado internacional” (RIBEIRO, 2010). O retrocesso, a fome, e a pobreza só existem e persistem no território, porque são lucrativos para uma elite que se mantém do trabalho escravo e de uma política corrupta. De fato, conforme apresenta Ribeiro (2010, p. 24), o único fator causal inegável de todos esses conflitos, retrocessos e violências no território “é o caráter das classes dominantes brasileiras (...) que só atuam em seu próprio benefício”. Não nos esqueçamos de que o Brasil, em toda sua formação territorial, analisada por essa tese, foi pensado e formado como Estado e Nação para produzir matéria-prima destinada ao consumo europeu e, posteriormente, ao norte-americano.

E o que nos cumpre fazer para que se antecipem a efetivação das mudanças?

Numa escala global, Ribeiro (2010, p. 31) apresenta uma alternativa. “Temos é que nos associar aos outros povos explorados, para denunciar e pôr um termo à ordem econômica vigente que faz os povos pobres custearem a prosperidade dos povos ricos”. Ou seja, efetivar projetos de união entre os países latinoamericanos, que promovam sua independência política e econômica, fortalecendo a América Latina em

sua totalidade, enquanto um coletivo cultural urbano heterogêneo na sua forma de viver, de pensar e produzir.

Ao se buscar alternativas numa escala local, pode-se pensar em projetos que se pautem nos sujeitos, ou seja, populações pobres, “minorias”, segregados e excluídos social e espacialmente, tal como apresentam Santos (2004) e Costa (2017). Projetos que se pautem numa mudança radical das condições atuais desses sujeitos, de modo a dar sentido aos elementos constituintes da história, da cultura e da memória do grupo ou da comunidade em que este se faz inserido (COSTA, 2017).

Entretanto, conforme as abordagens de E. Costa (2017), ao propor uma metodologia de ativação popular do patrimônio-territorial latinoamericano, o autor pontua que: cabe a comunidade o aceite ou a recusa de qualquer que seja a proposição apresentada, pois:

O sentido e a força do patrimônio-territorial estão no sujeito localizado, e não na cabeça de quem pesquisa ou pensa preservá-lo, sem vivenciá-lo espaço-temporalmente. É a população quem pode revelar e assumir o destino de seu lugar e tudo que o constitui; é a guardiã da preservação cultural e da difusão da memória, até onde deseja (COSTA, 2017, p. 70).

Nesse sentido, entende-se que a tese tem uma importância teórica e de denúncia concreta da realidade, capaz de contribuir para caminhos que estimulem novas mentalidades, conhecimentos e comportamentos. Por denunciar, em escalas, as distintas e particulares formas de violência que se totalizam no território (imposta à população segregada), não pode se fazer restrita aos bancos de dados acadêmicos e às prateleiras de bibliotecas públicas.

Creemos que os resultados aqui construídos devem, efetivamente, ser compartilhados e servir de fundamento para a transformação da realidade local (as Regiões Administrativas da Capital Federal), no nível da *práxis*. Exige-se, assim, do pesquisador um pensar criativo na proposição de uma devolutiva social que contribua para a melhoria das comunidades visitadas durante as pesquisas de campo.

A relação Teoria / Prática, portanto, se faz urgente, num Brasil que se mostra em permanente retrocesso e desmonte, convidando o pesquisador a pensar na necessidade de se multiplicar as práticas pautadas no compartilhamento do conhecimento produzido na Academia, promovendo uma ação-reflexão em torno da problemática apresentada por toda a tese.

B. S. Santos (2011, p. 107), ao tratar da construção do conhecimento na era moderna, pontua duas formas principais de conhecimento: o *conhecimento-*

*emancipação* e o *conhecimento-regulação*. O primeiro, conforme o autor, é uma trajetória entre um estado de ignorância (designado por colonialismo) e um estado de saber (designado por solidariedade). O segundo, é uma trajetória entre um estado de ignorância (designado por caos) e um estado de saber (designado por ordem). Ambos os modelos, devem-se articular em equilíbrio dinâmico, entretanto esse equilíbrio não ocorreu em todo o processo histórico de formação da humanidade. A racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia foi-se impondo às racionalidades moral-prática e estético-expressiva, dando primazia ao conhecimento-regulação.

O desafio, portanto, é o de reavaliar o conhecimento-emancipação e conceder-lhe a primazia sobre o conhecimento-regulação, pois a solidariedade (conhecimento-emancipação) é uma forma específica de saber que se conquista sobre o colonialismo, pontua o autor. É, também, o conhecimento obtido no processo, sempre inacabado, tornando-nos capazes de reciprocidade através da construção do conhecimento.

Entretanto, B. S. Santos (2011, p. 107) complementa que: “o conhecimento-emancipação tem que romper com o senso comum conservador, mistificado e mistificador, não para criar uma forma autônoma e isolada de conhecimento superior, mas para se transformar a si mesmo num senso comum novo e emancipatório”. O senso comum emancipatório é, portanto, um senso comum construído para ser apropriado, privilegiadamente, pelos grupos sociais oprimidos, marginalizados ou excluídos, e, de fato, alimentado pela prática emancipatória destes.

Assim, ao pensar numa resposta propositiva para a sociedade, o pesquisador propõe a elaboração de um caderno temático, baseado no contexto histórico apresentado por toda a tese, pautando-se nos quatro (4) conceitos geográficos adotados. Como tema principal, as rodas de samba democráticas do Distrito Federal brasileiro serão apresentadas como patrimônio-territorial latinoamericano, por representarem uma resistência espacial negra.

A proposta também abarcará a criação do que Costa (2017, p.72) chama de “roteiros patrimoniais utópicos”, nos quais serão incluídas as rodas de samba identificadas, “que reafirmem a existência periférica vinculada espacialmente com os sítios já consagrados, ou seja, tal percurso pode estar em rede com o patrimônio cultural ou natural já consagrado no território turístico”.



Figura 33: Modelo do Caderno temático das Rodas de Samba do Distrito Federal brasileiro que será elaborado após a defesa da tese.



Vale destacar que o caderno temático se faz como proposta complementar da tese, visando atender ao seu último objetivo específico, ou seja, compartilhar o conhecimento por ela construído, trazendo um olhar crítico e reflexivo, a partir da formação socioespacial brasileira, para a melhoria das comunidades envolvidas.

Em processo de elaboração, ele deverá ser apresentado às comunidades que terão livre acesso à estrutura e conteúdo do material, podendo contribuir em todas as suas etapas de confecção.

Para contribuir com a devolutiva, também foi realizado um “mapa falante”<sup>90</sup>, a partir das rodas de samba identificadas como patrimônio-territorial, o qual apresenta

<sup>90</sup> O “mapa falante” é uma técnica de coleta e reprodução de dados que parte do saber do sujeito partícipe da pesquisa e da dimensão social e coletiva do conhecimento. Sua construção inicia-se pelo sujeito e segue a partir dele.

informações pontuais sobre essas rodas de samba. Ele foi elaborado por meio da ferramenta *Google Drive – My Maps* e está disponível pelo link <https://bit.ly/340ygiN> ou pelo QR Code a seguir (figura 34).

Figura 34: QR Code de acesso ao “mapa falante” das Rodas de Samba como patrimônio-territorial.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da ferramenta <http://e-lemento.com>

Importante destacar que os conteúdos, tanto do mapa falante quanto do caderno temático, serão tratados tal como apresenta E. Fromm (1977, p. 15), em suas abordagens sobre os modos de existência: ser e ter. Conforme o autor, o conhecimento deve consistir em um “meio de libertar a humanidade do poder destrutivo do medo, apontando o caminho para a meta da reabilitação da vontade humana e do renascimento da fé e da confiança na pessoa humana”. Assim, a proposta do caderno temático e do mapa falante serão a de revelar através da superfície das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro a formação socioespacial brasileira, a fim de chegar às suas raízes, ou seja, à resistência espacial negra.

Conforme Fromm (1977, p. 55), “conhecer não significa estar de posse da verdade (o modo ter do conhecimento); significa penetrar além da superfície e lutar crítica e ativamente a fim de se aproximar cada vez mais da verdade”.

A música na Geografia, segundo N. Almeida (2001, p. 18), pode ser reconhecida como “elemento contribuinte do processo de formação cultural como também desenvolvedora tanto do intelecto quanto da percepção, processo que, por sua vez, atua no aprofundamento do conhecimento da música”, aqui se tratando do samba, possibilitando a construção de ideias e ação no território brasileiro, a partir do âmbito educacional.

A proposta do “caderno temático” e do “mapa falante”, portanto, servirão como ferramentas de divulgação e valorização do movimento das rodas de samba democráticas do Distrito Federal brasileiro e poderão ser utilizadas por escolas públicas e instituições relacionadas ao samba da Capital Federal brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando eu não puder  
Pisar mais na avenida  
Quando as minhas pernas  
Não puderem aguentar  
Levar meu corpo  
Junto com meu samba  
O meu anel de bamba  
Entrego a quem mereça usar  
Eu vou ficar  
No meio do povo espiando  
Minha Escola perdendo ou ganhando  
Mais um carnaval  
Antes de me despedir  
Deixo ao sambista mais novo  
O meu pedido final  
Antes de me despedir  
Deixo ao sambista mais novo  
O meu pedido final  
Não deixe o samba morrer  
Não deixe o samba acabar  
O morro foi feito de samba  
De Samba, pra gente sambar

*Música: Não deixe o samba morrer*

*Compositores: Aloísio Silva / Edson Conceição*

*LP: Alcione: não deixe o samba morrer.*

*Gravadora: UMG (em nome de Universal Music); SODRAC, União Brasileira de Editoras de Música, LatinAutor e 7 associações de direitos musicais / Ano: 1975.*

## **“EM CADA CANTO UMA ESPERANÇA”**

De origem cultural africana e resultante das violentas ondas migratórias que constituíram as principais regiões metropolitanas da América Latina e Caribe, o samba é conhecido no Brasil como um saber cultural de alto valor popular. Uma cultura viva e pulsante que resiste historicamente no território.

Impregnado, em sua maior parte, no cotidiano da população periférica brasileira, devido sua significativa representação popular, o samba se territorializa no Distrito Federal brasileiro de forma bastante expressiva: por meio das associações ou grêmios recreativos de escolas de samba ainda ativos no território, instituições educacionais relacionadas à música popular brasileira, em bares, restaurantes e a partir de coletivos de rodas de samba, criados por sambistas das Regiões Administrativas da Capital Federal.

Por meio desse contexto, a proposta de efetivação da presente tese foi compreender a natureza e definir as territorialidades das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, a fim de reconhecê-las e ativá-las popularmente como patrimônio territorial latinoamericano. Para tal, a tese nos exigiu realizar uma profunda recuperação histórica (espaço-econômico-social-temporal), a fim de interpretar alguns dos principais eventos sociais que contribuíram para a gênese das rodas de samba; e que, da mesma forma, totalizam a formação socioespacial brasileira.

Não nos resta dúvidas quanto ao papel desempenhado pelo quadro “natural” e humano pertinente à formação territorial na América Latina, para a totalização do que hoje conhecemos como rodas de samba. A partir dos povos indígenas que povoaram o território e da chegada dos africanos trazidos pelos conquistadores europeus, que os exploraram e escravizaram, pôde-se entender as internacionalidades embutidas no modo de produção e no uso do território, o que redundou nas colonialidades do poder e do saber, constituídas inicialmente pela Europa e que mais tarde foi compartilhada com a América do Norte.

As intervenções que esses eventos iniciais da história do continente provocaram na formação territorial dos países latinoamericanos também imprimem um caráter singular à formação socioespacial brasileira, cujas conjunturas (histórica, social, econômica e espacial) possibilitam uma interpretação geográfica da realidade brasileira.

Assim, o conceito de *formação socioespacial*, apresentado por Santos (2014a; 2012b), tornou-se fundamental para a estruturação da tese. Além deste, outros três conceitos foram incorporados, são eles: *território* (SANTOS, 1994, 2012B); *territorialidades* (CORRÊA, 1994) e *patrimônio-territorial* (COSTA, 2016; 2017; 2018). A unidade constituída pelos mesmos embasou o processo de construção da tese, contribuindo para o conhecimento do modo de estruturação e configuração da realidade concreta da sociedade brasileira e do seu modo de controle do território. A partir desse entendimento, foi também possível desvendar como esses eventos influenciaram a natureza das rodas de samba, expressão de singularidade do processo.

Deve-se considerar que os conceitos aqui trabalhados não são estáticos, eles representam o espaço em movimento, de forma que contribuem para a interpretação da realidade objetiva e concreta também em constante movimento (de mudança).

A formação socioespacial brasileira é entendida na tese como expressão universal daquilo que está resistindo a partir da territorialização das rodas de samba, sendo essas, portanto, passíveis de serem reconhecidas e ativadas popularmente (ou desde dentro) como patrimônio-territorial latinoamericano. Tanto suas territorialidades como ressignificações territoriais, provocadas pelos sujeitos sambistas, se constituem tal como particularidades dessa totalização.

Nesse contexto, a tese se pauta em uma análise geográfica a partir da formação territorial na América Latina, seguindo para uma interpretação dos principais eventos ocorridos no território brasileiro, os quais imprimem um caráter particular à formação socioespacial brasileira. Por meio dessa interpretação, foi possível pontuar que: os efeitos espaciais, sociais e econômicos provocados, em sua particularidade, pelos processos de colonização, industrialização, modernização (Era Vargas) e desenvolvimento (Governo Juscelino Kubitschek) do território brasileiro, totalizam a realidade concreta do país. Assim, foi possível atingir o primeiro objetivo específico proposto para a tese: (i) elucidar o contexto histórico da formação territorial, desde a escala da América Latina até o Distrito Federal brasileiro, permeando a análise a partir do conceito de *formação socioespacial brasileira*.

A construção da Capital Federal, Brasília: meta-síntese de Juscelino Kubitschek, por exemplo, se revela como um produto conjuntural ideológico de desenvolvimento da nação e de internacionalização da economia brasileira, identificada por uma exclusão social crescente e um enriquecimento de poucos,

juntamente com a formação de um Estado “forte”, capaz de gerir entes e mecanismos imperativos para a perpetuação de suas condições de domínio e controle do território nacional.

As Regiões Administrativas do Distrito Federal brasileiro, dessa forma, originaram-se a partir de políticas governamentais de assentamentos da população de baixa renda então periférica, com o propósito de manter essa parte da população à distância do centro original ou do núcleo do poder político hegemônico local e nacional: o Plano Piloto.

Diferentemente do Plano Piloto, essas Regiões Administrativas não disfrutaram das mesmas condições e privilégios, permanecendo algumas delas em constante situação vulnerável (por carência de infraestrutura e de equipamentos públicos), resultante da violenta segregação social promovida pelo próprio Estado. Importante destacar que, em diferentes momentos da construção de Brasília, inúmeras populações foram transferidas em massa para essas áreas. Outro dado, também importante, é que um pouco mais da metade dessa população transferida, conforme Censo Demográfico do IBGE de 2010, é de população negra.

O Estado, então, se firma no território, assegurado por um alto controle social nas relações territoriais. Por intermédio da violência, mantém seu aparato repressor para conter revoltas e apropriações de áreas importantes para a permanência do poder. A população periférica, assim, fica sujeita a processos de expropriação, em terras que comportam várias formas de negócios irregulares, do ponto de vista da operação do capital e do poder político.

Nesse contexto de segregação e desigualdades sociais, produzido pelo próprio Estado associado a agentes hegemônicos (nacionais e internacionais), o movimento do samba do Distrito Federal brasileiro se constituiu e se perpetuou (ver capítulo 4), concomitantemente, como um movimento próprio e particular de rodas de samba (ver capítulo 5). Ao identificar tais transformações, foi possível construir uma periodização do movimento do samba, apresentado no item 4.2.3, conforme proposto pelo segundo objetivo específico: “(ii) promover uma periodização do movimento do samba no território do Distrito Federal brasileiro”.

Desde o seu surgimento, inicialmente de forma espontânea no território, o movimento de rodas de samba da Capital Federal sofre mudanças em sua forma de expressão, à medida que o próprio território também vai se transformando, ordenado e controlado pelo poder do Estado. A partir das análises dessas transformações,

juntamente com os dados coletados e observados durante a pesquisa de campo, foi possível atender ao terceiro objetivo específico proposto: “(iii) analisar as territorialidades e a natureza das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro” (ver capítulo 5). Da mesma forma, foi possível aferir que há na Capital Federal brasileira dois (2) distintos, mas que se dialogam entre si, tipos de movimentos de rodas de samba: as rodas de samba comerciais (na relação trabalho e produção) e as rodas de samba abertas ou democráticas (que valorizam os sujeitos partícipes).

Das nove (9) rodas de samba abertas ou democráticas identificadas pela pesquisa, sete (7) delas foram consideradas como patrimônio-territorial latinoamericano, por representarem uma concreta expressão de resistência espacial negra, que atua contra as colonialidades do poder e do saber imposta sobre o território, tanto do Distrito Federal em sua particularidade como em toda a América Latina, em sua totalidade. Assim, atingiu-se o quarto objetivo específico proposto pela tese: “(iv) identificar e mapear quais rodas de samba do Distrito Federal brasileiro podem ser consideradas e ativadas popularmente como patrimônio-territorial latinoamericano”.

Portanto, a investigação confirma a tese de que parte das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro pode ser reconhecida e ativada popularmente como resistência espacial negra, por carregar em sua natureza as mesmas características e potencialidades de luta e perseverança contra o poder hegemônico histórico, o qual advém das colonialidades do poder e do saber operadas, realizadas e disseminadas pelo próprio Estado.

Essas rodas de samba carregam a força e a significância das rodas de samba que se efetivavam em senzalas, terreiros, morros, favelas e espaços periferizados (onde a cultura afrodescendente se fazia – e ainda se faz – muito presente) desde o período colonial. Elas se fazem resistência espacial negra por valorizarem os sujeitos periferizados (que em sua maioria são negros); por valorizarem o samba de raiz e o samba autoral; além de ocuparem e ressignificarem espaços públicos negligenciados pelo Estado, inspirando possíveis caminhos alternativos em seus usos e sentidos coletivos.

Tais expressões artísticas e populares, portanto, são reconhecidas pela tese como símbolos de resistência e síntese da violência física e moral, da segregação e da exclusão territorial, vivenciadas historicamente pela população empobrecida, que em sua maioria é formada por negros, indígenas ou mestiços. Desde a formação

territorial na América Latina até a constituição da Capital Federal brasileira, elas se mantêm presentes no território contribuindo para explicar (enquanto singularidade) a *formação socioespacial brasileira*. O tambor e as manifestações culturais em roda (círculo), permanecem e identificam a relação cultural entre indígenas e negros, desde o período colonial.

A tese, assim, denuncia, em escalas, as distintas formas de violência que se totalizam pelo território, imposta à população. Portanto, o trabalho faz-se importante no contexto de um Brasil do presente e em mais acelerado retrocesso, desde 2016. Período esse em que a política brasileira passa a ser construída por “fake news”, intensificando os sucateamentos na saúde, na educação, nos programas científicos e de fomento à pesquisa, nas leis trabalhistas e sociais, enfim, deixando como legado a perenidade dos danos.

Assim, com intuito de atender ao quinto e último objetivo específico proposto para a tese, “(v) estruturar um caderno temático que ressalte a importância das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como resistência espacial negra, tal como uma proposta de devolutiva social para a comunidade do samba partícipe da pesquisa”, o pesquisador se compromete em avançar com o aperfeiçoamento deste caderno temático, logo após sua defesa, para a efetivação da necessária devolutiva social. Essa devolutiva é prática política inerente às teses e dissertações defendidas no GECIPA/UnB.

Diante do exposto, entende-se que a presente tese contribui, desde outro empírico, para a revisão dos conceitos geográficos de *território*, *formação socioespacial*, *territorialidades* e *patrimônio-territorial latinoamericano*, por reforçar a noção de que: é a partir do próprio sujeito, e do grupo em que ele se insere, que se fazem efetivas as mudanças e a construção de um mundo no qual possa imperar a solidariedade.

Apesar do cenário futuro parecer incerto e sombrio, o que temos a fazer, no presente, é buscar o conhecimento original da crise, as objetividades e subjetividades que geram tanto a opressão quanto a resistência socioespacial, nos moldes explicativos dos conceitos aqui operados e do fato roda de samba trabalhado.

“Finda a tempestade, o sol nascerá”.



## REFERÊNCIAS

- ALBANECE, R. Carnaval: en la frontera entre arte y vida. *Actas de las X Jornadas Nacionales y V Jornadas Latinoamericanas de Investigación y Crítica Teatral*. Buenos Aires: AINGRIT, 2018.
- ALBUQUERQUE, W. R. & FILHO, W. F. *Uma História do negro no Brasil*. Centro de Estudos Afro-Orientais de Salvador/BA. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, N. A. R. L. *Do território dos sentidos ocupados à sintonia com o entorno: um canto para a música na Geografia?* Dissertação de mestrado defendida pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- ALMEIDA, N. A. R. L. *Conservação no Cerrado, Território, Política Pública: Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu*. Tese de doutorado defendida pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- BARIANI, E. O Estado Demiurgo: Alberto Torres e a Construção Nacional. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 20, n. 49, p. 161-167, Jan./Abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v20n49/v20n49a13.pdf>.
- BERNARDES, A. M. *Urbanismo Mesoamericano Pré-colombiano: Teotihuacán*. Dissertação de mestrado defendida pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- BRAZ, M. O samba entre a “questão social” e a questão cultural no Brasil. In: BRAZ, M. (Org.). *Samba, Cultura e Sociedade: sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- BRITO, D. S.; TRAVASSOS, F.; VITÓRIO, F. *Informação oral*. Entrevistador: ALVES, V. J. R. 1 arquivo mp3 (27min. 52seg.). Brasília, Abr. 2019.
- CAMPOS, M. A. F. *A política econômica do Governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- CAMPOS, N. A segregação planejada. In: PAVIANI, A. *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- CARPANI, R. *Arte y revolución en América Latina*. Ediciones de la Izquierda Nacional. Buenos Aires: Editorial Coyoacán, 1961.
- CHAUÍ, M. S. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CODEPLAN, Companhia de Planejamento do Distrito Federal. A população negra no Distrito Federal brasileiro: analisando as Regiões Administrativas. Brasília: GDF; SEPLAN; CODEPLAN, 2014. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/População-Negra-no-Distrito-Federal-Analisando-as-Regiões-Administrativas.pdf>
- COELHO, M. A. *Geografia do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.

- CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- COSTA, E. B. *Cidades da Patrimonialização Global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade mundo*. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015.
- COSTA, E. B. Utopismos patrimoniais pela América Latina: resistência à colonialidade do poder. *XIV Coloquio Internacional de Geografía: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro: Anais (f. 1-30)*. Barcelona: Universitat de Barcelona [s.n.], mayo, 2016. Disponível em: [http://www.ub.edu/geocrit/xiv\\_everaldocosta.pdf](http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf)
- COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 26, nº. 2, pp. 53-75, jul.-dic. Bogotá, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf>
- COSTA, E. B. Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. *Investigaciones Geográficas*. Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM. DOI: 10.14350/rig.59593 • Artículos. Núm. 96. Agosto; 2018. Disponível em: <http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59593/53181>
- COSTA, E. B. & MOESCH, M. M. Território: locus da dádiva e núcleo da vida. In: BRUSADIN, L. B. (Org.). *Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento*. 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- COSTA, E. B. & PELUSO, M. L. Imaginários urbanos e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Vol. XXI, núm. 1.151. Universidade de Barcelona, 2016. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1151.pdf>
- COSTA, E. B. & STEINKE, V. A. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. *Scripta Nova: Revista electrónica de Geografía y ciencias sociales*. Universitat de Barcelona. Vol. XVIII, nº 493 (44). Barcelona, 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Everaldo%20Batista%20da%20Costa.pdf>
- COSTA, E. B. *et al.* Metropolização, patrimonialização e potenciais de conflitos socioterritoriais em Brasília (DF). *Revista Espaço & Geografía*, vol. 16, nº. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/252>
- DOZENA, A. Os Movimentos de Samba na Cidade de São Paulo: Espaços de Resistência e de Esperança. *Revista Lux Festa*. Goiânia. IESA. 2008/2. v.1. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008. Disponível em: [https://festaspopulares.iesa.ufg.br/up/50/o/FestasSambaSampa\\_Alessandro.pdf](https://festaspopulares.iesa.ufg.br/up/50/o/FestasSambaSampa_Alessandro.pdf)
- DOZENA, A. *As territorialidades do samba na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- DOZENA, A. Entre o real e o imaginário: o samba como discurso e prática de contrafinalidade na paulicéia. In: COSTA, E. B. & OLIVEIRA, R. S. (Org.). *As cidades entre o “real” e o imaginário: estudos no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

- FELIPPE, J. M. F. G. *Cartografias valorativas de Sabará-MG a essencialidade da cidade patrimonial metropolizada*. Tese (doutorado) defendida na Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23269>
- FONSECA, P. C. D. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. In: RIBEIRO, M. T. R. (org.) *Intérpretes do Brasil; leituras críticas do pensamento social brasileiro*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2001.
- FREDERICO, S. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. *Revista Geosp: Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 1, p. 73-101, abril. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/98588/132457>
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FROMM, E. *Ter ou Ser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- FURTADO, C. *Formação econômica da América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lia, Editor S. A., 1970.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GARCIA, L. P. *Informação oral*. Entrevistador: ALVES, V. J. R. 1 arquivo mp3 (19min. 14seg.). Brasília, Abr. 2019.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 6ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- GRAEFF, N. *Os ritmos da roda: tradição e transformação no samba de roda*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- HOSTENSKY, I. L. *Patrimônio-territorial em Olinda – PE: Comunidade quilombola do Portão do Gelo – Nação Xambá, valorização da cultura afro-latino-americana*. Dissertação (mestrado) defendida na Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.
- IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Acesso em jan. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>
- IZEL, A. & LIMA, I. R. Saiba mais sobre como começou o carnaval em Brasília. *Correio Brasiliense: Diversão e Arte, Brasília*. Postado em 06/02/2018 (06:30'). Atualizado em 08/02/2018 (18:50'). Disponível em: [https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/02/06/interna\\_diversao\\_arte,658009/como-comecou-o-carnaval-em-brasil.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/02/06/interna_diversao_arte,658009/como-comecou-o-carnaval-em-brasil.shtml)
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- LOVEJOY, Paul E. Esclavidud y comercio esclavista en el África Occidental: investigaciones en curso. In: VELÁZQUEZ, M. E. *Debates históricos contemporáneos: africanos y afrodescendientes en México y Centroamérica*. México: Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, Instituto Nacional de Antropología e Historia da Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.
- LEHMANN, H. *As Civilizações Pré-colombianas*. Coleção Saber Atual. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.
- LIMA, L. N. M. *Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência*. Tese (doutorado) defendida na Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24935>
- LIMA, T. A. O povoamento inicial do continente americano: migrações, contextos, datações. In: Hilton P. Silva; Claudia Rodrigues-Carvalho. (Org.). *Nossa origem. O povoamento das Américas: visões multidisciplinares* (v.1, p. 77-103). Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.
- LÓPEZ AUSTIN, A. & LÓPEZ LUJÁN, L. *El Pasado Indígena*. Serie Hacia una nueva historia de México. 2ª ed. México: El colegio de México, 2001.
- MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: BETHWELL, A. O. *História geral da África V: África do século XVI ao XVIII*. Editado por. Brasília: UNESCO, 2010.
- MARTÍN-BARBERO, J. Projetos de modernidade na América Latina. In: DOMINGUES, J. M. & MANEIRO, M. *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARTÍNEZ MONTIEL, L. M. *Afroamérica III: la tercera raíz, presencia africana en México*. 1ª ed. Colección la pluralidad cultural en México. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2017.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. Tradução: NEVES, P. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MCDONOUGH, R. A ideologia como falsa consciência: Lukács. In: Centre For Contemporary Cultural Studies, Universidade de Birmingham. *Da Ideologia*. Trad: LIMA, R. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- MENEZES, S. S. M. & ALMEIDA, M. G. Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo. *Revista NERA – ano 9, n. 8*, (pp. 133-150). Jan./Jun. de 2006. Presidente Prudente, 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1444>
- MESQUITA, E. L. *Patrimônio-territorial ante a Patrimonialização Global em Assunção – Paraguai*. Dissertação (mestrado) defendida na Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.
- MICHAELIS. *Dicionário Online*. Acesso em: fev. 2018 à nov. 2019. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>
- MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, pp. 71-103. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.
- MORAES, A. C. R. A Dimensão Territorial nas Formações Sociais Latinoamericanas. *Revista do Departamento de Geografia USP*, ano VII, pp. 81-86. São Paulo:

- Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53681/57644>
- MORAES, A. C. R. Bases da formação territorial do Brasil. Palestra proferida no evento “Pensamento Geográfico e Formação Territorial do Brasil”, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 8 de dezembro de 2000. Transcrição realizada por Maria Aparecida Costa. In: *Revista GEOGRAFARES*, nº 2, jun. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2001. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18088883-Bases-da-formacao-territorial-do-brasil-1-antonio-carlos-robert-de-moraes.html>
- MORAES, A. C. R. *Ideologias Geográficas*. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, A. C. R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. *Revista Eletrônica Espaço e Tempo (GEOUSP)*, v. 18, n. 1, p. 9-39. São Paulo: GEOUSP, 2014. Disponível em: [https://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/81075/pdf\\_2](https://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/81075/pdf_2)
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução LISBOA, E. 4ª ed. Sulina. Porto Alegre, 2011.
- MULAY, V. S. *Como se fossem para o Cabo do Mundo: geohistória e cartografias sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz (1725-1752)*. Dissertação (mestrado) defendida na Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31383>
- NETO, L. *Uma história do samba: volume 1 (as origens)*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- OLIVEIRA, R. F. *De aldeamento jesuítico a periferia metropolitana: Carapicuíba/SP como rugosidade patrimonial*. Tese (doutorado) defendida na Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22768>
- OLIVEIRA FILHO, M. *Informação oral*. Entrevistador: ALVES, V. J. R. 1 arquivo mp3 (24min. 46seg.). Brasília, Abr. 2019.
- ON-LINE DATA BASE. *Banco de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos*. David Eltis e colaboradores, 2018. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>
- QUIJANO, A. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In: ALMEIDA, F. L. *A questão urbana na América Latina*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- QUIJANO, A. A Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>
- QUINTANAR PÉREZ, D. I. El aporte Franco-Haitiano al Carnaval de Santiago de Cuba: una revisión histórica. *Revista Brasileira do Caribe*. São Luís, MA, Brasil, v. 18, n. 34, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/7507/0>
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução FRANÇA, M. C. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- REYES, L. A. *El pensamiento indígena en América: los antiguos andinos, mayas y nahuas*. 1ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2008.

- RIBEIRO, D. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986.
- RIBEIRO, D. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Global, 2015.
- RÚBIO, R. P. *Memória e território: sociogênese da luta pela terra dos assentados do Cafundão (Mariana-MG)*. Dissertação (mestrado) defendida na Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20314>
- SABATO, E. *La resistencia*. 1ª ed. Buenos Aires: Planeta, 2002.
- SAMANIEGO, F. Encuentro de culturas. In: BAYÓN, D. *América Latina en sus Artes. Serie América Latina en su cultura*. 2ª ed. México: Siglo XXI editores, 1978.
- SANTOS, B. S. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, M. O retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
- SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: *Revista Território*, ano IV, nº 6, jan./jun. pp. 5-20, 1999. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20827995-Modo-de-producao-tecnico-cientifico-e-diferenciacao-espacial.html>
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SANTOS, M. Por uma Epistemologia Existencial. In: LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L. & ARROYO, M. *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. *Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.
- SANTOS, M. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.
- SANTOS, M. *O Espaço do Cidadão*. 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. Estudo Territoriais Brasileiros: XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000. In: *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universitat de Barcelona, nº 270, 24 de enero de 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-270.htm>
- SANTOS, M.; VATTO, N.; VITÓRIO, F. *Informação oral*. Entrevistador: ALVES, V. J. R. 1 arquivo mp3 (24min. 51seg.). Brasília, Abr. 2019.

- SERNA MORENO, J. J. M. Propuesta teórico-metodológica para el proyecto colectivo de investigación afroindoamérica. In: SERNA MORENO, J. J. M. *Afroindoamerica: resistencia, visibilidad y respeto a la diferencia*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.
- SERNA MORENO, J. J. M. *Informação oral*. Entrevistador: ALVES, V. J. R. Entrevista realizada na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) [setembro, 2018]. Gravação em MP4. Visita Técnica de Natureza Científica no México com fomento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, Brasília/DF.
- SILVA, A. C. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SILVA, E. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. 5ª ed. Brasília: Charbel Gráfica e Editora, 2006.
- SILVA, H. S. F. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. *Revista Economia e Sociedade*, v. 22, n. 3, dez. (pp. 855-860). Campinas: UNICAMP, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/10.pdf>
- SILVA, M. A. B. Lei de terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*, v. 35, nº 70 (pp. 87-107). São Paulo: ANPUH, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v35n70/1806-9347-rbh-2015v35n70014.pdf>
- SILVEIRA, M. L. O BRASIL: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. *ACTA Geográfica* (pp. 151-163), Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. Disponível em: <https://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/556>
- SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SOUZA, R. F. *Cruzeiro: retratos de sua história (1959-2009)*. Brasília: Fundo de Arte e Cultura – FAC, 2010.
- TJDFT. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Lei Distrital nº 4.092*, de 30 de janeiro de 2008. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/lei-do-silencio>
- VALENCIA, R. *Chincha y alrededores en Ica, Perú: lengua, cultura y literatura*. Submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts. Department of Modern Languages: College of Arts and Sciences. Manhattan, Kansas: Kansas State University, 2010.
- VESENTINI, J. W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- VIANNA, H. *O mistério do samba*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- WARREN, I. S. Redes Sociais: Trajetórias e Fronteiras. In: DIAS, L. C. & SILVEIRA, R. L. L. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- ZIBECHI, R. *Território em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

**ANEXO I: LINHA DO TEMPO COM ALGUNS DOS EVENTOS OCORRIDOS ENTRE 1500 ATÉ OS DIAS ATUAIS**

	<p><b>1501</b> Em 3 de setembro, a Coroa Espanhola firma a autorização para o ingresso de escravos africanos a suas colônias.</p>	<p><b>1510</b> O rei Fernando II de Aragão autoriza o traslado de cinquenta escravos a Santo Domingo, e com ele se inicia a comercialização de escravos nas Américas.</p>	
<p><b>1518</b> O imperador espanhol Carlos V põe em marcha o sistema de assento, legalizando assim o tratamento de escravos nas colônias espanholas.</p>	<p><b>1562</b> John Hawkins transporta 300 escravos da África Ocidental para a Espanha.</p>	<p><b>1619</b> Desembarca em Jamestown (Virgínia), o primeiro navio com escravos na América do Norte.</p>	<p><b>1522</b> Em 28 de dezembro, ocorre a primeira grande revolução de escravos em <i>La Española</i>, atualmente, República Dominicana.</p>
<p><b>1685</b> O governo francês promulga o <i>Code Noir</i> (Código Negro) em seus assentamentos coloniais para exigir que os escravos sejam instruídos pela fé religiosa e proibidos de trabalhar em dias festivos.</p>	<p><b>1713</b> A <i>South Sea Company</i>, de origem inglesa, recebe um contrato que a permite transportar anualmente 4.800 escravos para as colônias espanholas, em um período de 30 anos.</p>	<p><b>1748</b> O filósofo e político francês Barão de Montesquieu publica <i>L'esprit des lois</i> (O espírito das leis), um tratado que analisa as formas de governo e condena a escravatura.</p>	<p><b>1693</b> Com o descobrimento de ouro em Minas Gerais (Brasil), ocorre a importação de milhares de escravos para trabalhar nas explorações mineiras.</p>
<p><b>1760</b> Em 7 de abril, na Jamaica, ocorre a revolta dos escravos de Tacky.</p>	<p><b>1772</b> Em um pleito judicial sem precedentes, <i>Knowles versus Somerset</i>, tem-se contribuições para o movimento antiescravista na Grã-Bretanha.</p>	<p><b>1787</b> Os abolicionistas ingleses criam o <i>Comitê para a Abolição da Comercialização de Escravos</i>. Em 17 de setembro, firma-se a constituição dos Estados Unidos. Tal documento estipulava que o congresso não poderia proibir o Mercado de Escravos até 1808. A Coroa Britânica funda Serra Leoa, como uma colônia para os escravos emancipados.</p>	<p><b>1763</b> Inglaterra toma posse das ilhas de Granada e São Vicente, onde introduz muitos escravos. Em 23 de fevereiro se inicia uma grande revolta de escravos em Berbice, colônia holandesa do Caribe, que não foi sufocada até 1764.</p>
<p><b>1791</b> Em 22 de agosto, instala-se uma grande rebelião de escravos na colônia francesa de São Domingos. A revolucionária Assembleia Nacional Francesa proclama a abolição da escravatura em todas as posses francesas.</p>	<p><b>1794</b> Em 22 de março, o Congresso dos Estados Unidos proíbe a comercialização de escravos e o abastecimento de combustível de navios escravistas estrangeiros em seus portos.</p>	<p><b>1802</b> Em 12 de maio, Napoleão Bonaparte restaura a escravatura nas colônias francesas.</p>	<p><b>1792</b> A Coroa Danesa (Dinamarca e Noruega) anuncia o fim da comercialização de escravos, mas apenas em 1803 que surte seu efeito.</p>
<p><b>1803</b> Dinamarca proíbe o comércio de escravos.</p>	<p><b>1807</b> Em 25 de março a Inglaterra proclama a abolição do comércio de escravos, nem sua posse.</p>	<p><b>1810</b> México é uma das primeiras nações da América a declarar a abolição da escravatura através de um lado emitido por Miguel Hidalgo. Sem embargo, não foi senão até 1829 que se decretou de maneira oficial. Venezuela põe fim ao mercado de escravos.</p>	<p><b>1804</b> Os escravos vitoriosos Declaram São Domingues (atualmente Haiti) como a primeira república negra independente do hemisfério ocidental.</p>
<p><b>1812</b> Em Cuba instalam uma série de revoltas de escravos, conhecida como A Rebelião de Aponte.</p>	<p><b>1815</b> O Congresso de Viena, oito potências vitoriosas declaram sua oposição a escravatura.</p>	<p><b>1817</b> O governo britânico entrega 400 mil libras como compensação pela promessa espanhola de pôr fim ao mercado de escravos no norte do Equador.</p>	<p><b>1814</b> Em 15 de janeiro, o governo holandês põe fim ao mercado de escravos em seu território.</p>
<p><b>1819</b> O parlamento britânico autoriza a criação de tribunais de Comissão Mista em Serra Leoa para decidir o destino dos barcos escravistas apreendidos.</p>	<p><b>1824</b> O parlamento britânico declara que a participação ao tráfico de escravos é um ato de pirataria.</p>	<p><b>1825</b> Em Bolívia, Paraguai, Peru, Chile e Argentina se posicionam em marcha programas para a abolição gradual da escravatura.</p>	<p><b>1820</b> Um 30 de maio, Espanha proclama a abolição do mercado de escravos ao sul da linha equatorial.</p>
<p><b>1830</b> Os governos de Grã-Bretanha, Portugal e Brasil firmam um tratado, o qual o Brasil aceita por fim ao comércio de escravos.</p>	<p><b>1835</b> Nas cidades cubanas de Jaruco, Habana e Matanzas ocorrem importantes revoltas de escravos.</p>	<p><b>1839</b> Inglaterra promulga a <i>Lei Palmerston</i> que permite aos navios britânicos abordar e registrar navios portugueses suspeitos de mercado de escravos. No mês de julho, o navio negreiro espanhol <i>Amistad</i> é tomado à força nas proximidades da costa cubana quando os africanos a bordo se subvertem contra o capitão.</p>	<p><b>1831</b> França aprova uma lei que autoriza a apreensão de navios negreiros. Bolívia proclama a abolição da escravatura. Em Jamaica ocorre uma grande revolta de escravos conhecida como Guerra Baptista.</p>



<p><b>1848</b> Em 27 de abril, o governo francês proclama a abolição da escravatura nas colônias francesas.</p>	<p><b>1852</b> Equador aprova uma lei que outorga a liberdade aos escravos no país. Todos os escravos são libertados na Colômbia, assim que declaram a abolição da escravatura um ano antes. A escritora Harriet Beecher Stowe publica "A cabana de Tio Tom", uma novela antiescravista que se tornou um grande sucesso.</p>	<p><b>1854</b> Argentina põe em marcha um programa para a abolição gradual da escravatura. Venezuela põe em marcha um programa para a libertação gradual dos escravos.</p>	<p><b>1850</b> No mês de setembro, o governo brasileiro promulga a Lei Queirós que põe fim ao comércio de escravos no Brasil.</p>
<p><b>1862</b> Paraguai põe em marcha um programa para a abolição gradual da escravatura.</p>	<p><b>1865</b> Em 18 de dezembro, a décima terceira Emenda da Constituição dos Estados Unidos promulga a abolição da escravatura.</p>	<p><b>1867</b> O último carregamento de escravos africanos de que se tem notícia chegou a Cuba. Espanha aprova uma lei para pôr fim ao mercado de escravos em Cuba.</p>	<p><b>1863</b> Em 1º de junho, tem efeito a Proclamação de Emancipação dos escravos, declarada pelo presidente Abraham Lincoln.</p>
<p><b>1870</b> Em 23 de junho, Espanha promulga a <i>Lei Moret</i>, com a que inicia o processo de emancipação dos escravos em Cuba.</p>	<p><b>1873</b> Abolição da escravatura em Porto Rico.</p>	<p><b>1880</b> Espanha promulga a Lei de Patronato, com a que se iniciou o processo de emancipação gradual das colônias espanholas. Em 7 de setembro, funda-se a Sociedade Antiescravista Brasileira.</p>	<p><b>1871</b> Em 28 de setembro, o governo do Brasil aprova a Lei de Rio Branco, que promulga a emancipação dos escravos no país.</p>
<p><b>1886</b> Espanha proclama a escravatura em todas as suas colônias, incluindo Cuba.</p>	<p><b>1888-2019</b> - A LUTA CONTINUA - Desde a abolição da escravatura, não há um reconhecimento oficial do papel que a população afrodescendente tem desempenhado no desenvolvimento do continente americano e, muito em particular, sua incidência no âmbito social. Os indicadores sobre pobreza, marginalização, racismo e violência demonstram que, ainda hoje, uma terrível desigualdade se faz presente nas comunidades afrodescendentes de, praticamente, todos os territórios latinoamericanos.</p>		<p><b>1888</b> Em 13 de maio, a escravatura é oficialmente abolida no Brasil, último reduto do continente.</p>

Fonte: Exposición AfricAmericanos, Centro de la Imagen, Ciudad de México (2018)

## APÊNDICE I: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “CAFÉ COM SAMBA”

Roda de Samba: CAFÉ COM SAMBA	
<b>Responsável:</b> Luciano Pontes Garcia e Lília Garcia	
<b>Nome popular:</b> Luciano Ibiapina	
<b>Ano de surgimento:</b> 2014	<b>Ano de encerramento:</b> -
<b>Número de colaboradores:</b> Entre 22 e 25 pessoas	
<b>Facebook:</b> <a href="https://www.facebook.com/cafecomsambadf">https://www.facebook.com/cafecomsambadf</a>	
<b>Instagram:</b> <a href="https://www.instagram.com/cafecomsambadf">https://www.instagram.com/cafecomsambadf</a>	
<b>Data de realização:</b> Todo segundo sábado de cada mês.	
<b>Horário:</b> De 09:00 às 14:00 aproximadamente.	
<b>Público alvo:</b> Desde o senhor em situação de vulnerabilidade até a população de classe baixa, média e alta, que frequentam a Torre de TV.	
<b>Logomarca:</b>	<b>Flyer de divulgação:</b>
	
<b>Local de realização:</b> Praça de alimentação da Feira da Torre de TV, Plano Piloto, Brasília – DF.	
	
Fonte: <a href="https://www.bing.com/maps?q=torre+de+tv&amp;FORM=HDRSC4">https://www.bing.com/maps?q=torre+de+tv&amp;FORM=HDRSC4</a>	



Figuras (1), (2) e (3): Fotografia do lugar de realização da roda de samba “Café com Samba”  
Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Equipamentos necessários:** Para a efetivação dos encontros da roda de samba “Café com Samba” os organizadores precisam solicitar licença e autorização de uso do espaço público desejado, junto ao Governo do Distrito Federal, além de requerer apoio de segurança pública ao local.

Os organizadores ainda precisam arcar com as despesas de locação de tendas, mesas, cadeiras e equipamentos de som para a organização do local.



Figuras (4) e (5): Fotografia dos equipamentos necessários: mesas, cadeiras e estrutura de som para a roda de samba “Café com Samba”

Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Recursos:** Segundo Luciano Biapina (2019), os organizadores do “Café com Samba” esforçam-se para conseguir recursos com órgãos governamentais, a fim de dar continuação aos eventos, mas geralmente eles arcam com recursos próprios. Para auxiliar nas despesas, promovem a venda de chaveiros,

sandálias, canecas e camisetas com a logomarca da roda de samba. Toma-se como um grupo sem fins lucrativos.

O lanche para o café da manhã coletivo é sempre promovido pelos integrantes e frequentadores da roda de samba, doados voluntariamente. Todos podem participar e usufruir dos itens colocados sobre a mesa, preparada para atender à todos. Mesmo os passantes curiosos e turistas que chegam para observar a roda de samba também podem desfrutar do café da manhã coletivo.



Figura (6): Fotografia dos alimentos doados pelos integrantes da roda de samba para o café da manhã coletivo. Figura (7): Camiseta confeccionada para a venda, a fim de complementar a verba para as despesas do “Café com Samba”.

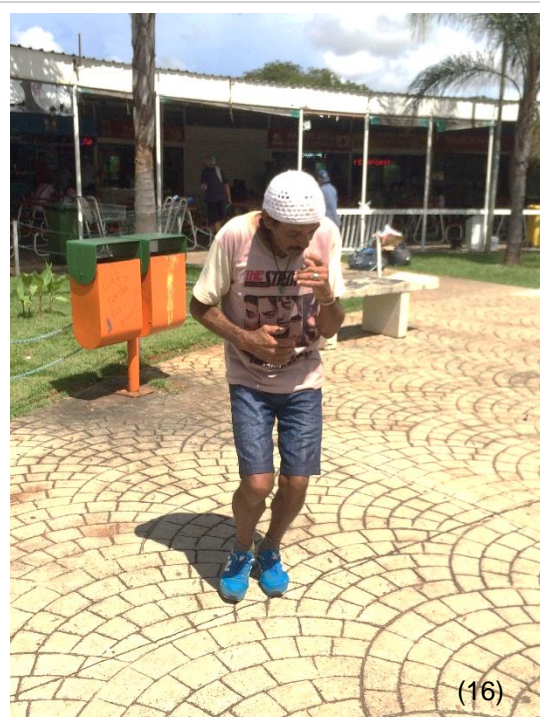
Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Questão social:** Importante para fomentar e divulgar a cultura popular, o samba e as rodas de samba do Distrito Federal. Valoriza os compositores e músicos locais, além de incentivar os estudantes do samba na prática com seus instrumentos. Além de fazer com que as pessoas ocupem mais os espaços públicos do Distrito Federal, pois as rodas de samba são sempre feitas em locais estratégicos. A Torre de TV é considerada um lugar onde tem gente de todo o Distrito Federal, de todas as regiões administrativas, trabalhando com artesanato e passeando no seu tempo de lazer.

**História da roda de samba:** A roda de samba “Café com Samba” já tem 4 anos. Começou com uma ideia de Lília, esposa de Luciano Biapina, de fazer um samba com café. A iniciativa partiu inicialmente com rodas de samba realizadas em padarias e distribuidoras. A partir de então, começaram a convidar amigos para participar dos encontros e o movimento foi se fortalecendo. Seu objetivo principal, além de fomentar o samba de raiz e o samba autoral do Distrito Federal, possibilita que as pessoas que iniciam os estudos do samba ou as que já são sambistas (mas não têm uma habilidade com o instrumento) possam fazer parte da roda e se aproximar dos

profissionais que já estão atuando profissionalmente em Brasília, fora da cidade ou até fora do Brasil.





(16)



(17)



(18)



(19)

Figuras (8), (9) e (10): Roda de samba “Café com Samba”. Figura (11): Luciano Biapina e integrantes da roda de samba “Café com Samba”. Figura (12): Integrantes convidados da roda de samba “Café com Samba”. Figuras (13), (14), (15), (16), (17), (18) e (19): Participantes e curiosos que passam para observar a roda de samba “Café com Samba”.  
Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

## APÊNDICE II: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “CLUBE DO COMPOSITOR”

Roda de Samba: DO CLUBE DO COMPOSITOR	
<b>Responsável:</b> Dalberth Brito, Fiola Travassos, Felipe Victório, Dilto do Cavaco, Roberto Bolacha, Dinho Braga	
<b>Ano de surgimento:</b> junho de 2017	<b>Ano de encerramento:</b> -
<b>Número de colaboradores:</b> 06	
<b>Facebook:</b> <a href="https://www.facebook.com/clubdocompositordf/">https://www.facebook.com/clubdocompositordf/</a>	
<b>Instagram:</b> <a href="https://instagram.com/clubcompositor">https://instagram.com/clubcompositor</a>	
<b>Data de realização:</b> às sextas, quinzenalmente / 1º sábado do mês	
<b>Horário:</b> De 16:00 às 22:00 aproximadamente.	
<b>Público alvo:</b> Aberto para toda a comunidade do Distrito Federal	
<b>Logomarca:</b>	<b>Flyer de divulgação:</b>
	
<b>Local de realização:</b> Casa do Fiola, casa do Vatto, casa do Dilto do Cavaco. Atualmente a sede no Batalhão das artes, em frente a ACIT em Taguatinga Norte, na QI 25 / QNL 1/3 (Samba do Cuca's).	
	
Fonte: <a href="https://www.google.com.br/maps/place/Batalh%C3%A3o+das+Artes/@-15.811362,-48.076662,17z/data=!4m5!3m4!1s0x935a33fac2a6f2cd:0x777efcd1007f3dad!8m2!3d-15.810851!4d-48.076752?hl=pt-BR">https://www.google.com.br/maps/place/Batalh%C3%A3o+das+Artes/@-15.811362,-48.076662,17z/data=!4m5!3m4!1s0x935a33fac2a6f2cd:0x777efcd1007f3dad!8m2!3d-15.810851!4d-48.076752?hl=pt-BR</a>	



Figuras (1), (2) e (3): Fotografia do lugar de realização da roda de samba “Clube do Compositor”, Batalhão das Artes. Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Autorizações e equipamentos necessários:** Para a efetivação dos encontros da roda de samba “Clube do Compositor” os organizadores precisam solicitar licença e autorização de uso do espaço público desejado, junto ao Governo do Distrito Federal, além de requerer apoio de segurança pública ao local. Quando o samba acontece no Batalhão das Artes não precisa dessa burocracia. O local é de uso do próprio coletivo e de outros grupos sociais.

Os organizadores ainda precisam arcar com as despesas de locação de mesas, cadeiras e equipamentos de som para a organização do local.



Figuras (4) e (5): Fotografia dos equipamentos necessários: mesas, cadeiras e estrutura de som para a roda de samba “Club do Compositor”. Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Recursos:** Todas de despesas são de responsabilidade dos próprios componentes do coletivo. Após o aniversário de 2 anos do Clube do compositor, pretendem



colocar um projeto no “FAC”, para tentar conseguir apoio financeiro. No momento, apresentam dificuldade de achar apoiadores, portanto todo o custo é por conta deles.

**Questão social:** Aproximar a comunidade; Projeto com jovens, aproximando da música; Oficina para crianças, para ensinar instrumentação; Valorização da música brasileira. Também recolhem mantimentos para serem doados, geralmente para instituições de apoio aos idosos.

**História da roda de samba:** A roda de samba teve início com uma conversa com um colega (Diego do Banjo, não mora mais em Brasília). Teve ideia de juntar o pessoal, semanal, quinzenal ou mensalmente, para poder compor, reunir, assar uma carne, trazer a família.

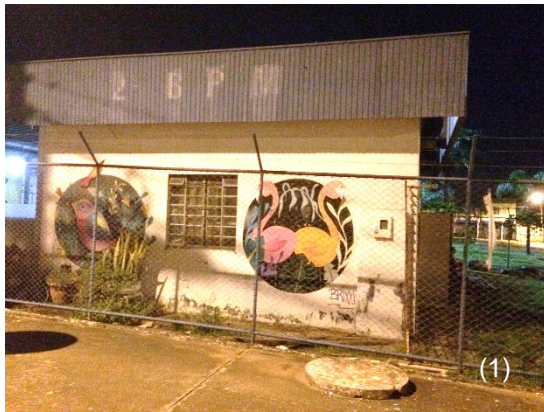


Figuras (6), (7), (8), (9), (10) e (11): Realização da Roda de samba “Club do Compositor”.

Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

## APÊNDICE III: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “PODE CHEGAR”

Roda de Samba: PODE CHEGAR	
<b>Responsável:</b> Jorge Ericson e parcerias de outros coletivos	
<b>Ano de surgimento:</b> outubro 2018	<b>Ano de encerramento:</b> -
<b>Número de colaboradores:</b> 01	
<b>Facebook:</b> -	
<b>Instagram:</b> -	
<b>Data de realização:</b> 1º sábado de cada mês ou nos encontros dos parceiros	
<b>Horário:</b> De 18:00 às 22:00 aproximadamente.	
<b>Público alvo:</b> Aberto para toda a comunidade do Distrito Federal	
<b>Logomarca:</b>	<b>Flyer de divulgação:</b>
	
<b>Local de realização:</b> Sede do Batalhão das Artes, em frente a ACIT em Taguatinga Norte, na QI 25 / QNL 1/3 e em outros espaços públicos das Regiões Administrativas do Distrito Federal.	
	
Fonte: <a href="https://www.google.com.br/maps/place/Batalh%C3%A3o+das+Artes/@-15.811362,-48.076662,17z/data=!4m5!3m4!1s0x935a33fac2a6f2cd:0x777efcd1007f3dad!8m2!3d-15.810851!4d-48.076752?hl=pt-BR">https://www.google.com.br/maps/place/Batalh%C3%A3o+das+Artes/@-15.811362,-48.076662,17z/data=!4m5!3m4!1s0x935a33fac2a6f2cd:0x777efcd1007f3dad!8m2!3d-15.810851!4d-48.076752?hl=pt-BR</a>	



Figuras (1), (2) e (3): Fotografia do lugar de realização da roda de samba “Club do Compositor”, Batalhão das Artes. Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Autorizações e equipamentos necessários:** Para a efetivação dos encontros da roda de samba “Pode Chegar” os organizadores precisam solicitar licença e autorização de uso do espaço público desejado, junto ao Governo do Distrito Federal, além de requerer apoio de segurança pública ao local. Quando o samba acontece no Batalhão das Artes não precisa dessa burocracia. O local é de uso do próprio coletivo e de outros grupos sociais.

Os organizadores ainda precisam arcar com as despesas de locação de mesas, cadeiras e equipamentos de som para a organização do local.



Figuras (4) e (5): Fotografia dos equipamentos necessários: mesas, cadeiras e estrutura de som para a roda de samba “Club do Compositor”. Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Recursos:** Todas de despesas são de responsabilidade dos próprios componentes do coletivo e dos parceiros que aceitam tocar com a Roda de samba Pode Chegar. No momento, apresentam dificuldades de achar apoiadores, portanto todo o custo é por conta deles.

**Questão social:** Aproximar a comunidade; Projeto com jovens, aproximando da música; Oficina para crianças, para ensinar instrumentação; Valorização da música brasileira. Também recolhem mantimentos para serem doados, geralmente para instituições de apoio aos idosos.

**História da roda de samba:** Como é uma roda de samba que está começando, contam com as parcerias do Club do Compositor, Café com Samba, Samba lá de Casa, Samba na Comunidade. É um projeto que oportuniza que outros músicos do Distrito Federal e que estão aposentados venham e participem da roda. Agregar à população que goste de música, goste do samba, para estar junto

brincando e fazendo música. Outro intuito desse projeto é levar as rodas de samba para outras Regiões Administrativas: São Sebastião, Sobradinho, Gama, enfim... todas as demais regiões de Brasília. A ideia é chegar na região e convidar as rodas de samba da comunidade visitada para fazer parte dos encontros. Essa é a proposta do projeto.



Figuras (6), (7), (8), (9), (10) e (11): Realização da Roda de samba “Pode Chegar”, em parceria com o Club do Compositor e o Samba do Banquinho. Jorge Ericson cedeu a entrevista no evento Roda de Samba do Clube do Compositor.

Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

## APÊNDICE IV: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “SAMBA NA COMUNIDADE”

Roda de Samba: SAMBA NA COMUNIDADE	
<b>Responsável:</b> Maicon Santos, Negro Vatto, Felipe Vitória entre outros	
<b>Ano de surgimento:</b> junho de 2014 (junho de 2012 iniciou o projeto)	<b>Ano de encerramento:</b> -
<b>Número de colaboradores:</b> 03 efetivos e outros amigos	
<b>Facebook:</b> <a href="https://www.facebook.com/sambanacomunidade/">https://www.facebook.com/sambanacomunidade/</a>	
<b>Instagram:</b> <a href="https://instagram.com/sambanacomunidadeilandia">https://instagram.com/sambanacomunidadeilandia</a>	
<b>Data de realização:</b> todo terceiro sábado do mês.	
<b>Horário:</b> 16:00 às 22:00.	
<b>Público alvo:</b> População da periferia onde a roda de samba acontece, entretanto, acaba envolvendo e deslocando todo o pessoal do Distrito Federal.	
<b>Logomarca:</b>	<b>Flyer de divulgação:</b>
	
<b>Local de realização:</b> Geralmente ocorre na Praça da Bíblia, localizada na Região Administrativa Ceilândia, Brasília/DF.	
	

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Batalh%C3%A3o+das+Artes/@-15.811362,-48.076662,17z/data=!4m5!3m4!1s0x935a33fac2a6f2cd:0x777efcd1007f3dad!8m2!3d-15.810851!4d-48.076752?hl=pt-BR>



Figuras (1) e (2): Fotografia do lugar de realização da roda de samba “Samba na Comunidade”  
Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Autorizações e equipamentos necessários:** Para a efetivação dos encontros da roda de samba “Samba na Comunidade” os organizadores precisam solicitar licença e autorização de uso do espaço público desejado, junto ao Governo do Distrito Federal, além de requerer apoio de segurança pública ao local. Os organizadores ainda precisam arcar com as despesas de locação de tendas, mesas, cadeiras e equipamentos de som para a organização do local.



Figuras (3) e (4): Fotografia dos equipamentos necessários: mesas, cadeiras e estrutura de som para a roda de samba “Samba na Comunidade”. Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Recursos:** Os recursos são dos próprios sambistas. Não há apoio ou incentivo governamental / privado.



Figura (5): Camiseta confeccionada para a venda nos locais das rodas, a fim de complementar a verba para as despesas do “Samba na Comunidade”. Figura (6): Tendas alugadas para a realização da roda. Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).



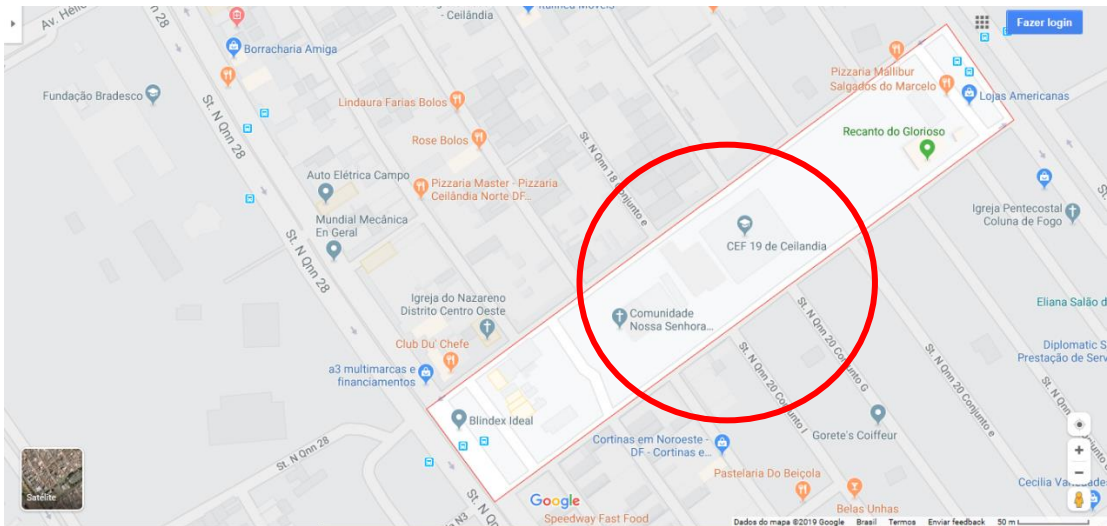
**Questão social:** Valorizar o samba de raiz e o samba autoral, além de divulgar o samba nas áreas periferizadas do Distrito Federal.

**História da roda de samba:** O coletivo já atua tem uns 5 anos, mas no plano teórico de realização tem mais tempo. O grupo ia para o Plano Piloto fazer estudos sobre como era o movimento do samba em Brasília e como isso podia ser compartilhado para as Regiões Administrativas, já que só ocorria samba no Plano Piloto e nem todo mundo tem recurso para frequentar os bares e casas noturnas da região central. Coletavam os dados em locais como “CALAF”, “Sete na Roda” e “Balaio”, para, então, dar ascensão ao “Samba na Comunidade”, destinado ao pessoal de baixa renda. A proposta é que essa parte da população também tenha a cultura do samba em seu cotidiano.



Figuras (7), (8), (9), (10), (11) e (12): Efetivação da Roda de samba “Samba na Comunidade” na Praça da Bíblia da Ceilândia (DF). Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

## APÊNDICE V: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “SAMBA DA GUARIBA”

Roda de Samba: SAMBA DA GUARIBA	
<b>Responsável:</b> Emerson Rodrigues; Edson Rodrigues; Leandro Lopes; Remy Lima; Igor Costa; Laércio Rubato; Walteir Silva e Vitor Andrade.	
<b>Ano de surgimento:</b> 2016	<b>Ano de encerramento:</b> -
<b>Número de colaboradores:</b> 08	
<b>Facebook:</b> <a href="https://www.facebook.com/sambadaquariba/">https://www.facebook.com/sambadaquariba/</a>	
<b>Instagram:</b> <a href="https://instagram.com/coletivosambadaquariba">https://instagram.com/coletivosambadaquariba</a>	
<b>Data de realização:</b> Todo segundo sábado de cada mês	
<b>Horário:</b> De 16:00 às 22:00 aproximadamente	
<b>Público alvo:</b> . Moradores da EQNN 18/20, Ceilândia Sul e áreas próximas	
<b>Logomarca:</b> 	<b>Flyer de divulgação:</b> 
<b>Local de realização:</b> EQNN 18/20 Ceilândia Sul	
	
Fonte: <a href="https://www.google.com.br/maps/place/St.+N+EQNN+18%2F20+-+Ceilândia,+Brasília+-+DF/@-15.826874,-48.1161475,18z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x935bccfa274094dd:0x3c53180ed62eb46e!8m2!3d-15.8279199!4d-48.1165005">https://www.google.com.br/maps/place/St.+N+EQNN+18%2F20+-+Ceilândia,+Brasília+-+DF/@-15.826874,-48.1161475,18z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x935bccfa274094dd:0x3c53180ed62eb46e!8m2!3d-15.8279199!4d-48.1165005</a>	





Figuras (1) e (2): Fotografia do lugar de realização da roda de samba “Samba da Guariba”.  
Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Equipamentos necessários:** O Coletivo de Samba da Guariba, tem uma grande dificuldade em executar cada uma de suas edições, onde os membros do mesmo, rateiam custos como: Cachê de Instrumentistas, Transporte e alimentação dos artistas e colaboradores, material de expediente como: Lâmpadas, esparadrapos, cabos, cordas de cavaco e violão, aluguel de tendas, banheiros químicos e toda sonorização.



Figuras (3) e (4): Fotografia dos equipamentos necessários: tendas, mesas, cadeiras e estrutura de som para a roda de samba “Samba da Guariba”  
Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Recursos:** Dos próprios sambistas que rateiam as despesas entre eles.

**Questão social:** Promovem campanhas coletivas de valorização ao samba, doações de alimentos.

**História da roda de samba:** O Coletivo de Samba “Samba da Guariba”, surge através da necessidade de entretenimento na comunidade de Ceilândia (DF), em especial aos moradores da entre quadra EQNN 18/20, e suas adjacências, neste sentido um grupo de amigos se reúnem e resolvem mudar a cara da sua comunidade, trazendo para a mesma, um projeto para a cultura popular, representado pelo Samba de Raiz, onde o público presente se reúne na entre quadra acima citada, para dar início a uma Roda de Samba Democrática, em cada segundo sábado de cada mês, esta roda de samba acolhe todos que tenham habilidades instrumentais e/ou vocais, além de ter o conhecimento das obras cantadas.



Figuras (5) e (6): Registro dos eventos realizados pelo Coletivo Samba da Guariba.  
 Fonte: Portfólio do Coletivo Roda de Samba da Guariba (2018).

# O som da transformação

ISABELLA DE ANDRADE  
 ESPECIAL PARA O CORREIO

Muita música ao ar livre e uma roda de samba democrática, sem custos e aberta a toda a comunidade. É essa a proposta do Samba da Guariba, projeto que reúne músicos e entusiastas no segundo sábado de cada mês. Sambistas iniciantes e iniciados levam os instrumentos ao estacionamento da EQNN 18/20, da Guariba, em Ceilândia, e o público começa a chegar. Entre pandeiros, alfaías, percussão, muita voz e sinfinge, a junção cultural tem dado certo e músicos de diferentes regiões do Distrito Federal participam.

A primeira edição foi em 9 de abril de 2016 e, desde então, o samba não deixou de tocar. Hoje, o projeto comemora seu primeiro aniversário. Vale lembrar que a roda de samba é sempre democrática e quem souber tocar algum instrumento, saiba cantar ou tenha composições próprias está convidado a participar.

De maneira despretensiosa, a ideia surgiu do produtor cultural Emerson Rodrigues, ex-gerente de cultura da administração regional de Ceilândia, e foi executada por Damiano Rodrigues, Leandro Lopes, Julio Benício, Alano Eurico, Edison Rodrigues e Igor Costa. "O reconhecimento é muito bom. Quando a gente termina uma edição, o público logo pergunta quando será a próxima. Hoje em dia, recebemos artistas e espectadores de Sobradinho, Asa Norte, Guarã, Taguatinga, Águas Lindas — vem gente de todo canto", afirma o produtor.

Igor Costa, um dos idealizadores do Samba da Guariba, é bombeiro e estudante na Escola de Música de Brasília. Ele conta que é amante de samba e frequentador assíduo dos eventos culturais de Ceilândia, que tem uma produção vasta e diversa. "O projeto faz bem para a comunidade, que tem acesso à música de qualidade, com artistas do samba e do pagode de diferentes regiões. Fomos incentivados e incentivadores de novos projetos na Ceilândia", orgulha-se.

Foto: Angelo Perceiro



A diretoria do samba da Guariba quer expandir o projeto e atrair mais espectadores



As rodas de samba são sempre gratuitas e se destacam como alternativa cultural em Ceilândia

## Sambinhas

Com a criação e o sucesso do Samba da Guariba, já surgiram mais dois movimentos do gênero na Ceilândia e,

atualm ente, os quatro sábados do mês são preenchidos por música na cidade. Entre eles, o Samba na Comunidade, sob o comando de Michael Santos e Negro Vello; o Samba 10, de Jurandir e Akiles; e

o Samba da liberdade, de Carlos Roberto e Daibert Brito. Os eventos contam com sambas de roda, de raiz, samba rock e pagode. O professor de história Damiano Rodrigues lembra que a iniciativa surgiu a

partir da necessidade de expandir os eventos culturais do DF, principalmente aqueles acessíveis a todo o público. Para ele, música também é um ato político: "Acredito que levar um pouco da mensagem do samba e das lutas contra as desigualdades, bem como trazer um pouco mais de atrativo para a nossa comunidade, de forma lúdica, é a nossa verdade do samba." O modelo da roda possibilita que músicos conhecidos toquem com iniciantes e até mesmo com o público que participa somente daquele evento.

Com caráter convidativo e rodas abertas, o projeto incentiva o público a participar e pensar as possibilidades culturais na cidade. O público, que começou pequeno, aumenta a cada edição e conta com gente de regiões cada vez mais diversas.

## SAMBA DA GUARIBA

Segundo sábado de todo mês, no estacionamento público da EQNN 18/20, na Guariba, em Ceilândia, às 10h (atividades para as crianças) e 16h (roda de samba). A entrada é franca e a classificação indicativa, livre.





Figuras (7), (8), (9), (10), (11) e (12): Territorialização da Roda de samba “Samba da Guariba”.  
Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

## APÊNDICE VI: FICHA TÉCNICA DA RODA DE SAMBA “SAMBA DO BANQUINHO”

Roda de Samba: SAMBA DO BANQUINHO	
<b>Responsável:</b> Irlam Rezende e Sinvaldo Silva	
<b>Ano de surgimento:</b> 2014	<b>Ano de encerramento:</b> -
<b>Número de colaboradores:</b> 02	
<b>Facebook:</b> <a href="https://www.facebook.com/sambadobanquinho/">https://www.facebook.com/sambadobanquinho/</a>	
<b>Instagram:</b> <a href="https://instagram.com/sambadobanquinho">https://instagram.com/sambadobanquinho</a>	
<b>Data de realização:</b> Todo 3º domingo do mês	
<b>Horário:</b> De 15:00 às 19:00 aproximadamente.	
<b>Público alvo:</b> roda de samba aberta para a comunidade	
<b>Logomarca:</b>	<b>Flyer de divulgação:</b>
	
<b>Local de realização:</b> Estacionamento 10 do Parque da Cidade Sarah Kubitschek, Brasília / DF	
	
Fonte: <a href="https://www.bing.com/maps?q=torre+de+tv&amp;FORM=HDRSC4">https://www.bing.com/maps?q=torre+de+tv&amp;FORM=HDRSC4</a>	



Figuras (1) e (2): Fotografia do lugar de realização da roda de samba “Samba do Banquinho”  
 Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Equipamentos necessários:** Para a efetivação dos encontros da roda de samba “Samba do Banquinho” os organizadores precisam solicitar licença e autorização de uso do espaço público do Parque da Cidade, estacionamento 10, junto ao Governo do Distrito Federal e a administração do Parque, além de requerer apoio de segurança pública ao local. Levam os próprios equipamentos, mesas e caixa de som para o controle dos microfones e os participantes levam seus próprios instrumentos e seu banquinho para tocar e participar da roda de samba.



Figuras (3): Fotografia dos equipamentos necessários: mesas, cadeiras e estrutura de som para a roda de samba “Samba do Banquinho”.

Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**Recursos:** O Samba do Banquinho não recebe ajuda de custo de nenhum órgão público ou privado. Para sua realização contam apenas com a colaboração dos próprios sambistas que levam seus instrumentos e aparelhagem de som. Geralmente esses equipamentos são dos próprios músicos que vão participar da roda de samba.

**Questão social:** O Samba do Banquinho tem um trabalho social que é o “Banquinho solidário”. Ele promove a arrecadação de doações para distribuir às instituições de auxílio e amparo social. O samba é gratuito, não tem o intuito de cobrar nada de ninguém. Ele deixou de ser cultural para virar sociocultural.



(4)



(5)

Figura (4): Fotografia dos mantimentos doados pelos integrantes da roda de samba para o projeto Banquinho Solidário. Outras instituições também participam ajudando nas arrecadações. Figura (5): Banner do Projeto “Banquinho Solidário”.

Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

**História da roda de samba:** O Samba do Banquinho surgiu da vontade em fazer um samba no domingo. Um grupo de amigos se uniu e tiveram a ideia de fazer um samba no Parque da Cidade. Na área do Parque já tem a bateria furiosa, então pode ser um lugar da cultura do samba. Assim, marcaram de fazer o samba num domingo e apareceram 30 pessoas. O samba é feito na área aberta, embaixo das árvores, não alugam tenda, cadeiras, nem outros equipamentos. Apenas levam três mesas para a central do som e cada um dos participantes leva seu instrumento e seu banquinho. O nome do grupo surgiu porque as pessoas começaram a levar os banquinhos para participar.

A gente não tinha estrutura de mesas, cadeiras, essas coisas, e nós arrumamos três mesas de ferro e as pessoas começaram a chegar com os banquinhos para participar da roda e sugeriram, bota Samba do Banquinho. Não sei se ficou um nome meio infantil, mas ficou agradável, o pessoal gosta desse nome. Hoje, comemoramos o sexto aniversário.



(6)



(7)



Figuras (6), (7), (8), (9), (10), (11) e (12): Roda de samba “Samba do Banquinho”.

Figura (13): Irlam Rezende (ao centro) responsável pelo Samba do Banquinho.

Os registros do Samba do Banquinho foram feitos no evento de comemoração do seu sexto aniversário de realização, que ocorreu em parceria com a roda de samba “Pode Chegar” na Torre de TV, no Plano Piloto. Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

## APÊNDICE VII: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARTICIPATIVA



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IHD  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PÓSGEA

Nome do participante: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Autorizou o registro da entrevista? ( ) SIM ( ) NÃO

### PARTE 1: ABERTURA DA ENTREVISTA

Fazer uma apresentação rápida da pesquisa e sobre os objetivos da entrevista.

### PARTE 2: DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

- Qual o seu nome completo?
- Tem alguma atuação no samba do Distrito Federal? ( ) Não ( ) Sim
- Qual? \_\_\_\_\_ - Há quanto tempo está atuante? \_\_\_\_\_

### PARTE 3: O CONTEXTO HISTÓRICO DAS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL

- Saberia narrar onde nasceu e como foi a consolidação das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro?

### PARTE 4: A TERRITORIALIDADE DAS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL

- Você saberia identificar as rodas de samba mais significativas no DF? Quais são elas?
- Onde podemos observá-las? (Usar adesivos coloridos e canetas hidro cor).
- Quem são os responsáveis e como posso entrar em contato com eles?

### PARTE 5: A NATUREZA DAS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL

- Sobre essas rodas de samba do DF, quais são suas características mais marcantes?
- Elas têm alguma particularidade que as distingue das demais? Quais?
- Como elas se organizam?
- Qual o perfil de quem as frequentam?
- Elas estão presentes na cultura brasiliense? Como?
- Saberia dizer como elas são percebidas pela população em geral? São aceitas?
- O que representam essas rodas de samba para você?

### PARTE 6: AVALIAÇÃO FINAL DA ENTREVISTA

- Gostaria de comentar algo que não foi tratado pela entrevista?

### O QUE OBSERVAR

- Contextualizar a história e identificar a natureza e a territorialidade das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro.
- Listar os locais onde se *manifestam as rodas de samba no Distrito Federal Brasileiro*.
- *Identificar os próximos* sujeitos-patrimônio que serão entrevistados.



# APÊNDICE VIII: TERMOS DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IHD  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PÓSGEA

## TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIVRE Y ESCLARECIDO

Yo, AMPARO RINCÓN PÉREZ,  
portador del CPF de número \_\_\_\_\_, acepto participar de la investigación empírica para la tesis de doctorado titulada "Patrimonio-territorial en América Latina: las ruedas de samba como expresión de resistencia negra en el Distrito Federal brasileño", construida y realizada por el doctorando Vitor João Ramos Alves y el profesor orientador Dr. Everaldo Batista da Costa. Soy consciente de que la investigación se desarrollará en el ámbito del Programa de Postgrado en Geografía, de la Universidad de Brasilia - UnB. El objetivo general de la investigación es el de analizar la naturaleza de las ruedas de samba en el cotidiano de los negros del Distrito Federal, como expresión artística de resistencia espacial y racial latinoamericana, a vislumbrar su activación popular como patrimonio-territorial. Mi participación será por medio de una entrevista semiestructurada, realizada en el día de hoy, con tiempo estimado de 01 (una) hora, aproximadamente. Mi participación será voluntaria y no me acarreará ningún tipo de gasto. Podría negarse a responder a cualquier pregunta o a participar en cualquier procedimiento que me traiga incomodidad o constreñimiento, pudiendo desistir de participar de la investigación en cualquier momento, sin ningún perjuicio. Los riesgos derivados de mi participación en la investigación son nulos, ya que expresará mi experiencia de vida y contribuirá a la construcción de la tesis aquí referenciada. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de Brasilia - UnB -, pudiendo ser publicado en medio científico posteriormente. Los documentos, datos y materiales archivados serán utilizados solamente para esta investigación y quedarán bajo la custodia del investigador por un período de 05 (cinco) años. Después de ese periodo, todo el material archivado será destruido. Si tiene alguna duda en relación a la encuesta, podría entrar en contacto con el Sr. Vitor João Ramos Alves por los números +55 (61) 98189-5330 / 3273-2612 y por el e-mail vitor.turismo.iesb@gmail.com. Por último, afirmo haber recibido todas las aclaraciones necesarias antes y en el curso de la investigación y opto por:

AUTORIZAR TENER MI NOMBRE PUBLICADO EN LA INVESTIGACIÓN (  ) SI ( ) NO  
AUTORIZAR EL USO DE MI IMAGEN EN LA INVESTIGACIÓN (  ) SI ( ) NO  
AUTORIZAR LA GRABACIÓN Y USO DE AUDIO Y/O VÍDEO (  ) SI ( ) NO

Firma del participante

Ciudad de México, 6 de septiembre de 2018

PATRIMÔNIO-TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA: AS RODAS DE SAMBA COMO EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA NEGRA NO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO  
DOUTORADO PELO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA / UnB  
VITOR JOÃO RAMOS ALVES



### TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ESCLARECIDO

Yo, Jesús María Serna

portador del CPF de número \_\_\_\_\_, acepto participar de la investigación empírica para la tesis de doctorado titulada "Patrimonio-territorial en América Latina: las ruedas de samba como expresión de resistencia negra en el Distrito Federal brasileño", construida y realizada por el doctorando Vitor João Ramos Alves y el profesor orientador Dr. Everaldo Batista da Costa. Soy consciente de que la investigación se desarrollará en el ámbito del Programa de Postgrado en Geografía, de la Universidad de Brasilia - UnB. El objetivo general de la investigación es el de analizar la naturaleza de las ruedas de samba en el cotidiano de los negros del Distrito Federal, como expresión artística de resistencia espacial y racial latinoamericana, a vislumbrar su activación popular como patrimonio-territorial. Mi participación será por medio de una entrevista semiestructurada, realizada en el día de hoy, con tiempo estimado de 01 (una) hora, aproximadamente. Mi participación será voluntaria y no me acarreará ningún tipo de gasto. Podría negarse a responder a cualquier pregunta o a participar en cualquier procedimiento que me traiga incomodidad o estreñimiento, pudiendo desistir de participar de la investigación en cualquier momento, sin ningún perjuicio. Los riesgos derivados de mi participación en la investigación son nulos, ya que expresará mi experiencia de vida y contribuirá a la construcción de la tesis aquí referenciada. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de Brasilia - UnB -, pudiendo ser publicado en medio científico posteriormente. Los documentos, datos y materiales archivados serán utilizados solamente para esta investigación y quedarán bajo la custodia del investigador por un período de 05 (cinco) años. Después de ese período, todo el material archivado será destruido. Si tiene alguna duda en relación a la encuesta, podría entrar en contacto con el Sr. Vitor João Ramos Alves por los números +55 (61) 98189-5330 / 3273-2612 y por el e-mail vitor.turismo.iesb@gmail.com. Por último, afirmo haber recibido todas las aclaraciones necesarias antes y en el curso de la investigación y opto por:

AUTORIZAR TENER MI NOMBRE PUBLICADO EN LA INVESTIGACIÓN (✓) SI ( ) NO  
AUTORIZAR EL USO DE MI IMAGEN EN LA INVESTIGACIÓN (✓) SI ( ) NO  
AUTORIZAR LA GRABACIÓN Y USO DE AUDIO Y/O VÍDEO (✓) SI ( ) NO

Firma del participante

Ciudad de México, 07 de septiembre de 2018



Ciudad de México a 06 de septiembre de 2018

RECIBI de la Dirección de Desarrollo Regional y Municipal el libro Salvaguardia del Parimonio o Cultural Inmaterial de los afrodescendientes en América Latina dos tomos para fines de investigación y divulgación en el proyecto de investigación "patrimonio territorial en América Latina, las ruedas de Samba como expresión de resistencia negra en el Distrito Federal Brasileño" por parte de la Universidad de Brasilia UNB.

RECIBI 06/09/2018  
VITOR JOAO RAMOS ALVES



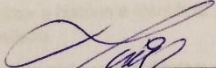
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IHD  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PÓSGEA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Roberto Luiz Ovidio

portador do CPF de número 373.545.157-87 aceito participar da pesquisa empírica para a tese de doutorado intitulada "**As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como patrimônio-territorial: uma expressão de resistência espacial latinoamericana**", construída e realizada pelo doutorando Vitor João Ramos Alves e pelo professor orientador Dr. Everaldo Batista da Costa. Estou ciente de que a pesquisa se desenvolverá no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade de Brasília - UnB. O objetivo geral da pesquisa é o de compreender a natureza e a territorialidade das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, enquanto expressão de resistência espacial latinoamericana, a vislumbrar sua ativação popular como patrimônio-territorial. Minha participação será por meio de entrevista semiestruturada, realizada no dia de hoje, com tempo estimado de 01 (uma) hora, aproximadamente. Minha participação será voluntária e não me acarretará nenhum tipo de despesa. Poderei recusar a responder qualquer questão ou a participar de qualquer procedimento que me traga desconforto ou constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Os riscos decorrentes de minha participação na pesquisa são nulos, já que expressará minha experiência de vida e contribuirá para a construção da tese aqui referenciada. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília - UnB -, podendo ser publicado em meio científico posteriormente. Os documentos, dados, materiais fotográficos e áudios poderão ser utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de 05 (cinco) anos. Logo após esse período, todo o material arquivado será destruído. Caso tenha alguma dúvida em relação à pesquisa, poderei entrar em contato com o Sr. Vitor João Ramos Alves, pelos números (61)98189-5330 / 3273-2612 e ou pelo e-mail vitor.turismo.iesb@gmail.com. Por fim, afirmo ter recebido todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e opto por:

AUTORIZAR TER MEU NOME PUBLICADO NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR O USO DE MINHA IMAGEM NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR A GRAVAÇÃO E USO DE ÁUDIO E/OU VÍDEO  SIM ( ) NÃO

  
Assinatura do participante

Brasília, São Sebastião, 8 de abril de 2019

AS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL:  
UMA EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA ESPACIAL LATINOAMERICANA  
TESE DE DOUTORAMENTO CONSTRUÍDA PELO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA / UnB  
Me. VITOR JOÃO RAMOS ALVES

SAMBA RAIZ, MPB  
E BOSSA NOVA

61 98459-3704  
Claudio Roberto  
@claudiorobertooficial  
Claudio Roberto Oficial

BRASÍLIA – UnB  
CIÊNCIAS HUMANAS – IHD  
E GEOGRAFIA – GEA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PÓS-GEA

### SENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Claudio Roberto Araújo Silva

portador do CPF de número 860810551-91, aceito participar da pesquisa empírica para a tese de doutorado intitulada "As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como patrimônio-territorial: uma expressão de resistência espacial latinoamericana", construída e realizada pelo doutorando Vitor João Ramos Alves e pelo professor orientador Dr. Everaldo Batista da Costa. Estou ciente de que a pesquisa se desenvolverá no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade de Brasília – UnB. O objetivo geral da pesquisa é o de compreender a natureza e a territorialidade das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, enquanto expressão de resistência espacial latinoamericana, a vislumbrar sua ativação popular como patrimônio-territorial. Minha participação será por meio de entrevista semiestruturada, realizada no dia de hoje, com tempo estimado de 01 (uma) hora, aproximadamente. Minha participação será voluntária e não me acarretará nenhum tipo de despesa. Poderei recusar a responder qualquer questão ou a participar de qualquer procedimento que me traga desconforto ou constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Os riscos decorrentes de minha participação na pesquisa são nulos, já que expressará minha experiência de vida e contribuirá para a construção da tese aqui referenciada. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília – UnB –, podendo ser publicado em meio científico posteriormente. Os documentos, dados, materiais fotográficos e áudios poderão ser utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de 05 (cinco) anos. Logo após esse período, todo o material arquivado será destruído. Caso tenha alguma dúvida em relação à pesquisa, poderei entrar em contato com o Sr. Vitor João Ramos Alves, pelos números (61)98189-5330 / 3273-2612 e ou pelo e-mail vitor.turismo.iesb@gmail.com. Por fim, afirmo ter recebido todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e opto por:

AUTORIZAR TER MEU NOME PUBLICADO NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR O USO DE MINHA IMAGEM NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR A GRAVAÇÃO E USO DE ÁUDIO E/OU VÍDEO  SIM ( ) NÃO

Claudio Roberto Araújo Silva  
Assinatura do participante

Taguatinga, 10 de abril de 2019

AS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL:  
UMA EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA ESPACIAL LATINOAMERICANA  
TESE DE DOUTORAMENTO CONSTRUÍDA PELO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA / UnB  
Me. VITOR JOÃO RAMOS ALVES

Café com Samba



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IHD  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PÓSGEA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Luciano Pentes Garcia

portador do CPF de número 666.511.821-53, aceito participar da pesquisa empírica para a tese de doutorado intitulada "**As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como patrimônio-territorial: uma expressão de resistência espacial latinoamericana**", construída e realizada pelo doutorando Vitor João Ramos Alves e pelo professor orientador Dr. Everaldo Batista da Costa. Estou ciente de que a pesquisa se desenvolverá no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade de Brasília – UnB. O objetivo geral da pesquisa é o de compreender a natureza e a territorialidade das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, enquanto expressão de resistência espacial latinoamericana, a vislumbrar sua ativação popular como patrimônio-territorial. Minha participação será por meio de entrevista semiestruturada, realizada no dia de hoje, com tempo estimado de 01 (uma) hora, aproximadamente. Minha participação será voluntária e não me acarretará nenhum tipo de despesa. Poderei recusar a responder qualquer questão ou a participar de qualquer procedimento que me traga desconforto ou constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Os riscos decorrentes de minha participação na pesquisa são nulos, já que expressará minha experiência de vida e contribuirá para a construção da tese aqui referenciada. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília – UnB –, podendo ser publicado em meio científico posteriormente. Os documentos, dados, materiais fotográficos e áudios poderão ser utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de 05 (cinco) anos. Logo após esse período, todo o material arquivado será destruído. Caso tenha alguma dúvida em relação à pesquisa, poderei entrar em contato com o Sr. Vitor João Ramos Alves, pelos números (61)98189-5330 / 3273-2612 e ou pelo e-mail vitor.turismo.iesb@gmail.com. Por fim, afirmo ter recebido todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e opto por:

AUTORIZAR TER MEU NOME PUBLICADO NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR O USO DE MINHA IMAGEM NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR A GRAVAÇÃO E USO DE ÁUDIO E/OU VÍDEO  SIM ( ) NÃO

Assinatura do participante

Brasília / Tou de TV, 13 de abril de 2019

AS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL:  
UMA EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA ESPACIAL LATINOAMERICANA  
TESE DE DOUTORAMENTO CONSTRUÍDA PELO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA / UnB  
Me. VITOR JOÃO RAMOS ALVES

ARUC



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IHD  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PÓSGEA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Moacir de Oliveira Filho  
portador do CPF de número 067.351.148.68 aceito participar da pesquisa empírica para a tese de doutorado intitulada "**As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como patrimônio-territorial: uma expressão de resistência espacial latinoamericana**", construída e realizada pelo doutorando Vitor João Ramos Alves e pelo professor orientador Dr. Everaldo Batista da Costa. Estou ciente de que a pesquisa se desenvolverá no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade de Brasília - UnB. O objetivo geral da pesquisa é o de compreender a natureza e a territorialidade das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, enquanto expressão de resistência espacial latinoamericana, a vislumbrar sua ativação popular como patrimônio-territorial. Minha participação será por meio de entrevista semiestruturada, realizada no dia de hoje, com tempo estimado de 01 (uma) hora, aproximadamente. Minha participação será voluntária e não me acarretará nenhum tipo de despesa. Poderei recusar a responder qualquer questão ou a participar de qualquer procedimento que me traga desconforto ou constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Os riscos decorrentes de minha participação na pesquisa são nulos, já que expressará minha experiência de vida e contribuirá para a construção da tese aqui referenciada. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília - UnB -, podendo ser publicado em meio científico posteriormente. Os documentos, dados, materiais fotográficos e áudios poderão ser utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de 05 (cinco) anos. Logo após esse período, todo o material arquivado será destruído. Caso tenha alguma dúvida em relação à pesquisa, poderei entrar em contato com o Sr. Vitor João Ramos Alves, pelos números (61)98189-5330 / 3273-2612 e ou pelo e-mail vitor.turismo.iesb@gmail.com. Por fim, afirmo ter recebido todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e opto por:

AUTORIZAR TER MEU NOME PUBLICADO NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR O USO DE MINHA IMAGEM NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR A GRAVAÇÃO E USO DE ÁUDIO E/OU VÍDEO  SIM ( ) NÃO

Assinatura do participante

Brasília, ARUC, 16 de abril de 2019

AS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL:  
UMA EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA ESPACIAL LATINOAMERICANA  
TESE DE DOUTORAMENTO CONSTRUÍDA PELO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA / UnB  
Me. VITOR JOÃO RAMOS ALVES



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IHD  
 DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PÓSGEA

- Clube do Capangor  
 Taguatinga, e  
 Ceilândia

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, Dalberth Brito e Fiola Travassos, Felipe Victorio

portador do CPF de número 88260135191, aceito participar da pesquisa empírica para a tese de doutorado intitulada "As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como patrimônio-territorial: uma expressão de resistência espacial latinoamericana", construída e realizada pelo doutorando Vitor João Ramos Alves e pelo professor orientador Dr. Everaldo Batista da Costa. Estou ciente de que a pesquisa se desenvolverá no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade de Brasília – UnB. O objetivo geral da pesquisa é o de compreender a natureza e a territorialidade das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, enquanto expressão de resistência espacial latinoamericana, a vislumbrar sua ativação popular como patrimônio-territorial. Minha participação será por meio de entrevista semiestruturada, realizada no dia de hoje, com tempo estimado de 01 (uma) hora, aproximadamente. Minha participação será voluntária e não me acarretará nenhum tipo de despesa. Poderei recusar a responder qualquer questão ou a participar de qualquer procedimento que me traga desconforto ou constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Os riscos decorrentes de minha participação na pesquisa são nulos, já que expressará minha experiência de vida e contribuirá para a construção da tese aqui referenciada. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília – UnB –, podendo ser publicado em meio científico posteriormente. Os documentos, dados, materiais fotográficos e áudios poderão ser utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de 05 (cinco) anos. Logo após esse período, todo o material arquivado será destruído. Caso tenha alguma dúvida em relação à pesquisa, poderei entrar em contato com o Sr. Vitor João Ramos Alves, pelos números (61)98189-5330 / 3273-2612 e ou pelo e-mail vitor.turismo.iesb@gmail.com. Por fim, afirmo ter recebido todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e opto por:

- AUTORIZAR TER MEU NOME PUBLICADO NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO
- AUTORIZAR O USO DE MINHA IMAGEM NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO
- AUTORIZAR A GRAVAÇÃO E USO DE ÁUDIO E/OU VÍDEO  SIM ( ) NÃO

Dalberth Brito  
 Assinatura do participante

Ceilândia, 17 de abril de 2019

AS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL:  
 UMA EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA ESPACIAL LATINOAMERICANA  
 TESE DE DOUTORAMENTO CONSTRUÍDA PELO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA / UnB  
 Me. VITOR JOÃO RAMOS ALVES



Roda de Samba  
Pode chegar



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IHD  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PÓSGEA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Jorge Ericsson Silva Pichero,  
portador do CPF de número 37574256349, aceito participar da pesquisa empírica para a tese de doutorado intitulada “**As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como patrimônio-territorial: uma expressão de resistência espacial latinoamericana**”, construída e realizada pelo doutorando Vitor João Ramos Alves e pelo professor orientador Dr. Everaldo Batista da Costa. Estou ciente de que a pesquisa se desenvolverá no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade de Brasília – UnB. O objetivo geral da pesquisa é o de compreender a natureza e a territorialidade das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, enquanto expressão de resistência espacial latinoamericana, a vislumbrar sua ativação popular como patrimônio-territorial. Minha participação será por meio de entrevista semiestruturada, realizada no dia de hoje, com tempo estimado de 01 (uma) hora, aproximadamente. Minha participação será voluntária e não me acarretará nenhum tipo de despesa. Poderei recusar a responder qualquer questão ou a participar de qualquer procedimento que me traga desconforto ou constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Os riscos decorrentes de minha participação na pesquisa são nulos, já que expressará minha experiência de vida e contribuirá para a construção da tese aqui referenciada. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília – UnB –, podendo ser publicado em meio científico posteriormente. Os documentos, dados, materiais fotográficos e áudios poderão ser utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de 05 (cinco) anos. Logo após esse período, todo o material arquivado será destruído. Caso tenha alguma dúvida em relação à pesquisa, poderei entrar em contato com o Sr. Vitor João Ramos Alves, pelos números (61)98189-5330 / 3273-2612 e ou pelo e-mail vitor.turismo.iesb@gmail.com. Por fim, afirmo ter recebido todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e opto por:

AUTORIZAR TER MEU NOME PUBLICADO NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR O USO DE MINHA IMAGEM NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR A GRAVAÇÃO E USO DE ÁUDIO E/OU VÍDEO  SIM ( ) NÃO

Jorge Ericsson Silva Pichero  
Assinatura do participante

Taguatinga, 26 de abril de 2019

AS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL:  
UMA EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA ESPACIAL LATINOAMERICANA  
TESE DE DOUTORAMENTO CONSTRUÍDA PELO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA / UnB  
Me. VITOR JOÃO RAMOS ALVES



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IHD  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PÓSGEA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Irham Costa de Rezende,  
portador do CPF de número 73489735749, aceito participar da pesquisa empírica para a tese de doutorado intitulada “**As rodas de samba do Distrito Federal brasileiro como patrimônio-territorial: uma expressão de resistência espacial latinoamericana**”, construída e realizada pelo doutorando Vitor João Ramos Alves e pelo professor orientador Dr. Everaldo Batista da Costa. Estou ciente de que a pesquisa se desenvolverá no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade de Brasília – UnB. O objetivo geral da pesquisa é o de compreender a natureza e a territorialidade das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, enquanto expressão de resistência espacial latinoamericana, a vislumbrar sua ativação popular como patrimônio-territorial. Minha participação será por meio de entrevista semiestruturada, realizada no dia de hoje, com tempo estimado de 01 (uma) hora, aproximadamente. Minha participação será voluntária e não me acarretará nenhum tipo de despesa. Poderei recusar a responder qualquer questão ou a participar de qualquer procedimento que me traga desconforto ou constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Os riscos decorrentes de minha participação na pesquisa são nulos, já que expressará minha experiência de vida e contribuirá para a construção da tese aqui referenciada. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília – UnB –, podendo ser publicado em meio científico posteriormente. Os documentos, dados, materiais fotográficos e áudios poderão ser utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de 05 (cinco) anos. Logo após esse período, todo o material arquivado será destruído. Caso tenha alguma dúvida em relação à pesquisa, poderei entrar em contato com o Sr. Vitor João Ramos Alves, pelos números (61)98189-5330 / 3273-2612 e ou pelo e-mail vitor.turismo.iesb@gmail.com. Por fim, afirmo ter recebido todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e opto por:

AUTORIZAR TER MEU NOME PUBLICADO NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR O USO DE MINHA IMAGEM NA PESQUISA  SIM ( ) NÃO  
AUTORIZAR A GRAVAÇÃO E USO DE ÁUDIO E/OU VÍDEO  SIM ( ) NÃO

Assinatura do participante

Brasília, 27 de abril de 2019

AS RODAS DE SAMBA DO DISTRITO FEDERAL BRASILEIRO COMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL:  
UMA EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA ESPACIAL LATINOAMERICANA  
TESE DE DOUTORAMENTO CONSTRUÍDA PELO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA / UnB  
Me. VITOR JOÃO RAMOS ALVES